

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

FERNANDO SILVA DOS SANTOS

**OS EFEITOS DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NA LUTA
POLÍTICA E SINDICAL DOS TRABALHADORES NO SUDOESTE
GOIANO: O BONAPARTISMO, A AUTOCRACIA BURGUESA E O
PARTIDO DOS TRABALHADORES (1975 – 1982)**

MESTRADO EM HISTÓRIA

**SÃO PAULO
2010**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

FERNANDO SILVA DOS SANTOS

**OS EFEITOS DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NA LUTA
POLÍTICA E SINDICAL DOS TRABALHADORES NO SUDOESTE
GOIANO: O BONAPARTISMO, A AUTOCRACIA BURGUESA E O
PARTIDO DOS TRABALHADORES (1975 – 1982)**

MESTRADO EM HISTÓRIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Rago Filho

**SÃO PAULO
2010**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Santos, Fernando Silva.

Os efeitos da modernização conservadora na luta política e sindical dos trabalhadores no sudoeste goiano: o bonapartismo, a autocracia burguesa e o Partido dos Trabalhadores (1975 – 1982) / Fernando Silva dos Santos; orientador Antônio Rago Filho. –São Paulo, 2010.

205 f.

Dissertação (Mestrado)—Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Autocracia Burguesa. 2. Bonapartismo. 3. Consciência de Classe. 4. Partido dos Trabalhadores.

Banca Examinadora

*À minha companheira Camila,
pela ternura e pela firmeza
pelo incentivo e dedicação.*

*À Maria Luisa (e aos que viram),
anunciando um novo amanhã.*

*Aos meus pais, Aristides e Sonia
que me deram tudo aquilo que sou.*

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho é um esforço e desejo em conjunto, com a participação de inúmeras pessoas. Dessa forma que agradeço aqui a importante contribuição de todas e todos, que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho.

Primeiramente gostaria de agradecer o empenho, companheirismo e orientação de Antonio Rago Filho, que me ajudou a redefinir os horizontes e possibilidades da pesquisa, dentro de uma concepção de classes.

À coordenação e professores vinculados ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na pessoa do professor Fernando Londoño, pela dedicação e comprometimento. Agradeço também às professoras, Ivone Dias Avelino, Vera Lúcia Vieira, Maria Antonieta Antonacci e Estefânia Knotz, pelo convívio amistoso e pela importante contribuição para o melhor desempenho na pesquisa, auxiliando e corrigindo os possíveis desvios. Não poderia deixar de lembrar, também, da importante participação da secretária do Programa, Betinha.

Ao auxílio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudos, que possibilitou a sequência do trabalho e sua conclusão.

Aos professores Mauro Luis Iasi e Maria Aparecida de Paula Rago, pela contribuição nas correções, análise, discussão e avaliação do trabalho.

Gostaria também de lembrar a importante contribuição dos colegas que compartilharam os mesmos espaços, seja nas discussões nas disciplinas, nas discussões e atividades vinculadas ao Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder (NEHTIPO) e do Centro de Estudos de História da América Latina

(CEHAL), Jussaramar da Silva, Rodrigo Chagas, Vitor Lacerda, Nilo Dias, Patrícia Sposito, Arleandra de Lima e Joana D'arc.

Um especial agradecimento a minha colega de curso e amiga, Paloma Alves, que além do companheirismo e pela fundamental contribuição na diagramação e na formatação do texto final dessa dissertação.

Não poderia deixar de agradecer também aos professores da Universidade Federal de Goiás, campus de Jataí, especialmente do Curso de História, curso no qual lecionei as disciplinas de História da América e História do Brasil, proporcionando uma rica experiência na docência no Ensino Superior.

Meu agradecimento especial para a professora Maria Eloá e seu companheiro Antônio Candido Lima (Tonho), admiráveis e fundamentais nesta pesquisa.

A minha enorme gratidão ao Sr. Oliveira e Dona Célia, fundamentais na reta final deste trabalho.

Gostaria de agradecer à Aristides Evaristo, meu pai, pela nossa mais profunda relação de amizade, que a distância nunca será capaz de apagar, e à Sonia Oliveira, minha mãe, pelo dedicação e incentivo sempre.

Por fim, o meu mais profundo agradecimento às minhas companheiras (e amores), que muito me incentivaram: *Camila Oliveira* e *Maria Luisa Oliveira Santos*. A primeira pelo carinho, respeito, e dedicação. A segunda, por ter os olhinhos que transbordam de esperança de uma nova primavera, nutri um coração (de pai) de alegria e me ensina desde já, como na canção, “*que é preciso mais que nunca prosseguir...*”

*Há muito tempo que saí de casa
Há muito tempo que caí na estrada
Há muito tempo que eu estou na vida
Foi assim que eu quis
E assim eu sou feliz
Principalmente por poder voltar
A todos os lugares onde já cheguei
Pois lá deixei um prato de comida
Um abraço amigo
E um canto pra dormir e sonhar*

*E aprendi que se depende sempre
De tanta muita diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas*

*E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente
Onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho
Por mais que a gente pense estar*

*É tão bonito quando a gente pisa firme
Nessas linhas que estão
Nas palmas de nossas mãos*

*É tão bonito quando a gente vai à vida
Nos caminhos onde bate
Bem mais forte o coração
O coração
Ah! O coração*

(Gonzaguinha)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo analisar as possibilidades e particularidades da organização dos trabalhadores na cidade de Jataí, região sudoeste do Estado de Goiás, entre as décadas de 1970 e 1980, diante do domínio político dos grupos tradicionalmente estabelecidos, em um período em que o ideal de desenvolvimento era entendido como sinônimo de progresso. O processo de modernização conservadora, empreendido pelos gestores do capital atrofado nessa região, sob a lógica de mecanismos ideológicos, garantiu à burguesia local não apenas a dominação do aparelho estatal, mas também possibilitou o controle das manifestações das organizações de representação dos trabalhadores, a partir do advento da alternância do poder, em um Estado autocrático burguês de feição bonapartista em sua fase de transição democrática. É através da aproximação metodológica de uma proposta de análise imanente das categorias particulares da economia, da política, das relações sociais e culturais inerentes a essa região, que buscamos estabelecer as conexões entre a lógica do desenvolvimento acelerado - próprias ao capitalismo em sua fase monopolista - e a sua influência no desenvolvimento dos sindicatos e do Partido dos Trabalhadores no sudoeste goiano.

Palavras-chave: Autocracia Burguesa – Bonapartismo – Consciência de Classe – Partido dos Trabalhadores.

ABSTRACT

The goal of this master's degree dissertation is to analyze the possibilities and particularities of the workers' organization facing the political domination of established traditional groups in Jataí, a city located in the southwest of Goiás, during the 70's and 80's. During this period, the concept of development was attached to the Idea of progress. The conservative modernization process attempted by the supervisors of the region's atrophic capital enabled the local bourgeoisie not only to dominate the government structures, but also provided the control over the workers organizations' demonstrations right from the beginning of the power alternation. This situation happened in a bourgeoisie autocracy with a bonapartist aspect in its democratic transition phase. We tried to establish the connections between the logic of accelerated development, that is a true characteristic of the capitalism in its monopolist phase, and the influence of this situation in the development of the labour union and the Workers' Party in the southwest of Goiás by applying a methodological approach of an immanent analysis proposal of the economy, politics, social and cultural relations of this region.

Key words: Bourgeoisie Autocracy – Bonapartism – Class Conscience Classe – Worker's Party

LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional
ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
APEMG – Associação dos Professores do Ensino Médio de Goiás
APMG – Associação dos Professores
APP – Associação dos Professores Primários
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BOC – Bloco Operário e Camponês
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPG – Centro dos Professores de Goiás
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política Social
DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações e Defesa Interna
DOPS – Departamento de Ordem Política Social
FETAEG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
FTI-GO – Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção do Estado de Goiás
IADESIL – Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICT – Instituto cultural do Trabalho
IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro.
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NIEJ – Núcleo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDS – Partido Democrático Social
Polocentro – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
SEEB – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Jataí
Sintego – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás
SNI – Serviço Nacional de Informações
SPD – Partido Social Democrata Alemão (*Sozialdemokratische Partei Deutschland*)
STI – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Jataí
STM – Superior Tribunal Militar
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí
UDN – União Democrática Nacional
URSS – União das Repúblicas Socialista Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 - AS TRANSFORMAÇÕES NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SEUS REFLEXOS NO SUDOESTE GOIANO: UMA SINGULARIDADE NA PERIFERIA.....	22
1.1 Aspectos gerais das transformações capitalistas, consciência de classe e os reflexos na organização da classe trabalhadora.....	22
1.2 Apropriações teóricas: a mediação entre o particular e o universal.....	41
1.3 O processo de desenvolvimento capitalista na periferia refletindo no sudoeste goiano.....	45
CAPÍTULO 2 - A BURGUESIA LOCAL E A DEFESA DOS SEUS INTERESSES.....	64
2.1 A burguesia agrária e os rumos para o desenvolvimento do sudoeste goiano.....	64
2.2 Os dois lados de uma mesma moeda: o debate sobre a abertura política e a decantada renovação na ARENA e no MDB.....	74
CAPÍTULO 3 - A DISPUTA PELO PODER POLÍTICO.....	87
3.1 A emergência de uma oposição e a agonia arenista.....	87
3.2 Em Jataí o MDB ganha a eleição para Prefeito.....	97
3.3 As expectativas da administração de Mauro Bento.....	105

CAPÍTULO 4 - A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA: AS VELHAS PRÁTICAS E OS NOVOS PERSONAGENS EM CENA.....	110
4.1 Sindicatos e o Partido dos Trabalhadores em Jataí: possibilidades de expressão.....	110
4.2 Da luta ao assistencialismo: O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Jataí.....	116
4.3 O assistencialismo como tábua de salvação: as limitações do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Jataí.....	123
4.4 Os trabalhadores da educação e a possibilidade de rompimento com o velho modelo assistencialista.....	132
4.5 “Pintou um Partido”: o Partido dos Trabalhadores na Região Sudoeste de Goiás.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
FONTES.....	166
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	168
ANEXOS.....	174
Anexo A: Entrevistas.....	175
Anexo B: Fontes documentais.....	217

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar as possibilidades de organização dos trabalhadores na cidade de Jataí - sudoeste do Estado de Goiás - a partir das estruturas de dominação de um Estado autocrático burguês de feição bonapartista, bem como a lógica do desenvolvimento como mecanismo ideológico para garantir a manutenção do poder burguês diante da modernização capitalista. É a partir desse contexto que pretendemos responder às nossas indagações iniciais neste trabalho.

Como uma região - formada principalmente a partir da expansão da fronteiras agrícolas ainda no final do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX - sobreviveu diante das transformações do capitalismo em sua fase monopolista?

De que forma, regiões do interior do Brasil, ou do “sertão sob o signo da modernização” (LIMA, 1999:19), como é o caso de Jataí, no sudoeste goiano, incorporou a lógica do desenvolvimento acelerado das forças produtivas engendrando um modelo de capitalismo atrofico, que se configurou, principalmente nos países latino-americanos e, que tinha como meta industrializar o país, e superar as barreiras históricas para a sua integração nacional e internacional?

Em sua especificidade e através das dinâmicas política, econômica, social e cultural é que buscamos identificar como as burguesias locais se organizaram para se adequarem à uma nova realidade produtiva e como essa realidade vai engendrar uma classe trabalhadora com determinadas características na região.

Esta pesquisa teve início a partir do meu contato com a região do sudoeste goiano, devido a mudanças profissionais e escolhas pessoais que me levaram a sair de um centro urbano e conhecer o interior do Brasil.

Desse contato, além das novidades culturais proporcionadas pelas diversas regiões do centro-oeste do Brasil, ao conhecer e me estabelecer na região sudoeste do Estado de Goiás, vivenciando seus problemas cotidianos, surgiu o desejo e a necessidade de, como historiador e habitante, conhecer e investigar a história da cidade de Jataí.

A cidade de Jataí, que hoje tem cerca de 100 mil habitantes, possui como característica a forte influência das culturas de grãos – principalmente milho, soja e sorgo – que ampliaram a produção, sobretudo a partir das décadas de 1980 e 1990. A cidade conta também com uma infra-estrutura para o beneficiamento desses grãos para o fornecimento para a indústria alimentícia do Estado de Goiás, de outras regiões do país e até para o exterior..

É importante ressaltar que na última década, com a retomada dos investimentos no setor sucroalcooleiro, a cidade de Jataí, assim como toda a região do sudoeste goiano, teve um crescimento significativo da cultura da cana-de-açúcar e seus derivados.

Essa grande vocação para o “agronegócio”, contudo, não é fruto apenas das últimas duas décadas. A região sudoeste que sempre teve como característica as culturas – em pequenas propriedades – de café, arroz, feijão, café, milho, dentre outras, dividiu por muito tempo os resultados da produção agrícola com uma pecuária de média escala. No entanto, é somente a partir da segunda metade da década de 1970 que a região, contando com programas de desenvolvimento dos governos federal e estadual, passa a investir e receber investimentos para a ampliação da produção de grãos.

Como reflexos desses programas, parte das pequenas propriedades existentes na região deu lugar a grandes extensões de terras. É bem verdade que a

própria ocupação da região e expansão das fronteiras agrícolas reflete as disputas e tensões sociais de um espaço não mediado pelo capital (MARTINS, 1997: 27), mas que a partir das transformações capitalistas irá incorporar de forma bastante acelerada a dinâmica capitalista, transformando a agricultura também em mecanismo de acumulação (OLIVEIRA, 1995: 55).

Mesmo com essa imanente vocação para a agropecuária, a constatação inicial do levantamento dos dados acerca da cidade de Jataí, da região sudoeste e do Estado de Goiás - demonstrados a partir de dados dos recenseamentos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) da segunda metade do século XX, principalmente os dados econômicos e sociais – colocam-na como uma das poucas cidades que, já no início da década de 1970, possuía uma população urbana maior que a população rural. Com isso, Jataí já seguia as tendências das estatísticas sobre a densidade demográfica em movimento no Brasil.

Diante dessas condições, analisar a história da cidade e da ocupação da região pelos seus “pioneiros desbravadores¹” - como parte da historiografia local que registra esse período, na segunda metade do século XIX – mostrou-se importante, mas não suficiente para entender como o processo de incorporação da região, na dinâmica capitalista de produção, é parte integrante de uma modernização conservadora. Ou, para Florestan Fernandes, “salta do *tradicionalismo* para uma *modernização ultra-reacionária*²” (1980: 125).

Sobre a literatura e a historiografia da cidade, um fato, em especial, chama à atenção: a necessidade de se exaltar um passado glorioso, de seus

¹ São representantes dessa literatura os autores Basileu de Toledo França (1995), Binômio da Costa Lima (2004), Dorival Carvalho Melo (2001), Filadelfo Borges de Lima (1993, 1995, 2000), Maria Eloá de Souza Lima (2004), dentre outros.

² Grifos do autor.

pioneiros e desbravadores – Vilelas, Francos, Barros, Carvalhos – que “tão bravamente cortaram o sertão” (FRANÇA,1995:), com a finalidade de recriar ou dar sentido à história do município, muito coerente com uma história positivista, dignos de um Rank, Michelet, entre outros.

De certa forma, dar visibilidade a outras vozes, outras histórias e outras fontes, seja um dos maiores legados das ciências humanas e, mais especificamente, da recente historiografia brasileira, fortemente influenciada pelos *Annales* e, atualmente, pela História Cultural. Contudo, essa mesma historiografia, valorizando essa segunda tradição, tende cada vez mais a desprezar a importância dos modelos econômicos.

Com isso, menosprezar a importância do modo de produção para a produção e reprodução social da vida é ignorar que nesta última, “(...) indivíduos determinados, como produtores que atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas” (MARX e ENGELS, 1996: 71).

A partir disso, investigar como os movimentos sociais, sindicatos e partidos foram organizados nessa região, demonstrou-se relevante uma vez que a história recente de nosso país nos evidencia que parte significativa dos movimentos de luta e resistência das classes subalternas no Brasil, nasceram – quase que em sua totalidade – a partir dos (e nos) grandes centros urbanos. Neste sentido, nossa pesquisa teve início a partir do contato com sindicatos e partidos existentes na cidade de Jataí e que estivessem ligados, principalmente, ao contexto das lutas pela redemocratização do país entre as décadas de 1970 e 1980.

A busca e a seleção de fontes entre os sindicatos de trabalhadores que já existiam na cidade no período correspondente - como os casos dos Sindicatos

dos Trabalhadores na Indústria do Mobiliário da cidade de Jataí (1961)³, Sindicato dos Bancários (1959) e Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (1981) – se tornaram necessárias, uma vez que o foco de pesquisa inicial - o Partido dos Trabalhadores (1981) e sua formação na cidade - remetia a sua formação à contribuições, em maior ou menor grau, a essas entidades.

Mas não era possível apenas reconstruir as trajetórias dos movimentos, era preciso entender o contexto social que possibilitou a formação desses movimentos.

Assim, é importante lembrar, que os Estados capitalistas da periferia contêm um elemento político próprio: associam-se, sem conseguir eliminar ou amortecer as contradições existentes, o imperialismo, as multinacionais e a burguesia nacional em elos estruturais e dinâmicos da periferia com o centro. (FERNANDES, 1979).

A dinâmica das transformações do modo de produção capitalista nos países centrais, em sua fase monopolista, foi capaz de produzir desde uma abrangente e combativa organização da classe trabalhadora, com poder de mobilização e participação política e forte oposição à burguesia, até a conformação desta classe dentro dos limites da ordem do Estado democrático. Formas diferentes de intervenção da classe trabalhadora em países centrais, que refletem a multiplicidade e diferentes graus de desenvolvimento.

Se do ponto de vista produtivo há circunstâncias e diferenças que determinam o grau de desenvolvimento entre os países centrais, é necessário também verificar as múltiplas determinações das transformações capitalistas e seus reflexos na organização dos trabalhadores também na chamada periferia.

³ As datas em parênteses referem-se a fundação dos sindicatos e partido na cidade de Jataí.

Para responder a essas indagações, selecionamos como princípios metodológicos norteadores desta pesquisa, a análise imanente das fontes selecionadas, tais como: periódicos da região, e os documentos, atas e materiais dos sindicatos de trabalhadores da cidade de Jataí, levando em consideração o contexto de sua produção. O mesmo critério metodológico também foi utilizado para analisar as fontes do Partido dos Trabalhadores, sendo estas também ampliadas para documentos produzidos nacionalmente pelo partido, como “*A Tese de Santo André- Lins*”, “*Carta de Princípios*”, dentre outros.

Vale destacar que ao longo deste trabalho, os periódicos *Jornal do Sudoeste (1975-1977)*, *Folha do Sudoeste (1981-1987)* e *Revista Metas (1991)*, se revelaram fontes importantes que permitiram, principalmente nos dois capítulos iniciais, reconstruir e interpretar – a partir da concepção da burguesia – as condições políticas, econômicas, sociais e culturais da cidade de Jataí e da região no período no qual se enquadra nossa pesquisa.

Utilizamos, também, como fonte, as entrevistas semi-estruturadas que foram feitas com militantes dos movimentos sociais, associações e sindicatos, assim como, militantes e simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT) da cidade de Jataí. Este procedimento teve como finalidade obter e averiguar as informações sobre momentos importantes nos quais os entrevistados conseguissem identificar mudanças na forma como os movimentos sobreviventes e emergentes contra o bonapartismo – vigente no período – contribuíram para formar e integrar um partido que unificaria suas diversas reivindicações (MARCONI e LAKATOS, 2008:195).

No capítulo inicial, “*As transformações no modo de produção capitalista e seus reflexos no sudoeste goiano: uma especificidade na periferia*”, caracterizamos nossa apropriação no campo teórico. A partir disso, procuramos

discutir o modelo idealizado de desenvolvimento capitalista observado nos países centrais, os reflexos das transformações das forças produtivas, a transformação do campesinato em trabalhador assalariado e a crescente proletarização. Neste mesmo capítulo analisamos, também, a organização dos trabalhadores e suas formas de luta e resistência, bem como os reflexos da contradição da modernização capitalista. É importante destacar, ainda, que essas condições são observadas, sobretudo, na especificidade do sudoeste goiano, como exemplo do papel do Estado autocrático burguês, em meio às diversas frações do capital atrofico (RAGO FILHO, 2004: 139).

No segundo capítulo, encontramos também no sudoeste goiano, uma fração do capital atrofico, “*A burguesia local e a defesa dos seus interesses*”, verificamos como através dos mecanismos do Estado, o “balcão de negócios” da classe dominante, é fundamental para a manutenção de seus privilégios. Contudo, como era também uma fração – regional - em meio a outras, encontrou dificuldades para colocar em prática seu projeto de desenvolvimento para a região.

No terceiro capítulo, demonstramos que a alternância do poder entre ARENA e MDB, não modificou as relações de opressão e vigilância do Estado contra as classes subalternas. A utilização de mecanismos de vigilância do Estado continua auxiliando, política, jurídico, militar e economicamente na manutenção da ordem e do poder.

Finalmente, no quarto capítulo, discutimos sobre as possibilidades e os limites da organização, contestação e reivindicações de direitos a partir dos mecanismos de luta dos trabalhadores – os sindicatos de trabalhadores na cidade de Jataí - e as suas contribuições na formação de um partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT).

CAPÍTULO 1

AS TRANSFORMAÇÕES NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SEUS REFLEXOS NO SUDOESTE GOIANO: UMA SINGULARIDADE NA PERIFERIA.

1.1. Aspectos gerais das transformações capitalistas, consciência de classe e os reflexos na organização da classe trabalhadora.

Na dinâmica do desenvolvimento da sociedade capitalista, a partir dos marcos que a elevaram como modo de produção predominante – as revoluções burguesas na Inglaterra, Estados Unidos e França – repercutiram na criação de modelos de subversão da ordem social, derrubando o antigo regime na Europa e suas formas de dominação política, social e principalmente econômica. A apropriação desse modelo a ser seguido transformou as revoluções burguesas no espelho basilar para o restante do globo, que almejou a partir de meados do século XVII e XVIII - e intensificando-se no século XIX - o tão sonhado “progresso”⁴.

Em todos os processos de revolução, “a burguesia era a classe que *realmente*⁵ encabeçava o movimento (...) o *proletariado e as camadas da população urbana que não pertenciam à burguesia* não tinham quaisquer interesses separados dos da burguesia” (MARX, s/d: 49).

No prefácio da primeira edição de *O Capital*, Karl Marx indica que “o país mais desenvolvido mostra ao menos desenvolvido tão-somente a imagem do próprio futuro” (1988:18). Marx, em seu *Prefácio*, utiliza a frase não para designar um grau mais baixo ou mais elevado de desenvolvimento ou do antagonismo decorrentes das

⁴ Sobre a idéia de progresso, muitos são os autores que tratam da temática. Na História, podemos destacar uma grande influência do Iluminismo, mas é a partir do século XIX, com os positivistas, que a ideia de progresso torna-se referência para o desenvolvimento de um conjunto de processos sociais articulados ao qual se empresta um sentido positivo.

⁵ Grifos do autor.

leis do modo de produção capitalista, mas trata da análise das próprias leis desse modo de produção.

Longe de uma concepção crítica das leis do desenvolvimento capitalista, e muito mais próxima de uma concepção positiva, na América Latina, o desenvolvimento como expressão de crescimento econômico esteve consolidada de tal modo que as transformações do modo de produção vão refletir suas marcas no desenvolvimento político, econômico e social na região, principalmente a partir do século XX.

Para entender o processo de transformação capitalista nos *países centrais* e seus reflexos na dinâmica da produção e reprodução social na *periferia*⁶, é preciso antes de tudo, entender aspectos gerais da forma *clássica* de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Para essa análise inicial, utilizamos como ponto de partida a assertiva de Florestan Fernandes, na qual destaca que é importante não “(...) fazer análises sociológicas acima das ideologias, mas, para ser científica, a análise (...) deve absorver e superar a ideologia, a ‘fetichização’, a ‘reificação’ ou a ‘mitificação do real’” (1979:19).⁷

Verificamos assim que, no destaque feito por Florestan Fernandes, há implícito o alerta de que, antes de abordar as transformações capitalistas, é necessário entender que “na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de

⁶ Utilizamos no texto a crítica do conceito de países centrais e países periféricos, sendo este, segundo Florestan Fernandes uma das características da visão europocêntrica e também estadunidense, que representam uma dada concepção de mundo e do desenvolvimento capitalista, que é a expressão da influência dessas idéias no desenvolvimento histórico do capitalismo. Essa visão de que as civilizações preexistentes à formação e à consolidação do capitalismo na Europa são caracterizadas por grandes, médias ou pequenas, ou ainda por atrasadas ou avançadas. Dessa, forma o modelo de desenvolvimento capitalista representaria para as “civilizações atrasadas” o seu futuro inexorável.

⁷ Destaques do autor.

produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais” (MARX, s/d: 301).

Nesse sentido, para compreender a dinâmica das sociedades de classes e sua forma de produção e reprodução, seja nos centros do desenvolvimento capitalista ou nas periferias, é extremamente importante entender, sobretudo, os conflitos de classes no seio dessas sociedades e suas formas correspondentes de dominação e poder. Relação essa que, utilizando como instrumentos mecanismos de apropriação e acumulação do excedente de trabalho, ampliaram a concentração do poder econômico, político e social, independentemente do grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Estendemos, então, o nosso foco para a análise dos principais aspectos do desenvolvimento do modelo clássico do capitalismo nos países centrais - o processo de transformação capitalista e sua fase monopolista - com a finalidade de compreender o papel da periferia e os reflexos dessas transformações nos mecanismos de organização e resistência dos trabalhadores.

Para isso, é necessário apontarmos aqui, inicialmente, alguns dos aspectos do modelo clássico do desenvolvimento capitalista, sem deixar com isso de abordar os conflitos de classe no seio desse processo.

Localizamos, ainda no Prefácio de *O Capital*, o foco da análise de Marx, que utilizando como referência a Inglaterra do século XIX - e, ao mesmo tempo, comparando-a à situação da Alemanha no mesmo período - nos aponta as condições desiguais decorrentes dos processos de desenvolvimento das relações capitalistas de produção,

Onde a produção capitalista se implantou plenamente entre nós, por exemplo, nas fabricas propriamente ditas, as condições são muito piores do que na Inglaterra, pois falta o contrapeso das leis fabris.

Em todas as outras esferas, tortura-nos – assim como em todo o resto do continente da Europa ocidental – não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a carência do seu desenvolvimento. (Marx, 1988: 18).

Para entender o conjunto dos mecanismos de transformação do modo de produção capitalista, Marx analisa também as estatísticas das comissões de inquérito inglesas, formada por inspetores de fábrica e relatores médicos sobre Saúde Pública, para a investigação das condições de trabalho de mulheres e crianças, as condições de moradias e a alimentação. Nesse aspecto, as investigações não são de forma alguma a ação da benevolência das classes dominantes quanto às reais condições da classe operária, mas antes de tudo é a necessária “eliminação de todos os empecilhos legalmente controláveis que inibiam o desenvolvimento da classe operária.” (Marx, 1988: 19).

O aperfeiçoamento da maquinaria, o vapor como força motriz, as fábricas e as ferrovias eram sinônimos do progresso da Europa, principalmente na Inglaterra, ponto de partida da análise de Marx.

Para Geoff Eley, a industrialização da Grã-Bretanha,

apontava para um futuro assustador, ainda que excitante e necessário. (...) as novas concentrações industriais pressagiavam uma presença nova e perigosa na sociedade, problemática e resistente ao controle social e político. A indústria trouxe o problema social. Novas formas de regulamentação se faziam necessárias para as áreas da saúde pública, moradia, educação, assistência aos pobres, recreação e criminalidade. Pior, a industrialização continha uma ameaça política. (...) gerou o surgimento de uma classe trabalhadora que não tinha participação política na nova ordem social emergente nem nas leis. (Eley, 2005:73).

Percebemos, de forma sucinta, como o desenvolvimento das forças produtivas, ampliou a base industrial e, conseqüentemente, gerou uma proletarização acelerada. Esse processo de proletarização foi decorrente do movimento de expropriação de camponeses, agricultores e artesãos qualificados –

que já tinham seus próprios meios de produção e subsistência e suas ferramentas – em trabalhadores assalariados, cuja única mercadoria que passariam a oferecer era apenas a sua própria força de trabalho.⁸

A transformação no campo deu o impulso necessário para o desenvolvimento da indústria. Com a concentração dos meios de produção, os capitalistas não apenas detêm e controlam a propriedade privada dos meios de produção, mas também controlam a sua produção através das novas relações de produção, que são decorrentes da mecanização do processo de trabalho e, cada vez mais, subordina o trabalho manual às novas exigências técnicas.

Substituir uma divisão do trabalho baseada no trabalho manual por outra baseada em máquinas foi o passo realmente revolucionário do progresso do capital, tornando-o menos dependentes das habilidades manuais do trabalhador e aumentando-a enormemente. (ELEY, 2005: 75).

O que nos interessa aqui é apreender o movimento da análise e da investigação em *O Capital*, sobre o modo de produção capitalista em sua forma mais desenvolvida. Nesse sentido, Marx destaca que “mesmo quando uma sociedade descobriu a pista da lei natural do desenvolvimento, ela não pode saltar nem suprimir por decreto as suas fases (...) mas ela pode abreviar e minorar as dores do parto” (1988: 19).

Seria possível a produção e reprodução de condições do desenvolvimento capitalista de forma homogênea em todos os lugares? A História seria dessa forma uma sucessão de repetições? A periferia do sistema capitalista no século XX produziu e reproduziu as mesmas condições que os países centrais alcançaram na Europa ainda nos séculos XVIII e XIX?

⁸ Sobre o processo de proletarianização de camponeses e artesãos, ver Cap. XXIV - “A chamada Acumulação Primitiva” in: *O Capital: Crítica da Economia Política*. (1988)

É com essa preocupação que tomamos emprestado o método de análise expresso no *Prefácio da primeira edição de O Capital* para analisarmos as transformações e o desenvolvimento das forças produtivas também na periferia do sistema. Nesse aporte teórico há que levarmos em consideração as especificidades desse processo, analisando o antagonismo entre capital e trabalho, através da expressão da classe trabalhadora no seu processo de constituição e construção de mecanismos de representação, ou seja,

(...) só se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesses. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da forma econômica da sociedade como processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas. (Marx, 1988:19).

Mas ainda sobre as transformações capitalistas, o processo que, em longo prazo, polarizou a estrutura de classes entre uma minoria capitalista e uma categoria em expansão de trabalhadores, até a proletarização contínua dos grupos intermediários, como a dos pequenos proprietários de terras e artesãos, produziu uma homogeneização da classe trabalhadora.

Se para alguns autores, essas transformações criaram inevitavelmente a homogeneização, engendrando um operariado único e estático, num pólo, e de uma burguesia no outro. Há, no entanto, autores que defendem que o processo de transformação capitalista é heterogêneo, e mesmo ampliando o assalariamento, a aceleração dos processos de produção levaria a uma paulatina diminuição da classe trabalhadora, o que dificultaria também a formação de uma consciência de classe.

Não pretendemos aqui aprofundar o foco nos autores que discutem o caráter homogêneo ou heterogêneo da classe trabalhadora, o que nos interessa é

verificar se no movimento em que o proletariado se constitui como classe, os seus instrumentos de luta correspondem a esse movimento e ainda, identificar quais são as condições de avanço dos instrumentos de representação da classe trabalhadora numa especificidade da periferia.

É possível que o desenvolvimento do modo de produção capitalista, não apenas no centro, mas também na periferia tenham gerado a criação da “base dos movimentos operários”, e isso tenha refletido no “crescimento da consciência de classe em torno dos interesses coletivos dos trabalhadores” (ELEY, 2005:75).

Chegamos assim a um dilema na interpretação sobre a classe e a consciência de classe que segundo Geoff Eley parece estar intimamente ligada a uma concepção compartilhada entre os colaboradores da nova-esquerda⁹ e da História Cultural, como é o caso de Edward Palmer Thompson:

Uma classe surge quando alguns homens, em decorrência de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses tanto em si quanto contra outros homens cujos interesses são diferentes dos - e normalmente opostos aos deles. (THOMPSON, 1997: 64).

Embora os temas classe e consciência de classe sejam amplos e entendidos sob vários aspectos e autores - clássicos ou contemporâneos - utilizaremos aqui as reflexões sobre a temática a partir de Marx. Abordaremos, também, por exemplo, contribuições de Antonio Gramsci, Georg Lukács e Isteván Mészáros, autores que, em nossa concepção, se aproximam no que se refere à expectativa de uma interpretação das condições objetivas e subjetivas do movimento do “fazer-se da classe”. Não como para Thompson, mas numa relação do movimento da classe e da própria consciência de classe diante da tarefa histórica.

⁹ Nova Esquerda é um termo utilizado para se referir aos movimentos políticos de esquerda surgidos em vários países a partir da década de 1960.

Não se trata do que este ou aquele proletário, ou até mesmo do que o proletariado inteiro pode imaginar de quando em vez a sua meta. Trata-se do que o proletariado é e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com o seu ser. Sua meta e sua ação histórica se acham clara e irrevogavelmente predeterminadas por sua própria situação de vida e por toda a organização da sociedade burguesa atual. (MÉSZÁROS, 2008: 55).

Uma boa interpretação dessa questão é encontrada em Mauro Iasi, na qual caracteriza a consciência como um “movimento que ora se apresenta como consciência do indivíduo, ora como expressão da fusão do grupo, depois da classe, podendo chegar a diferentes formas no processo de constituição da classe até uma consciência que ambiciona a universalidade” (2006: 25).

Mészáros (2008: 56) nos alerta que é importante também verificar se a abordagem de Marx ao problema das classes e consciência de classe for interpretada segundo o modelo grosseiro do *determinismo econômico*¹⁰, o dilema sobre o ser da classe torna-se insolúvel. Em vez de uma avaliação dialética do ser social, nos é dada uma descrição esquemática e uma pseudo-solução. Para ele, tratar a consciência de classe como mera subjetividade e *subproduto* da economia capitalista é criar uma caricatura da teoria marxiana, sendo esse ponto de vista uma abordagem que substitui o complexo dialético de Marx por um modelo determinista mecânico e unilateral.

Assim, ao final, a consciência é grosseiramente subsumida à economia e seu papel se torna ilusório; ela não pode, ativamente, produzir mudanças, uma vez que seria por si só, o mero produto do desenvolvimento econômico da economia capitalista. (Mészáros, 2008: 56).

¹⁰ *Grifos do autor.*

No entanto, através de uma abordagem dialética, embora os fundamentos econômicos da sociedade capitalista constituam determinantes fundamentais do ser social de uma classe, ao mesmo tempo eles também são determinantes determinados.

Em outras palavras, as afirmações de Marx sobre o significado ontológico da economia só fazem sentido se formos capazes de apreender sua idéia de *interações complexas*¹¹ nos mais variados campos da atividade humana. Desse modo, as várias manifestações institucionais e intelectuais da vida humana não são simplesmente *construídas sobre* uma base econômica, mas também *estruturam* ativamente essa base econômica, através de uma estrutura própria, imensamente intrincada e relativamente *autônoma*. (Mészáros, 2008: 57)

Entendemos, então, que não se pode apreender o conceito de consciência de classes em Marx, sem compreender a visão de causalidade social, na qual, toda nova conquista humana introduz novos elementos no conjunto complexo de interações que caracterizam a sociedade em qualquer tempo.

Muito embora a concepção marxiana sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista no século XIX tenha, desde então, suscitado um grande debate sobre seus resultados, dentre eles o próprio conceito de classes, a sua metodologia, a herança hegeliana ou e até mesmo o ataque e a sua caracterização (denominada *posteriormente* como mecanicista) – e já apontada aqui por Mészáros – Marx destaca que “a burguesia ao invés de conceber a ordem capitalista como um estágio transitório de evolução, a encara como a configuração última e absoluta da produção social” (MARX, 1988: 22).

À luz dessa discussão, é que colocamos em movimento os principais aspectos das transformações do modo de produção capitalista em sua fase monopolista, como nos lembra Florestan Fernandes, uma vez que se as condições

¹¹ *Idem.*

de produção na Inglaterra e na França do século XIX não correspondiam, por exemplo, às condições de produção da Alemanha e da Itália no final do mesmo século; as mesmas questões também devem ser colocadas para a América Latina do século XX.

Se é verdade que o capitalismo se transformou, temos de estabelecer quais são os limites dessa transformação. São de fato transformações profundas: na tecnologia; no sistema de produção, mercado, e financiamento; na forma mundial assumida por todas as atividades econômicas; no estilo de vida e nos padrões de consumo; na divisão social do trabalho e na estratificação das classes: transformações essas que afetam os focos de pobreza, ampliam os setores intermediários e massificam até certas formas mais ou menos conspícuas de consumo; na socialização pré-escolar, escolar e pós-escolar; na comunicação de massa; na organização do movimento sindical, sua burocratização e “corporativização” e no padrão do protesto operário; e por aí afora (Fernandes, 1979: 20).

São essas transformações, consequência da ampliação das corporações e trustes e sua forma de dominação de setores importantes da economia, o que entendemos como o ponto de partida para a fase monopolista¹² do capitalismo, que agem também na reestruturação da sociedade moderna, estratificando cada vez mais a base econômica e modificando a proporção de trabalhadores nos setores primário, secundário e terciário.

Com isso, cada passo dado resulta em mudanças nas forças produtivas e na estrutura capitalista de produção, provocando mudanças significativas no dinamismo da economia - reflexos das chamadas revoluções tecnológicas.

O reflexo desse processo é identificado no deslocamento das fronteiras e do próprio significado do capitalismo, que implicam na “internacionalização da produção capitalista e (no) alcance ou eficácia do controle ideológico dentro da ordem”. (Fernandes, 1979: 21)

¹² Ver Baran, P. A. e Sweezy, P. M. *Capitalismo Monopolista* (1974); Sweezy, P.M. *Capitalismo Moderno* (1977).

Ainda em Fernandes (1979), esse processo de expansão do capitalismo não deixou de produzir a apropriação privada dos meios de produção nem de privilegiar a propriedade privada, não deixou de valorizar o lucro, não atenuou o despotismo burguês, não impediu o crescimento da desigualdade econômica e seus efeitos sobre a concentração social, racial, regional e nacional da renda.

Outro reflexo desse processo, a contradição entre a forma de produção e reprodução da ordem e a estrutura da sociedade global, baseados nos princípios da liberdade, da igualdade e da democracia burguesa, mesmo evoluindo nas nações centrais do capitalismo (Estados Unidos primeiro, seguidos por Suécia, Inglaterra, França e Alemanha), não foi capaz de eliminar as classes sociais, muito embora tenha produzido uma aparente atenuação de seus contrastes.

Em certo sentido, o regime de classes ficou mais flexível. O que parecia ser peculiar aos Estados Unidos tende a generalizar-se sob um “capitalismo de afluência”. Tal capitalismo não pode eliminar o que é básico e intrínseco ao capitalismo sem *destruir* o próprio capitalismo e sua forma social, a sociedade de classes. O que quer dizer que uma sociedade de classes diferentes não é o mesmo que uma sociedade de classes *sem capitalismo*. Isso seria um contra-senso. (Fernandes, 1979: 21).

O capitalismo de afluência, aqui destacado por Fernandes, seria capaz de gerar uma realidade histórica nova, produzindo riquezas e alcançando níveis de produtividades jamais imagináveis há pouco mais de dois séculos, mas, ao mesmo tempo é incapaz de eliminar certos bolsões de miséria e as tensões sociais que são consequência da má distribuição das riquezas produzidas no modo de produção capitalista.

Uma das consequências desse modelo é a maior flexibilidade do capitalismo, que para ampliar sua área de influência, produz mecanismos que

renovam as suas formas de expropriação de mais-valia (absoluta e relativa¹³) ao menor sinal de crise, metamorfoseando-se e readaptando-se as novas condições de produção que foram gestadas em seu próprio interior.

A outra consequência é o potencial de autodefesa, adquirida através de inovações tecnológicas, novas estruturas de poder e da socialização. Essa socialização será responsável pela difusão das idéias dominantes através da cultura de massa e utilização do controle policial-militar, conferindo ao capitalismo a capacidade de autodefesa e ataque aos seus inimigos internos e externos. Os inimigos internos representam, para a burguesia, o risco iminente da perda do domínio hegemônico na condução do Estado como o “comitê para gerir os negócios”¹⁴ da classe dominante. Já o inimigo externo representa o perigo do comunismo, como alternativa para o modo de produção capitalista.

Ambas as consequências são irradiadas tanto no centro como na periferia do sistema capitalista, e dessa forma o processo de autodefesa opera de dentro para fora, dos centros hegemônicos do capital para as periferias, e de cima para baixo, abarcando todas as instituições dentro da ordem burguesa. Essa última busca localizar determinados pontos críticos de resistência a ordem capitalista e tenta suprimi-los ou controlá-los.

Não é por outro motivo que dentro da ordem capitalista, qualquer ameaça do funcionamento de suas instituições burguesas é caracterizada como antidemocráticas e autoritárias. Cabe aqui ressaltar que a concepção de

¹³ Cf. Marx (*O Capital*) utilizamos aqui a classificação de *mais valia absoluta* e *mais valia relativa*, sendo a primeira o prolongamento da jornada ou a diminuição da jornada de trabalho. Já a segunda, consiste na diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para se reproduzir a força de trabalho, contudo, não se extrai a mais valia relativa apenas tornando o trabalho mais produtivo, pois isto só altera o valor unitário da mercadoria e não a proporção entre trabalho necessário e excedente.

¹⁴ Ver ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Vol III. São Paulo: Ed. Alfa-ômega, s/d.

*autoritarismo*¹⁵ “pode designar uma variação normal, quanto pode confundir com uma compulsão ou disposição universal de exacerbação da autoridade” (Fernandes, 1979: 06).

A partir dessa concepção, que Florestan Fernandes critica, amplia-se a utilização do termo autoritarismo criando uma conexão com quaisquer regimes, em substituição ao conceito de ditadura, como sinônimo de totalitarismo.

Sob essa ótica tanto o nazifascismo, durante a primeira metade do século XX, como o capitalismo de Estado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – desde a Revolução de Outubro até a queda do Muro de Berlim (1989) e o fim do chamado Bloco Comunista (1991) – e uma série de outros modelos, são caracterizados como sistemas totalitários.

Com isso “a defesa da democracia se confunde com a defesa do capitalismo”, legitimando as ações do Estado para a manutenção da ordem, seja contra o inimigo interno ou contra o inimigo externo, mesmo que o despotismo burguês seja transformado num mal necessário, pretensamente baseado na defesa dos fundamentos da liberdade e da existência da própria civilização.

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação (Marx e Engels, 1996: 72)

¹⁵ Sobre autoritarismo ver FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo*. São Paulo: Hucitec, 1979.

A generalização das ideias da burguesia, pela defesa da democracia, da liberdade, da propriedade privada e sobre o Estado, que antes visava a universalização, agora se estabelece como concepção de mundo, apresentando seus interesses como sendo os interesses comuns de todos os membros da sociedade e, logo, para o capitalismo.

O que é racional para o capitalismo, o seu fortalecimento e a sua sobrevivência acaba sendo racional para o homem em geral e para a defesa da civilização. Como no mundo da sociedade primitiva, o bárbaro é o outro e o outro vem a ser a ameaça externa (ou interna) do “comunismo”. A democracia burguesa, que nunca existiu dentro da empresa, sempre foi mitigada ao nível das outras instituições e sempre foi parcial ao nível do Estado, sofre uma corrupção sistemática (Fernandes, 1979: 24).

Como *modelo ideal*¹⁶ de democracia burguesa, podemos destacar o modelo idealizado pelos pais fundadores, os Estados Unidos. Encontramos ali, que os reflexos das crises cíclicas ainda não haviam deixado suas marcas, assim como o capitalismo ainda não havia demonstrado seu caráter e poder de metamorfose.

Notamos que o modelo de Estado que propala a liberdade *dentro da ordem*, sente a crescente pressão das contradições do modo de produção capitalista, produzindo riquezas como nunca e desenvolvendo modelos de consumo, o que também alimenta formas de interpretação da realidade, e assim, cria e mobiliza as massas em defesa da democracia e do capitalismo. É importante destacar, também, que esse processo, caracterizado por Adam Przeworski (1989), como “aburguesamento” da classe trabalhadora, não pode ser confundido com um desaparecimento dos conflitos de classe.

Se o acesso crescente a bens materiais e a homogeneização de certos padrões de consumo, possibilitaram a participação das massas como importante

¹⁶ *Grifos nossos.*

agente na defesa do modo de produção capitalista, isso se deu devido aos reflexos da tentativa, bem sucedida, da transformação de uma concepção de mundo e interesses da burguesia em interesses universais.

Deixando de ser revolucionária, a classe dominante prende-se ao estabelecimento, converte-se em antigo regime, em suma, a classe contra a qual irá toda e qualquer mudança revolucionária. Ela só pode falar em nome de todos, dos interesses gerais ou comuns, quando se trata da defesa da ordem, de manter o estado atual das coisas (Fernandes, 1979: 25).

É dessa forma que o Estado desenvolve a capacidade de manter a ordem, o que implica em intervenções que necessariamente monopolizam a violência institucionalizada. Esse modelo de organização do Estado reprime e oprime toda e qualquer possibilidade de subversão da ordem, forçando, através da imposição, a geração de um conformismo e até mesmo um reformismo para a manutenção da ordem existente através da cooptação, corrupção e da irracionalidade.

É importante destacar que esse modelo idealizado numa especificidade capitalista, os Estados Unidos da América, só foi possível devido ao rápido desenvolvimento de suas forças produtivas a partir do processo de revolução burguesa no século XVIII. Esse processo consolidou a ordem capitalista e, ao mesmo tempo, estendeu aos setores intermediários daquela sociedade o acesso à parte dos bens produzidos. Como consequência, o movimento operário na América, se comparado ao ocorrido na Europa, não teve tempo de se consolidar e de desenvolver mecanismos de resistência, de luta e de reivindicações.

Nesse caso, há que considerarmos, especificamente que nos Estados Unidos, os benefícios como seguro social, educação e assistência social, ao chegarem na esteira do *Welfare State*¹⁷ - no qual o Estado transfere suas

¹⁷ Estado de bem-estar social.

responsabilidades para o âmbito privado - criaram as condições para a sedução e para neutralização dos movimentos operários. Já na Europa, o modo de produção capitalista, sob a especificidade e a influência dos processos de unificações e de consolidação dos Estados Nacionais, embora tenha contado com a participação dos trabalhadores, não foi suficientemente rápido para incorporar - dentro dos padrões de consumo e até mesmo da participação na estrutura burocrática do Estado - toda uma massa de operários e suas reivindicações.

O movimento operário na Europa, através das federações, associações, sindicatos e, posteriormente, dos partidos, teve como única alternativa para a sua sobrevivência, a resistência, a organização e a luta por direitos que lhe eram negados pela burguesia. Podemos destacar como exemplo, a luta pelo sufrágio, o acesso ao universo parlamentar e a crescente participação na estrutura institucional do Estado. Elementos que consolidaram naquele continente uma linguagem socialista, resultante da contestação e do crescimento do proletariado, responsável pela resistência e sobrevivência de muitos movimentos.

Seja nos Estados Unidos ou na Europa, todos os países capitalistas centrais trataram de deprimir e minorar a pressão do movimento operário e, ao mesmo tempo, criar as condições de cooptação e corrupção, ou ainda, em uma massa diluída e amorfa que operasse como elemento de manobra dentro da ordem capitalista. Mesmo assim, não podemos negar que o capitalismo abriu a perspectiva para a barganha, articulação e incorporação do inimigo principal em sua estrutura, que só apareceu tardiamente na Europa. Contudo, isso não impediu a manifestação das tensões entre a burguesia e o proletariado dentro do chamado Estado democrático, revelando as possibilidades de uma pressão antiburguesa das massas.

Podemos destacar aqui, como exemplo da repressão do movimento operário, o caso da Alemanha do último quartel do século XIX, sob o governo do Chanceler Bismark¹⁸, quando o Partido Socialdemocrata Alemão (SPD) entrou na ilegalidade devido à aplicação das leis anti-socialistas. É importante verificar que durante esse período, o SPD saltou de 3,3% dos votos para o *Reichstag* para 19,7%, o que demonstra que mesmo sob a vigilância do Estado Alemão, o partido continuou a exercer influência sob o proletariado e a organização de atividades. “O fato é que os resultados eleitorais do Partido Socialdemocrata Alemão assustavam a burguesia e a nobreza *Junker*¹⁹ no poder” (Santos, 2006: 16).

Ainda assim, a forte influência burguesa levou os sindicatos, mesmo com a prerrogativa vanguardista (representando os trabalhadores), a uma “defesa crescente da democracia parlamentar e deixaram de questionar se deveriam possuir um poder de barganha ou um contraponto” ao sistema de representação no âmbito da democracia burguesa (Fernandes, 1979: 26).

É bem verdade que a participação dos trabalhadores através do sufrágio universal é verificada por muitos autores²⁰, e mesmo não se configurando como o nosso objetivo discutir as diferentes vertentes dos debates entre socialistas e socialdemocratas na Europa além das consequências destes para o

¹⁸ Cf. Irving Fetscher. “Bernstein e o desafio à ortodoxia”. In: Eric Hobsbawn. *História do Marxismo*. Vol II O marxismo na época da Segunda internacional. São Paulo: Paz e Terra, 1982 (p.257). Em 21 de outubro de 1878, entrou em vigor a lei contra as posições socialmente perigosas da socialdemocracia; até novembro do mesmo ano haviam sido proibidos: 163 círculos, 40 periódicos e 231 publicações não-periódicas; Em maio de 1880, a lei foi prorrogada até setembro de 1884. Em 12 de maio de 1884, foi novamente prorrogada por dois anos, o mesmo sucedendo em 21 de março de 1886 e em 17 de fevereiro de 1888, quando foi revogada em 25 de janeiro de 1890, porque até mesmo os conservadores – para os quais o projeto de lei não era suficientemente amplo – votaram contra. O balanço de doze anos em que a atividade do partido fora proibida soma 155 periódicos e 1200 textos impressos não-periódicos proibidos, 900 expulsões e mais de mil anos de prisão para mais de 1500 pessoas.

¹⁹ Na Alemanha, jovem pertencente à nobreza; proprietário de terras (Grifo do autor).

²⁰ Dentro os autores podemos destacar que selecionamos e mencionamos a participação dos trabalhadores nas eleições: Marx e Engels, Fetscher, Salvadori, Przeworski, Eley. No Brasil principalmente Caroni, Florestan, Bertelli e Musse.

desenvolvimento do movimento operário, não podemos deixar de destacar aqui algumas passagens que tratam da participação e da importância da intervenção dos partidos, de acordo com suas especificidades, variando muito entre os países latinos e eslavos na Europa. A partir de uma passagem do texto de Engels, *Introdução*²¹ para o texto de Marx – *A luta de classes na França de 1848 a 1850* – pode-se ter uma idéia de como o sufrágio universal ganha paulatinamente importância entre o operariado.

(...) há muito existia na França o sufrágio universal, mas caíra em descrédito em consequência do mau uso que lhe dera o governo bonapartista. Depois da Comuna não havia nenhum partido operário para empregá-la. O sufrágio universal também existia na Espanha, desde a República, mas nesse país a abstenção eleitoral sempre fora a regra de participação de todos os partidos sérios da oposição. Os operários revolucionários dos países latinos haviam-se habituados a encarar o direito do sufrágio como uma armadilha, como um instrumento governamental de embrulho. Diferentemente ocorreu na Alemanha. (...) Quando Bismark viu-se obrigado a instituir esse direito de voto como o único meio de interessar as massas populares em seus projetos, nossos operários tomaram imediatamente a coisa a sério e enviaram Augusto Bebel ao primeiro Reichstag constituinte. E a partir desse dia, utilizaram de tal maneira o direito de voto que tiveram mil e uma recompensas, o que serviu de exemplo aos operários de todos os países. (...) No entanto, utilizando tão eficientemente o sufrágio universal, o proletariado praticara um método de luta inteiramente novo que se desenvolveu com rapidez. Viu-se que as instituições estatais, nas quais se organiza o domínio da burguesia, ainda oferecem possibilidades novas de utilização que permitem à classe operária combatê-las. Participou-se das eleições para diversas dietas, conselhos municipais e juntas de trabalho, disputando-se à

²¹ Cf. Nota do texto “Introdução a luta de Classes na França 1848 a 1850” In: Marx e Engels. *Obras Escolhidas*. Vol I. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d. Esta introdução foi grosseiramente desfigurada pela direção oportunista da socialdemocracia alemã. Em março de 1895, W Liebnecht publicou no *Vorwarererts*, órgão central do Partido, várias passagens arbitrariamente escolhidas da *Introdução* selecionando tudo que podia servir para defender uma tática de paz a todo uso e contrária à violência. Engels em carta a Kautsky em 1º de abril de 1895, destaca que “um extrato da minha *Introdução*, publicado sem o meu consentimento e arrumada de tal modo que surja como um pacífico adorador da legalidade a todo custo” Engels exige a todo custo que sua *Introdução* seja integralmente publicada. Segundo a direção do Partido, havia naquele período uma nova ameaça de exceção contra os socialistas e Engels teve que concordar com a supressão das passagens politicamente mais cortantes, nas quais refere-se à iminente luta armada do proletariado contra a burguesia. A direção da socialdemocracia alemã, em cujas mãos se encontrava o arquivo de Marx e Engels, não chegou a publicar integralmente esta *Introdução*, tratando de utilizar o texto mutilado para justificar sua política oportunista. O texto completo da *Introdução* não veio à luz até ser publicado na União Soviética (N. R.)

burguesia cada posto em cuja designação do titular participava uma parcela suficiente do proletariado. Ocorreu então que a burguesia e o governo chegaram a ter mais medo da atuação legal do partido do que da atuação ilegal do partido operário, mais temor aos êxitos das eleições do que aos êxitos da rebelião. (Marx e Engels, s/d: 102-103).

A crescente participação dentro da estrutura de poder do Estado burguês engendrou no proletariado, ou pelo menos em sua base representativa – sindicatos e partidos – a crença na possibilidade de alteração na direção do próprio Estado, e assim, juntamente com parte da burguesia, esperavam “remediar os males sociais”, desejando “as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e os perigos que dela decorrem fatalmente (...) a sociedade atual, mas eliminando os elementos que a revolucionam e a dissolvem (...) a burguesia sem o proletariado” (Marx, s/d: 43).

Juntamente com essa concepção de cooperação de classes, abriu-se o espaço para o florescimento do anticomunismo, que após 1914 transformou o pensamento da socialdemocracia, outrora anticapitalista, num irracionalismo imperialista que ao transfigurar-se no irracionalismo fascista, criou as bases do pensamento nacional-socialista.

Dito em outras palavras, foi a “destruição da razão”²², através do irracionalismo do pensamento filosófico e sociológico alemães que constituiu o “ovo da serpente” que gerou os fundamentos teóricos (filosóficos e sociológicos) que serviram de base para o horror nazifascista (Bertelli, 2000: 243-244).

A concepção burguesa do Estado (Estado democrático), através da cooptação e corrupção das massas, seu paulatino conformismo e a legitimação de um Estado forte em defesa de uma democracia forte e do estilo democrático de vida, pretendia colocar o proletariado ao lado do estabelecimento da lei, da ordem, da segurança, etc.

²² Destaques do autor.

Todos os elementos que universalizaram uma concepção particular (da burguesia) e engendraram um Estado democrático, entrelaçaram toda a base produtiva, perpassando as esferas jurídica, política e militar, sendo essa última – formada pelo complexo industrial-militar – a responsável por conciliar todas as formas de poder, unificando a burguesia do capitalismo monopolista de tal forma que a burguesia do capitalismo competitivo jamais poderia fazer e ainda contando com aliados internos mais numerosos e mais penetrados capazes de socializar a concepção burguesa de mundo. Não são apenas os meios de comunicação, mas através deles, toda uma solidariedade política que abarca setores intermediários e uma ampla parte das classes subalternas, penetrando-as profundamente por uma situação de interesse de classe e de valores sociais, direitos e garantias de vários tipos que os identificam com a classe privilegiada.

Em suma, a defesa da democracia forte – capaz de livrar-se de seus inimigos (internos e externos) – foi universalizada e disseminada propagando que para além do capitalismo do Estado parlamentar e do liberalismo não existe qualquer humanidade, só o inimigo.

1.2 Apropriações teóricas: a mediação entre o particular e o universal.

Para compreender os reflexos do processo de modernização conservadora que é empreendido em nosso país, devemos, antes de qualquer coisa analisar, inicialmente, qual a característica dessa forma particular de desenvolvimento das forças produtivas em uma sociedade capitalista e quais os seus efeitos na conformação, organização, representação e luta dos trabalhadores.

Também é imprescindível delimitar o arcabouço de nossas apropriações teóricas para tal atividade, uma vez que ela, como instrumento de abordagem da realidade, é também a expressão de como proceder diante da concretude peculiar que articule objetivamente sentidos e argumentos para a compreensão dessa realidade.

Nesse exercício é importante recorrer a um exercício de apropriação mental que consiga, através das referências do próprio objeto, dar conta daquilo que exige e demanda compreensão. Assim, para articular, de maneira coerente, essa realidade ao aparato de investigação, “antes de interpretar ou criticar é incontornavelmente necessário compreender e fazer prova de haver compreendido”, aquilo que se objetiva analisar. (Chasin, 2009: 25).

Para Georg Lukács, “o conhecimento ligado à prática cotidiana se fixa, em qualquer ponto, a depender de suas tarefas concretas e práticas”, já o “conhecimento científico, se diferencia no curso do longo processo de desenvolvimento humano”, seja em seus limites extremos ou em suas particularidades. (1978: 159).

Com isso, a realidade objetiva pode ser apreendida não como conteúdo, mas sim como forma, através de determinadas características peculiares dos campos de atividade humana, o conhecimento prático e o conhecimento teórico, em categorias. Em outras palavras,

(...) naturalmente, a longa especialização, realizada com sucesso, implica em que se aperfeiçoem órgãos receptivos que percebem coisas, formas, relações, etc., que não poderiam ser obtidas pela práxis imediata da vida cotidiana (Lukács, 1978: 160).

Não se trata de uma opção aos mecanismos resultantes das técnicas e instrumentos que refletem o grau de desenvolvimento da produção econômica, das

ciências naturais, mas, sobretudo, dos resultados dos estímulos da diversificação do trabalho somados à ciência, à arte e à prática cotidiana.

Entendida dessa forma, a diferenciação produzida pelo desenvolvimento das forças produtivas e do processo historicossocial, não isola entre si as atitudes singulares, ao contrário, quanto maior a especialização, tanto maior podem ser as suas relações recíprocas, ou seja, os estímulos que elas oferecem para o desenvolvimento das atividades humanas.

De acordo com a filosofia idealista, o estabelecimento de prioridades na investigação de uma dada realidade objetiva comum, espontânea e acríticamente com o pensamento metafísico. Aprioristicamente, o idealismo subjetivista cria mundos especialíssimos, isolados uns dos outros, como algo particular. Não por acaso, que há uma ruptura do *materialismo* com o *idealismo*²³.

Já a concepção dialética no interior do materialismo, incorpora, de um lado, uma unidade conteudista e formal do mundo refletido. De outro, “sublinha o carácter não mecânico e não fotográfico do reflexo, isto é, a atividade que se impõe ao sujeito”, como resultado e “forma de questões e problemas socialmente condicionados, colocados pelo desenvolvimento das forças produtivas e modificados pelas transformações da relação de produção”, quando este “constrói o mundo do reflexo” (Lúkács, 1978: 160-161).

É nesse campo que reside um dos problemas do pensamento humano, a construção das relações entre as categorias universal, particular e singular.

²³ Referimo-nos aqui a dois campos do desenvolvimento do pensamento filosófico, o idealismo de Kant e o materialismo de Hegel no qual Lukács caracteriza elementos contraditórios do ponto de vista metafísico e dialéticos em ambos os pensadores na filosofia clássica alemã para os problemas decorrentes de novas ciências e seus métodos, que surgem principalmente a partir do século XVIII.

Não por acaso, Marx em o *prefácio à contribuição da crítica da economia política* retoma a importância do ponto de partida para a análise do capital, a mercadoria, como forma de particular expressão da riquezas produzida por uma sociedade e justifica o método:

(...) embora [eu] tenha esboçado uma introdução geral, prescindindo dela, pois bem pensadas as coisas, creio que adiantar resultados que serão demonstrados, seria antes um estorvo, e o leitor que queria realmente acompanhar-me deverá estar disposto a seguir do particular para o geral. (Marx, s/d: 300).

A obra marxiana é a negação explícita do parâmetro na identificação da cientificidade “tendo sua própria arquitetônica reflexiva, e, por consonância, natureza completamente distinta daquela suposta pelo epistemologismo. (Chasin, 2009: 27).

Esse movimento que parte do particular para o universal, também é encontrado na construção dialética do pensamento e na luta para alcançar a consciência de classe. Os problemas na mediação entre o particular e o universal, e deste último em relação ao singular, são observados por Mauro Luis Iasi da seguinte forma:

O ser da classe trabalhadora não está somente no seu momento particular de sua expressão cotidiana, nem na abstração sociológica de um sujeito histórico, mas precisamente no movimento que leva de um até outro. (...) o ser e a consciência de classe e, portanto, estão mais no processo de totalização do que na totalidade (...) aqui também o produto costuma esconder o processo (Iasi, 2006: 75).

Esse exemplo, contudo, não se limita à relação dialética entre o universal e o particular, mas essa forma de abstração pode ser estendida entre o universal e o singular.

(...) os opostos (singular se opõe ao universal) são idênticos: o singular só existe na ligação que conduz ao universal. O universal

só existe no singular, através do singular. Todas as coisas singulares são (de um ou de outro modo) universais. Cada coisa universal é parte, ou um lado, essência do singular. Qualquer universal abarca apenas aproximadamente todos os objetos singulares. Qualquer elemento singular só entra em incompletamente no universal. E assim por diante. Todo singular se liga por milhares de transições às singularidades pertencentes a outro *gênero* (coisas, fenômenos, processos). E inversamente. Já *aqui*, existem elementos, embriões do conceito da *necessidade*, da ligação objetiva com a natureza, etc. O contingente necessário, a aparência e a essência já estão presentes (Lukács, 1978: 5).

Em síntese, a nossa interrogação aqui assumiu como objetivo a análise ou crítica imanente e sua adequação para a leitura das formações ideais, práticas políticas e da forma particular de expressão do modo de produção capitalista. Assim como os efeitos da modernização conservadora e a análise da condição particular da luta política e sindical dos trabalhadores, no sudoeste goiano, em relação com a sua expressão ampliada no final da década de 1970.

1.3 O processo de desenvolvimento capitalista na periferia refletindo no sudoeste goiano.

Se do ponto de vista produtivo há circunstâncias e diferenças que determinam o grau de desenvolvimento entre os países centrais, é necessário, sobretudo, verificar as múltiplas determinações das transformações capitalistas e seus reflexos na organização dos trabalhadores também na chamada periferia.

No nosso caso, a análise do sudoeste do Estado de Goiás, região fortemente ligada ao processo de expansão das fronteiras agropastoril – ainda que uma agricultura sob o capitalismo concorrencial²⁴ – é o ponto de partida para uma

²⁴ Cf. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, (...) a etapa concorrencial do capitalismo, se deu de forma desigual temporal e espacialmente. (ao mesmo tempo em que o capitalismo ia-se expandindo entre os próprios países da Europa, ele se disseminava mundialmente, fazendo circular as mercadorias. A produção de mercadorias foi, sobretudo, a característica da primeira fase do capitalismo.

interpretação da circularidade das características políticas, econômicas, culturais e sociais. Ou seja, uma especificidade que demonstre diferentes condições de organização do trabalho e da classe trabalhadora fora dos grandes centros urbanos no Brasil, mas articulando essas duas condições.

Por isso há a necessidade de questionarmos quais as condições para o surgimento de uma classe trabalhadora e quais as condições e possibilidades para o desenvolvimento dos mecanismos de luta e resistência nesta especificidade.

Muito embora não seja nosso objetivo abordar as origens da ocupação do Estado de Goiás e da sua região sudoeste, será necessário pontuar aspectos do desenvolvimento da região - com suas características econômicas, políticas, sociais e culturais - uma vez que esses elementos também contribuíram para a formação da classe trabalhadora.

Para o professor Valter Estácio Maia, “o Estado de Goiás oferece condições propícias para o seu desenvolvimento”, devido ao seu clima, vegetação, relevo e solo. Além de sua média pluviométrica, “cria perspectivas agropastoris favoráveis com conseqüente geração de riqueza, progresso e desenvolvimento” (1986: 31).

Ainda segundo Maia, “a economia de Goiás permanecia dependente e inviável para grandes empreendimentos”, o que começou a mudar a partir da

Assenhoreando-se do comércio internacional, o capital foi dominando, simultaneamente, o mundo todo. E essa dominação não se deu sempre pela expansão, nessas áreas novas, da produção de mercadorias através de relações especificamente capitalistas. Assim, a etapa da produção imediata e a da distribuição não eram especificamente capitalistas, porém a circulação e o consumo sim. Com o desenvolvimento industrial e conseqüente crescimento das cidades, a agricultura foi se transformando, adaptando-se. Esse processo adquiriu características distintas em cada país em particular, mas do geral havia um traço em comum. (...) de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não capitalistas. Neste caso, com a articulação como comércio capitalista, foi possível desenvolver a agricultura do camponês produtor individual de mercadorias e do escravismo produtor de mercadorias.

década de 1950, com o advento de Brasília²⁵, devido à necessidade de ampliar a malha viária para o acesso à nova capital do Brasil e alcançar a tão sonhada integração nacional.

Goiás é peça importante no complexo econômico do Brasil. É uma demonstração de como a economia deve funcionar como um todo. A implantação definitiva (da BR-153) está aí, cortando chapadas, rasgando cerrados, transpondo areiões e abrindo florestas para infiltrar o homem que produz e que transforma, às suas margens, fazendo florescer as vilas e lugarejos que conquistam autonomia. Surgem novos povoados, novas cidades. Cada ramal é uma fronteira que conduz, num leva-e-traz de matérias primas a um novo marco de vida social, política e econômica. Somando a Belém-Brasília, a capital Federal, (...) fez do outrora Goiás dos índios e do carro de boi um novo Estado dentro do Brasil. Por toda a parte, surgem sinais de civilização, de vida, de riqueza, de desenvolvimento (Maia, 1986: 35-36).

O que chama a atenção neste trabalho desenvolvido por Maia, além de sua concepção de progresso, é a forma como tenta evidenciar a sua preocupação pelas “coisas de Goiás”, na expectativa de fazer – segundo a *introdução* do seu trabalho – com que “empresários e governo ocupem nossos espaços e aproveitem racionalmente nossas riquezas, transformando-as adequadamente, gerando mais emprego e novas riquezas” (Maia, 1986: 14).

A concepção de desenvolvimento pode ser compreendida, juntamente com o conceito de periferia, embora o segundo não seja preciso, tratando-se muito mais de uma das características da visão *europocêntrica* e do *norteamericanismo* que representam uma dada concepção de mundo e do desenvolvimento capitalista. Isso é facilmente identificável no governo, nos círculos acadêmicos, no empresariado e também nos meios de comunicação, até mesmo de uma cidade do interior do país. É importante lembrar que neste período o Brasil vive uma *ditadura*

²⁵ Sobre Brasília ver Luiz Sergio Duarte da Silva em *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: ED. UFG, 1997.

*militar*²⁶, que se estendeu de 1964 a 1985 e, ao contrário dos grandes centros urbanos, o controle e a censura nos meios de comunicação parecem não serem necessários, uma vez que tais veículos demonstravam apoiar abertamente as ações governamentais.

Tomamos como exemplo disso, a capa do *Jornal do Sudoeste*²⁷ que, em sua primeira edição veiculada na cidade de Jataí, traz a síntese da participação e do discurso do Presidente Ernesto Geisel na abertura do *IX Congresso da Associação dos Industriais Latino-Americanos*:

(...)Geisel defendeu a necessidade de união entre os países da América Latina, afirmando que o Brasil se dispõe a uma cooperação fundada no respeito mútuo, no acatamento responsável a compromissos livremente assumidos em reais benefícios para todas as partes interessadas. O Presidente afirmou que “o Brasil, tal como não aceita qualquer hegemonia externa, com rigorosa simetria ética repele liminarmente, a hipótese de exercê-la. Ao mesmo tempo, está convencido de que vantagens unilaterais ou desequilibradas não são duradouras e, pois, indispensável será buscar-se, com perseverança, a coincidência ampla de interesses e a justa equivalência nos resultados. (...) considerou importante a ação conjunta da América Latina, no momento em que o Continente é afetado por transformações singularmente graves no comportamento econômico internacional”. No terreno das relações comerciais – assinalou o Presidente – serão indispensáveis revisões de profundidade, porquanto, em virtude de uma divisão do trabalho inadequada, os países em desenvolvimento se veem condenados a uma remuneração insuficiente da exportação de seus produtos primários ou manufaturados de baixa sofisticação tecnológica,

²⁶ Muito embora grande parte da historiografia recente brasileira interprete o processo de Golpe de Estado de 1964 associando ditadura militar e regime autoritário, que suprimiu as liberdades no contexto de um Estado democrático burguês, nossa opção aqui é de interpretar esse período como sendo reflexo de um *Estado autocrático burguês*, que para José Chasin “a autocracia burguesa institucionalizada é a forma da dominação burguesa em ‘tempos de paz’, o bonapartismo é sua forma em ‘tempos de guerra’” (José Chasin, *Miséria Brasileira (1964-1994): do golpe militar à crise social*. Santo André (SP): estudos e Edições Adhominem). Já o *bonapartista*, segundo o Antônio Rago Filho, trata-se do processo de auto-reforma, na passagem do bonapartismo para a institucionalização da autocracia burguesa (Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História [PUC-SP]. Nº 29 – tomo 1, São Paulo: Educ, 2004).

²⁷ O *Jornal do Sudoeste*, semanário de tiragem de cerca de 5.000 exemplares que veiculou na cidade de Jataí e em cidades da região sudoeste e parte do Estado do Mato Grosso entre maio de 1975 a fevereiro de 1977. Durante esse período publicou 79 números sob a direção de Wanderley Guimarães, vereador eleito em 1972 pela Ação Renovadora Nacional (ARENA), cumprindo também o cargo de Presidente do legislativo durante o biênio 1973/1974.

sujeitos, ademais, a reações protecionistas, específicas e imprevisíveis, quando conseguem, penosamente, alcançar níveis de competitividade nos mercados industrializados aos quais não podem deixar de buscar acesso. (*Jornal do Sudoeste*, 31-5-1975: 1)²⁸.

É importante destacar aqui que, embora se trate de um periódico de circulação restrita ao sudoeste do Estado de Goiás, notamos um grande espaço às matérias de âmbito nacional, dando ênfase às ações do governo federal, seguido pelos destaques do executivo estadual de Goiás²⁹ e da prefeitura municipal de Jataí³⁰ no que diz respeito às questões políticas. Já no espaço reservado para a economia, notamos que havia nas edições, uma tentativa de articular as ações dos governos com os resultados positivos para a economia nacional que, necessariamente, parece reverter em oportunidades para o desenvolvimento regional.

Não é mera coincidência a grande exaltação aos governos federal, estadual e municipal, uma vez que todos eles são da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) - mesmo partido do vereador e diretor do jornal, Wanderley Guimarães. Vale lembrar também que a data da veiculação do periódico coincide com o octogésimo aniversário da emancipação de Jataí³¹, elevada à categoria de cidade em 31 de maio de 1895, através de decreto estadual de nº 56.

²⁸ Matéria distribuída pela Agência Nacional.

²⁹ Gestão 1975-1979 do Governador Irapuan Costa Júnior (ARENA), através de Eleição Indireta em 1974, realizada pelo sufrágio de um Colégio Eleitoral nas Assembléias Legislativas, na forma do artigo único, *caput* e § 1º, da Emenda Constitucional n.º 2, de 9-05-1972.

³⁰ Gestão 1973-1976 de César de Almeida Melo (ARENA), eleito em 1972 conforme art. 3º, do Ato Institucional n.º 11, de 14-08-1969 e regulamentadas na forma da Resolução n.º 9.208, do Tribunal Superior Eleitoral, de 31-05-1972. De acordo com a Constituição Federal de 24-01-1967, art. 16, I, a autonomia municipal seria assegurada “pela eleição direta de prefeito, vice-prefeito e vereadores realizada simultaneamente em todo o país, dois anos antes das eleições gerais para governador, Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa”.

³¹ A historiografia sobre o processo de ocupação da região sudoeste, as primeiras famílias a ocuparem a região, a formação da cidade de Jataí, as prováveis origens do nome, além de “personagens importantes da história” da cidade durante meados do século XIX e praticamente os primeiros setenta anos do século XX estão documentados em pouco mais de uma dezena de livros

Notamos que na concepção de desenvolvimento do presidente Geisel, o caminho inexorável, no qual todo e qualquer nação deveria passar para ingressar no *rol* de países “desenvolvidos”, compunha o percurso natural pelo qual o Brasil deveria atravessar.

Se, para Geisel, o Brasil estava em ascendente progresso, logo, em Jataí, também encontramos esse tipo de apropriação. Um exemplo disso pode ser visto na mensagem do prefeito da cidade na ocasião do seu aniversário.

Jataí de hoje, bela e pujante, celeiro de progresso e símbolo de dedicação (...) na última década transformou-se de uma cidadezinha, mal perceptível no mapa político do País, fizemos um importante centro regional, conhecido e reconhecido pela comunidade nacional” (“Mensagem de S. Excia. Sr. Prefeito Municipal César de Almeida Melo ao Povo de Jataí”, *Jornal do Sudoeste*, 31-5-1975: 4-5).

É importante verificar que essa concepção tanto de desenvolvimento, quanto do caráter pujante da “cidade abelha³²”, é compartilhada não apenas pelos correligionários da ARENA, mas também pelos seus “oposicionistas”, agrupados no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), os dois partidos institucionais no período³³.

que retratam as memórias, crônicas e até mesmo em dissertações e teses acadêmicas. Podemos citar dentre os autores que trataram sobre os mais diversos aspectos da cidade de Jataí, sobretudo de suas memórias: Basileu de Toledo França, Binômio da Costa Lima, Dorival Carvalho Melo, Filadelfo Borges de Lima, Maria Eloá de Souza Lima, dentre outros.

³² Segundo Dorival Carvalho Melo, embora tenha-se adotado o cognome “cidade abelha”, que é encontrado com frequência em “jornais, revistas, livros e até na bandeira da cidade a abelha está presente!(p.14)”, não há constatação de que a origem do nome da cidade seja relacionado a existência de abelhas jataí na região. Ainda em seu livro, *Nos porões do passado*, o autor sugere que o nome da cidade vem da existência da árvore de jataí, mais conhecida como jatobá.

³³ Cf. Maria Aparecida Aquino, os partidos políticos legalmente existentes até 1964, por força de Ato Institucional, foram cancelados e, em seu lugar, o regime militar criou dois: teoricamente, um da situação, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), e um da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Para o Legislativo, mantiveram-se as eleições diretas, com uma diversidade de restrições, de acordo com o tempo e as “necessidades” repressivas do regime. Para o Executivo federal, as eleições foram sempre indiretas, mas com o cuidado de manter a rotatividade entre os generais-presidentes. Brasil: golpe de estado de 1964. Que Estado, País, sociedade são esses? *Revista Projeto História, São Paulo, (29) tomo 1, p. 87-105, dez. 2004.*

Para entender o quadro político em Jataí na década de 1970 e 1980, durante o regime bonapartista, é preciso compreender que neste contexto, a correlação de forças e os partidos políticos existentes estavam organizados na disputa pela condução política do município e também da região.

Em nossa pesquisa, não encontramos documentos dos próprios partidos que comprovassem diretamente qual o panorama e a disputa política local, no entanto, o depoimento de Antônio Candido Lima (Tonho), membro do Partido Social Democrático (PSD) entre 1945 e 1964, nos aponta os motivos da divergência dentro do partido, o que culminou com a criação de um novo partido.

(...) existia o PSD³⁴, a UDN³⁵ e o PTN³⁶, tinha outros partidos fora, mas aqui só esses até o golpe. Quando foi do golpe criou as duas Arenas, Arena 1 e Arena 2 do Serafim de Carvalho. (...) o PTN só criou por isso, porque o PSD apontou um candidato que não era muito aceito e aí nosso grupo revoltou. Nós éramos tudo do PSD e não concordamos aí formamos um grupinho e pedimos um outro candidato, mas aí como o PSD já tinha um candidato nós candidatamos o César de Almeida pelo PTN.³⁷

³⁴ O PSD foi criado em 1945 e foi extinto em 1965 pelo ato institucional número 2 (AI-2) de 27 de outubro de 1965. Reuniu em sua formação, com o consentimento de Getúlio Vargas, os antigos interventores federais nos Estados como Benedito Valadares em Minas Gerais, Fernando de Souza Costa em São Paulo, Almirante Ernani do Amaral Peixoto no Rio de Janeiro e Agamenon Magalhães em Pernambuco. Formou junto com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a base getulista que elegeu dois presidentes Eurico Gaspar Dutra (1945) e Juscelino Kubtschek de Oliveira (1955).

³⁵ A União Democrática Nacional (UDN) foi fundada a 7 de abril de 1945 e se constituiu como a maior força opositora do PSD e PTB. Tinha uma forte influência militar em seus quadros, o que elevou a disputar em três eleições consecutivas com representantes das forças armadas. Concorreu em 1945 e 1950 com o brigadeiro Eduardo Gomes e em 1955 com o general Juarez Távora. O partido também foi extinto com o AI-2 em 1965.

³⁶ O Partido Trabalhista Nacional (PTN) foi fundado por dissidentes do PTB em 1945 e lançou o candidato vitorioso nas eleições presidenciais de 1960, Janio da Silva Quadros, contando com o apoio da UDN e do Partido Democrata Cristão (PDC) na disputa contra o candidato da situação, o marechal Henrique Lott.

³⁷ Depoimento – registrado em 27 de novembro de 2009 – de Antonio Candido Lima. Tonho, como prefere ser chamado, rememorando sua trajetória como membro do PSD entre os anos de 1945 e 1964. Em 1961, ajudou a fundar o PTN para a eleição de César Almeida ao executivo municipal de Jataí. Tonho é irmão do Deputado Manoel da Costa Lima, eleito deputado estadual pelo MDB em 1974.

Ainda em seu depoimento, Tonho, que é natural do distrito da Serra do Cafezal³⁸, emancipado em 1959, relata que o PSD era muito forte naquela região, e mesmo após esse período, o partido e o grupo político daquele antigo distrito continuaram influenciando nas eleições no município de Jataí.

O episódio da disputa eleitoral para o executivo municipal em 1960³⁹ - envolvendo o PSD e a UDN - e as desavenças internas que ocasionaram a criação de um partido para o lançamento de um candidato, demonstram a importância dos partidos e dos seus respectivos programas no período.

Vale lembrar que após ser eleito, pelo PTN, à prefeitura da cidade, em 1960, Cesar de Almeida, ao concluir seu mandato, candidatou-se a deputado estadual, mas pelos quadros do PSD - mandato que cumpriu de 1965 a 1966. No final do ano de 1966 foi eleito novamente prefeito de Jataí (PSD), cargo que ainda ocuparia mais uma vez entre os anos de 1973 a 1977, desta vez já na ARENA. É importante lembrar que entre os anos de 1970 e 1973, a ARENA elegeu mais um prefeito, Dorival de Carvalho. Ou seja, desde o final da década de 1940, o partido de maior expressão na cidade, o PSD, sempre esteve no poder e mesmo após o golpe militar em 1964, sua maior parcela, logrou para a ARENA.

É preciso destacar, também, que essa força do PSD deveu-se, sobretudo, a dois fatores. Em primeiro lugar, devemos considerar que a articulação política da UDN na cidade, capitaneada por Cid Ferreira, não tinha um grande apoio popular, tal como o PSD. Já o segundo fator decorre, justamente, da popularidade que o PSD passou a ter na cidade e na região após a eleição de Juscelino Kubitschek.⁴⁰

³⁸ Atual cidade de Serranópolis.

³⁹ Eleições reguladas na forma da Resolução n.º 6.488, do Tribunal Superior Eleitoral, de 13-07-1960.

⁴⁰ Detalhes sobre a eleição de 1955 e o comício na cidade de Jataí ver Juscelino Kubitschek, *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1974.

Não se pode negar que o debate sobre o desenvolvimento influenciava amplos setores da sociedade brasileira (burguesia), desde o campo mais progressista até aquele mais conservador. Dessa forma, constatamos também na esfera local parte desses debates, que refletiam as discussões em âmbito nacional.

Para ilustrar esse debate sobre o desenvolvimento, buscamos no exemplo dado por Celso Furtado em artigo na revista *Ensaio de Opinião*, intitulado “O desenvolvimento do ponto de vista interdisciplinar”, para mostrar uma visão sintética do processo de desenvolvimento–subdesenvolvimento.

O processo formativo de um sistema econômico mundial, cujo ponto de partida é a aceleração da acumulação que ocorre na Europa, apresenta desde o início duas fases distintas. A primeira se refere às transformações do modo de produção, ou seja, à destruição total ou parcial das formas familiares, artesanais, senhoriais e corporativas de organização da produção e à implantação progressiva de mercados de elementos da produção: mão de obras e dos recursos naturais apropriados pelo homem. Essa transformação traduziu-se em mais amplas possibilidades de divisão do trabalho e avança da técnica, o que explica a aceleração da acumulação. A segunda face refletiu a ativação das atividades comerciais, ou seja, da divisão do trabalho inter-regional. As regiões em que se originou a aceleração da acumulação tenderam a especializar-se nas atividades em que a revolução em curso no modo de produção abria maiores possibilidades ao avanço da técnica e se transformaram em focos geradores do progresso tecnológico. (*Ensaio de Opinião*, 1979: 24).

No entanto, não passou de um grande equívoco, uma vez que o capitalismo monopolista, fase do capitalismo atual, é a força motriz da dinâmica do desenvolvimento realizado pelos países centrais, que penetra na periferia como força realizadora de transformações que, antes de tudo, assegurem as condições de produção e reprodução do equilíbrio do sistema capitalista mundial.

Essa concepção é encontrada no desenvolvimento de estudos e análises dos estruturalistas latinoamericanos⁴¹, que tem segundo Furtado, uma abordagem

⁴¹ Sobre teoria da dependência ver F.H Cardoso(1973)

interdisciplinar do subdesenvolvimento que corresponde a um tipo de sociedade cuja reprodução está condicionada a relações externas de dependência que são incorporadas na estrutura social.

Ao contrário de uma relação de dependência econômica, social e política, a periferia assumiu uma relação de reciprocidade no processo de desenvolvimento dirigido pelos países centrais. Relação que proporcionou o controle e a repressão do processo de revolução anticolonial, levando a manutenção de interesses “conservadores e particularistas” (Fernandes, 1979:38).

O resultado disso foi processos de Independência que não levaram a uma total desvinculação com a metrópole, ou em alguns casos apenas a substituição do centro explorador. A esse fator podemos incluir também a emergência de Estados Nacionais, um mercado capitalista moderno e um modo de produção que não destruíram as velhas estruturas sociais, políticas e principalmente econômicas.

O moderno e o arcaico se superpõem, tornando-se interdependentes como fatores de acumulação capitalista primitiva e de consolidação do desenvolvimento capitalista a partir de dentro. De outro, porque as nações capitalistas mais viáveis da América Latina conheceram uma longa evolução do capitalismo competitivo, apegaram-se aos mesmos sonhos de realizar a revolução nacional sob impulso da transformação capitalista e falharam na mesma direção (Fernandes, 1979:38).

A falha decorre da acomodação dentro da dinâmica do processo de dependência na transformação interna da estrutura capitalista que, ao criar uma submissão ao imperialismo, adquiri crescente participação no processo de industrialização maciça. Isso garante a interferência das nações hegemônicas que, através da associação das multinacionais às burguesias locais e ao Estado burguês.

Nas nações mais viáveis da América Latina, a passagem por períodos de crescimento mais ou menos duradouros, criou a expectativa e o “sonho” de realizar a revolução nacional sob o impulso das transformações capitalistas.

O caso da América Latina nos revela que a difícil tarefa de conciliar desenvolvimento capitalista autônomo a uma ordem social relativamente equilibrada, criando condições para a efetivação de um Estado democrático, não foi possível.

Dentre os elementos que fortaleceram a idéia de construção de desenvolvimento com ordem social, decorre a influência e a presença estadunidense, reforçando, limitando e até mesmo impondo essa concepção de evolução.

Portanto, é na América Latina que encontramos a versão mais acabada do *Estado capitalista* periférico da era do capitalismo monopolista e de seu padrão de imperialismo. Ou seja, que deparamos com o que chamei de *revolução burguesa em atraso* e seu subproduto essencial, uma ditadura de classes aberta e um Estado autocrático-burguês. (Fernandes, 1979: 39).

Contudo, é a partir do entendimento da especificidade das transformações capitalistas e da reflexão sobre a tentativa de modernização do Estado capitalista brasileiro - caracterizado por Florestan Fernandes como uma *revolução burguesa em atraso* - é que buscaremos os elementos para a discussão dos mecanismos que garantiram a manutenção desse processo e engendraram uma ditadura de classes aberta. De tal modo que acabou por fortalecer o Estado autocrático-burguês e promover seus reflexos no sudoeste goiano.

A natureza da *revolução burguesa em atraso*: trata-se de uma revolução dinamizada por burguesias que dispõem de um espaço histórico tão reduzido de auto-afirmação, de autoprivilegiamento e de autodefesa, que precisam recorrer reiteradamente a formas tirânicas de dominação de classe e de organização do Estado. Ora, o "excedente de poder" (ou "poder excepcional") é um capital que se dissipa e se esgota de modo relativamente rápido (isso é inevitável,

mesmo numa sociedade de classes dependente e subdesenvolvida). Por quê? É sabido. A história de toda sociedade de classes é uma história de conflitos irremediáveis. Não existe "o melhor dos mundos possíveis" ou "o melhor de dois mundos"... No período de tempo em que existe ou em que contém maior eficácia relativa, o "excedente de poder" precisa ser aplicado com a maior racionalidade, previsão e rapidez — as "oportunidades não se repetem" e os *frutos maduros* da contra-revolução são sempre contraditórios. Esta trabalha inevitavelmente em dois sentidos (é a regra, numa sociedade antagônica: ao realizar seus objetivos calculados, as classes dominantes despertam e revitalizam as forças contrárias, que, no "novo despertar", reocupam a cena histórica com maior ou menor virulência ou, como se costuma dizer agora, turbulência). O *esmagamento*, em suma, nunca é indefinidamente prolongado; no caso brasileiro, ao acelerar o desenvolvimento econômico em detrimento da revolução nacional e da revolução democrática, as forças da reação e a contra-revolução fortaleceram a base material de ambas as revoluções e, a longo prazo, imprimiram-lhes maior vitalidade e impetuosidade. Por quê? É fácil responder: a aceleração do desenvolvimento vinculou-se à industrialização maciça e, por aí, ao próprio desenvolvimento e à diferenciação do regime de classes (este, por assim dizer, soltou-se de várias amarras históricas e não poderia expandir-se só em uma única direção, a das classes dominantes; as classes "mais iguais" colheram várias vantagens, mas contribuíram, ao mesmo tempo, para o aparecimento de condições materiais, mais propícias ao amadurecimento do movimento sindical, ao fortalecimento do proletariado de ponta e ao aparecimento de novas formas de solidariedade operária, de uso do conflito e de manifestação da pressão radical de baixo para cima que não podem mais ser tão facilmente contidas como uma "questão de polícia"). (Fernandes, 1980: 63-64)

É importante ressaltar que a manutenção dos interesses das classes privilegiadas (burguesia nacional e internacional) envolvidas nesse processo, a aceleração do desenvolvimento e a maciça industrialização no período, contribuíram, por outro lado, para o aparecimento das condições materiais essenciais, para a retomada do movimento sindical e para o fortalecimento do proletariado e da organização das classes trabalhadoras.

Mas, ainda que o desenvolvimento da forças produtivas, dentro de um processo de modernização excludente, produzisse como contradição a possibilidade de resistência, não é isso o que encontramos nos documentos que demonstram a atuação dos sindicatos na região de Jataí.

(...) a instauração da ditadura militar, com o objetivo de garantir “a tranqüilidade e a paz social”, buscando erradicar qualquer possibilidade de resistência democrática de massas e invalidando como “estranha à índole nacional”, qualquer alternativa social da perspectiva do trabalho, com os dogmas do “ideário da revolução”, o combate à subversão e à corrupção -, o resultado alcançado foi para felicidade e liberdade do capital, propiciar uma feroz reprodução ampliada do capital, objetivando assim, uma *modernização excludente*, que continha uma dupla violência: violência econômico-social, inerente ao capital atrofico, excluindo dos benefícios produzidos os próprios produtores diretos da riqueza nacional e, a violência jurídico-política, transmutada em força produtiva, *arrochando os salários*, reprimindo e cerceando a liberdade de organização e movimentação política do trabalho em nosso país. (Rago Filho, 2008: 14).

É sob esse contexto político, econômico e social que se movem os paradigmas do chamado “desenvolvimento”. Aspectos que estiveram presentes, ainda de forma embrionária, a partir da década de 1940 e 1950, com o fomento de uma indústria de base, a ampliação do parque industrial, a modificação dos padrões de consumo na sociedade brasileira, a implantação de uma política salarial regulada pelo governo, dentre outras.

O ritmo maior da industrialização se daria mediante uma rápida substituição de importações de bens de consumo durável (sobretudo automóveis) e de bens intermediários (combustíveis líquidos, siderurgia, alumínio, papel e celulose, etc.) o que requeria também vultosos investimentos estatais em energia elétrica e transporte. (Singer, 1989: 50)

Assim, é a partir das décadas de 1960 e 1970, com o auxílio do golpe militar de 1964, que as condições necessárias para o surgimento do que se convencionou chamar de “milagre econômico”⁴², altera as regras do jogo, dando início a uma nova fase e, conseqüentemente, ao reflexo mais violento das transformações capitalistas na periferia.

⁴² Ainda sobre o “milagre econômico” ver Paul Singer em *A crise do milagre: interpretação crítica da economia brasileira*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989, sobretudo o capítulo I.

Sobre o percentual médio de crescimento entre e acumulação da indústria brasileira durante os anos de 1950 a 1980, é possível observar nitidamente quais são os setores da economia a responderem pelas maiores taxas.

Tabela I – Produção e acumulação industrial nos ciclos (taxas anuais de crescimento)

Períodos	Investimentos na Indústria de Transformação	Indústria de Transformação				Total
		Bens de Consumo Não-Durável	Bens de Consumo Durável	Bens de Capital	Bens Intermediários	
1955-62	17,4	6,6	23,9	26,4	12,1	9,8
1962-67	(3,5)	0,0	4,1	(2,6)	5,9	2,6
1967-73	26,5	9,4	23,6	18,1	13,5	12,7
1973-80	0,1	4,4	9,3	7,4	8,3	7,6

Fonte: José Serra, "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia brasileira do Após-Guerra", em Revista de Economia, vol. 2, nº2, abril-junho de 1982. Apud. PERREIRA, Luiz Carlos Bresser. Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983. 15ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

É importante observar também que, embora o crescimento - seja ele real ou fruto de um *milagre econômico*⁴³ - quando confrontados aos dados referentes a salário e inflação, percebemos que a partir do final da primeira metade dos anos de 1970, há uma desaceleração da produção em relação aos anos anteriores, no entanto, as taxas de lucros são mantidas, elevando as taxas de inflação e provocando uma progressiva perda salarial, principalmente na segunda metade da mesma década.

Na verdade, a causa mais geral da inflação é o conjunto distributivo entre as classes. No Brasil, dada a pouca força política da classe trabalhadora, a inflação é fundamentalmente fruto da permanente tentativa da classe capitalista de elevar ou pelo menos manter na desaceleração cíclica sua taxa de lucro (Pereira, 1987: 226).

Outra importante informação sobre os aspectos econômicos pode ser constatada a partir da leitura dos dados relativos à população urbana e rural no

⁴³ Grifo meu.

Brasil. Notamos que o êxodo rural, intensificado a partir da segunda metade do século XX, reflete uma das características desse processo de industrialização.

Tabela II – População urbana e rural no Brasil (1940/50/60/70/80)

Descriminação	População				
	1940	1950	1960	1970	1980
Urbana	12.880.182	18.782.891	31.303.034	52.084.984	80.436.409
Rural	28.356.133	33.161.506	38.767.423	41.054.053	38.566.297
Total	41.236.315	51.944.397	70.070.457	93.139.037	119.002.706

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil/volume 3 - Rio de Janeiro: IBGE, 1987; Anuário Estatístico do Brasil/IBGE - Rio de Janeiro, volume 56, 1996; Contagem da População 1996/ Rio de Janeiro:IBGE, 1997,volume 1.

Em consonância a essa processo, temos no Estado Goiás - que a partir do final da década de 1950 atraiu um grande fluxo migratório, motivado de certa forma pela construção de Brasília - uma boa parte do fluxo migratório deslocando-se para a região norte do Estado, movimento intensificado, sobretudo, entre as décadas de 1960 e 1980.

Tabela III – População urbana e rural – Estado de Goiás (1940/50/60/70/80)

Descriminação	População				
	1940	1950	1960	1970	1980
Urbana	142.110	245.667	575.325	1.237.108	2.403.224
Rural	684.403	969.254	1.337.964	1.701.569	1.462.238
Total	826.414	1.214.921	1.913.282	2.938.677	3.865.462

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – FIBGE in: MAIA, Valter Estácio. Economia de Goiás. 2ed. Goiânia, 1986 (p.69)

Esse crescimento demográfico no Estado de Goiás produziu reflexos sociais que alteraram significativamente a ocupação das regiões centro-sul do Estado, principalmente no entorno da sua capital, Goiânia, e também da região do Distrito Federal, o chamado entorno de Brasília.

Na região sudoeste, o efeito do deslocamento populacional da zona rural para as cidades é observado, sobretudo, na cidade de Jataí, que apresentou no Censo de 1970 uma população de 41.374 habitantes, sendo um dos poucos

municípios goianos que apresentou uma população urbana superior à rural. “A população recenseada em 1980 indicou um total de 55.450 habitantes com uma taxa de crescimento anual de 2,59%” (Doles, 1984: 109).

Tabela IV – População urbana e rural – microrregião Serra do Caiapó (Sudoeste Goiano) 1970 e 1980

Microrregião		População			
Nome	Nº	1970		1980	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural
Serra do Caiapó	357	61.320	77.798	119.647	57.911
Total		139.118		177.558	

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – FIBGE in: MAIA, Valter Estácio. Economia de Goiás. 2ed. Goiânia, 1986 (p.68)

Dessa forma, ao analisar os reflexos das transformações capitalistas na especificidade do sudoeste goiano, percebemos que as alterações sociais provocadas, dentre outros fatores, pelas taxas de crescimento populacional e ocupação do espaço urbano em detrimento da zona rural, refletiram principalmente em mudanças econômicas e na sua orientação produtiva.

Uma das medidas do Governo do Presidente Geisel, impulsionado pela necessidade de responder aos reflexos da crise econômica mundial de 1973⁴⁴, criou uma série de programas específicos, principalmente no setor agrário, ligados ao // *Programa Nacional de Desenvolvimento* (II PND).

Em Goiás, em parceria com o Estado na tentativa de fomentar e racionalizar a ocupação da região centro-oeste, criou o Programa de Recuperação do Cerrado (Polocentro) que tinha como objetivo:

A incorporação produtiva do cerrado teve como pano de fundo histórico a modernização agrícola, colaborando para a integração e a dependência da agricultura brasileira ao sistema agroalimentar mundial. Essa integração condicionou o tipo de produção e produtos a ser priorizados, sobretudo as culturas de grãos, consideradas as

⁴⁴ Para análises da política econômica do governo Geisel, ver Lessa, Carlos. *Estratégia de desenvolvimento, 1974 - 1976: sonho e fracasso*. Tese de Professor Titular, UFRJ, 1978.

principais commodities da região no mercado internacional (Pires, 2000: 111-131).

A instalação do Polocentro na região sudoeste do Estado de Goiás, prevista para a cidade de Rio Verde, colocara definitivamente a região rumo ao desenvolvimento, como mostra a matéria intitulada “O progresso chega ao Cerrado”, publicada no *Jornal do Sudoeste* de 29 de junho de 1975.

Centro de convergência das BR-060 e 452, a cidade de Rio Verde foi escolhida como pólo de serviços de apoio as atividades que se desenvolverão numa área abrangendo aproximadamente 1,2 milhões de ha. (...) a programação prevista pelo Polocentro deverá estimular essa atividade empresária, através da destinação de recursos para crédito, pesquisa e promoção rural, de par com a complementação da infraestrutura (estradas vicinais e redes de armazéns e silos principalmentes). Pretende-se a incorporação de 400 mil há no sistema produtivo, no quinquênio. As áreas cerrados preliminarmente selecionadas para o Polocentro constam de um mapa e a natureza da ação de Governo programada, do Adendo. As principais culturas a serem implantadas serão o arroz, a soja, o algodão, o amendoim e o abacaxi, estimando-se em Cr\$ 3 bilhões (preço de 1975) o valor da produção anual, a ser obtida a partir do 4º ano do Programa. A produção pecuária está estimada em Cr\$ 350 milhões anuais, também a partir do 4º ano. (*Jornal do Sudoeste*, 29-6-1975: 1).

A veiculação das ações e programas do Governo Federal cumpre aqui também um duplo papel, que influencia diretamente na articulação política, econômica e social do município: O primeiro papel diz respeito à integração da região as políticas de desenvolvimento nacional, passando de uma região de terras improdutivas e baixa capacidade de produção para uma terra próspera, com potencial produtivo e principalmente para lucro daqueles que se dispuserem e concordarem com as normas do Programa; e em segundo lugar, demonstra a estratégia adotada pelo Governo Geisel, priorizando o investimento na agricultura como forma de modernizar o setor e integrar o Brasil de maneira competitiva ao mundo capitalista.

Inerente a essa ideia, está o investimento e a priorização da produção em grande escala, ou seja, a necessidade de grandes extensões de terra. Dessa forma, o “novo”, o “desenvolvimento” e o “progresso” seriam alcançados através da superação dos modelos arcaicos de produção – pequenas propriedades – uma vez que “o Brasil, em explosão de crescimento”, caminhava, segundo a concepção do plano de desenvolvimento, “para integrar-se no mundo industrializado”, no limiar da transição “entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento⁴⁵”.

Essa visão somada à ineficiência e morosidade do Instituto do Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) e do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), na resolução de conflitos e legalização de terras, incentivaram no Estado

(...) o processo de grilagem e expulsão do campesino das melhores faixas de terra, através de pressão econômica e política com perspectivas explosivas. O resultado desse tipo de invasão econômica tem feito milhares de posseiros passarem de pequenos produtores a mendigos ambulantes (Maia, 1986: 89-90).

Finalmente, para certificarmos se os objetivos do II PND foram alcançados, na região sudoeste de Goiás, basta analisar o Balanço Geral do Estado entre os anos de 1978 e 1983, que mostra através da arrecadação do ICM⁴⁶, os efeitos do programa entre os setores da agricultura, pecuária, comércio e indústria.

Tabela V – Arrecadação de ICM por atividade econômica e suas participações relativas nos anos de 1978, 80 e 83

	1978		1980		1983		% expansão (78/83)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Agricultura	574.310	18,40	832.173	21,80	595.710	13,25	8,84
Pecuária	362.886	12,20	472.691	12,38	867.687	19,30	139,11
Com. Ind.	2.063.787	69,402	511.964	65,82	3.031.727	67,45	46,90
Soma	2973.983		3.816.828		4.465.124		

Fonte: Balanço Geral do Estado

⁴⁵ Trecho do documento do *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. Brasília, 1974.

⁴⁶ Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

Nesse caso, especificamente, esses dados chamam nossa atenção para o crescimento e a situação do setor agrícola, que, concentrou no período a atenção do governo federal como uma estratégia para resolver os problemas estruturais da economia brasileira em relação ao mercado externo. Para Maia (1986), tal fato significa uma queda na produção, em geral devido à expansão das pastagens e, conseqüentemente, à expulsão do campesino e o agravamento dos problemas sociais.

A resposta ao agravamento dos problemas sociais e a disputa pela condução do processo de desenvolvimento econômico na região ganhará novos contornos, surgindo a necessidade de discutir a modernização no campo, a alteração das relações de produção, a implantação de uma política de industrialização da região e, principalmente, o arranjo político que vai orientar essas mudanças.

É a partir disso que analisaremos a influência das propostas para o desenvolvimento do setor agropecuário e o embate entre a burguesia local e sua representação política - ARENA e MDB - na disputa pela condução do processo de modernização político-econômico-social na cidade de Jataí e na região sudoeste.

CAPÍTULO 2

A BURGUESIA LOCAL E A DEFESA DOS SEUS INTERESSES

2.1- A burguesia agrária e os rumos para o desenvolvimento do sudoeste goiano.

A partir de nossa análise, entendemos que nos países da América Latina, e especialmente no Brasil, o desenvolvimento capitalista não produziu nas suas contradições internas, os elementos necessários para a constituição de uma ordem social capaz de destruir as velhas formas de dominação que são legadas pelo seu passado colonial. Pior ainda, essas velhas formas se adaptaram e se transformaram, seguindo as conveniências que possibilitaram a sua permanência no poder, uma vez que as burguesias coloniais converteram-se no elo de ligação interna com a dominação imperialista.

Isso fez com que a classe dominante brasileira não apenas absorvesse as ideologias e as utopias da burguesia imperialista, mas ao mesmo tempo reproduzissem essas idéias a partir da manutenção “da dominação direta de classe e o poder político-estatal de classe”, o que exigia a “redução do espaço econômico, sócio-cultural e o político das massas populares e das classes trabalhadoras” (Fernandes, 1979: 40)

Tentamos, inicialmente, situar as condições de desenvolvimento do sudoeste goiano e especificamente da cidade de Jataí, dentro da dinâmica do modo capitalista de produção em sua fase monopolista, entendendo que o capitalismo brasileiro teve além de um desenvolvimento *hipertardio*, um modelo autêntico de

(...) modernização gradual e prolongada da dominação oligárquica, o que explica, a um tempo, porque a minoria logrou enfraquecer a pressão montante das classes trabalhadoras e das massas populares, preservar sua eficácia política no vazio histórico que assim se produziu e substituir, no auge da crise, o seu pseudo-Estado democrático por um Estado autocrático. (Fernandes, 1980: 47)

Vale lembrar que a crise⁴⁷ que efetiva a passagem de um Estado pseudo-democrático para um Estado autocrático e sua feição bonapartista, compõe a forma pela qual a burguesia nacional encontra como alternativa para não perder as rédeas da direção do seu Estado burguês e, ao mesmo tempo, controlar a pressão das classes trabalhadoras e do operariado.

Diferentemente dos Estados capitalistas centrais, que através do modelo clássico do desenvolvimento capitalista e da pressão das classes subalternas de baixo para cima, forçaram a burguesia a aceitar conciliações temporárias, criando bases para o desenvolvimento de uma democracia de participação ampliada - ainda que dentro dos ditames da democracia burguesa - os Estados periféricos tinham na conciliação, a expectativa de amenizar os efeitos que pudessem efetivar uma participação ampliada. Ou seja, através da dominação direta de classe e do poder político-estatal, fazia-se necessária a redução do espaço econômico, social, cultural e político das massas populares e das classes trabalhadoras.

Diante dessas condições, a adaptação desses Estados capitalistas periféricos produz desigualdades que, superpostas a outras desigualdades pré ou subcapitalistas, criaram condições modernas e até mesmo ultramodernas convivendo com o antigo e o arcaico.

⁴⁷ Cf. Jacob Gorender em sua apresentação de *O Capital*, Marx além de estudar o efeito das crises no modo de produção capitalista, deu atenção especial também da natureza cíclica da reprodução do capital social total. "Ultrapassada a fase de crise, cada ciclo se renova através de fases sucessivas de depressão e reanimação e auge, que desemboca na crise seguinte, a partir da qual se origina novo ciclo". Dentre os autores marxista encontramos em Ernest Mandel no texto "A explicação marxista das crises de superprodução em geral" os aspectos do movimento de valorização do capital no capitalismo tardio em *Capitalismo tardio*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985.

Para Florestan Fernandes (1979), os reflexos da Segunda Grande Guerra mudaram o panorama e as relações entre os países capitalistas centrais e periféricos, uma vez que a Guerra Fria se tornou o artifício de defesa do mundo ocidental contra a ameaça do comunismo.

A internacionalização dos mercados, das formas de produção, a necessidade de novas tecnologias e capital, além de uma rede de instituições-chaves serviram para garantir a adaptação dos mercados periféricos a essa nova dinâmica. A especificidade do modelo implantado nessas regiões, ao contrário do modelo clássico do desenvolvimento capitalista, como fruto da maturação desse modo de produção, engendrou na periferia uma nova modalidade de dependência e de dominação imperialista, que acabou por internalizar os centros de decisão.

Além de ser um Estado de classe e um Estado Burguês, o Estado capitalista da periferia contém um elemento político próprio: ele associa o imperialismo, as multinacionais e a burguesia nacional, convertendo-se no pilar, no mediador e até no artífice dos elos estruturais e dinâmicos da periferia com o centro (Fernandes 1979: 41).

Esse Estado é caracterizado por uma dinâmica política própria, que busca: *primeiro*, a manutenção das relações de reciprocidade com o seu aliado principal, sem deixar que seja, contudo, ameaçado de uma regressão colonial perante as multinacionais e as nações capitalistas hegemônicas; *segundo*, destruir a pressão popular, o protesto operário e o movimento sindical – caracterizados como inimigos principais – reduzindo o espaço democrático para a manutenção dos privilégios das classes possuidoras; e *terceiro*, sendo o Estado nacional, o indutor da aceleração do desenvolvimento na periferia, precisa neutralizá-lo diante das novas exigências do padrão de acumulação na fase monopolista do modo de produção capitalista.

Na situação histórica apontada, a base material do Estado converte-o em um estado burguês (contudo, ele não poder ser um Estado democrático burguês). Na realidade, trata-se de um Estado capitalista autocrático, ao qual cabe a qualificação específica de *Estado autocrático burguês*. Nascido do contexto de uma contra-revolução política, para garantir a “modernização”, a incorporação e a industrialização maciça, pelo menos em um certo período de tempo deve funcionar como instrumento político de uma ditadura de classe aberta. Somente as forças armadas poderiam operar como um componente de transição do obsoleto Estado *representativo* latino-americano para esse tipo de Estado; e somente os tecnocratas, civis e militares, poderiam saturar seus quadros e ocupar várias posições de lideranças política ou burocrática estratégicas – daí a militarização e a tecnocratização das estruturas e funções do Estado autocrático burguês. (Fernandes, 1979: 42).

Vale lembrar que esse Estado se adaptou as suas funções contra-revolucionárias e repressivas, assumindo assim uma feição bonapartista, em defesa dos interesses das classes burguesas.

Sobre esses vários interesses da classe burguesa é que se dá a disputa pela condução dos processos políticos, privilegiando determinados setores em detrimento de outros, para o fortalecimento da ordem e para uma manutenção de uma suposta estabilidade política, garantida através da força.

Neste ano de 1975, iniciamos a execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento, voltado em grande parte para o desenvolvimento social e aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro último. Se é verdade que precisamos agir com flexibilidade e agilidade diante da continuada instabilidade da situação econômica internacional, não é menos certo que as perspectivas abertas pela situação nova em relação ao petróleo podem ser tomadas como garantia da viabilidade daquele Plano. Economias como a brasileira – com variadas alternativas decorrentes da dimensão econômica do país, de seus amplos recursos naturais, da capacidade industrial e tecnológica já disponível – não são excessivamente vulneráveis a recessões externas, se adotada uma política econômica adequada. Desejo proclamar, de modo categórico, para não deixar quaisquer dúvidas, as preocupações de meu governo, no primeiro ano do II PND, com dois objetivos da maior importância: a vitalização da empresa privada e; a melhoria da distribuição de renda que se refletirá na desejada expansão da demanda efetiva no mercado interno. (Mensagem do presidente Geisel, *Jornal do Sudoeste*, 15 a 21-6-1975: 1)

Notamos que a preocupação dos gestores do capital atrofado, sob a tutela militar, para garantir a modernização (conservadora), acaba encontrando barreiras externas para a sua continuidade, como o caso da crise internacional do petróleo em 1973, mas internamente, sobretudo, a necessidade de ampliar o mercado interno leva ao desenvolvimento de uma segunda fase do PND.

Na região sudoeste do Estado de Goiás, a área que recebeu a maior atenção como elemento para o desenvolvimento foi o setor agrícola. A formulação do II PND, pelo governo do Presidente Geisel, a partir de 1974, e sua implementação no ano seguinte, abriram na região um novo ciclo para o desenvolvimento. Não apenas para o setor, como vimos nos gráficos anteriormente, mas também para outras áreas como a indústria e o comércio. Contudo, para uma parcela da burguesia da região sudoeste, era importante veicular as ações do governo federal no setor.

Na mesma edição em que o Presidente Geisel fala sobre as metas iniciais do PND, são veiculadas matérias destinadas ao setor agropecuário e a liberação de recursos para tal.

A prioridade dada pelo Governo do Presidente Geisel ao setor agropecuário determinou uma nova formulação da política da Agricultura no setor primário gerando um grau maior de responsabilidade para o empresariado particular. Assim a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entidade sindical de grau superior que presta assessoramento ao Governo nos assuntos agropecuários e conta para o seu desempenho, além dos órgãos estatutários, com assessoria técnica e jurídica para a elaboração de estudos e projetos de natureza técnico-econômicas e jurídicas, sendo formada pelas federações de agricultura federais que por sua vez congregam os sindicatos rurais, decidiu realizar um diagnóstico do setor para uma efetiva avaliação de resultados obtidos e correção das eventuais distorções, reunidos num documento único que representa uma contribuição real para a formação da política agropecuária do Governo. (CNA promove encontro agropecuário, *Jornal do Sudoeste*, 15 a 21-6-1975: 5).

Ainda na mesma página, a intervenção do governo no setor é reforçada pelo anúncio de investimento em pesquisa para o desenvolvimento de técnicas para o combate de pragas.

Importante lembrar ainda que a influência da CNA para o setor agropecuário fomentou a criação da Associação Rural de Jataí, cujo prefeito da cidade, César de Almeida, foi um dos fundadores e o primeiro presidente da entidade, entre os anos de 1964 e 1966 - transformando-se também neste período em Sindicato Rural de Jataí.

Na época, com a Revolução de 64, foi dada oportunidade pelo Ministério do Interior da investidura Sindical da Associação Rural, porque seus objetivos eram defender a classe patronal e lutar pelas condições de produção. (...) Transformado em Sindicato Rural a entidade tinha maior atuação e mais poderes para assinar convênios. Com a criação do IBRA/INCRA foi destinada uma taxa da Confederação Nacional da Agricultura que era repassada aos Sindicatos (*A obra do Século*: Documentário histórico de Jataí, Revista Metas, 12/1991: 209).

As chamadas para a importância do desenvolvimento do setor agropecuário eram constantes nas publicações e indicavam sua prosperidade e lucratividade. Isso ocorria nas matérias assinadas pelas agências de notícias, governo federal ou de jornais de circulação nacional, que encontravam nas reportagens assinadas pelo próprio semanário *Jornal do Sudoeste*, um entusiasmo e fiel divulgador das ações dos governos federal e estadual, além de enaltecer a participação ativa e direta da prefeitura municipal, uma vez que o mandatário do município havia sido um dos idealizadores da entidade patronal.

A pecuária sempre foi a fonte geradora de riquezas e nela teve base a fortuna particular de se formar uma verdadeira “aristocracia rural”. Foram e são atualmente os negócios de gado o melhor meio de vida sertanejo. Seja criador, invernista boiadeiro ou negociante de gado, todos têm a sua parte nos proventos da pecuária e agricultura. A não ser as crises periódicas e as epizootias, nada perturba a marcha

triumfal dessas atividades, quiçá o mais seguro meio de vida do Brasil. E Jataí conta com essa fonte geradora de riquezas pois, a sua pecuária é bastante avançada e corresponde fielmente grande índice de progresso e desenvolvimento. (Pecuária – Fonte geradora de riquezas, *Jornal do Sudoeste*, 15 a 21-6-1975: 6).

Esse exemplo da influência do setor agropecuário no desenvolvimento da região, aliado às políticas de ocupação e expansão das fronteiras agrícolas⁴⁸ fomentadas pelo governo federal e estadual - e que contava com a parceria da direção do meio de comunicação da região - serão a tônica das disputas políticas entre os setores da burguesia local para assumir a direção na implementação de projetos de desenvolvimento no sudoeste.

Um exemplo claro dessa concepção é o projeto de desenvolvimento no centro-oeste brasileiro, o Polocentro, que consolidou e tornou hegemônico o discurso em defesa do desenvolvimento da região a partir do setor agrícola. O projeto defendeu a abertura de linhas de créditos para aquisição de equipamentos e maquinários para o setor, fomentou o levantamento de dados e iniciou as pesquisas para a ampliação das safras.

Não menos importante no discurso da burguesia local eram as iniciativas também para o investimento em outros setores da economia do município.

Dentre eles estão a doação de área para a instalação de um frigorífico na cidade de Jataí. A área doada correspondia a cerca de três alqueires de terra do município. A atividade teve, inclusive, a cobertura do jornal local, merecendo manchete em primeira página, com o seguinte texto:

Foi assinada na última quarta-feira, dia 2 de julho, a escritura pública de doação que transfere ao Frigorífico T. Jataí S/A, uma área destinada a construção daquela indústria de carne. (...) Pela prefeitura de Jataí, assinou o documento, o chefe municipal, Sr.

⁴⁸ Sobre expansão das fronteiras agrícolas ver José de Souza Martins.

César de Almeida, e como representante do Frigorífico T. Jataí, a assinatura foi do engenheiro Major Benedito Ayres, um dos diretores da Empresa. A mencionada doação está escudada na lei nº 910, de 30 de junho de 1975, aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores. (...) O senhor major fez questão de frisar que a Prefeitura (...) trabalhou com vontade e interesse na concretização deste grande empreendimento que representará para Jataí como maior marco de desenvolvimento da época. Segundo informação do Major Benedito Ayres, dentro de aproximadamente das semanas, a firma especializada que atua entre o Banco Central e o Banco do Brasil, na elaboração do processo para o financiamento de 68 milhões de cruzeiros destinados a construção do frigorífico, deverá concluir seu trabalho, quando então a escritura será anexado ao referido processo para dar entrada na Agência local do Banco do Brasil. Adiantou ainda que tão logo a verba seja liberada, serão iniciadas as obras, propriamente ditas, da construção da unidade frigorífica da Jataí, cuja capacidade, atuando no âmbito de exportação internacional, com utilização do mais completo e moderno material que existe no ramo. No final do próximo ano o Frigorífico T. Jataí, já deverá estar funcionando. Abrindo assim, uma nova era pra Jataí, atraindo divisas, abrindo novos campos de trabalho, promovendo o rápido crescimento desta região. (Prefeitura entrega área de terra ao Frigorífico, *Jornal do Sudoeste*, 6 a 12-7-1975: 1).

Lembramos que além do chefe do executivo municipal e o representante da empresa interessada no empreendimento, estavam ainda presentes na reunião o gerente do escritório do Frigorífico T. Jataí S/A, o secretário da Câmara Municipal e diretor do *Jornal do Sudoeste*, Wanderley Guimarães.

Ainda dentro de um impulso de industrialização, a prefeitura municipal de Jataí, em contato com outras regiões, em vias de industrialização ou já industrializados (no Estado de Minas Gerais e São Paulo), solicitou para cidades como Uberlândia, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, informações a respeito da cessão de áreas destinadas à criação de um parque industrial em carta publicada também no semanário com o seguinte título: “Prefeito quer subsídios para implantação de indústrias”, publicada na mesma edição que teve como manchete a instalação do Frigorífico:

Estamos sumamente interessados na industrialização de Nosso Município, já tendo para esse fim, adquirido uma área de 750.00 m², cerca de dois quilômetros do centro da cidade. Está pronto e bem dotado no plano diretor, com mapas de localização da área, zoneamento, quadras e módulos industriais em etapas de implantação. Agora estamos na fase mais difícil, segundo acreditamos, que é a execução do projeto. Por isso queremos, por intermédio deste, solicitar de Vossa Excelência a fineza de, via dos órgãos competentes, nos fornecer modelos ou cópias de: 1) Leis que autorizam o Poder Executivo a construir a Companhia de Desenvolvimento Industrial e respectivo estatuto; 2) Leis de incentivo ao Desenvolvimento Industrial; 3) Regulamentação geral com perspectivas definitivas a empresários, evitando-se assim especulações desagradáveis. Além disso, agradecemos todo subsídio além dos solicitados, que nos fornecesse a respeito do assunto. Na certeza de que nosso pedido será alvo do melhor de suas atenções, antecipamos-lhe agradecimentos, ao tempo em que nos servimos desta oportunidade para manifestar nossos apreços e respeitos. Atenciosamente. César de Almeida. Prefeito de Jataí (*Jornal do Sudoeste*, 6 a 12-7-1975: 4).

No primeiro caso, ou seja, no empreendimento que contava também com o apoio do *Sindicato Rural de Jataí*, constatamos que a instalação do Frigorífico não logrou êxito, uma vez que em publicação especial da *Revista Metas* existe a indicação de que a proposta não foi concluída devido a interferências políticas, tanto na gestão do sindicato quanto na própria implantação do projeto.

Já no segundo, não localizamos em outras edições indícios de respostas para a consulta do prefeito de Jataí quanto ao subsídio na instalação do parque industrial, bem como documentos oficiais da prefeitura que constatassem a existência das correspondências de suas respectivas respostas.

Uma coisa é certa, em ambos os casos podemos constatar que além de garantir a “modernização”, e a incorporação de um processo de industrialização, foi preciso que os tecnocratas, civis e militares, ocupassem também em Jataí várias posições estratégicas de liderança política ou burocrática, ou seja, funções características de um Estado autocrático burguês.

Contudo, muito embora as funções de organismos estatais, federais e estaduais - envolvidos nas negociações para o desenvolvimento de projetos em

várias regiões do país, dentro do processo de expansão das fronteiras agrícolas e ampliação dos parques industriais, como previa o II PND - fossem estritamente políticas, esse processos refletiam as escolhas de uma burguesia nacional em defesa de seus interesses particulares.

Para José Chasin, as diferenças entre as categorias sociais de dominação nas *vias clássicas* e *não-clássicas* de objetivação do capital se dão,

Enquanto para a burguesia universal a inteligência da manipulação é uma forma particular de inteligência, para a burguesia particular ela é sua inteligência universal. De modo que ao capital subordinado é dado participar do senso restrito do capital em geral hoje, sem ter nunca participado, nem possa vir a participar, do senso irrestrito do capital em geral de ontem. Ou seja, enquanto a inteligência manipuladora é a reprodução possível da completude da burguesia do centro, na periferia é a produção da integralização impossível do capital subordinado (*Apud* Rago Filho, 2004: 147).

A modernização excludente gera uma burguesia egoísta e particularista que, nessas condições históricas, garante somente de modo limitado a inclusão social dos não-proprietários, criando e reproduzindo uma miséria permanente. Posto que, enquanto auto-reprodução do capital, subordinada e atrofica, essa burguesia não fornece bases materiais para incorporar e representar na forma da “cidadania universal”, civilizada, a maioria da população no território nacional.

Dessa forma, os gestores do capital atrofico – em sua versão local, representando o balcão de negócios da burguesia – ao desconhecer a dinâmica do capitalismo monopolista, que cria mesmo dentro da periferia os seus centros de decisões e suas próprias periferias correspondentes, acreditavam na benevolência e na cooperação tanto de outras regiões industrializadas, ou em vias de industrialização, para viabilizar seu projeto local de

uma cidade que se desponta no sentido dinâmico para alcançar o seu objetivo maior – o desenvolvimento como meta – a

industrialização como pólo de sua conquista no cenário nacional e ocupar o lugar que lhe compete entre os maiores municípios brasileiros (Jataí, um dos sustentáculos do desenvolvimento de Goiás, *Jornal do Sudoeste*, 3 a 9-8-1975: 3).

O erro na execução de seu projeto local foi acreditar na cooperação do governo federal e demais estruturas estatais, apenas por fazer parte de uma mesma sigla partidária - ainda que essa não fosse coesa internamente - pois precisava conciliar vários interesses, mesmo que tivesse para isso, institucionalizado mecanismos de coerção, repressão dos setores subalternos e até mesmo criado uma oposição.

2.2 Os dois lados de uma mesma moeda: o debate sobre a abertura política e a decantada renovação na ARENA e no MDB.

Dentro do contexto do desenvolvimento da região sudoeste e especificamente em Jataí, havia um embate político para a direção dos projetos de modernização, empreendidos pela burguesia local. Essa burguesia local ganhava cada vez mais destaque e importância na condução desses projetos de desenvolvimento e reconhecimento político, ainda que a manutenção desses projetos ficasse a cargo dos gestores do capital atrofado, sob o comando de um Estado militarizado, ou seja, uma feição bonapartista.

É a partir dessa retomada de direção por parte da burguesia que a preparação para a passagem desse Estado bonapartista para um Estado autocrático burguês começa a imprimir suas características, mas dentro de uma transição lenta, segura e gradual, como cunhado pelos próprios generais.

Para Rago Filho (2004), é preciso fazer uma crítica da historiografia que atribui ao período de “redemocratização”⁴⁹, ou seja, a “conquista da democracia” à iniciativas exclusivas do governo Geisel-Golbery. Dessa forma, não se consideram no processo dois elementos fundamentais: a auto-reforma, empreendida pelo regime bonapartista que transita rumo à institucionalização da autocracia burguesa e; a eliminação do papel das classes sociais, a partir dos efeitos das contradições iminentes da produção e reprodução da vida material, fruto da crise e do colapso do “milagre econômico” - além do próprio esfacelamento das bases sociais da ditadura militar, a principiar pelas próprias dissensões burguesas.

O ardil do politicismo surge, nesta situação, como arma vital para a reprodução do autocratismo-burguês, forma recorrente do seu ser social limitado e atrofiado. Mecanismo que lhe permite cortar os horizontes e perspectivas de vasto contingente da classe trabalhadora da cidade e do campo, manipulando as consciências oposicionistas, atrai para o seu próprio campo o desenlace da transição pelo alto, ganhando a chancela para a vitória de sua propositura, deixando intocável a forma particular da acumulação subordinada e desarmando uma alternativa da perspectiva do trabalho. (Rago Filho, 2004: 156)

Para isso, a própria configuração de um ambiente local democrático, teve um enorme significado para a formação e organização de movimentos sociais e sindicatos, o que pretendemos abordar adiante.

Outro elemento de análise importante busca compreender como foram divulgadas pela imprensa local as questões referentes ao processo de abertura política e à disputa partidária.

⁴⁹ O termo redemocratização é compartilhado por uma concepção historiográfica na qual o Estado brasileiro vivia, durante esse período, uma trajetória ascendente dentro dos parâmetros democráticos, o que corresponde aos anos de 1945 a 1964, e que, o golpe militar teria interrompido esta trajetória. No nosso entendimento as características da formação do Estado brasileiro correspondem às características pseudo-democráticas e o bonapartismo interviu acelerando as fases das quais a burguesia não foi capaz de dar sequência para o desenvolvimento das forças produtivas. Dessa forma, entendemos o período como uma auto-reforma do Estado.

Sobre a movimentação política dos dois partidos (ARENA e MDB), para a realização das eleições de 1976⁵⁰, já era monitorada através de suas convenções para a definição de seus diretórios municipais.

Em Jataí, tanto a ARENA quanto o MDB, seguindo determinações da Lei Orgânica dos partidos, organizaram suas convenções em 13 de julho de 1975.

Serão formados hoje os diretórios municipais das agremiações partidárias da Arena e do MDB em cumprimento da lei orgânica dos Partidos Políticos. (...) Ambas já se encontram de posse do registro das chapas para a formação dos diretórios que concorrerão hoje através de eleição convencionais. A Arena conta com 1.891 filiados e que para a formação do diretório torna-se necessário a presença de pelo menos 200 eleitores perfazendo a cada dos dez (10) por cento exigidos pela lei, mas espera-se comparecimento satisfatório. O MDB com seus 320 filiados espera comparecimento de pelo menos 50 por cento (*Jornal do Sudoeste*, 13 a 19-7-1975: 1).

Ao analisar os nomes em disputa, tanto para os cargos ao diretório municipal quanto as vagas para a convenção regional, notamos que tanto ARENA e MDB, possuíam em suas fileiras, remanescentes dos antigos PSD e UDN⁵¹, partidos que alternavam nomes desde as eleições de 1947, quando da retomada das eleições após o período varguista.

⁵⁰ As eleições de 15 de novembro, de âmbito nacional, foram reguladas na forma da Resolução n.º 10.041, do Tribunal Superior Eleitoral, de 16-06-1976. As eleições de 20 de dezembro deram-se para prefeito, vice-prefeito e vereadores, nos municípios em que não foram realizadas a 15-11-1976. Consoante disposto no art. 1º da Resolução n.º 10.242, do Tribunal Superior Eleitoral, de 10-12-1976, “na forma prevista na Lei n.º 6.384, de 07-12-1966, serão realizadas eleições no dia 20 de dezembro de 1976, nos municípios em que, por qualquer razão: I – nenhum dos partidos haja registrado candidato para as eleições de 15 de novembro; II – nenhum dos partidos haja registrado candidatos para as eleições majoritárias, ou para as proporcionais, sendo que, nessa hipótese, em 20 de dezembro, serão realizadas eleições apenas para prefeito e vice-prefeito, ou para vereador, conforme o caso; III – nos municípios em que, em relação à Câmara Municipal, não hajam sido registrados, para as eleições de 15 de novembro, pelos dois partidos, candidatos em número suficiente para o preenchimento de todos os lugares existentes, sendo que, nessa hipótese, os partidos poderão registrar candidatos em número que não exceda ao triplo dos lugares a serem preenchidos”.

⁵¹ Além do PSD e da UDN, o PTN foi criado às pressas para indicar como candidato a prefeitura no ano de 1961.

Após o Golpe de 1964⁵², inicialmente a ARENA contou com a adesão dos partidários udenistas e pedesistas, conformando assim o que se convencionou chamar na cidade de *ARENA 1* e *ARENA 2*⁵³.

Já o MDB, foi formado por integrantes do PSD, principalmente no antigo distrito da Serra do Cafezal⁵⁴, pelo grupo político que consolidou o nome de Manoel da Costa Lima, um dos primeiros deputados estaduais do MDB, eleito para a Assembléia Legislativa do Estado de Goiás em 1974.

Não é apenas em Jataí que a oposição consegue eleger seus representantes. Com os resultados expressivos da oposição, a partir desse mesmo ano, e a crescente pressão dos setores populares, a ARENA passa a encarar a possibilidade de discutir a redemocratização.

Após a convenção nacional partidária, e uma vez constituída a nova cúpula arenista, não será admissível supor a continuidade do quadro de desorientação vigente, a menos que se pretenda insistir no caminho do suicídio. O governo conforme deixou bem claro, está disposto a colaborar para que isto não, preferindo, porém, que a iniciativa parta do próprio setor partidário, que precisa alterar a atual tática incompatível como desejos de redemocratização (*Jornal do Sudoeste*, 13 a 19-7-1975: 4).

Diante deste entrave na discussão da continuidade da “revolução”, a ARENA se vê novamente diante de seus insolúveis embates internos quanto à

⁵² Não foi possível o levantamento de fontes que constatem a disputa política no período pré-golpe militar de 1964, exceto depoimentos de personagem que participaram diretamente e contribuíram através de reminiscências para a confrontação dos limites da memória coletiva e memória individual, como sugere Maurice Halbwachs.

⁵³ Cf. depoimento de Antônio Candido de Lima, que segundo ele a criação de duas ARENA's foi um arranjo político regional para agrupar na situação os antigos integrantes da UDN integraram a ARENA 1, já o PSD compôs a ARENA 2.

⁵⁴ Atualmente município de Serranópolis.

direção do seu projeto. Podemos identificar basicamente duas⁵⁵ facções militares que se digladiaram para se apossar do aparato estatal:

A Sorbonne, que se identificava com o *castelismo*, suas concepções e estratégias diretamente extraídas da Escola Superior de Guerra, ao mesmo tempo em que tratava de negar a existência da ditadura militar, alegava a necessidade de, num futuro próximo, abrir uma transição pelo alto, com o “aperfeiçoamento das instituições democráticas”. Os *sorbonnards* anunciavam, com isto, a passagem da forma bonapartista para a institucionalização da autocracia burguesa, visando à conservação dos instrumentos e dispositivos que permitissem a dominação dos proprietários. Pleiteava-se uma “democracia tutelada”, a fim de garantir a preservação do apêndice militar e tornar intangível a plataforma econômica do capital associado (baseada na superexploração da força de trabalho) e o possível ajuste de contas com os atos de selvageria e barbárie do terrorismo oficial. O elemento decisivo que efetivamente unia esta facção à dos duristas era o anticomunismo, a meta de extermínio da esquerda armada e a defesa da ordem societária centrada na propriedade privada (Rago Filho, 2004: 148).

É evidente que, ideologicamente, havia posições diferentes, no governo e entre os parlamentares – da situação e da oposição – quanto aos caminhos e a continuidade do regime. Por isso, as discussões em torno das propostas de redemocratização tornaram-se cada vez mais intensas no interior do partido da situação.

Os argumentos lembrados por setores governistas, com sérias críticas ao comportamento do líder governista Petrônio Portella e do Presidente do Senado, Magalhães Pinto, permitiu que os políticos evocassem situações anteriores do dia 6, mas que tiveram como diretriz uma atitude firme e coerente com os objetivos da Revolução. Foi assim, por exemplo, que se evitou – quando do processo movido

⁵⁵ As duas facções principais do bonapartismo se dividiram, *grosso modo*, no grupo castelista ou “Sorbonne” e a “linha-dura”, os “radicais, mas sinceros”, na expressão de Geisel. Todavia, como adverte com propriedade Carlos FICO, na obra intitulada *Como eles agiam* (Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 23), ao perscrutar os subterrâneos da ditadura militar: “Não se pode falar do papel dos militares genericamente, pois existiam diferenças significativas entre os que apoiavam e/ou integravam o sistema de informações e de segurança, que sempre queriam mais punições e vida longa para a ditadura, e os demais. É preciso notar, para além da já consolidada percepção da diferença entre ‘moderados’ e ‘duros’, que havia matizes internos a essas correntes, sendo de algum modo restritivo pensar-se apenas nos dois grupos. Evidentemente, nem todo militar da linha-dura atuou, efetivamente, nos sistemas de segurança e de informações”.

contra o deputado Francisco Pinto⁵⁶ – que ocorresse o pior. No desfecho do julgamento pelo Tribunal Federal, o então presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marcílio, conseguiu suportar a carga emotiva do momento e agir politicamente para impedir que o parlamentar opositor baiano ocupasse a tribuna, embora a sua condenação ainda estivesse na dependência da publicação do acórdão no Diário da Justiça. Os meios governistas ilustram, a fim de justificar a aplicação do AI-5 para punir os implicados no *Caso Moreno*⁵⁷, que à ARENA cabe, como suporte político da Revolução, agir como tal e, todas as ocasiões, numa demonstração de ajustamento aos princípios que caracterizavam o Movimento de Março de 1964. Se como ocorreu agora, o conjunto parlamentar que apóia o governo na consegue oferecer a eficiência esperada, parece evidente que há necessidade de se iniciar a fase de mudanças de engrenagens. E, nessa operação, as peças do âmbito parlamentar devem ali mesmo ser ajustadas. (*Jornal do Sudoeste*, 13 a 19-7-1975: 4)

A explicação para a defesa, declarada, do meio de comunicação à chamada “revolução” não é mero acaso, uma vez que o jornal é de propriedade de um vereador da ARENA, ex-presidente da câmara municipal e quando da circulação do semanário, ocupava a secretaria geral da casa.

Dessa forma, as punições de deputados da oposição que contestassem o governo Geisel ou até de membros do próprio partido governista, deveriam ser realizadas com o rigor da lei, para que não restasse nenhuma dúvida quanto ao comprometimento do governo militar no combate à corrupção.

Não é por acaso que o semanário, único em circulação no período, defendia o governo federal, principalmente o governo do Presidente Geisel, uma vez que essa era a concepção e a finalidade deste, ou seja, promover a transição do bonapartismo para institucionalização da autocracia burguesa.

⁵⁶ O Deputado Federal do MDB pelo Estado da Bahia, Francisco Pinto ficou conhecido por ter proferido em março de 1974 um discurso na Tribuna da Câmara dos Deputados denunciando as violências praticadas pelo governo golpista do General Augusto Pinochet no Chile. O Deputado foi condenado a prisão pelo STF e perdeu o mandato no mesmo ano.

⁵⁷ Caso de corrupção envolvendo membros do governo, tendo indiciado o parlamentar Wilson Campos, da ARENA, que foi absolvido posteriormente pelo Senado.

Disso extraímos a razão da necessidade de se abrir espaço para a oposição – institucionalizada – do MDB. Na mesma edição, foi publicada uma matéria sobre a rearticulação do chamado “grupo dos autênticos” da oposição, após a cassação de um de seus deputados.

O grupo *autêntico* do MDB voltará a atuar com intensidade durante o segundo semestre na Câmara, procurando debater aos problemas políticos-institucionais do País. A informação de foi divulgada pelo Deputado Jarbas Vasconcelos em Recife. (...) Para ele, foi a discussão dos assuntos institucionais que levou o partido à vitória nas eleições de 15 de novembro de 1974. As teses – observou o deputado – que defendíamos eram tão válidas que foram adotadas por todo o partido na campanha eleitoral. (*Jornal do Sudoeste*, 13 a 19-7-1975: 5)

Contudo, se o veículo que representava também uma parcela da burguesia local, era comprometimento com um padrão de “democracia” – nos parâmetros da “revolução” –, demonstrava que, de certa forma compartilhava com dos interesses da gestão do prefeito municipal, da ARENA e relacionava a propaganda institucional ufanista do governo federal como o modelo ideal para a cidade de Jataí e região.

Contudo, essa colaboração entre jornal e poder executivo só duraria até o momento em que as eleições para a direção do partido (ARENA) começassem a ser definidas.

Devido a não renovação do partido, e sendo o diretor do jornal – vereador Wanderley Guimarães – um dos representantes da chamada ala jovem arenista, na edição seguinte as eleições, o semanário estampa em sua primeira capa “Arena – Esperança Frustrada”:

Nunca nos anais da história política de Jataí houve um erro tão capital. Infelizmente, mais uma vez o povo de Jataí viu frustradas todas as suas esperanças devido a reeleição do Presidente anterior para a presidência do Diretório Local, no domingo próximo passado.

Ora, não se concebe, em hipótese alguma, que um partido político derrotado fragorosamente (...) fruto, única e exclusivamente de uma má direção, mantenha em seu quadro político praticamente os mesmos responsáveis por tal catástrofe. (...) Culpados serão os membros do Diretório, com raríssimas e honrosas exceções, que comandados pelo Deputado Estadual Domingos Venâncio de Almeida (e ratificado pelo Prefeito César de Almeida Melo, por circunstâncias óbvias, instado pela presidência), que levantaram suas vozes em alto brado e bom som convocando-os para a reeleição (...). É inegável a experiência política do presidente reeleito, mas o momento era o mais inoportuno possível, era crucial, era de vida ou morte para a Arena jataiense (*Jornal do Sudoeste*, 20 a 26-7-1975: 1).

A direção do jornal parece prever que a não renovação dos quadros do partido podem comprometer os rumos eleitorais na cidade e na região, devido à crescente importância que o MDB tem adquirido, muito mais por reflexos das circunstâncias macro do que pela sua atuação no município. Por isso, condena a manutenção de seus quadros.

Algo que nos chama a atenção, é a forma como uma questão partidária – embora seja o maior partido na cidade – e a disputa pelo comando da sigla, passa de uma questão política para se tornar, na concepção de seu diretor, uma frustração de toda a sociedade jataiense:

(...) Todos jataienses vivos, reconheciam a necessidade de uma transformação radical na direção da Arena Local, cujas bases se encontravam e se encontram dilaceradas pela negligência, inoperância, vaidade e descaso. Com o revés sofrido nas últimas eleições, a Arena de Jataí, na reestruturação de seu diretório, teria por obrigação, de proceder uma profunda renovação no seu quadro diretivo a fim de que pudesse surgir uma liderança nova, autêntica e que viesse corresponder aos anseios do povo jataiense e dar cunho diferente na marcha política do nosso próspero município. (...) Queira Deus que realmente vingue uma ala autêntica e descompromissada, imbuída dos mais alto espírito e capaz de prosseguir a tradição política que Jataí sempre teve no cenário Estadual e Nacional. Uma tábua de salvação, a única e última esperança que resta aos jataienses que pretendem ver sua cidade crescer em ritmo acelerado, progredir em ritmo de Brasil grande e entrar no concerto das grandes cidades brasileiras. (*Jornal do Sudoeste*, 20 a 26-7-1975: 1).

Consonante à ideia de renovação, o semanário publica na mesma edição duas matérias sobre as eleições dos partidos intituladas com *Renovação Mínima* e a outra *Uma Eleição Medíocre*, que embora sem assinatura – o que não era raro no periódico – demonstrava como a sua direção estava disposta a representar o esboço da renovação no município.

Na primeira, destacamos o tom de frustração de “uma eleição que poderia representar uma sacudidela, uma injeção de ânimos”, uma vez que a ARENA constatava a certeza de sua inviabilidade, já confirmada desde a derrota sofrida nas últimas eleições. Já o MDB, “cultivando a frustração e certeza de que está proibido de ganhar uma eleição nacional”.

Ora, para os que analisam o quadro político nacional e sabem avaliar a situação exata dos partidos, uma eleição como a de domingo perde a sua seriedade, colore-se com as fantasias da tradicional roupagem da farsa. (Renovação é mínima - *Jornal do Sudoeste*, 20 a 26-7-1975: 8).

O segundo, com um tom mais agressivo, trata da escassa renovação que houve, confirmando assim as previsões sobre as eleições dos Diretórios. Destaca que “não se poderia esperar de uma simples eleição para compor diretórios municipais uma intensa participação popular”. Ainda no artigo, a eleição ganha o claro aspecto de que a possibilidade de derrota da ARENA, nas eleições de 1976, abria a possibilidade de protelar a fórmula do bipartidarismo na expectativa de garantir o fortalecimento da situação após os resultados das eleições de 1974, quando o MDB teve um desempenho acima do esperado. A saída foi usar dos artifícios da lei que regulamentava os partidos políticos para fazer disto uma pseudo-participação popular.

(...) Se o governo vai alterar o sistema partidário a curto prazo, as eleições de domingo valerão muito pouco.(...) As eleições foram, por

toda a parte, manipuladas pelas velhas chefias locais, pelos caciques que detêm os mecanismos de controle e sabem dos segredos do comparecimento do eleitorado, nas doses exatas para garantir a maioria tranqüila (Uma Eleição Mediocre - *Jornal do Sudoeste*, 20 a 26-7-1975: 8).

As pressões para a renovação dos quadros dos partidos e as matérias no periódico parecem desprezar a insatisfação de outros setores da sociedade, justamente as classes subalternas, que tiveram rapidamente seus mecanismos de mobilização e luta praticamente destruídos após o golpe de 1964.

A intensificação das jornadas e a superexploração da sua força de trabalho, a diminuição do poder de compra e o arrocho salarial, e o fim do “milagre econômico”, criavam as condições para o ressurgimento dos movimentos sociais e dos sindicatos.

Contudo, o que transparecia através dos meios de comunicação era ainda o debate entre os dois partidos institucionalizados.

Um dos nódulos ideológicos inscritos na visão conservadora da burguesia e disseminada intensivamente pelos gestores autocráticos, durante esse período, consagra a idéia de que a história se move pelo alto. Às massas caberia um papel intrinsecamente menor e subordinado – assim, elas seriam sempre passíveis de manipulação e orientação em suas escolhas políticas, certamente decididas e articuladas pelas “elites dirigentes” (Rago Filho, 2004: 148).

Na concepção dos leitores e alguns colaboradores, a cidade de Jataí havia alcançado um ritmo de desenvolvimento que refletia os caminhos do desenvolvimento pelo qual o país passava no período.

Isso pode ser constatado, por exemplo, através de um artigo intitulado *Avanço Político e Cultural*⁵⁸, escrito por uma estudante de jornalismo da UFG - que se denominava “filha da terra” – apontando “a visita do prefeito César de Almeida

⁵⁸ *Jornal do Sudoeste* - nº 18 - 28 de setembro a 4 de outubro de 1975, p. 5

Melo e comitiva a Goiânia e em particular ao jornalista Sr. Jaime Câmara, à procura de soluções para problemas imediatos”, como uma demonstração de um período de maior abertura, com novos ideais progressistas. Como prova disto, a autora do artigo cita, inclusive, “a criação do *Jornal do Sudoeste*, (um enorme passo dentro do setor cultural”, logo político.

Talvez o avanço político tenha ocorrido de fato a partir das eleições para os Diretórios da ARENA e do MDB, quando a confirmação dos nomes na composição dos partidos, acenava para a disputa das eleições do ano seguinte, 1976⁵⁹.

Em âmbito nacional, a proximidade das eleições, ampliava a discussão sobre as possibilidades de se estudar uma reforma política ou mesmo dos partidos - o que era desmentido por vários setores do governo.

A pressão de setores da sociedade - e até de membros de ARENA e do MDB – em *prol* de uma reforma, além do receio de novos resultados negativos da ARENA, levou o ministro Armando Falcão e o Presidente Geisel a decretar a lei 6.339/76, que restringiria o debate político nos meios de comunicação.

(...) A norma está contida no texto do projeto de lei submetido ao Congresso Nacional pelo Presidente Ernesto Geisel, que dá nova redação à legislação sobre a propaganda eleitoral. Durante a propaganda eleitoral, os partidos devem se limitar a divulgar a legenda, o nome, a profissão e o número do registro dos candidatos na Justiça eleitoral, bem como mencionar, pela televisão suas fotografias, podendo ainda, anunciar o horário e o local dos comícios (Novas normas para divulgação de propaganda eleitoral - *Jornal do Sudoeste*, 13-6-1976: 1).

Se por um lado, a pressão pela reforma começava a ganhar força, contando com adesão da oposição e até mesmo da situação, por outro, alguns setores do governo - e até mesmo das forças armadas - que fomentaram a restrição

⁵⁹ Cf. nota 48.

do debate, alimentavam também a possibilidade de – caso se confirmasse uma nova vitória da oposição nas eleições – não haver eleições no ano de 1978.

Essa possibilidade fez com que deputados do MDB, saíssem ao ataque de assessores do governo que aventaram a possibilidade do cancelamento das eleições, em defesa e na confiança de que “o governo federal” cogitava a hipótese de “promover ampla reforma político-partidária após as eleições de 76 - ideia que já contaria com a aceitação do próprio Presidente Geisel” (*Jornal do Sudoeste*, 30-11-1975: 1).

Outra manchete de capa também nos revela o tumultuado ambiente político daqueles anos.

Durante a sessão em que o Superior Tribunal Militar homenageou dia 26 as vítimas da “covarde intentona bolchevista de 1935”, o ministro Oliveira Sampaio, atual presidente do STM, defendeu a permanência do AI-5, afirmando que “subversivos da mesma espécie dos de 1935, utilizando diversas siglas”, continuam tramando “para destruir o que de mais sagrado representa para os brasileiros, a sua liberdade”. O ministro notou que subversivos “quando pilhados e presos, reclamam melhor tratamento, implorando os princípios dos direitos humanos, por eles em tempo algum memorados”. Salientou que é “preciso refrescar a memória e não esquecer os idos de 1964”, quando “a intervenção divina nos salvou” (STM defende AI-5 lembrando intentona comunista de 1935 - *Jornal do Sudoeste*, 30-11-1975: 1).

Esse clima estava propício para a estratégia de “erradicação brutal de qualquer resistência e movimento que ameaçasse o poder autocrático-burguês, uma vez que, um afrouxamento e a tolerância”, poderiam contribuir para o retorno de subversivos ameaçando a tomada do poder e a *supressão da liberdade*⁶⁰ (Rago Filho, 2004: 150).

É interessante notar que a publicação da matéria do STM no semanário precede em duas edições uma notícia que ganharia destaque tão importante quanto,

⁶⁰ *Grifos nossos.*

a transferência do 41º Batalhão de Infantaria Motorizada da cidade de Ipameri para Jataí. A ideia de progresso e desenvolvimento, aliado a uma concepção de renovação política e a transferência, instalação e proteção do braço armado do Estado, selaria de vez a intenção de transformar Jataí num dos grandes municípios brasileiros.

As notas sobre a segurança pública no periódico começaram a ganhar mais destaque a partir da aproximação da abertura do ano de 1976, ano de eleições municipais e que poderiam consolidar a crescente visibilidade do MDB. Isso aconteceu, provavelmente, devido à atuação parlamentar – tanto em esfera nacional e estadual - que refletiam também na maior visibilidade dos opositores na cidade e na região. Uma demonstração disso já havia sido dada quando da eleição do Deputado Manoel da Costa Lima pelo MDB da região sudoeste.

A partir desse período, o aumento da propaganda pró-governo, a valorização da ordem pública, da moral, das leis e da paz, parecem ser cuidadosamente relacionados aos caminhos que a “revolução” de 1964 havia traçado para o povo brasileiro.

Dessa forma, a esperança de que o Brasil havia entrado definitivamente nos trilhos do desenvolvimento e, como no jargão propagandista do regime, ninguém seguraria esse país, desde que as escolhas fossem, logicamente, ao encontro dos ideais da “revolução”.

CAPÍTULO 3

A DISPUTA PELO PODER POLÍTICO

3.1 A emergência de uma oposição e a agonia arenista.

Consonante ao crescimento verificado pela oposição durante as eleições de 1974 em todo o Brasil, o MDB em Jataí nas eleições municipais, também marcou o início da alternância de poder, dentro de um processo de auto-reforma do sistema. É preciso lembrar, contudo, que essa alternância de poder começa a ter o seu caminho aberto ainda durante o período de tutela dos militares, ou seja, ainda dentro de um Estado de feição bonapartista.

Para a cúpula do partido, as eleições de 1976 para prefeitos e vereadores marcariam o início de sua trajetória vencedora e o triunfo nas eleições de 1978⁶¹, reforçando assim a crença no final do “regime militar”. Essa confiança (e cautela) é demonstrada na manchete do *Jornal do Sudoeste*, edição de número 28, sob o título de “MDB afirma que sua vitória pode começar em 1976”, no qual relaciona a importância das lideranças locais nos municípios para fortalecer o partido para as próximas eleições.

Logicamente, por se tratar de um periódico local, que não estava isento de sua opinião, e articulação política, é possível identificar que ao mesmo tempo em que a manchete chama a atenção para a possibilidade da eleição da oposição, há

⁶¹ Eleição de dois senadores em cada Estado, sendo um deles por voto direto do eleitorado e outro, indiretamente, pelo voto de um Colégio Eleitoral Estadual, [na forma da Emenda Constitucional n.º 8, de 14-04-1977, combinada com a Resolução n.º 10.425, do Tribunal Superior Eleitoral, de 31-05-1978. A Emenda Constitucional n.º 15, de 19-11-1980, restabeleceu o voto direto nas eleições para senador da República, com mandato de oito anos].

um tom bastante irônico e ameaçador caso essa vitória se confirmasse. Primeiro por que o seu diretor, Wanderley Guimarães era membro da ARENA e já havia ocupado uma cadeira no legislativo municipal, e segundo, porque a sua forte influência no partido o colocava na condição de pleitear a sua eleição para o executivo municipal.

Dessa forma, é provável que o periódico dava bastante ênfase as ameaças que poderiam levar a anulação do processo de eleições para presidente, governador, deputados e senadores, marcadas para 1978.

Por se tratar de eleições indiretas para os dois cargos executivos, escolhidos pelo colégio eleitoral, era extremamente importante o bom desempenho do partido da situação na eleição de deputados federais e senadores, uma vez que o bom desempenho da oposição no pleito para os esses cargos legislativos poderia determinar as malfadadas eleições majoritárias.

Não por acaso que a ARENA, na tentativa do fortalecimento regional, utiliza de seu meio de comunicação para lançar a público a sua ofensiva, muito provavelmente com a expectativa de iniciar as discussões (neste caso indicações) do próximo período eleitoral. A edição do *Jornal do Sudoeste* de nº 34, publicada em 14 de fevereiro de 1976, expressa muito claramente em seu editorial, assinado pelo seu diretor, Wanderley Guimarães, de que lado o veículo de comunicação estava, como esperava que o “Partido” discutisse a sucessão e apontasse suas alternativas, e principalmente, como a população jataiense deveria se comportar durante as eleições municipais.

Circulam nos meios políticos de Jataí e que já fazem parte das especulações e espera que aja da simpatia das diversas camadas sociais de nossa cidade, dois nomes que gozam de maior prestígio do vai e vem político do município, para a sucessão do atual Prefeito César de Almeida Melo, a concorrer nas próximas eleições deste ano, que se dará a 15 de novembro. A incógnita repousa em dois nomes de grandes valores da vida política e social deste grande e

vasto município. Sabe-se que são homens que estão ligados diuturnamente aos problemas administrativos desta cidade. Pessoas idôneas que congregam em si as facetas necessárias para conduzir, de maneira honrosa e galhardamente os destinos deste próspero e respeitado grande município. O Partido será grandemente beneficiado e aumentada as suas esperanças de uma eleição tranqüila, vitoriosa, para ajudar na sequência dos trabalhos de um Governo austero, responsável e que vem conduzindo de maneira admirável, com suas atenções voltadas para o homem, meta principal de seu plano bem arquitetado de governo, este gigante brasileiro, Presidente Ernesto Geisel, que tem feito pulsar o Brasil de Norte a Sul, de Leste a Oeste, dentro dos legítimos e sadios princípios da aguerrida Revolução de 64. Resta-nos aguardar as providências do Diretório Municipal da ARENA no sentido de uma resolução breve, dando, assim, ensejo para que o candidato tenha tempo suficiente para se preparar convenientemente sem o afogadilho da última hora, redundando em sacrifício e prejuízos de toda ordem, dando chance aos opositores que não brincam em serviço, valer-se das falhas, por menores que sejam, em seu benefício. Cabe ao Partido pensar rápido e agir com esperteza e ligeireza. Sabemos que este é o desejo de todos os nossos valorosos correligionários. Vamos partir para uma luta de que acontecimentos virão, nas suas diversas manifestações, apontando caminhos, muitas vezes, de difíceis condições, onde se galgará com dificuldades, próprias das asperezas da vida, redundando em bálsamo de grande significação para os fortes que só tem um lema de vida: SERVIR PARA VIVER e VIVER PARA SERVIR. (*Jornal do Sudoeste*, 14-2-1976: 1).

O irrestrito apoio ao governo municipal e a reprodução das “ordens” da ARENA, como sustentáculo do regime bonapartista são rechaçados através da alusão aos desdobramentos da “Revolução de 64” e a expectativa de continuidade do regime.

Chama-nos a atenção que nesta mesma edição, a preparação das “ações rápidas” que seu diretor cobra do partido, estava devidamente orquestrada no periódico, como verificamos através de suas manchetes e matérias.

Destacamos aqui a manchete sobre o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ao MDB nas eleições de 1974, a nota do MDB refutando qualquer apoio e a opinião dos militares do governo. Não por acaso, há um esforço do

periódico em reforçar a todo instante a transferência do 41ª Batalhão de Infantaria Motorizada⁶² (BIMTZ) para a cidade de Jataí.

Examinemos mais de perto cada uma dessas matérias e suas ligações. Sobre a primeira manchete, é sabido que o PCB, ao longo de sua trajetória, desde a sua fundação em 1922, viveu períodos mínimos de legalidade e liberdade⁶³. São muitos os períodos em que grande parte da direção do PCB esteve sob a mira e vigilância do Estado, mesmo em períodos considerados pela nossa historiografia recente como democráticos (1946-1964). Com isso, uma das alternativas para o PCB foi intensificar a política de constituição da frente democrática, consolidando seu apoio ao MDB e utilizando-se de sua legenda como alternativa política.

No entanto, verificamos que lideranças do MDB contestavam qualquer tipo de apoio do PCB. Isso fica bastante claro, não apenas na nota do seu presidente, o então deputado Ulysses Guimarães, mas principalmente com o teor de algumas declarações de alguns de seus dirigentes.

Do outro lado do debate estão os militares, aos quais o jornal denomina como ligados ao sistema de informação.

Círculos militares ligados com o sistema de informação reagiram negativamente à nota em que o presidente do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), senhor Ulysses Guimarães, respondeu às declarações do líder do fracassado Partido Comunista, Luiz Carlos Prestes. Para esses círculos – conforme se ouviu, por declaração, dia 11 p.p., em Brasília – a nota de Ulysses Guimarães não contesta o que consideram a verdade essencial das

⁶² Sobre a transferência do 41º BIMTZ para Jataí no ano de 1975, o *Jornal do Sudoeste* e sua direção, com não poderia deixar de ser, caracterizava aquele acontecimento como uma conquista para a região e reconhecimento de sua importância. Essa concepção é compartilhada ainda hoje quando se questionada a real finalidade dessa instituição. Embora não se trate do foco de nossa pesquisa, é difícil não relacionar uma suposta ligação entre a transferência do destacamento da cidade de Ipameri, região sul do Estado de Goiás - próxima da região do triângulo mineiro – com a guerrilhas do Araguaia, uma vez que a região do sudoeste goiano é porta de entrada para se chegar a bacia do Rio Araguaia. Sobre a Guerrilha do Araguaia ver Gorender (1987).

⁶³ Sobre a trajetória do PCB ver especialmente Edgard Carone em *O PCB*. Vol. I, II e III. Difel (1982).

declarações de Prestes: “que o MDB teve a ajuda do Partido Comunista no pleito de 1974”. Esses círculos entendem que o PC, malogradas outras táticas, passou a apoiar eleitoralmente o MDB e conseguiu que a oposição legal adotasse as teses comunistas. (*Jornal do Sudoeste*, 14-2-1976: 1).

Assim como em todas as notícias sobre a situação e a oposição, o jornal adota uma posição alarmista e terrorista ao relatar a possibilidade de participação de facções políticas ilegais no período, mas legítimas, como o caso do PCB.

Notamos também que a cada nova edição⁶⁴, aumentavam gradativamente a publicidade de homenagens e divulgação de ações do governo federal, do executivo municipal e principalmente do exército brasileiro, agora personificado na cidade pelo 41º BIMTZ.

Mantendo sua linha política, o periódico busca incessantemente a publicidade de matérias que demonstrem um clima harmonioso no país, tanto internamente, noticiando as ações do Presidente Geisel em eventos políticos, bem como as relações externas com os países vizinhos. Como exemplo, temos na edição de número 37 a divulgação do reconhecimento do “regime militar” na Argentina e o banimento de toda e qualquer ameaça “esquerdista” da América Latina⁶⁵.

O governo brasileiro reconheceu 4ª feira mesmo a Junta Militar argentina(...) O chanceler Azeredo da Silveira, que serviu como embaixador na Argentina durante cinco anos, conheceu lá o general Jorge Videla (...) o novo regime, independente de sua orientação será um interlocutor válido pelo *simples*⁶⁶ fato de *ser forte* (...) Finalmente, nota-se em Brasília que parece estar completamente desfeito o arco formado contra o Brasil há alguns anos pelos regimes de Alvarado no Peru, Torres na Bolívia, Perón na Argentina e Allende no Chile, sem contar a instabilidade provocada no Uruguai

⁶⁴ Verificamos que o semanário sofre uma paralisação em sua circulação entre os número 35 e 36, com intervalo de um mês, o que levanta especulações sobre o encerramento de suas atividades.

⁶⁵ Muitos são os autores que tratam sobre os movimentos de resistência na América Latina e também sobre os golpes militares, destacamos aqui especialmente Gerassi (1965), Beraldo (1981) e Vieira (2005).

⁶⁶ Grifos meus.

pelos Tupamaros. Agora o único regime esquerdista nas proximidades do Brasil é o da Guiana, que isoladamente não inspira maiores temores (*Jornal do Sudoeste*, 28-3-1976: 1).

O foco do periódico é tentar organizar alguns setores da sociedade, interpretando a conjuntura pelas linhas de seu editorial, e preparando o caminho para a sucessão municipal. É o que vemos em matéria intitulada “ARENA orienta os diretórios”, publicada em 04 de abril de 1976 na edição 38 do *Jornal do Sudoeste*.

As sublegendas⁶⁷ deverão ser usadas ao máximo; os atuais vereadores serão considerados candidatos natos e as lideranças locais mais experientes poderão receber um apelo para disputar as eleições. São algumas recomendações que a direção nacional da Arena distribuirá nos próximos dias a todos os seus diretórios municipais.

Se a Arena ganha, os demais grupos aglutinados nas sublegendas não serão marginalizados na nova administração – todos deverão procurar uma “convivência harmoniosa”. A direção também vai advertir que “não se criem, fraudulentamente, sublegendas que não representem expressivas ou diferentes correntes de opinião”.

Há um manual de instruções para a campanha, em preparação, sugerindo o desenvolvimento de amplas pesquisas de opinião “para sentir as aspirações populares e orientar, objetivamente, o debate político. O slogan do partido poderá ser “a Arena é o melhor caminho” – a sugestão consta do projeto do plano de ação partidária (...). O plano adotará a tese do grupo renovador, no que se refere à estratégia de ação para transmitir ao povo o seu programa. A Arena entende que a estratégia “é a arte de mobilizar o poder político-partidário com vistas à concretização dos objetivos imediatos e mediatos do partido, consubstanciados no seu legítimo desejo de permanência no poder e na necessidade de sua consolidação⁶⁸” (*Jornal do Sudoeste*, 4-4-1976: 1).

Parece que mesmo com o monopólio das informações sobre ações do partido oficial e do governo, percebemos a ausência, ao longo de todas as edições pesquisadas, de novos personagens na vida pública brasileira.

⁶⁷ Mecanismo adotado no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 que permitia às facções de um partido a apresentação dos seus candidatos às eleições para governador, prefeito e senador, atribuindo-se ao candidato que obtivesse o maior número de votos o total obtido pelo conjunto das facções. SUBLEGENDA In: PORTO, Walter Costa. Dicionário do voto. Brasília: UNB, 2000.

⁶⁸ Destaque do autor.

Por mais que tenha existido um grande esforço, daquele que era o único meio de comunicação impressa no município de Jataí no período, e praticamente em toda a região sudoeste, notamos que a demasiada quantidade de informações a respeito da manutenção da ordem institucional, criada pelo regime bonapartista; da pressão da oposição oficial para garantir o acesso a algumas liberdades democráticas; e do esforço do governo para a manutenção do *status quo* e dos resultados do “milagre”, já não eram os únicos motivos que abalavam a hierarquia do poder.

A revolução de 1964, ao instalar no Brasil, um regime militar, consolidou no país o capitalismo tecnoburocrático, ou seja, uma formação social predominantemente capitalista, mas crescentemente estatal, baseada na aliança da burguesia com a tecnoburocracia estatal. (...) em 1974, inicia-se um processo que será inicialmente chamado pelo Governo de “distensão” e depois de “abertura”⁶⁹. (Pereira, 1987: 250).

Para Luiz Carlos Bresser Pereira, o processo político iniciado em 1974 é caracterizado pela dialética entre o processo de abertura, comandado pelo governo e o processo de “redemocratização”, exigido pela sociedade civil. O primeiro compreende o processo pelo qual o regime militar controla as pressões dos vários setores sociais, cedendo e ao mesmo tempo postergando o máximo possível o processo de “redemocratização”⁷⁰, com o objetivo de se manter no poder. No segundo, a redemocratização restabelece o Estado de direito e não apenas o processo real do restabelecimento dos direitos individuais e do processo eleitoral, mas também da própria luta democrática da sociedade.

Para Florestan Fernandes (1980), há nesse aparente antagonismo, a ausência de um elemento que contrapõe o discurso da ordem e da conciliação

⁶⁹ Destaques do autor.

⁷⁰ Ressaltamos aqui o antagonismo entre redemocratização e a processo de auto-reforma.

nacional - implícito na colocação de Pereira - e que caracteriza a erosão do movimento contrarrevolucionário que se abriu a partir do golpe militar de 1964.

O que é a *democracia burguesa*⁷¹: como forma política da república democrática, uma ditadura de classe dissimulada com fundamento na representação, na divisão de poderes e nos direitos fundamentais dos cidadãos; como forma política dos regimes burgueses de exceção, uma ditadura de classe explícita, pela qual o poder real da minoria se organiza e se impõe sem o consentimento da maioria, garantindo pela força a eficácia da democracia restrita. Nos fatos, sempre gravitamos na segunda fórmula, da República Velha ao Estado Novo e à "República Institucional". A democracia burguesa no Brasil sempre foi restrita; e a república burguesa, como forma política, sempre reduziu a democracia constitucional, representativa e parlamentar a uma concentração ditatorial tácita do poder político estatal nas mãos da minoria e, concretamente, de suas "elites dirigentes" (um processo que sociólogos, cientistas políticos e antropólogos assinalaram, repetitivamente, nas nações capitalistas subdesenvolvidas de toda a periferia). (1980:14)

Na expectativa de uma maior "abertura política"⁷² e aproveitando-se do desgaste da ARENA em âmbito nacional, o MDB local começou a articular sua estratégia para o pleito de 15 de novembro de 1976.

O periódico, tomando conhecimento desse crescimento, que não é apenas um reflexo regional, estampa em sua capa um artigo intitulado a "Política e Democracia" assinada por um dos seus colaboradores prediletos, Sinval Barros Melo na coluna "A voz do povo para o povo". Nela, o colaborador parece indicar a necessidade de o periódico ser um dos bastiões da imparcialidade, elegendo os conceitos de política e democracia para descrever a importância da participação popular no pleito eleitoral de 1976, que definirá o novo prefeito e a composição da câmara dos vereadores.

⁷¹ Grifos do autor.

⁷² Em nossa análise não se trata de um simples processo abertura, mas sim da passagem de um Estado bonapartista para um Estado autocrático-burguês.

Para ele, o *Jornal do Sudoeste*, bem como a sua colaboração era instrumento e ideia, respectivamente, uma voz e uma expressão imparcial de análise da realidade jataiense, goiana, do Brasil e do mundo, uma vez que como o seu *slogan* aponta indica esse ser “uma voz e uma força a serviço de uma região”. Dessa forma, nosso articulista, talvez buscando inspiração em um Rousseau, Tocqueville, Jefferson, Hamilton, Mills, ou em um Ruy Barbosa, de forma bastante didática tenta desvincular a política do âmbito partidário, tornando-a um conceito amplo no qual, juntamente com a que ele caracteriza como democracia, deveriam ser os princípios de unificação de todos os setores da sociedade, dos operários, comerciantes e industriários, como o exemplo dado por um país bastante semelhante ao Brasil, a Suíça.

...como sempre tenho colaborado para esta “folha”⁷³ e venho mantendo, em todos os assuntos tratados, uma linha imparcial, atacando, com energia, cada casa em defesa do povo a quem jurei servir e defender, apresento mais este artigo, como alerta a todos quantos atualmente, manejam cargos políticos ou dependentes da política. Quando se fala em política, a primeira impressão é a de que só deva entendê-la no âmbito partidário. Mas, no entanto, se examinarmos com imparcialidade e bom senso, chegarmos a conclusão de que ela é proveitosa a sociedade, se discutida dentro de normas compatíveis com o grau de civilização a que já alcançamos.(...)Examinemos os significados das palavras “política” e “democracia”: os dicionários definem a primeira como “ciência do governo dos povos”; arte de dirigir as relações entre os Estados, a segunda (democracia). (...) Partindo destes princípios, poderemos exercer a política democraticamente (...) se o nosso regime é democrático, sigamos os ensinamentos do mestre Ruy Barbosa, ditados em um trecho de um de seus famosos discursos: “- A Pátria é a família amplificada. Não chamemos jamais de inimigos da Pátria aos nossos adversários mais irredutíveis. A Pátria não é ninguém: são todos”. A disputa nos pleitos eleitorais, em alto nível, denota elevado grau de educação, civismo e acendrado amor à Pátria. Pelo simples fato de “A” estar no partido do governo e “B” no da oposição, não dá direito a que aquele tenha como elemento prejudicial à comunidade. Aceitando os ensinamentos de Ruy Barbosa, ambos são células da grande família, a Pátria. Assim, ambos com os mesmos direitos e os mesmos deveres: trabalharemos patrioticamente, pelo progresso da terra que lhes serviu de berço e,

⁷³ Destaques do autor.

fraternalmente, para toda a HUMANIDADE. (*Jornal do Sudoeste*, 7-6-1976: 1).

Aqui, embora queira suscitar no leitor a reflexão aos conceitos de política e democracia, nosso articulista não consegue ir além do que já estava posto naquele momento e que Florestan Fernandes já havia destacado: a existência de uma ditadura de classe dissimulada com fundamentos na repressão, tendo nos elementos de exaltação à pátria, mecanismos para a manutenção do bem maior e comum a todos, ou seja, o Estado.

Dessa forma, a proximidade do pleito que definiria os rumos políticos da cidade, dava o tom das matérias que começavam a ocupar cada vez mais os espaços do periódico. Eram assuntos recorrentes: a definição dos candidatos e assuntos relacionados às questões municipais e regionais; as regulamentações de propaganda nas eleições – conhecida como lei Falcão; a publicidade de ações do governo Geisel - de forte cunho populista; a divulgação das propostas dos candidatos arenistas concorrentes aos cargos de chefe do executivo municipal; as cadeiras do legislativo; e até mesmo o debate pela sucessão no governo federal.

É importante registrar que, sendo Jataí uma cidade pólo na região e o *Jornal do Sudoeste* um dos únicos veículos de comunicação impressa no sudoeste do Estado de Goiás, as matérias que tratavam da definição de candidatos da ARENA em cidades como Caçu, Cachoeira Alta, Rio Verde e Mineiros, ganhavam destaque cada vez maior. Muito provavelmente com o objetivo de atender aos chamados de mobilização e aos alertas, feitos pelo governo Geisel e seu partido, tanto para as eleições municipais, quanto para a importância desse pleito. Esse esforço era uma tentativa de reproduzir nas urnas a suposta popularidade que o governo do General Geisel demonstrava, mas que seu partido percebia não ser

suficiente para superar a oposição nas urnas, devido a ascensão do MDB no período.

3.2 Em Jataí o MDB ganha a eleição para Prefeito.

Mesmo sob a forte pressão da ARENA e seus candidatos, que supostamente detinham um maior poder econômico, e ainda contra a vontade do semanário Mauro Antônio Bento é eleito prefeito em Jataí pelo MDB.

Com 351 votos na frente, o MDB ganha a eleição em Jataí, elegendo Mauro Bento para Prefeito. A apuração das 98 urnas deste município, iniciada às 8 horas do dia 16, teve o seu encerramento às 23 horas do dia seguinte no salão de festas do Jockey Club de Jataí. (*Jornal do Sudoeste*, 21-11-1976: 1).

Mauro Bento teve uma rápida ascensão política, uma vez que sua adesão ao MDB havia ocorrido ainda no início do ano de 1976.

Para o escritor e documentarista Dorival de Carvalho Mello, muito mais que um carismático autêntico, devido a sua aproximação com o povo, Mauro Bento adotou durante a sua primeira gestão (1976-1982), uma nova característica de administração, muito mais que inovadora, representava as próprias mudanças políticas do período. Segundo seus admiradores, dotado de uma capacidade de persuasão, fazia alianças e fechava acordos políticos com uma habilidade ímpar,.

Naquela época, em 1976, Jataí começava a despertar-se do torpor de cidade interiorana. Enquanto isso, a política partidária, agitada pelos dois únicos partidos, MDB e ARENA, fervilhava num corre-corre com a proximidade de mais um pleito eleitoral. A hora é agora de entrar nesse picadeiro. Um cidadão com mente iluminada, voltada para o setor público, como demonstrou ser Mauro Antônio Bento, com apenas seis meses de apresentação no palco político local, provou ser um vencedor. Mauro não venceu só uma eleição, mas um sistema monolítico sobre o qual se assentavam as lideranças históricas de Jataí. Não é demais dizer que os perdedores naquele pleito foram vítimas das próprias mazelas. Nesse episódio curioso e inusitado, o Engº Dorival de Carvalho, candidato vencido a prefeito pela Arena, foi sem dúvida o mais

derrotado daqueles políticos, principalmente pelo peso moral de que era possuidor e pela retidão, sobejamente comprovada, no trato com a coisa pública e privada.⁷⁴

Para a Arena local, talvez a derrota não fosse tão inesperada assim, uma vez que a disputa interna e o debate sobre a viabilidade de seus nomes disponíveis para concorrer ao pleito municipal, já vinham sendo alvo de críticas. Pelo menos era isso que, o então vereador Wanderley Guimarães, tentava transmitir quando anunciava em seus editoriais a necessidade de uma renovação nos quadros do partido governista. É bem verdade que esta renovação, deveria ocorrer, principalmente, com sua indicação para concorrer ao cargo de prefeito pelo partido. Contudo, a escolha de Dorival de Carvalho, figura tradicional da cidade, ligada também às tradicionais famílias fundadoras da cidade, colocou por terra as pretensões de Guimarães, uma vez que o candidato a prefeito da sublegenda um (1) do partido (Arena 1), era detentor de um respeitado histórico político, remanescente do antigo PSD e incorporado à Arena após a instituição do bipartidarismo.

Assim, conforme decidido em sua convenção, a composição da chapa à disputa do executivo municipal seria encabeçada pelo ex-prefeito Dorival de Carvalho, tendo como vice Gilberto Cardoso.

A possibilidade de se ter uma sublegenda estava praticamente descartada desde a definição das candidaturas, como veiculado na primeira capa (nº50) do *Jornal do Sudoeste* em 27 de junho de 1976 e que destacava que “ambos os partidos lançarão somente um candidato fugindo, assim, a hipótese de sub-legenda”.

Contudo, a chamada ala jovem, resolveu investir naquilo que apostavam como renovação: formalizar uma chapa composta por Carlos Eduardo Vilela, tendo como vice Evandro Costa Bueno. A formalização da proposta de sublegenda, *Arena*

⁷⁴ Texto publicado em <http://jatai.not.br/Literatura/DCMello/index.htm> (consultado em 15 de abril de 2010 às 07:25)

2, é lançada na edição de 22 de agosto, praticamente três meses antes do pleito, o que proporcionaria bastante tempo para o jovem agrônomo e a sua ala, organizarem a sua tática eleitoral, sobretudo o seu fortalecimento dentro do partido.

Por isso, a derrota da Arena em Jataí foi fruto do seu racha interno, entre a ala mais tradicional, encabeçada pelo prefeito César de Almeida e pelo candidato a prefeito no pleito de 1976, Dorival de Carvalho, que representavam para a ala jovem, um continuísmo e a falta de vontade política de investir em novos atores.

Ao ignorar a expectativa de renovação dessa ala jovem do partido - que tinha como próceres Wanderley Guimarães, Carlos Eduardo Vilela, Luiz Alberto (Maguito) Vilela, dentre outros - a Arena desprezava os resultados das eleições de 1974, que colocou sob ameaça a eleição de seu representante na Assembléia Estadual, Domingos Venâncio. O que por si só já seria motivo de muita preocupação, afinal de contas a região sudoeste, e principalmente Jataí, sempre teve tradição política no Estado de Goiás, elegendo seus representantes. No caso de Venâncio, sua eleição significava também a maior atenção do diretório regional do seu partido, além da proteção do governador. No entanto, a eleição do candidato do MDB, Manoel da Costa Lima, à Assembléia Estadual, representou a crescente força que o partido de oposição começava a empreender na região e que culminou com a perda do executivo municipal em 1976.

Um detalhe importante nas eleições municipais deste ano que não pode ser desprezado, diz respeito à distribuição das cadeiras disponíveis no legislativo municipal. Das onze cadeiras no legislativo, a Arena conseguiu a eleição de seis, de um total de dezesseis candidatos lançados pela legenda. Ou seja, uma maioria que garantia a possibilidade de manutenção no direcionamento das políticas públicas,

proposição, aprovação ou veto de projetos, tanto no setor executivo quanto no legislativo.

Já o MDB, dos vinte e quatro candidatos indicados na convenção do partido, conseguiu eleger os cinco representantes que completariam as cadeiras na câmara. Assim, a configuração da câmara municipal, com maioria arenista ficou da seguinte forma:

Vereador - ARENA	Votos	Vereador - MDB	Votos
Luiz Alberto Vilela	671	Lindomar Rezende Silva	961
Eufrásio Pereira Rocha	653	Areno Rocha Vieira	908
Elita Maria Carvalho	611	Eurípedes Franco de Moraes	675
Antonio Soares Gedda	564	Joviano Justino de Souza	675
Willian Cintra Vieira	541	Dolorita M. de Oliveira	670
Sebastião Bentos Moraes	487		
Suplentes		Suplentes	
Zilah Amorim de C. Vieira	485	Nelson Antônio da Silva	588
Genei Leal Rezende	435	João Braz de Souza	432
Guilherme Francisco Cabral	415	José Toribes	369

Fonte: Jornal do Sudoeste. Ano II nº 71 – Jataí, 21 de novembro de 1976:6

Com esses resultados, tão logo findou o processo eleitoral, deu-se início à articulação para assumir a presidência do legislativo. Um dos mais cotados na ocasião para assumir a presidência da casa foi o vereador eleito pela Arena, Luiz Alberto Vilela. Mesmo contando com o apoio da maioria do seu partido, o vereador iniciou, ainda durante os primeiros momentos após as eleições, o diálogo com o MDB.

É importante verificar que o diálogo entre o vereador eleito e o partido de oposição não ficou restrito apenas às questões do legislativo. A partir desse momento, os laços entre o vereador e o MDB começaram a se estreitarem.

Embora previsível, a derrota da Arena marca o início de um movimento ampliado, que correspondia aos anseios de uma reforma partidária, e que se tornaram mais evidentes a partir das eleições de 1978⁷⁵.

Para entender os motivos da chamada “primeira derrota” dos arenistas na cidade de Jataí, duas declarações são fundamentais e foram publicadas também no *Jornal do Sudoeste* na sua edição de número 71. A primeira de seu editor Wanderley Guimarães, intitulada “Não há motivo para desespero”. Nela o editor declarou que após a divulgação dos resultados oficiais das eleições,

(...) notamos um certo movimento de revolta em meio aos adeptos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que nunca sentiram a dor de uma derrota, ... uns dizendo que cabe ao presidente do diretório municipal a maior responsabilidade. Outros acham que o prefeito tem grande parcela de culpa. Já aqueles que acham mais entendidos jogam uma parcela de culpa no governo do estado pela falta de atenção para conosco. Há aqueles que desaprovam a “repetição”⁷⁶ e continuam achando que foi o motivo principal. Há aqueles que culpam a sublegenda por fazer campanha paralela ao MDB, dizendo que se não votar em seu candidato, votasse no candidato da oposição. A sublegenda achando que foi hostilizada pela Arena-1 ou seja, a cúpula partidária. Assim por diante. O reboliço continua e se prolongará por algum tempo... Não resta dúvida de que o MDB assumiu com isto uma oposição poderosa no quadro político local. Ele (MDB) se tornou um adversário temido, embora ainda precise de se estruturar melhor e se preparar para ter condições de permanecer no poder por mais tempo conforme o seu desejo, desejo este sufocado por muitos e muitos anos...

Mas nem por isso é motivo de desespero, de revolta, de menosprezo, de achincalhos, de desmerecimento aos atuais dirigentes da política situacionista. Nós perdemos a Prefeitura, mas continua conosco o poder legislativo, o poder estadual e o federal. Agora mais do que nunca a Arena de Geisel, vai necessitar do concurso nosso para uma reflexão mais apurada... Consideramos sim, descuidado, precisando de uma reformulação, de uma modificação em seu quadro de obreiros. O partido precisou, precisa

⁷⁵ Eleição de dois senadores em cada Estado, sendo um deles por voto direto do eleitorado e outro, indiretamente, pelo voto de um Colégio Eleitoral Estadual, [na forma da Emenda Constitucional n.º 8, de 14-04-1977, combinada com a Resolução n.º 10.425, do Tribunal Superior Eleitoral, de 31-05-1978. A Emenda Constitucional n.º 15, de 19-11-1980, restabeleceu o voto direto nas eleições para senador da República, com mandato de oito anos].

⁷⁶ Destaque do autor.

e sempre vai precisar de você. Você é e sempre será peça principal das cogitações do partido. Dê sua colaboração... Por isso que conclamamos a todos os arenistas de boa vontade, que ama a sua agremiação partidária para que cerrem fileiras conosco para o soerguimento de nossas tradições políticas, outrora tão consagradas e vilipendiadas no presente. (*Jornal do Sudoeste*, 21-11-1976: 1).

A segunda foi a manifestação pública da Arena e de seu presidente, Luziano Ferreira de Carvalho, que procurou agradecer os votos recebidos pela legenda, reiterando a disposição do partido em “continuar a luta” em favor da solução dos problemas da cidade. Neste texto, lembrou ainda que,

A maioria conquistada na composição da Câmara Municipal e o apoio irrestrito dos Governos do Estado e da União nos asseguram, condições bastante para sustentarmos bem alta a bandeira da paz e do desenvolvimento. Fizemos uma campanha em alto nível, com candidatos que honram esta comunidade. Acreditamos com respeito e humildade a decisão do povo e que Deus inspire os vencedores, na missão sagrada de cumprir os justos anseios de todos os jataienses. (*Jornal do Sudoeste*, 21-11-1976: 1).

Encontramos nas duas declarações, os elementos que exaltam a manutenção da ordem e a crença num desenvolvimento da cidade e da região em sintonia com um suposto desenvolvimento do Brasil, mas que não correspondem à realidade econômica, política e social do país.

Embora as declarações pareçam estar em sintonia e representarem a unidade de um partido na análise de sua derrota, verificamos que os principais motivos não são mencionados em seu manifesto publicado pelo presidente da legenda. Por outro lado, a manifestação dos representantes do partido que se identificam como a ala jovem, dentre eles o editor do periódico, creditam a derrota ao fato de o partido não ter apresentado uma alternativa de renovação, que inspirasse reais mudanças.

Para Nestor Couri, médico e membro do partido, a articulação da campanha da Arena 1 - representada pelo seu candidato a prefeito e sustentada pela ala mais conservadora do partido que incluía o então prefeito César de Almeida e representantes do partido no governo estadual – usaram de seu prestígio político e, diante da ascensão da Arena 2 – representada por Luiz Alberto Vilela e pela ala jovem – teriam incentivado o voto na oposição formada pelo MDB.

A Arena perdeu a batalha das eleições neste ano de 1976, em Jataí. Em 1974, sentimos a ameaça dessa derrota nas eleições para Deputado estadual, quando Domingos Venâncio quase não se elegeu por traição da cúpula político partidária. (...) vícios da estrutura política jataiense, viciada em suas bases também contribuíram para a fragorosa derrota que nós, membros do Diretório Municipal e toda a família arenista, sofremos. Quando da última eleição para composição do atual Diretório da Arena, onde se pleiteava um renovação nos moldes pregados e defendidos pela Presidência Nacional do Partido, o que assistimos aqui? Brigamos para ter uma representação de (6) seis dentre (21) vinte e um votos – menos de um terço – portanto, sem nenhuma capacidade de decisão num Diretório que nada teve de renovação... Sentimos o fortalecimento da Arena em outros municípios. E o que assistimos aqui, em Jataí, um dos pólos goianos de maior importância neste Estado-Nação? Sentimos a deterioração do poder, em mãos acostumadas a não perder eleições pela simples ignorância popular. Os tempos mudaram e mudou também a consciência do eleitor, hoje mais politizado do que nunca. E o MDB, sabedor da tenacidade com que nós – Arena jovem – mudar o atual estado das coisas em nossa cidade, tentou acenar-nos com possibilidade de encontrarmos uma legenda e disputar cargos políticos eletivos. Mas nós da ala renovadora arenista, conscientes de nossa responsabilidade em termos político-partidário e coerentes com a posição por nós assumida de fidelidade aos princípios arenistas, mantivemo-nos fiéis e leais ao leme do Presidente Ernesto Geisel e dele jamais nos distanciamos. (*Jornal do Sudoeste.*, 21-11-1976: 4).

O grau das declarações evidencia o tamanho do racha dentro da ARENA, compondo elementos que potencializaram a derrota do partido.

No entanto, é preciso não creditar essa derrota apenas a esse fator, uma vez que o crescimento gradual da oposição, aliado à emergência de novas lideranças e à conquista de uma cadeira no legislativo estadual – ocupada por

Manoel da Costa Lima – abriram caminho para o crescimento e o reconhecimento da importância da legenda, não apenas em Jataí, mas principalmente na região sudoeste.

Candidato	Partido	Votos
Mauro Antônio Bento	MDB	8.926
Dorival de Carvalho	ARENA (1) ⁷⁷	5.882
Carlos Eduardo Vilela	ARENA (2)	2.693

Fonte: *Jornal do Sudoeste*. Ano II nº 71 – Jataí, 21 de novembro de 1976:6

Os resultados das eleições para prefeito demonstram essa súbita ascensão. A eleição do candidato Mauro Bento, que saiu da condição de novato da legenda da oposição, para ocupar o cargo mais alto na estrutura institucional do município de Jataí - superando os candidatos situacionistas da *ARENA 1* e *ARENA 2* - foi uma das bases para a consolidação de uma cultura política que já havia sido arraigada no imaginário popular. Ou seja, a do administrador que, para buscar o chamado desenvolvimento regional, tivesse pulso firme diante das decisões do executivo, assumindo o papel de centralizador do poder institucional, articulando, para isso, os três poderes no município.

O reconhecimento desse resultado e a sua importância para o futuro da vida política da cidade e da região são expressos em artigo na edição de número 72.

Intitulada como o “Congraçamento de Forças” e assinado por Sinval Barros Melo, o articulista busca expressar a necessidade de uma colaboração entre as forças políticas da cidade, através da superação das desavenças, buscando a continuidade do “ritmo de progresso de nossa terra” e ordem, incluindo aí a região e o próprio Brasil.

⁷⁷ Sublegenda.

(...) ficamos todos convocados (MDB e ARENA) para, ombro a ombro, com um só pensamento qual seja o de levarmos avante o progresso que vimos experimentando de certo tempo a esta parte, para um trabalho que exige a soma de todas as forças válidas em benefício de Jataí, de Goiás e do Brasil. (*Jornal do Sudoeste*, 28-11-1976: 1)

Essa colaboração parece ser parte, inclusive, dos planos do MDB, tanto no discurso do seu prefeito eleito, quanto da direção do partido, que em nota emitida pelo seu vice-presidente do diretório municipal, Luiz Furtado Lacerda, agradece os resultados obtidos no pleito e ainda espera que:

Seja este o princípio de uma nova era para esta terra que já desponta como símbolo de pujança, cujo progresso se estampa a cada hora que passa. (*Jornal do Sudoeste*, 28-11-1976: 1).

A partir dessa aparente concertação, o MDB assumiu pela primeira vez, a partir da eleição de Mauro Bento, as condições de governar a cidade de Jataí mas principalmente, inaugurava, a partir daquele momento, o início de uma hegemonia na região do sudoeste goiano, que também refletiu em cidades como Mineiros, Cachoeira Alta, Caçu, Rio Verde, dentre outras.

3.3 As expectativas da administração de Mauro Bento.

A rápida ascensão de Mauro Bento ao cargo de prefeito criou na população jataiense a expectativa de novos tempos na condução do executivo municipal.

Há uma euforia muito grande em meio ao povo na expectativa desses acontecimentos e uma esperança incontida na futura administração, esperanças estas nascidas dos palanques em que o povo se acotovelavam, chegando até mesmo sempre que terminavam tais comícios, o candidato ser carregado nos braços do povo. Nasceu dali também a esperança de um líder, de uma que caminhasse ombro a ombro, com o povo, sentindo de perto o problema que o aflige. Nasceu também dali a idéia de uma mudança radical na estrutura política de nosso município e com o pensamento de tal mudança se prolongar por muito tempo. (*Jornal do Sudoeste*, 30-1-1977: 1)

O vento da mudança que começava a soprar em vários setores da sociedade, e que também refletiam no longínquo sudoeste goiano, começava mostrar a fragilidade e o esgotamento de um modelo de expansão do capitalismo brasileiro, caracterizado como *modernização conservadora*.

Contudo, é importante salientarmos que o esgotamento de um modelo de desenvolvimento, tutelado pelos militares, já não parecia mais agradar aos setores sociais que o apoiavam. Como resultado desse esgotamento, a solução para uma transição começava a ser esboçada, uma vez que o custo social e político da reorganização da sociedade, empreendida a partir do golpe civil-militar de 1964, foi:

(...) o estrangulamento de organismos vitais da sociedade cível como o poder legislativo, partidos políticos, sindicatos, enfim no cerceamento das diferentes manifestações de liberdade de expressão e organização. (Canesin, 1983: 47)

As dinâmicas econômicas, nacional e internacional, que tanto beneficiaram a manutenção do Estado bonapartista, principalmente entre os anos de 1968 e 1973 devido aos efeitos do chamado milagre econômico, já não eram mais suficientes para reproduzir as condições necessárias para a manutenção do modelo desenvolvimentista e para conter as pressões por novos rumos da política econômica brasileira - bem como uma nova ordem política e social - que começavam a surgir no cenário nacional.

Após tantos anos favorecidos pela tutela militar, apoiando a “ditadura da espada sobre a sociedade civil”⁷⁸, os empresários – não mais satisfeitos com as soluções do bonapartismo –, passaram a clamar por maior participação nas decisões políticas: *abertura!* Necessidade histórica que vislumbrava uma alternativa à fórmula bonapartista, segundo a qual as frações descontentes retiravam o apoio ao terrorismo oficial explícito – ainda que a mudança de forma não modificasse o traço autocrático (Rago Filho, 2004: 157).

Nesse sentido, é importante observarmos que, como partido de oposição, o MDB - tanto em Jataí, quanto no resto do Brasil - acabava por representar, nesse período, essa possibilidade de mudança.

A demonstração dessa vontade de mudança, ou de poder, que o MDB esperava assumir, pode ser constatada na eleição para a mesa da Câmara Municipal em 1º de fevereiro de 1977.

Conforme as articulações iniciadas logo após o término das eleições, ainda no final do ano anterior, Luiz Alberto Vilela era tido como um dos candidatos mais cotados para assumir a Presidência da casa, tanto pelo seu partido, a ARENA, quanto pelo MDB. Contudo, o processo não foi tão simples e calmo como o anunciado.

Devido a um erro na interpretação do regimento interno da Câmara e os dispositivos do código eleitoral, a eleição para a Presidência se configurou como o palco do primeiro embate entre os dois partidos institucionalizados nessa nova gestão.

Os vereadores Luiz Alberto Vilela (ARENA) e Jovino Justino Souza (MDB) chegaram a um empate ao término da votação. Uma das soluções proposta pelo vereador que presidia a seção, Lindomar Rezende – que ocupou o cargo na abertura dos trabalhos devido à quantidade de votos obtidos em sua eleição –

⁷⁸ Destaque e grifo do autor.

interpretou que o candidato do MDB tinha direito a vaga, uma vez que era mais velho. Esse evento só apresentou um desfecho, no dia seguinte ao início das eleições para a mesa diretora da Câmara. Os dois partidos acordaram e validaram o resultado de uma segunda eleição feita pela bancada da ARENA – composta pela maioria - indicando Luiz Alberto Vilela como presidente para o período de 1977/1979. Este acordo também validou o vereador Eufrásio Pereira Rocha como vice-presidente, e os vereadores Antônio Soares Gedda e Sebastião Beto Moraes como primeiro e segundo secretários da casa, respectivamente.

É importante chamar a atenção para o fato de que todos esses vereadores eleitos eram ligados à ARENA que, por se constituir como maioria, fez dessa segunda eleição a possibilidade de controlar todas as instâncias internas da Câmara.

Essa manobra da ala arenista no legislativo foi noticiada pelo *Jornal do Sudoeste* como uma questão de bom senso. Mesmo que esse tenha sido apenas o senso de um partido:

Muita gente que na última quarta-feira compareceu à Câmara de Vereadores, na expectativa de ver repetidas as mesmas cenas de balburdia ocorridas na sessão do dia anterior, viu se frustrado em seu intento... É que imperando o bom senso, devendo ter havido ali naturalmente, a interferência de pessoas ponderadas e esclarecidas, encontrou-se um denominador comum entre as suas bancadas quanto a prevalência na proclamação da mesa diretora que deveria gerir os destinos daquele poder no biênio 77/79 (*Jornal do Sudoeste*, 06-2-1977: 3)

Para o Prefeito eleito, Mauro Bento o tempo de desavenças havia passado e era preciso unir forças de todos os setores da sociedade, em *prol* do progresso e desenvolvimento de Jataí. A proposta de um novo tempo era, segundo Mauro Bento,

um designo histórico, como indica um trecho de seu discurso durante a solenidade de posse em 31 de janeiro de 1977 e destacada pela edição de nº 80 do semanário.

O início de um novo tempo em Jataí era anunciado, e a alternância no poder poderia indicar essas mudanças, ou seja, a consolidação da democracia burguesa no âmbito das relações capitalistas de produção, num contexto de modernização do Estado brasileiro e seu processo de transição.

Quiz a história de meu município que isto acontecesse, de nos encontrarmos à frente do Executivo nestes quatro anos que se seguem e aqui estamos com o espírito de luta, de trabalho constante para o bem estar comum, visando o progresso em todos os sentidos. (*Jornal do Sudoeste*, 06-2-1977: 5).

CAPÍTULO 4

A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA: AS VELHAS PRÁTICAS E OS NOVOS PERSONAGENS EM CENA

4.1 Sindicatos e o Partido dos Trabalhadores em Jataí: possibilidades de expressão.

A alternância do poder político em Jataí, não é uma inversão do poder econômico e social na região, mas sim a manutenção das relações de dominação que refletem a ocupação e o desenvolvimento das forças produtivas no sudoeste goiano.

Ao analisarmos o contexto da alternância do poder em Jataí e na região sudoeste do Estado de Goiás, observamos que a historiografia não contempla, em sua produção recente, a trajetória e o surgimento de uma categoria social que é partícipe desse processo: os trabalhadores.

Em nossa pesquisa, chamou-nos a atenção a ausência dessa participação, mesmo quando se tratavam de reivindicações exclusivas dos trabalhadores.

Devemos ter em mente que as possibilidades de manifestações e reivindicações de direitos, bem como a organização e representação dos trabalhadores sofreram bastante os efeitos da reorganização da sociedade, sobretudo a partir do golpe civil-militar de 1964.

Para Eder Sader (1988) o período entre 1978 e 1985, marca o início de um processo de transição do sistema político brasileiro com modificações condicionadas por significativas alterações no conjunto da sociedade civil.

Entre as rupturas, que marcam todas as transições, uma das mais impressionantes (...) é certamente a que cruza a história do

movimento operário, ou das “classes populares”, ou dos “setores dominados”. (Sader, 1988: 26)

Embora o próprio autor chame a atenção para a denominação dada aos movimentos sociais em curso a partir da década de 1970, esses movimentos que resistiram, reapareceram ou até mesmo surgiram no período, no cenário da vida política brasileira, passaram a ocupar um papel cada vez maior no espaço das representações.

A novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando os seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos. (Sader, 1988: 26).

O exemplo da importância desse movimento, suas dimensões e representações, começaram a ganhar maior destaque a partir das grandes greves dos metalúrgicos do ABC. São essas greves que ao ganharem no período um destaque nacional, alimentarão boa parte dos movimentos de trabalhadores que naquele momento passavam por condições muito parecidas. Ou seja, passavam a reivindicar melhores condições e custo de vida, salário, trabalho, educação, moradia, transportes, saúde, além de fortalecerem as campanhas pela anistia e o retorno de um Estado democrático de direito.

Movimentos grevistas foram se alastrando e rapidamente, a exemplo da paralisação dos trabalhadores da Saab-Scânia, em São Bernardo do Campo, na grande São Paulo, além de outras categorias e de outras regiões país afora que também aderiram ao movimento. Para os operários

(...) a greve nasceu de uma decisão espontânea do pessoal do diurno da ferramentaria. O pessoal do noturno estava saindo, quando o turno do dia entrou e não ligou as máquinas. Ninguém começou a trabalhar. Não se ouvia o menor barulho na fábrica. Eram sete horas da manhã do dia 12 de

maio. Uma sexta-feira. Todo mundo marcou o cartão mais ninguém trabalhou. Das sete até as oito horas nós ficamos de braços cruzados do lado das máquinas sem fazer nada. As oito horas chegou gerente geral. (...) Achou estranho, mas não entendeu nada, como também jamais poderia imaginar que ocorreria uma greve. Foi uma surpresa!⁷⁹ (Antunes, 1988: 13).

Dos metalúrgicos do ABC, de Osasco e Região, Campinas no interior de São Paulo, de João Monlevade, em Minas Gerais, dos professores do Estado de São Paulo, até os bancários e trabalhadores da construção civil de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, os movimentos grevistas passaram a ganhar cada vez mais destaque e importância, o que necessariamente levava a uma reação dos gestores bonapartistas.

Diferentemente da rápida e violenta repressão das greves dos metalúrgicos de Osasco (SP) e de Contagem (MG) em 1968, os últimos movimentos grevistas de grande repercussão nacional durante o período militar - ou seja, a onda de greves do final da década de 1970 no Brasil que reivindicavam melhores salários, condições de trabalho e melhores condições de vida - passaram a incorporar também a necessidade de se acabar com a ditadura militar.

Finda a euforia do “milagre”, o afloramento da crise econômica atingia ainda mais diretamente a classe trabalhadora, que pautava a sua atuação nos marcos da resistência contra o binômio arrocho-arbitrio, superexploração-autocracia, que entrelaçados intimamente, impunham ao proletariado metalúrgico uma dura realidade (Antunes, 1988: 14).

As notícias sobre a paralisação dos operários da Saab-Scania espalhavam-se e, embora declaradas ilegais pelo Tribunal regional do Trabalho (TRT), o movimento grevista se generalizava. Um sem número de paralisações, totais ou parciais, prolongadas ou relâmpago, passaram a acontecer em todas as fábricas do ABC e outras cidades.

⁷⁹ Depoimento de Gilson Menezes, operário da Saab-Scania em maio de 1978.

Quinze dias antes da greve da Saab-Scania, uma comissão de trabalhadores da Ford, que reivindicavam um reajuste salarial de 39%, após dias de espera e não obtendo nenhuma resposta da direção, resolveram pela paralisação das atividades.

Em abril de 1978, cinco meses depois que eu comecei a trabalhar, a Ford, sediada em São Bernardo do Campo sofreu a primeira paralisação, durou cinco dias e foi liderada pelo Lula, que era do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. O motivo da paralisação era o reajuste salarial que não saiu. A possibilidade de conseguir a reivindicação era remota, aí na Assembléia a gente decidiu que a única alternativa era a paralisação. O turno do dia já estava parado, e não continuamos parados, isso era abril de 1978. a gente chegava, jantava jogava dominó, baralho e mais nada, até a hora de sair, cumpria o horário e ia embora⁸⁰.

A recuperação do cotidiano das greves são particularmente semelhantes dentro dos processos que desencadearam os movimentos. A pauta de reivindicações salariais, as condições de trabalho e ainda as informações de novas paralisações, estimulavam a adesão em outras indústrias⁸¹.

Quando a Scania parou na sexta-feira, a diretoria da Ford não tinha respondido às comissões. Então na segunda-feira, depois do almoço, a usinagem parou porque já havia mobilização no setor (...). A adesão dos outros aconteceu rapidamente. O último setor a parar foi a montagem, as 3 da tarde.

No depoimento temos os indícios de que os setores internos que concentravam o operariado mais capacitado tecnicamente parecem ter sido, em

⁸⁰ Depoimento de Aristides Evaristo dos Santos, operário da Ford entre os anos de 1977 e 1995. Depoimento em maio de 2010.

⁸¹ Além de Saab-Scania, paralisaram as atividades a Ford, Volkswagen, Chrysler, Villares e Brastemp e se estenderam a Pirelli, Cofap, Motores perkins, Phillips, Cima, Sermar, Otis, Schüller, Fermar, Fabrin, Arteb, Ibrape, Feiza, Alcan, General Eletric, Constanza, Krauze, Karmann-Ghia, Forjaria São Bernardo, Rodhia e outras. Em São Paulo a greve atingiu Toshiba, Hyster do Brasil, Orniex, Guteman, Siemens, Metalac, etc., e em Osasco ocorrera paralisações na Braseixos, Cobrasma, Braspreensas e etc. Cf. Antunes, (1988: 25).

grande parte, o estopim para os movimentos, em detrimento dos setores com um grau de especialização menor, como a linha de montagem.

Eu entrei na Ford em novembro de 1977, naquela época a gente não tinha especialização e a opção de emprego era metalúrgico ou gráfico, aí você se especializava, no trabalho mesmo⁸²

A constituição do operário seja em seu ofício diário, através da especialização em suas funções no chão da fábrica ou nas construções, “(...) que tudo desconhecia de sua missão⁸³”, começava a forjar ali, diante das questões mais pontuais, salário, refeitório, transportes e assistência médica, possibilitou também a percepção dos nexos existentes entre a organização do processo de trabalho e da superexploração.

Esse movimento também refletiu em Jataí e no sudoeste do Estado de Goiás. Manifestações e paralisações nos demonstram que novos personagens, estavam dispostos a mostrar suas reivindicações, evidenciar a espoliação e sua realidade, exigindo alguns direitos básicos.

Embora as relações de produção na região de Jataí se configurassem, até meados da década de 1960, predominantemente agrícolas, composta por uma população também rural, as transformações no modo de produção e a modernização conservadora promovidas no país reproduziram no sudoeste de Goiás o movimento de reformulação da ocupação e utilização da propriedade rural. A partir disso, também é possível verificar nesta região o êxodo, o crescimento e a concentração demográfica nas cidades, além da própria modificação nas relações de trabalho.

⁸² Depoimento de Aristides Evaristo dos Santos em maio de 2010.

⁸³ Trecho de poesia Operário em Construção. In: Moraes, Vinicius de. *Poesia completa e obra*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1998.

Entre 1920 e 1960, o número de operários industriais saltou de 275 mil para cerca de 3 milhões. Os trabalhadores industriais passaram a representar em 1960, cerca de 13% da População Economicamente Ativa (PEA) do país. Embora a agricultura empregasse mais da metade dessa população, seu percentual de participação na renda interna (22,6%) já era inferior ao setor industrial (25, 2%). (Matos, 2009: 90).

Para acompanharmos essas mudanças, sobretudo no mundo do trabalho, analisamos dois modelos de sindicatos tradicionalmente reconhecidos, devido ao histórico de representação junto às suas categorias na região do sudoeste.

O primeiro modelo é formado pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Jataí (1959) e pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e do Mobiliário (1961), entidades que entendemos como remanescentes da estrutura herdada ainda do getulismo. Ou seja, sindicatos atrelados política e organizativamente ao Estado e que viveram um momento de grande mobilização social, greves e reivindicações, durante os anos de 1945 e 1964. O segundo é representado pelo Centro dos Professores de Goiás – CPG (1982). Embora também sejam herdeiros de um modelo de representação viciado e atrelado ao Estado, são eles que buscarão o rompimento dessa estrutura, formando os movimentos mais significativos durante o período final da ditadura militar e início da transição democrática. Participarão, entre o final da década de 1970 e início dos anos de 1980, então, das lutas pelas liberdades democráticas, pela anistia e pela retomada dos movimentos sociais.

Embora formados e organizados em momentos históricos diferentes e provenientes de categorias distintas, nosso objetivo foi verificar a atuação desses organismos durante a transição de um Estado bonapartista para a institucionalização de Estado autocrático burguês, e suas condições de representatividade diante de sua base. Além disso, investigamos a atuação política de suas lideranças, desde

questões pontuais da categoria e das reivindicações de cunho assistencialistas até questões como melhorias salariais e condições de trabalho.

Por fim, observamos a existência, a contribuição e a participação dessas entidades sindicais no processo de construção do Partido dos Trabalhadores na região Sudoeste, assim como as possibilidades de uma militância sindical afinada com a militância partidária e o envolvimento no processo eleitoral como via de representação.

4.2 Da luta ao assistencialismo: O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Jataí.

Quais são os elementos capazes de unificar duas categorias bastante distintas, ou seja, bancários e trabalhadores da construção civil?

Na verdade, não encontramos nessas entidades, e nas próprias categorias, quase nenhuma semelhança. A categoria dos bancários, formada em Jataí já no final da década de 1950, era composta por um grupo de trabalhadores com um grau de qualificação elevado e um nível salarial acima da média para o período. Esses elementos, somados à concentração de trabalhadores nas agências bancárias, transformaram essa categoria em uma das mais organizadas na região. Já a segunda, formada pelos trabalhadores da construção civil, compunha uma base com um baixo grau de qualificação e grandes dificuldades de organização devido, principalmente, à distribuição de trabalhadores em obras e em empresas de pequeno porte na cidade e até mesmo na região.

O Sindicato dos Empregados dos Estabelecimentos Bancários de Jataí (SEEB) tem uma origem fortemente ligada à efervescência dos movimentos sociais

que se organizaram durante o final do Estado Novo e o chamado período de redemocratização dos governos liberais, de Dutra ao final do governo Kubitscheck.

A força política, a trajetória grevista ascendente e o crescimento no nível de mobilização alcançado pelo sindicalismo entre 1955 e 1964 explicam-se em grande parte, pelo surgimento das organizações paralelas ao sindicalismo oficial. Organizações paralelas de base (como as comissões sindicais por empresa), intersindicais (como os pactos e comissões regionais), ou de cúpula (como o CGT), que expressavam a tentativa de criar canais de mobilização para além dos limites de estrutura sindical montada pelo Estado nas décadas de 1930 e 1940 (MATOS, 2009: 96).

No entanto, a mesma estrutura que tentava romper com a ordem e com o controle estatal - principalmente do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos - e defender o direito de greve, ao mesmo tempo aceitava e até defendia a unicidade sindical (registro legal de apenas um sindicato da categoria por região); o monopólio de representação; e a contribuição sindical (o imposto sindical). Podemos verificar isso em uma das propostas do Encontro Sindical Nacional, ocorrido em fevereiro de 1961, que condenava a ingerência governamental e a defesa da Constituição:

Tanto o estatuto padrão como as normas para as eleições contrariam o que dispõe a Constituição Federal. (...) É obvio que o respeito à liberdade e autonomia sindicais implica em um processo de modificações na estrutura sindical vigente, o qual deve ser feito de acordo com a vontade e as necessidades da classe operária brasileira. Tais modificações vão desde a libertação do burocratismo e controle do Ministério do Trabalho (prestação de contas, estatuto padrão, etc.) até a existência do Fundo Sindical, cuja extinção é reclamada para que o imposto sindical seja aplicado exclusivamente pelas entidades sindicais. Todas as modificações reclamadas não excluem, em hipótese alguma, o princípio básico para os trabalhadores, que é a unidade sindical (MATOS, 1998: 130).

A afirmação da necessidade de uma maior intervenção do governo na regulamentação dos direitos de greve e na livre associação profissional e sindical – conforme expresso na Constituição de 1946 – e os próprios instrumentos da

Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) parecem anunciar o modelo de regulação que os sindicatos sofreriam a partir do Golpe Militar.

A partir de 1964, as Forças Armadas passaram a combater aquilo que supostamente havia se transformado na justificativa do Golpe Militar, ou seja, a crescente pressão do movimento operário, as lutas no campo – que se desenvolviam com as Ligas Camponesas – e a crescente sindicalização dos trabalhadores rurais, que tinham como reivindicações as reformas de base⁸⁴, principalmente a reforma agrária.

O impacto do Golpe Militar sobre os sindicatos⁸⁵, através de intervenções e perseguições aos sindicalistas - principalmente aos mais combativos - foram os instrumentos utilizados pelo regime para desmobilizar a força popular que havia crescido significativamente nas quase duas décadas anteriores.

Entre os anos de 1964 e 1967, o governo militar, através de seus órgãos, aparatos e mecanismos de controle e vigilância – inerentes ao Estado – como as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), os Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social (DEOPS), o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e o Serviço Nacional de Inteligência (SNI)⁸⁶, praticamente eliminaram todas as direções consideradas herdeiras dos comunistas e aliadas dos trabalhistas do período pré-golpe.

Para os dirigentes que ainda se mantinham à frente de suas diretorias, colocava-se a necessidade de equilibrar as propostas de mobilização das bases para resistir à ditadura com os constantes apelos por moderação.

⁸⁴ Sobre os sindicatos e as reformas de base ver. FERREIRA (2008), ROSSI e GERAB (2009).

⁸⁶ Sobre os sistemas de vigilância do Estado ver: REZNIK (2000), FICO (2001) e OLIVEIRA (2008).

Ao mesmo tempo em que as direções combativas perdiam cada vez mais espaço nas direções, um novo modelo de intervenção era colocado em prática, um modelo de atuação sindical,

pautado pela ação exclusivamente assistencialista e afinado com as idéias de crescimento econômico como pré-requisito para uma posterior política redistributiva. Esse lado assistencial dos sindicatos seria fortalecido pela injeção de recursos via financiamentos e doações, e reforçado pelo início da crise da saúde pública e fim dos institutos de aposentadoria e pensões (Matos, 2009: 111).

A opção pelo assistencialismo parece ser um dos caminhos nos quais o SEEB/Jataí e região poderiam aderir.

Segundo o livro *Documentário Histórico de Jataí*, edição especial da *Revista Metas*, editado por um dos fundadores do *Jornal O Sudoeste*⁸⁷, Jesus Manoel Assis, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Jataí teve sua origem em 1959, com o nome de Associação dos Bancários, e tinha como finalidade pleitear a assistência médica aos bancários.

A direção da Associação, que se transformou em sindicato em 1963, encontrou algumas dificuldades para o seu estabelecimento e organização na região.

Enquanto “Associação” a entidade foi dirigida pelo seu fundador Regino de Carvalho Melo. Como ele mesmo diz, naquela época o sindicalismo na região ainda era praticamente desconhecido e as pessoas tinham um certo receio de atuar nesse movimento, principalmente durante os primeiros tempos da revolução de 64 (*Revista Metas*, Dezembro de 1991: 216).

Parece que as tentativas de organização da entidade e sua direção enfrentaram de fato alguns problemas. Um exemplo disso é narrado no episódio do

⁸⁷ O *Jornal do Sudoeste* circulou com esse nome de setembro a dezembro de 1981, passando a se chamar *Folha do Sudoeste* a partir de janeiro de 1982.

desaparecimento de seus livros de registros, justamente durante os anos de maior repressão sobre os sindicatos.

Os livros de atas desse período, conforme informação do fundador da Associação e do posterior Sindicato, Regino de Carvalho Melo, foram escondidos por alguém quando da Revolução de 1964 e extraviaram-se, restando somente esse Livro de Presença e o livro de Registro de Associados. (...) O Termo de Abertura deste livro foi lavrado no dia 1º de janeiro de 1970 e diz que o Sindicato foi reconhecido no dia 29/1/1965... Foi um dos primeiros sindicatos a ser reconhecido no Governo Castello Branco. (Revista Metas, Dezembro de 1991: 215).

Embora a revista não aponte as causas da devassa em seus documentos, encontramos no boletim de outro Seeb, na cidade do Rio de Janeiro, um exemplo de apoio voluntário aos ideais da “Revolução” - termo utilizado por muitos à época para nomear o Golpe Militar⁸⁸. Para eles, era preciso localizar os “agentes da subversão”, não apenas entre os dirigentes, mas também entre os militantes, membros de comissões e fábricas. As provas poderiam estar em quaisquer documentos, inclusive, no caso do Seeb de Jataí, em seus livros ata. Assim, interventores defendiam os interesses da “Revolução” e “mantiam-se sempre prontos a auxiliar no que (fosse) possível, as autoridades constituídas pela Revolução Democrática” (*Apud* Matos, 2009: 105).

Contudo, o adesismo parece também contar com alguns momentos de insatisfação, ora com o regime estabelecido, ora com as próprias deficiências e dificuldades enfrentadas pela categoria através de seus representantes sindicais.

⁸⁸ Na maioria dos depoimentos reunidos para este trabalho, são raras as abordagens de militantes das Associações e dos Sindicatos que dão interpretação os eventos de março de 1964 como um golpe de Estado capitaneado pelos militares e com a adesão civil. Para eles tais eventos se tratavam de uma Revolução Democrática.

Para Waldeci Leles Martins, presidente do Seeb/Jataí, apesar da pressão exercida durante o “regime militar”, ou como ele mesmo diz “época da Revolução”, “muitas mudanças existiram”, mas não impediram as manifestações, e em

(...)1967, época da revolução. (...) por diversas vezes me via visitado por órgãos federais, por polícia e alguma vezes eu fui até preso. Existia uma pressão muito grande com a revolução de 60, mas nós nos mantivemos firmes, com propósitos firmes e parece que quanto mais eles queriam me cercear, mais eu abria a boca e mais eu trabalhei. (...) Nós fazíamos uma organização e fazíamos os piquetes na porta dos bancos. Era cem por cento funcional. Nós ficávamos vinte e quatro horas dia para manter aquela organização. Nós éramos na época um dos sindicatos mais atuantes e se ficava estabelecido pra fechar a gente conseguia alcançar a meta. tanto pelo Polícia Federal, que naquela época existia o SNI – um sistema internacional – e eu vivia sob os olhos desse pessoal vinte e quatro horas por dia e nem por isso eu fiquei parado. (...) Eu cheguei a ser diretor da federação e diretor da confederação, eu ia muito a Belo Horizonte e a Brasília e nós fazíamos as reuniões nos centros maiores e nós vímos para as nossas bases e daí fazíamos os manifestos. E como diretor da federação a partir – salvo melhor juízo – de 1975 até 1995, eu fiquei vinte anos também na direção da federação e graças a isso, foi um período de bastante vitória. E na condição de diretor da confederação eu fiz inúmeras reuniões especificamente para o Banco do Brasil e cheguei a fazer acordos em diversas capitais do Brasil e até no exterior quando necessitava para o Banco do Brasil e para a Caixa Econômica.⁸⁹

Neste período, Martins acabou se tornando uma referência para algumas entidades, como ele mesmo ressalta em seu depoimento. O necessário conhecimento jurídico para a direção dos sindicatos, em especial para os bancários, transformou-se no elo entre outros sindicatos, fornecendo suporte jurídico e ampliando a sua base na região.

Todos os sindicatos criados daquele período pra cá, nós ajudamos, como por exemplo, o sindicato do comércio, dos trabalhadores rurais, sindicato dos vigilantes, sindicato dos professores, enfim, eu dei um suporte muito grande. Devo ressaltar que eu tinha não

⁸⁹ Depoimento – registrado em 02 de fevereiro de 2010. Waldeci Leles Martins foi servidor do Banco do Brasil na cidade de Jataí durante os anos de 1966 e 1995. Esteve na direção do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de 1967 até 1995. Assumiu a presidência da entidade entre os anos de 1976/1979 e 1989/1994. esteve também na direção da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

apenas a atividade bancária, mas na época eu cheguei a ter lanchonetes e restaurantes, e eu nunca deixei o sindicato para segundo plano, eu abracei a causa. Nunca tinham feito greve em nossa cidade, eu fiz as primeiras greves, mantendo a paz, de certa forma, chegamos lamentavelmente na época a fechar o Banco do Brasil, extinguiu a agência daqui, por causa da minha participação e da minha atuação. E como eu cheguei a ser um dos sindicatos mais participativos, eu cheguei a ter minha prisão decretada várias vezes, fui preso, mas quando eu chegava na delegacia, mas as próprias entidades não deixavam nos prender. Cheguei a ir umas nove vezes (Waldeci Leles Martins)

Questionado sobre o momento de efervescência política naquele período, o ensaio para as primeiras greves, a luta pela anistia e pela abertura democrática e seu posicionamento político, Martins procura separar sindicalismo de política:

Na realidade eu nunca gostei da política partidária. Eu não participei, porque o meu espírito era na verdade de política sindical. Eu não me envolvi com os outros órgãos, mesmo por que eu sempre gostei das coisas corretas, mas honestas e isso eu conseguia na condição sindical. Na política partidária, não querendo fazer uma crítica, criticando, o interesse é muito maior, de interesse econômico e de aparecer. E no sindicato eu fiz um trabalho para o crescimento da instituição e graças a deus conseguimos (Waldeci Leles Martins).

Mesmo com o relato de um período de luta pela sobrevivência do sindicato na região e das lutas da categoria para melhores condições de trabalho, assim como a ampliação da base na região, parece que o caminho adotado pelo sindicato nos anos seguintes foi mesmo: o do assistencialismo.

O Presidente [atual]⁹⁰ considera que a maior conquista do sindicato foi a extensão da base, que trouxe para a entidade cidades de Aporé, Caçu, Cachoeira Alta, Caiapônia, Itajá, Itarumã, Mineiros, Paranaiguara, Piranhas, Portelândia, Santa Rita do Araguaia, São Simão e Serranópolis e a maior para o sindicalismo em geral foi a Junta de Conciliação da Justiça do Trabalho, em fase de instalação. O Presidente afirma que desde que assumiu a direção do Sindicato dos Bancários de Jataí, ele tornou-se um verdadeiro clube social e a realidade aí está com todas as obras construídas para o bem estar social dos associados, como: melhoria da quadra de esporte polivalente, o muro da área, a piscina, casa do zelador, vestiário, administração, salão de festas, lanchonetes/bar, a moderna sauna,

⁹⁰ Waldeci Leles Martins, presidente do Sindicato dos Empregados em estabelecimentos Bancários de Jataí (1976-79 e 1989-94)

gurita de entrada, ampliação do salão de festas, área de camping e etc. (*Revista Metas*, Dezembro de 1991: 217).

Ironicamente, o subtítulo da matéria que trata sobre a trajetória do Sindicato dos Bancários em Jataí, destaca em sua frase, “uma importante história a contar e é um belo exemplo a ser seguido”.

Embora nossa investigação não tenha localizado atas e documentos produzidos pelos gestores do sindicato durante o período de 1975 a 1987, no acesso daquilo que foi produzido pela imprensa local, assim como nos depoimentos colhidos, percebemos que da sua origem de luta e de resistência, ligada a tradição sindicalista nos grandes centros urbanos, pouca coisa (ou nada) tenha permanecido, ou, ainda, talvez nunca tenha existido na região do sudoeste goiano.

A transformação do sindicato - outrora elemento de representação e luta dos trabalhadores - em clube social, talvez tenha sido a herança deixada.

4.3 O assistencialismo como tábua de salvação: as limitações do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Jataí.

Ainda como exemplo de sindicato que tinha suas ações pautadas num modelo de representação dos trabalhadores, do pré-1964, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção do Mobiliário de Jataí (STI/Jataí) foi fundado originalmente como Associação dos Trabalhadores de Jataí em 25 de maio de 1961.

Seu reconhecimento como sindicato aconteceu a partir de janeiro de 1962, com o apoio da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção do Estado

de Goiás (FTI-GO), ligada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

Notamos que pela composição de sua base, diferentemente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, que possuíam um local de trabalho fixo, possibilidades de organização de comissões no local de trabalho, além de salário e nível de escolarização elevado para o período, verificamos que no STI/Jataí, a predominância de uma baixa escolarização de sua base e uma dificuldade de organização de sua direção e da própria entidade, produziram uma dependência da estrutura estatal, que na verdade tornou-se inerente á estrutura sindical no Brasil.

Essas dificuldades geraram também a reprodução da estrutura viciada das federações e da confederação do setor, herdeiras diretas da estrutura sindical, inaugurada a partir da ascensão de Vargas e da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), responsáveis pela criação de uma estrutura sindical atrelada ao Estado.

Em seus livros de atas, no início dos anos de 1960, consta a difícil tarefa de construção do sindicato como instrumento de representação dos trabalhadores. Isso é relatado também na *Revista Metas* (seção que trata sobre a origem do STI/Jataí), trazendo poucos detalhes sobre as dificuldades da entidade para adquirir um lote de propriedade da Diocese de Jataí⁹¹ para a construção de sua sede. Para essa aquisição, os associados decidiram pela

(...) emissão de ações a todos os sócios no valor de Cr\$ 1.000,00 cada, que foram pagas parceladamente por cada sócio. O lote foi adquirido junto à Diocese de Jataí, pelo Sindicato. A Câmara Municipal aprovou a doação de uma verba de Cr\$ 150.000,00 (cento

⁹¹ Historicamente, a Igreja em Jataí, de Prelazia a Diocese a partir de 1956, sempre foi detentora de uma grande quantidade de terras – fruto de doações de seus fieis – e além de suas obras (creches e institutos), possui na região do sudoeste goiano duas rádios: Rádio Difusora (Jataí) e Rádio Santaelenense (Santa Helena de Goiás). Sobre a atuação da Diocese de Jataí na região sudoeste, bem como alguns conflitos em suas propriedades, ver LEAL (2006).

e cinqüenta mil cruzeiros) ao Sindicato da Ind. e Construção do Mobiliário de Jataí, mas esta verba até hoje não foi repassada a entidade. O prefeito da época, Cylleneo França, segundo consta nas páginas dos livros de Atas da entidade, era contra a doação (Revista Metas, Dezembro de 1991: 201).

Embora não conste, na seleção de documentos do sindicato, o desfecho dessa desavença com a prefeitura municipal durante a gestão do prefeito Cylleneo França, verificamos em vários momentos que a entidade contou sempre com o apoio das autoridades constituídas na cidade.

Um exemplo dessa relação está relatado nas páginas das atas do sindicato sobre a solenidade de posse da direção eleita para o período de 1977/1980.

Termo de posse da diretoria, realizada no dia 20 (vinte) de novembro de 1977, na sede social do Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário de Jataí – Goiás. (...) procedeu-se a solenidade de posse da direção eleita nesse sindicato, para o triênio de 1977 a 1980, a qual deu-se a abertura às 11 (onze) horas e 15 (quinze) minutos, na palavra do companheiro Antonio Batista, secretário da Federação dos Trab. Nas Ind. no Est. De GO e DF, que logo após procedeu a composição da mesa, pelas seguintes autoridades: Sr. Nivaldo Souza Moraes – representante do Sr. Prefeito Municipal e Secretário da Fazenda Municipal; Tenente Dezidé – representante do comando do 41º BIM; Subdelegado do Trabalho Dr. Sebastião; Sr. Oriston Alves Cardoso, chefe do Serviço de Assistência Médica do INPS; Dr. Luiz Alberto Vilela – presidente da Câmara Municipal; Dr. Luiz Martins do Nascimento – cirurgião dentista; Sr. Eufrásio Pereira Rocha – vice-presidente da câmara municipal; Sr. Cícero Feliciano de Oliveira – Presidente do Sindicato dos Alfaiates de Goiânia. Sr. Rui Carlos – Presidente do Sindicato dos Marceneiros; Dr. Carlos Eduardo Vilela – Presidente do Sindicato Rural de Jataí; Sr. Fernandes Amorim de Oliveira – Diretor de Assuntos de Previdência Social da FTI-GO/DF; Sr. José Zacarias de Andrade – do serviço de identificação profissional do Ministério do Trabalho; e o companheiro Napoleão Costa – Presidente da Federação dos Trab. na Ind. no Est. GO e DF, que presidiu os trabalhos, dando posse a diretoria recém-eleita, que ficou assim eleita pela seguinte ordem: Diretoria – membros efetivos: Dionísio da Silva Dutra, Elézio Raimundo Conceição e Rosalvo José Lopes. Membros Suplentes: Sebastião Alves da Silva, João Batista da Silva e Sebastião da Costa Xavier. Conselho Fiscal – Membros efetivos: José Martins dos Santos, Eurípedes Ferreira de Lima e Olvino Alves do Santos. Membros suplentes: Osmar Souza da Silva, Antonio

Alves da Costa Sobrinho e Limírio Viera da Fonseca. (Livro Ata – Eleições: fls. 08-09)

Em todas as atividades do sindicato, era constante a grande participação de autoridades. Isso mostra a possibilidade de colocar em prática o papel de interlocução do sindicato entre trabalhadores, patrões e governo.

Sempre muito incipientes, as atas de reuniões da diretoria e de assembléias gerais da categoria, demonstravam uma redação estritamente burocrática e bastante superficial quanto aos assuntos abordados.

É bem verdade que a interlocução acaba por privilegiar não os trabalhadores, mas, principalmente, os associados e seus pares. Um exemplo disso foi a comemoração do dia do trabalhador em maio de 1976, como noticiado pelo *Jornal do Sudoeste*:

Com churrasco em sua sede social, o Sindicato dos trabalhadores comemorou o DIA do TRABALHO, participando além dos associados, esposas e filhos, diversas autoridades do Município: Deputado Domingos Venâncio de Almeida, Dr. Elcy Santos de Melo, MM. Juiz de Direito, Vereador Wanderley Guimarães, representando a Câmara Municipal de Vereadores, Relações Públicas da Prefeitura, Antônio Vilela Pereira, representando o Prefeito, Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, Moisés Jajah, vereadores Lindomar de Carvalho e Eufrásio Pereira Rocha e o Sr. Dionísio da Silva Dutra, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, o qual abriu e encerrou aquela solenidade comemorativa. Usaram da palavra naquela oportunidade, várias autoridades, tendo elas enaltecido o clima de paz e tranqüilidade em que vivemos, propício ao trabalho construtivo, como também realçaram as medidas de valorização do homem, e o quanto de positivo tem sido feito em prol do trabalhador brasileiro. (*Jornal do Sudoeste*, 09-5-1976: 7).

Aqui temos um bom exemplo dessa proximidade com as autoridades, pois estão presentes ali, executivo, legislativo e judiciário, além de representantes de outros sindicatos importantes, caso do Seeb/Jataí, e também do Ministério do Trabalho.

Devemos lembrar que naquele período, toda e quaisquer manifestações promovidas pelos sindicatos - sejam elas festividades, reuniões, assembléias, atos ou, principalmente, eleições - deveriam contar necessariamente com a presença de representantes do Ministério do Trabalho, supervisionando e legitimando o andamento dos trabalhos. Mesmo com esse policiamento, não encontramos em nenhum momento alguma evidência de que o STI/Jataí tivesse radicalizado a sua atuação e confrontado a ordem vigente.

Vale lembrar que a ligação do STI/Jataí com a FTI-GO/DF e a CNTI, reforçaram a possibilidade de reprodução do mesmo modelo de atuação.

Em assembléia geral realizada em 2 de fevereiro de 1975, a nova diretoria que assumia o sindicato, através do presidente Dionísio da Silva Dutra⁹², apresentava os planos para o triênio 1975-1977. Dentre as propostas estavam a contratação de um advogado para o sindicato, a liberação de um dos diretores, o aumento do número de associados, e a melhoria da organização do sindicato – ampliando e murando a sede. O plano também previa: assistência ao trabalhador; o beneficiamento da escola que mantinha⁹³, adquirindo material escolar junto ao Ministério da Educação e Cultura; a instalação de um gabinete odontológico; a criação de um convênio com o INPS para expedição de guias e revalidação de carteiras; reunião da diretoria a cada 15 dias; realização de um empréstimo para ampliação da sede; colaboração do FTI para administrar cursos de Estrutura sindical e divulgar do Sindicato; aquisição da casa própria para o trabalhador; e a cobrança de instalação de uma junta de conciliação e julgamento.

⁹² O atual presidente em exercício (2009-2010), Dionísio da Silva Dutra foi eleito pela primeira vez para a direção do STI/Jataí em 1974, desde então ocupou os cargos de Presidência e Vice-Presidência alternando em alguns períodos.

⁹³ Durante a metade da década de 1970 até o ano de 1987 a sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Mobiliário de Jataí serviu também como local para a instalação da Escola Municipal Sebastião Herculano.

Embora pareça bastante extensa, o conjunto de propostas e intenções da nova direção não trouxe nenhuma reivindicação que visasse a organização da classe trabalhadora, ou seja, a superação das difíceis condições de subsistência, a luta contra a carestia, por melhores condições de salário e por liberdades democráticas. O que estava em jogo aqui, consonante com a divulgação da celebração do “Dia do Trabalho” (sic), era a legitimação da representatividade através de medidas assistencialistas, que corroboravam com a visão do semanário de “valorização do trabalhador brasileiro”⁹⁴.

A ditadura buscava – e conseguia – se legitimar perante algumas parcelas da opinião pública, contando com a publicidade dos feitos econômicos e uma mescla de patriotismo difundido através das propagandas institucionais. De modo que, “os sindicatos não se mostrariam imunes a essa investida dos governos militares em busca de base social e apoio”, para a configuração de uma nova etapa do sindicalismo brasileiro (Matos, 2009: 111).

Essa etapa teve no governo Médici o impulso necessário para a institucionalização de novos mecanismos previdenciários e de assistência aos sindicatos – diretos e indiretos – com a finalidade de dinamizar e assistir ao trabalhador, em todas as suas modalidades. A fixação de diretrizes e de linhas de ação nos Ministérios do Trabalho e da Previdência Social, disciplinando a aplicação de recursos e meios, possibilitou a disponibilização de financiamento - seja através dos recursos do governo ou de entidades internacionais - para a construção ou ampliação de suas sedes, criação de escolas, ambulatórios, clubes esportivos e centro de reuniões para os associados.

⁹⁴ Jornal do Sudoeste - ano I nº43 – Jataí, 09 de maio de 1976, p.7.

Não foi por acaso que o Sindicato, diante de problemas financeiros, recorreu às autoridades do município, à FTI-GO/DF e aos seus convênios solicitando empréstimos. O STI/Jataí, através da federação conseguiu um empréstimo junto ao IADESIL (Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre) no valor de 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), para a instalação e funcionamento de um gabinete odontológico.

Sobre o IADESIL, encontramos nas atas e documentos do STI/Jataí a colaboração de outro órgão, o Instituto Cultural do Trabalho (ICT), ministrando cursos de formação para associados e seus familiares.

Evidenciamos, também, em Waldemar Rossi a confirmação da existência dessas entidades que, devido à mobilização popular durante o período pré-64,

(...) afetava os interesses expansionistas do capitalismo multinacional, particularmente dos Estados Unidos. Aproveitando das divergências existentes no movimento sindical, a CIA desenvolve uma política de apoio aos pelegos mais reacionários, agrupados no MSD (Movimento Sindical Democrático), por meio do Iadesil... Os instrumentos de ação golpista da CIA no Brasil são o Ibad⁹⁵ (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e ICT, que deram treinamento a cerca de 30 mil ativistas sindicais brasileiros, aqui e nos EUA (Rossi e Gerab, 2009: 45).

Atrelado ao CNTI, sob liderança e influência do presidente Ary Campista, que se tornou Ministro do Tribunal Superior do Trabalho - conhecido também como “S.Exa. o Pelego”, ou “o Senhor Ministro”⁹⁶ - o STI/Jataí, juntamente com a FTI-GO/DF, formavam as bases de sustentação de um modelo de atuação sindical, que herdava uma concepção corporativista elaborada pelo Estado e regulada através da CLT. Esse modelo representava, então, uma estrutura rígida e verticalizada que reproduzia as mesmas características em cada setor de produção, ou seja,

⁹⁵ Sobre o IBAD ver DUTRA, E. (1963).

⁹⁶ Conforme artigo publicado no Jornal Folha de S.P em 20/11/1977. In: CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1981.

entidades representativas de patrões e trabalhadores e hierarquizadas em três instâncias: sindicatos, federações e confederações.

Por trás dessa concepção está a conciliação dos interesses de classes, mediado por instituições mistas de direito público e privado, mas com grande dependência e controle do Estado. Nesse sentido, a dependência se caracteriza pelo reconhecimento e autorização do Estado, enquadramento sindical, exigência de um estatuto padrão, a possibilidade de intervenção do Poder Executivo no sindicato ou de cassação das direções, contribuição sindical obrigatória e regulamentada pelo Estado, controle das eleições e limitação no direito de sindicalização.

Com todos esses elementos, a estrutura sindical produzida e oficializada a partir da década de 1930 no Brasil – que sobreviveu e se reestruturou durante os anos de 1960 e 1970 –, construída de cima para baixo, não poderia produzir instrumentos autênticos e autônomos para a luta dos trabalhadores. É preciso considerar que, num Estado autocrático de feição bonapartista, a reprodução de uma prática sindical assistencialista parece não apenas inevitável, mas necessária para a manutenção do poder da classe dominante.

Não podemos desprezar que o bonapartismo, intensificou sua capacidade repressiva após o Ato Institucional nº 5, “inibindo ações do judiciário e do legislativo, impondo recesso parlamentar, fechando Assembléias, demitindo, removendo, aposentando, intervindo em várias organizações de classe”. (Rago Filho, 2004: 145).

A forte pressão exercida, sobretudo nos sindicatos e no seu funcionamento, assim como a vigilância constante e a dependência do Estado, transformaram essas entidades em meros veículos de transmissão.

Com o fim dos efeitos do chamado “milagre econômico”, o aumento real dos preços, a elevação do custo de vida e o arrocho salarial, o modelo que até então

vinha sendo conduzido, sem grandes entraves, precisava necessariamente ser questionado.

(...) O Sr. Dionísio da Silva Dutra leu a tabela dos novos valores do salário mínimo das regiões e subregiões, principalmente o de Goiás que passou de Cr\$ 1.791,00 para Cr\$ 2.364,00. Declarou a todos os associados que este reajuste salarial que o governo de, já nasceu morto, que o custo de vida sobem muito mais nos dias de hoje (STI/Jataí Assembléia Geral, 25-11-1979: Ata nº 136).

Aos poucos, as necessidades percebidas e compartilhadas no cotidiano de cada trabalhador não podiam mais ser escondidas, muito provavelmente porque seus dirigentes também acabavam sendo afetados pelas dificuldades. Contudo, ao mesmo tempo em que uma reivindicação legítima era levantada, a necessidade de propagandear alguma medida paliativa do governo, mesmo que fossem medidas que visassem o médio e o longo prazo, eram lançadas como forma de contingência de qualquer manifestação:

(...) levado ao conhecimento dos associados presentes, o requerimento que o Sindicato e a Federação, em conjunto, enviaram ao Sr. Ministro da Previdência Social, solicitando a redução da idade de 65 anos para aposentadoria por tempo de serviço, pois segundo o parecer de todos, principalmente dos trabalhadores, 65 anos de idade para aposentadoria por tempo de serviço é um verdadeiro auxílio-funeral antecipado para o trabalhador brasileiro. Continuando, foi distribuído o jornal “A voz do Trabalhador”, aos presentes, cujo trouxe uma notícia que muito alegrou os trabalhadores sindicalizados, que é a moradia em casa própria e que este programa, o primeiro passo sairá dos sindicatos de classe (STI/Jataí Assembléia Geral, 30/12/1979: Ata nº 137).

Como então, os trabalhadores poderiam se manifestar? Quais mecanismos de luta colocavam-se em seu horizonte? É preciso levarmos em conta que esta camada social estava vivendo em meio a uma forte crise econômica, consonante ao colapso do final do bonapartismo no Brasil nos fins dos anos de 1970 e início da década de 1980, no qual a classe trabalhadora – como sempre – havia

sido a mais afetada pelos sucessivos racionamentos promovidos pelo governo, pela carestia, pelo arrocho salarial, pela precarização das condições de trabalho, pela falta de emprego e de liberdades democráticas. O que era preciso, então, para reagirem?

De certo as condições materiais para uma reação estavam dadas, contudo as limitações dos trabalhadores do setor da indústria da construção e do mobiliário de Jataí, não poderiam representar em seu conjunto, a possibilidade de rompimento das velhas estruturas do modelo sindical brasileiro.

4.4 Os trabalhadores da educação e a possibilidade de rompimento com o velho modelo assistencialista.

O Centro dos Professores de Goiás (CPG), criado para ser um instrumento de representação dessa categoria foi fundado em 1972. O surgimento da entidade apresentou-se como o resultado da unificação das lutas dos trabalhadores em educação do Estado de Goiás - que estavam organizados na Associação dos Professores Primários (APP), fundada em Goiânia no ano de 1956 - à Associação dos Professores do Ensino Médio de Goiás (APEMG), fundada anos mais tarde, em 1962.

A entidade (CPG), que congregava professores da rede estadual e municipal, desenvolvia atividades de natureza predominantemente assistencialista e era destituída de autonomia frente aos órgãos governamentais. O que a singularizava era a sua total subordinação à Secretaria da Educação e Cultura (SEC), que através da adoção de prática de conciliação e cooptação, transformava-a em quase um seu apêndice. (CANESIN, 193: 04).

Sem o reconhecimento de uma entidade sindical, devido às restrições legais da CLT e do decreto-lei nº 1.632/78, que proibia a organização do funcionalismo público em sindicatos, o CPG acabava assumindo um caráter sindical devido ao momento político, econômico e social pelo qual o país atravessava.

Na época da sua fundação o CPG teve um papel meramente assistencialista chegando, inclusive, a servir de posto de distribuição de guias do IPASGO⁹⁷ (*Revista Metas*, Dezembro de 1991: 197).

Para os professores da rede pública estadual, as difíceis condições de trabalho e a degradação da escola, o arrocho salarial e o atraso nos pagamentos, somados ao contexto da “crise do modelo político e econômico da ditadura militar, foram os responsáveis diretos pela emergência de inúmeras manifestações contra a ditadura (movimento contra o custo de vida, luta pela anistia etc.) (Iasi, 2006: 361).

Este contexto histórico revela o momento singular no qual uma categoria particular, diante de suas limitações, das condições precárias de trabalho e representatividade - ainda que houvesse uma diversidade e uma multiplicidade de anseios dentro do universo particular dos trabalhadores na educação do Estado de Goiás - não se viu diante de outra alternativa, se não a manifestação.

Para Eder Sader, esse processo de contestação da ordem social e de manifestação de suas necessidades é também para a sociologia, o momento de formação e constituição de um sujeito coletivo no qual

(...) uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas mediante as quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas (Sader, 1988: 55)

⁹⁷ Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás.

Segundo Maria Tereza Canesin, a análise do movimento dos professores no Estado de Goiás a partir de 1979, quando da ascensão de uma nova direção, é um momento de apreensão do movimento de constituição do sujeito coletivo e a aparição de um “elemento novo no jogo político” e na configuração do espaço público de Goiás.

(...) evidenciava-se a presença de parcela significativa de servidores públicos, proibidos legalmente de manifestarem-se, impondo a negociação política como um componente necessário para a relação governo e segmento em organização na sociedade. Na perspectiva da categoria, o confronto constituía-se em uma experiência nova, que colocava em discussão a definição de estratégias políticas de neutralização do adversário e do sistema político vigente.

Interessante apontar que aquela entidade - antes uma espécie de balcão de serviços do Governo do Estado e da Secretaria de Educação e cultura - passou de mera figurante na vida política de Goiás à protagonista das lutas sociais naquele Estado, surpreendendo autoridades públicas, os meios de comunicação, a opinião pública em geral, e até mesmo, partidos como a ARENA e o MDB.

A declaração de greve em 1979, depois de manifestações e mobilizações que não se configuraram - e nem poderia se configurar - como greve, mexeu com a cidade de Goiânia, locus de eclosão do movimento e, conseqüentemente, com o Estado. A publicidade também foi grande, se comparada à relação entre imprensa e os gestores bonapartista.

Na época não era sindicato, era o Centro dos Professores de Goiás, era proibido por lei, só foi ter sindicato para servidores públicos – e educação era considerado serviço público e serviço essencial. Primeiro, era proibido fazer greve; Segundo, era proibido ter uma organização sindical, organizava numa associação chamada Centro dos Professores de Goiás que já existia desde 1959, mas era uma entidade assistencialista pública dos professores e tal. Os professores, no meu caso e de outros colegas, tinham muito respeito por nós, porque os alunos tinham bastante respeito por nós. E quando a gente ia pra assembléia e decretava greve, havia uma

aceitação muito grande, por parte dos alunos, dos pais e da comunidade escolar e os professores, aqueles mais conservadores aceitavam a greve (...) o CPG era uma associação muito precária, não tinha recursos, tinha uma sede muito precária e aí o que a gente fazia. Na primeira greve que a gente foi decretar, nós falamos vamos fazer um movimento paredista⁹⁸.

Naquele período, qualquer mobilização ou paralisação, devido ao caráter proibitivo da lei, era intitulado de movimento paredista, uma forma de chamar a atenção para os problemas da categoria. As mobilizações se intensificaram a partir do movimento de valorização do professor, dentro do CPG, sob a direção do Professor Niso Prego.

Não existia militância no CPG, existia uma instituição e nós fomos criando um movimento de base, e tinha um presidente do CPG, o Niso Prego, que resolveu encampar a luta por melhores condições de salário e melhores condições de trabalho na escola. Então esse movimento virou uma greve de dezessete dias em 1979. Depois essas greves foram se repetindo em 1980, 81, 82... e de lá pra cá que se constituiu todo esse movimento. Nos anos 80, nós tivemos uma militância muito significativa, a respeito da criação do PT e o embrião da Central Única dos Trabalhadores, que nós viemos a começar a militar pra construir uma central sindical no Brasil em 1981 e nós fundamos a CUT em 1983. De lá pra cá todas as outras centrais sindicais aconteceram. Então foi esse o processo de militância nesse período, uma militância muito difícil, porque ainda era ditadura e a gente vivia um processo de liberdade e um grande passo que nos animou muito, que paralelamente que a gente fazia a greve em Goiás, fazia-se a greve no ABC. E começou aparecendo as greves e se cria uma força muito grande, os trabalhadores rurais, naquela época chamava invasão, hoje chama ocupação. Aí começaram a fazer ocupação de terra, começou a resistir. Logo em seguida, depois de uns quatro ou cinco anos das greves dos professores, começa a surgir as greves na Universidade Federal, surge a ANDES nos anos de 82, 83... foi tudo um processo de aprendizado coletivo da classe trabalhadora brasileira, que deu na criação do PT, da CUT e hoje as outras centrais, os partidos de esquerda todos apoiavam – porque ninguém sabia dos partidos clandestinos, o PC, PCdoB, MR-8 – depois nos grandes centros todo mundo sabia quem era quem, mas no Estado de Goiás, ninguém sabia quem era quem, e depois o Estado de Goiás foi muito reprimido por causa da guerrilha do Araguaia⁹⁹.

⁹⁸ Depoimento de Delúbio Soares (militante do CPG, e participante dos movimentos de fundação do PT e CUT), em março de 2010.

⁹⁹ Depoimento de Delúbio Soares, março de 2010.

Para entendermos a construção desses espaços de lutas e reivindicações que culminaram com a primeira greve em maio de 1979, é importante entender algumas das especificidades desse movimento em Goiás.

Embora os gestores bonapartistas, a partir da prerrogativa do General Geisel em defesa de “uma abertura lenta e gradual”, começasse a mostrar sinais de enfraquecimento - agravado com as sucessivas vitórias do MDB sobre a ARENA nas eleições a partir de 1974, e a crescente pressão dos movimentos sociais que começavam a se rearticular no período - a vigilância e a repressão do Estado ainda era muito grande.

Por isso, os eventos que se sucederam a partir de 1978 e 1979, abriram o caminho para um diálogo até então inexistente entre trabalhadores e governo.

O fato de ter sido a primeira, em circunstâncias em que se experimentavam as possibilidades da chamada abertura política, exigiu que se fizesse uma certa preparação por parte das lideranças. Durante o ano de 1978, principalmente em Goiânia, foram feitos contatos sistemáticos a para discutir questões relativas ao exercício profissional, condições de funcionamento das escolas e a atuação da própria entidade – CPG – que não favorecia a organização e a manifestação e as manifestações coletivas. No início do ano de 1979, os professores, com muitas dificuldades realizaram inúmeras assembléias visando a aprovação de uma memorial, que deveria ser encaminhado ao governador e ao prefeito, contendo as reivindicações da categoria (Canesin, 1993: 81).

Como resultado das várias assembléias da categoria entre os anos de 1978 e 1979, a categoria elaborou uma pauta de reivindicações na qual constava os seguintes itens: equiparação salarial conforme o nível da habilitação e carga horária com a definição de um espaço para o planejamento e estudo; estabilidade e regularização da situação funcional dos professores sem contrato; abertura imediata de concursos públicos; escolha de diretores por lista tríplice elaborada pelos

docentes; reformulação do estatuto do magistério; aposentaria ao 25 anos de docência; dentre outros.

Além das questões pontuais, a pauta de reivindicações dos professores de Goiás trazia como destaque as reivindicações salariais, a valorização do professor, melhores condições de trabalho e a regularização dos direitos trabalhistas.

A diferença, contudo, estava na forma de mobilização e de comunicação com os professores no Estado, daí a necessidade de um maior planejamento para a ação coletiva.

(...) a gente... de vez em quando saia no rádio e no jornal e convocava uma assembléia e vinha professores de quase todo o Estado. Era gente influenciada pelos ares da mudança, é bom deixar isso claro, porque ninguém inventou, foi um movimento de sair da ditadura e uma nova classe política, por isso que a ditadura caiu. Vinha gente de todos os lugares e o que a gente fazia, ia lá numa assembléia e tirava o comando, comando de greve, comando de mobilização. Como esse comando fazia? Um tinha o carro – tinha uns quatro professores - e os outros a coragem. Vamos pra tal cidade! A gente ia por exemplo pra Jataí. A gente ia até Acreúna, reunia os professores, a gasolina acabava, os professores fazia uma vaquinha, a gente comia na casa do pessoal... quantas e quantas vezes eu não tirei menino da cama pra dormir na cama de menino. E aí menino ficava com raiva da gente, mas bola pra frente... e fazia isso no Estado inteiro, ficava o mês viajando, saia de Goiânia e as vezes quando a gente ia de ônibus e um professor recebia, a gente ia no colégio pra fazer uma vaquinha, naquela época eram poucos recursos, mas a gente se virava ali, pegava o próximo ônibus e ia. Aquela rota, Rio Verde/Jataí era, Goiânia, Acreúna, Rio Verde, Jataí, Mineiros e Aragarças. Tinha umas cidades que hoje são importantes mas que a gente não ia muito como Serranópolis, Chapadão do Céu, as vezes a gente ia até Caçu, o limite, Caçu e Quirinópolis... era uma região com poucos professores e não tinha ainda o progresso que tem hoje. Essa era um rota. A outra rota era de Goiânia até Itumbiara, outra era de Goiânia a Catalão, uma outra que era o entorno de Brasília. Outra rota ia até o Bico do Papagaio, era a rota mais demorada. Ai você migrava, quando chegava em Gurupi, uma turma ia pra Porto Nacional e fazia São Miguel do Araguaia, tudo isso a gente rodava, movimentava, era importante e a gente dialogava com as lideranças, as lideranças reunia os professores, chamava pelo rádio, boletim, os nossos documentos eram todos rodados em mimeografo nas escolas, a gente conseguia a graxa pra rodar, conseguia uma resma de papel aqui, outra ali e ia fazendo o movimento e articulava. A gente não chamava, mas

existia naquela época um negócio chamado rádio peão, que funcionava e funcionava bem, tanto que nós criamos o maior movimento de massa que Goiás já teve, foi a greve de professores de 1979/80/81, foi um grande movimento que levantou muitas pessoas e inclusive impediu que o sucessor do Ary Valadão fosse colocado lá, e elegeram o Iris Rezende¹⁰⁰.

Grosso modo, essas reivindicações não apenas indicam o contexto específico de uma categoria particular, mas representam o momento singular do encontro dessa pauta com as demais reivindicações dos trabalhadores brasileiros das mais diversas categorias e regiões do país.

A adesão dos professores e a formação da opinião pública era o reflexo da ação coletiva desenvolvida pelo CPG e de seus militantes. Esse fator, somado à veiculação dos movimentos grevistas e demais manifestações no período, transforma-se num dos elementos principais, para a mobilização e adesão, mesmo numa cidade como Jataí.

Jataí nessa época, por exemplo, os movimentos sindicais e os movimentos estudantis eram quase inexistentes, porque estava no início do regime militar e aquela repressão toda que houve, então o povo deu uma retraído. (...) Jataí até hoje em relação a outras cidades é uma cidade ainda reacionária, uma cidade que esses movimentos são muito pouco desenvolvidos. Até nos nossos dias atuais. (...) quando eu entrei na faculdade, o nosso professor de história começou a mostrar pra gente uma visão diferente, e o deslumbrar de uma nova visão de mundo e praticamente a minha participação nos movimentos sociais, no movimento estudantil, no movimento político e nos partidos políticos de esquerda foi quando a gente assistiu uma palestra do professor Niso Prego, na Faculdade de Filosofia de Rio Verde. Parece que naquela palestra, deu uma nova visão pra gente, mostrou, deu um esclarecimento muito grande pra gente começar a militar, tanto nos movimentos sindicais, nos movimentos sociais e nos partidos políticos. Isso tudo juntou com aquela nova visão de mundo passada pelo professor de história e ajudou a passar pra frente. (...) o que mais me chamou a atenção foi a questão da exploração que existe sobre os trabalhadores, o mundo capitalista, o patrão explorando o trabalhador, o governo naquela época com os funcionários públicos – porque a gente já tava dentro da educação naquele momento – e mostrando a estrutura e o funcionamento que é né, a exploração da classe dominante sobre a classe dominada. A partir daí a gente passou a conhecer mais sobre aquilo, a estudar o material que tinha. Foi aí

¹⁰⁰ Depoimento de Delúbio Soares, março de 2010.

que a gente começou a se engajar tanto no movimento sindical quanto nos partidos políticos de esquerda. (...) toda a luta do CPG e aquele grupo começou a retomar a discussão: o Delúbio Soares, o Niso Prego, teve aquele que foi deputado por Goiás, foi também presidente do Sintego (Osmar Magalhães), me esqueci. Eles vieram pra Jataí e naquela palestra lá em Rio Verde e convocaram o pessoal do interior, das cidades, que quisessem ajudar a reconstruir o novo sindicato, um sindicato combativo. E naquele momento, aqui em Jataí a gente começou a formar um pequeno núcleo e eles começaram a vir aqui pra Jataí e a fazer palestra e a gente começou a participar dos congressos estaduais¹⁰¹.

A percepção da realidade mais imediata dos trabalhadores, diante das suas dificuldades, os anseios mais latentes e o relacionamento de suas particularidades com as questões mais ampliadas, abrem caminho para o confronto entre suas trajetórias pessoais e as condições vivenciadas pelo coletivo.

(...) a dificuldade que o professor tinha, porque ele ganhava muito pouco naquela época né. (...) aí começou a aparecer esse pessoal criaram o sindicato foram crescendo(...). Pelas idéias que o Lula pregava, ele precisava valorizar o trabalhador né, precisava fazer uma reforma agrária ampla, precisava de fortalecer as categorias sociais, os sindicatos, dar cursos nas fazendas pra conscientizar o povo eu achava aquilo muito interessante, porque a gente que morou na fazenda e ser analfabeto é duro, se vê, o sujeito alfabetizado ele vale por dez. Então ele tinha aquelas idéias de fazer esse trabalho. Quando montou o Mobral, eu como era estudante coordenei o trabalho do Mobral eu saía de casa em casa pra ver quantos analfabetos tinha, e ficava besta de ver. Tinha casa que tinha catorze pessoas, todas analfabetas, então foi isso que despertou. O fato da assistência médica que não tinha, quem tinha dinheiro tratava, quem não ficava abandonado¹⁰².

A mediação entre o particular e o universal, presentes nos depoimentos dos trabalhadores da educação, representam um momento da mobilização e as suas possibilidades. Isso significa dizer que a constituição de um movimento a partir da particular situação vivida e vivenciada pelos trabalhadores, engendra um

¹⁰¹ Depoimento de Paulo Sergio da Silva (professor, ex-presidente do CPG e do PT de Jataí), maio de 2009.

¹⁰² Depoimento de Arioldo Alves da Rocha (professor, militante do CPG/SINTEGO em Jataí), março de 2009.

processo de síntese coletiva no qual a formação do próprio sindicato representa também a formação de seus militantes.

Muito embora o foco de nossa pesquisa não seja o estudo da consciência de classe e o processo de suas transformações, diante do movimento da classe trabalhadora em sua constituição como tal, importa destacar, segundo Mauro Luis Iasi que a

(...) consciência de classe não está apenas na forma coletiva enquanto produto ou em suas representações institucionais acabadas, assim como não pode se reduzir a manifestações individuais que compõe estas formas coletivas, mas no movimento em que umas se transformam nas outras. Nesse movimento é que encontramos os momentos particulares e as formas genéricas de luta. A classe trabalhadora não existe como abstração sociológica, assim com os partidos [e sindicatos] que esta classe cria e destrói em seu processo de formação. (...) Nada tem existência fora do seu processo de mediação, ou seja, nada adquire concretude fora do múltiplo processo de suas determinações. No interior do movimento de perpétua constituição e negação das formas particulares que constituem o todo (2006: 74).

Assim, o movimento da classe trabalhadora, as alterações na qualidade e representação do CPG - surgido em Goiânia no final da década de 1970 e início de 1980 - podem ser considerados como a expressão de momentos particulares que conduzem ao todo como forma genérica no qual, diferentes momentos particulares produzem suas sínteses históricas e o reconhecimento no coletivo.

O exemplo dos professores já começava a ser seguido por outras categorias profissionais, quando em 1980 o governador, decretou intervenção no CPG, determinando a suspensão da consignação em folha de pagamento. A intervenção não conseguiu parar a luta. O magistério cada vez mais se unia e se organizava (*Revista Metas*, dezembro de 1991: 197).

Neste momento, o ser social não está somente no momento particular de sua expressão cotidiana, tampouco na abstração sociológica de um sujeito histórico, mas sim no movimento que leva de uma forma a outra, haja vista que

O ser da classe e, portanto, sua consciência, estão, no movimento que leva destas trajetórias particulares a te conformações coletivas, de modo que estas são construídas pela multiplicidade de ações particulares ao mesmo tempo que as ações particulares são constituídas por cada patamar coletivo objetivado. O todo não é uma coisa (indivíduo e sociedade), o todo é movimento. Assim, o ser e a consciência de classe dos trabalhadores (...) seria aquilo que estes trabalhadores produzem como ser e consciência da classe por meio de sua atividade histórica, não correspondendo a nenhuma essência, seja ela revolucionária ou reformista (Iasi, 2006: 75-76).

É dessa forma, que mesmo que a repressão ao movimento não tardasse, agora já não mais na forma de uma ditadura de classe aberta – civil-militar – como síntese e expressão da burguesia autocrática e seus gestores do capital atrofico, amparados por uma lei de segurança nacional, mas agora como possibilidade de devolver, através de uma transição transada, a “distribuição da riqueza, da participação dos direitos civis e do funcionamento das instituições políticas, o que a tornou incapaz de promover a democratização do controle do Estado pela população”, ou por sua maioria econômica, política e socialmente ativa abrindo as portas para o politicismo (Fernandes, 1980: 78).

4.5 “Pintou um partido¹⁰³”: o Partido dos Trabalhadores na Região Sudoeste de Goiás.

Nascido a partir das lutas concretas de um dos setores mais avançados do movimento operário no Brasil, entre o final da década de 1970 e o início dos anos

¹⁰³ Cf. gravura utilizada como propagando do PT – anexo 7.

1980, o Partido dos Trabalhadores (PT), se transformaria nos anos subsequentes, em uma das maiores expressões politicompartidárias da América Latina. Visto como uma possibilidade de aglutinar e canalizar as manifestações que reclamavam a organização da classe trabalhadora no Brasil.

Se no contexto da luta de classes nesse período, a necessidade de organização da classe trabalhadora era latente, pelo menos nos grandes centros urbanos, reflexos das greves metalúrgicas do ABC paulista, como, então, esse movimento seria interpretado no interior do país?

A ideia de um partido que representasse a classe trabalhadora nasceu num período de retrocesso do sistema de poder montado em 1964, aperfeiçoado sob a junta militar e pelo governo do general Geisel e que entrava em sua fase final ensaiando uma abertura.

No entanto, para compreender não apenas os desdobramentos do Golpe de Estado em 1964, mas, principalmente, a recente trajetória republicana brasileira, é preciso lembrar que esta história está permeada de períodos ditatoriais intercalados com curtos períodos democráticos.

A ação centralizadora do Estado, na figura do Poder Executivo, configurou um processo de rupturas institucionais e discontinuidades, que refletiram no desenvolvimento partidário do Brasil. Assim, as primeiras experiências são resultantes da interferência direta de governos, que surgem ainda no Império (1837 – 1889) - com a alternância de poder entre liberais e conservadores - e atravessa a Primeira República (1889 – 1930) quando tivemos o esboço inicial de máquinas partidárias sob o domínio das oligarquias estaduais que ditavam o jogo político nacional.

Essa estrutura ganhou novos moldes a partir da Assembléia Constituinte Nacional de 1934, com o surgimento de inúmeras formações partidárias, mas que são suprimidas anos depois, com o golpe de 1937 e com a instauração do Estado Novo (1937 – 1945).

Uma primeira experiência multipartidária mais consistente ocorrerá somente entre os anos de 1945 e 1964, quando da emergência de partidos modernos e de expressão nacional, que nascem no bojo da industrialização, impulsionados pela alteração das bases econômicas.

Entre os anos de 1964 e 1965, esse multipartidarismo teve uma sobrevida durante o primeiro ano do regime militar-autoritário num primeiro momento. No entanto, através do Ato Institucional nº2 de outubro 1965, o mesmo regime instituiria o bipartidarismo compulsório, criando a Ação Renovadora Nacional (ARENA), que era o partido do governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se colocava na oposição.

O bipartidarismo surgiu como um expediente político, não como produto institucional espontâneo da atividade de partidos políticos e correntes da opinião pública. Como expediente, ele assinala o desprezo dos que empolgaram o controle do Estado por todos os partidos e correntes de opinião preexistentes. Como se disse em 1964: a "Revolução" (leia-se: a ditadura) institui a sua legitimidade. Ou seja, contando com poder real suficiente para impor sua própria vontade ditatorial, o regime existente usou a constituição e a representação fora e acima da "normalidade constitucional e representativa". Ambas se tornaram meios para o exercício do despotismo, o arbítrio e da organização de um Estado autocrático. O que quer dizer que a existência de dois partidos não é suficiente para definir a existência do bipartidarismo (Fernandes, 1980: 213).

Somente a partir de 1979, com a reforma partidária, ainda dentro do regime civil-militar, é que retomamos novamente a experiência representativa eleitoral multipartidária. A ARENA passa a se chamar Partido Democrático Social (PDS) e, o MDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A partir daí, novas

agregações surgiram no cenário político, dentre elas o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e outros ressurgiram, como é o caso do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Contudo, outras siglas mesmo após a reforma partidária, continuaram impedidas de retomar as suas atividades, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que somente com “a vitória das oposições nas eleições indiretas à presidência da República – que resultou na implantação da Nova República – pôde voltar a funcionar legalmente.” (Roedel *et al*, 2002: 67).

Para Maria D'alva Kinzo “o pluripartidarismo vigente, fragmentado e mutante, que emergiu com a Nova República e que até hoje parece não possuir feição definitiva,” pode ser explicado pela baixa longevidade e pelas rupturas do sistema partidário brasileiro, que produziram uma baixa institucionalização, ou em outras palavras, curtos períodos de estabilidade institucional (1993: 5).

Com isso, os reflexos de um processo de rupturas institucionais e descontinuidades, engendraram um Estado democrático, fruto de uma revolução burguesa atrasada e periférica. Conforme Vera Lúcia Vieira, temos um Estado que “alterna períodos ditatoriais com períodos de dominação de classe, que configuram muito mais autocracias burguesas (...) do que a propalada, mas não concretizada democracia” ¹⁰⁴.

A modernização excludente gera uma burguesia egoísta e particularista, que nessas condições históricas garante somente de modo limitado a inclusão social dos não-proprietários, criando e reproduzindo uma miséria permanente, posto que, enquanto autoreprodução do capital, subordinada e atrofada, não fornece bases materiais para incorporar e representar na forma da “cidadania universal”, civilizada, a maioria da população no território nacional. (Chasin, 1989: 49)

Para Scott P. Mainwaring a compreensão do processo é preciso reconhecer que o

conceito de institucionalização diz respeito a um processo pelo qual uma prática ou organização se estabelece e é amplamente reconhecida, quando não universalmente aceita. Os atores criam expectativas e desenvolvem orientações e comportamentos baseados na premissa de que tal prática ou organização continuará existindo em um futuro previsível. Na política, o conceito de

¹⁰⁴ Vieira, Vera. Autocracia burguesa e violência institucional. Revista Projeto História, nº 32. “Direitos”. São Paulo: EDUC/PUC/SP. 2º/2005.

institucionalização implica que os atores têm expectativas claras e estáveis a respeito do comportamento de outros atores (2001: 56).

Muito embora nosso foco de pesquisa não seja a organização partidária no Brasil, alguns elementos aqui expostos servem apenas para uma melhor compreensão desse processo de formação, entendendo que o protagonismo do Estado e das elites dirigentes na construção de um sistema verticalizado, de cima para baixo, engendrou um Estado brasileiro como um agente poderoso na formação do sistema de partidos.¹⁰⁵

Contudo, nosso objetivo não pretende caracterizar o PT como reflexo dos desdobramentos únicos e exclusivos do arcabouço político partidário brasileiro, mas também

(...) dos nódulos ideológicos inscritos na visão conservadora da burguesia e disseminada intensivamente pelos gestores autocráticos, [que] consagra a idéia de que a história se move pelo alto. Às massas caberia um papel intrinsecamente menor e subordinado – assim, elas seriam sempre passíveis de manipulação e orientação em suas escolhas políticas, certamente decididas e articuladas pelas “elites dirigentes”. Anulam-se, com isso, todas as iniciativas, as capacidades e potencialidades advindas das massas populares; estas somente poderiam vir a ser instrumentalizadas – seja pelo “comunismo” seja pelo “populismo”, identificado ao “nacionalismo exacerbado” e até ao “getulismo de massa” – pela presença de líderes e tendências ideológicas, com seus projetos políticos “próprios”, sempre em oposição à índole nacional, graças ao carisma e ambição pessoais (Rago Filho, 2004: 148).

Mas, eis que em meio a um cenário de transição democrática, ou transada, que refletia a política de distensão do Governo do general Geisel-Golbery, somados à retomada das lutas pelas liberdades democráticas, bem como à grande efervescência e proporção dos movimentos sociais, surge no cenário político nacional um novo sujeito: a classe trabalhadora, que para Raquel Meneguello é,

¹⁰⁵ Ver Meneguello (1989), Kinzo (1990,1993), Mainwaring (2001), Ferreira (2002), Miranda (2004).

(...) o surgimento de um novo sujeito político de representação, organizado em torno da articulação de setores do moderno operariado industrial e dos movimentos populares urbanos, e que, através de uma pauta de reivindicações específicas, procurava, sobretudo boa parte das classes trabalhadoras no Brasil. (1989: 21).

As características e as aspirações deste novo sujeito estão expressas em um dos documentos que antecedem a criação do PT, a “Tese de Santo André-Lins”¹⁰⁶, documento que lança as bases para a (re)organização dos trabalhadores naquele período. Dentre as reivindicações constantes no documento estão: a desvinculação do aparelho sindical em relação ao aparelho estatal; democratização dos sindicatos, assegurando direito de igualdade, participação nas lutas e nas decisões destes organismos; a elaboração de um manifesto, chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores; que esse partido seja o partido dos trabalhadores da cidade e do campo, regido por uma democracia interna, respeite a democracia operária e que seu objetivo não seja apenas eleitoreiro.

Essa organização é representada pela reentrada da classe trabalhadora no cenário político, através da emergência de uma ação sindical, tendo como sustentáculo os trabalhadores do setor metalúrgico, principalmente nas cidades da grande São Paulo, nos anos de 1978 e 1979. Tal movimento contava, ainda, com o apoio de artistas, intelectuais e outros setores organizados da sociedade.

Outra componente do processo é a liderança carismática de Luis Inácio da Silva (Lula), impulsionando o movimento que ficou conhecido como novo sindicalismo¹⁰⁷. Para Meneguello,

¹⁰⁶ Os sindicalistas reunidos no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins, aprovam a tese, originalmente proposta por metalúrgicos de Santo André, “chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de um partido, o Partido dos Trabalhadores”.

¹⁰⁷ Sobre o “novo sindicalismo” ver Antunes (1988, 1997)

É indiscutível a importância das greves de 1978 e 1979 no que diz respeito à dinâmica das relações trabalhistas. Tais greves, ao combinar a reivindicação pela transformação do sistema político, atingiram elementos novos no cenário da luta político-sindical. Dessa forma, ao lado dos trabalhadores industriais, ocorreram mobilizações de categorias fundadas no setor produtivo terciário, até então pouco reivindicativas, mas recém-saídas de um agudo processo de assalariamento: trabalhadores com base em serviços, profissionais liberais, servidores públicos etc., dando base ao que se convencionou chamar de “sindicalismo de classe média” (1989: 46).

Mesmo diante desse cenário, ao acompanharmos o desenvolvimento das bases materiais que possibilitaram o surgimento do PT e seus reflexos na consciência imediata dos membros da classe trabalhadora, notamos que a possibilidade de inserção no jogo político, bem como a transformação política, não se apresentam de imediato.

A passagem de uma ação sindical para a formação de um partido parecia improvável nas próprias palavras de seu principal líder, Lula, que reiteradamente afirmou o caráter apolítico do movimento e sua firme intenção de não participar da política partidária. (Iasi, 2006: 361).

Moacir Gadotti também abordou esta posição de Lula, esclarecendo que: “numa entrevista publicada no jornal O Pasquim, de 24 de março de 1978, Luís Inácio da Silva, se confessa ‘apolítico’, preferindo ‘preparar a classe trabalhadora para saber optar’”. Inicialmente, Lula não se interessava pela criação de um partido dos trabalhadores, para ele a situação das classes trabalhadoras poderia ser resolvida independente da criação de um partido político. (1989: 20).

As alterações na qualidade do movimento, que vão para além da singularidade de seus participantes, começavam então a se refletirem no processo

de formação da consciência¹⁰⁸, tanto da classe na sua totalidade como nos próprios indivíduos.

Ainda em Gadotti, destacamos sua explicação acerca do posicionamento de Lula com relação à participação na vida política:

[...] já em julho do mesmo ano, estava claro para Lula que os trabalhadores não poderiam participar da vida política sem um partido dos trabalhadores. Lula afirma que é chegada a hora de a classe trabalhadora “parar de ser instrumento”. Afirma, portanto, a necessidade dela lutar pela “criação de um partido político que possa representá-la”. Confessa-se desapontado com os partidos existentes. Convida todos os trabalhadores a participarem (1989: 20)

Para Paulo Roberto Miranda, “ocorre então uma mudança de estratégia, fundada no processo de constituição da arena partidária como *locus*¹⁰⁹ legítimo de reorganização e representação dos interesses das classes trabalhadoras”. (2004: 37).

Talvez a questão transcenda à mudança de estratégia política e esteja na própria contradição naquilo que a classe trabalhadora se via envolvida. Neste caso específico se configuram as condições materiais que possibilitaram o surgimento do Partido dos Trabalhadores, ou seja, a intensificação da produção, aliada às condições de trabalho, jornada de trabalho, perdas salariais impostas, manipulação dos índices inflacionários do período, ou seja, dentre outros fatores, uma tradição sindical acomodada a certa estrutura existente.

Para Iasi o pensamento acadêmico sentencia essa condição da classe no período como um proletário incapaz de desenvolver uma consciência de classe típica, ou seja, anticapitalista e portadora de valores societários que apontassem para uma alternativa socialista. Mas ainda sugere:

¹⁰⁸ Sobre “Processo de Consciência” ver Lukács (1974) e Iasi (2002, 2006)

¹⁰⁹ Grifo do autor.

Por que, então, este tipo específico de proletário, tão ocupado com suas questões imediatas (salário, jornada, intensificação do trabalho, condições de trabalho, etc.), será responsável por um salto político da dimensão que seria a criação do PT? (2006: 362).

Com essas condições dadas, a própria realidade já se mostrava didática e assim, lasi completa, “[...] ao encontrar a produção fabril capitalista como negação do seu ser, uma negação particular pode se dar em movimento de generalização universal” e essa particularidade universalizada reflete “um determinado momento histórico, no caso o colapso da ditadura militar e seu modelo econômico”. (2006: 362)

Assim, o que vimos no final da década de 1970 e início da década de 1980 foi uma grande confluência das lutas sociais, coincidindo com a crise do regime ditatorial que deram forma a um movimento (sindical) e que como causa imediata, expressa por uma categoria ou setor de classe poderia ir além do imediatismo, sem que fosse, efetivamente, um movimento político.

Um exemplo da idéia dessa confluência das lutas sociais é expresso na Declaração Política do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores de outubro de 1979:

A idéia do Partido dos trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros; dos sindicatos às comunidades eclesiais de base; dos movimentos contra a carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres e ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas. (Almeida, Vieira e Cancelli, 1998: 55).

Aqui inicialmente, notamos a busca da ampliação de sua representatividade, e há indícios de uma alteração da concepção de um partido que surge a partir de lutas concretas, principalmente do setor sindical, organizando-se

como um movimento político de independência e autonomia da classe operária, que se apresentava como representante da classe operária.

Nesse contexto, o movimento por um partido da classe trabalhadora se mostrava, pelo menos naquele momento, extremamente necessário, não apenas como uma possibilidade autêntica de representatividade das classes trabalhadoras, isto é, uma organização de trabalhadores sem a tutela das elites, como no caso do populismo, ou por determinadas vanguardas políticas, como os movimentos anarquistas, socialistas e comunistas no Brasil, mas principalmente para completar fundamentalmente uma estrutura de Estado capaz de modernizar a exploração capitalista.

Dentro desse processo de modernização do Estado,

A sociedade capitalista e o estado burguês, não como conceitos abstratos, mas de forma tangível, tal como o processo de desenvolvimento histórico os criou, constituem precisamente o subsolo sobre o qual se apóia a produção capitalista, forma ainda dominante da economia, ao lado da qual, porém cresce a classe operária. É nessas condições que o Partido dos Trabalhadores deve atuar e destacar-se autonomamente como classe. (Pedrosa, 1980: 47).

Ainda, seguindo as definições de Pedrosa, é preciso destacar as diferenças históricas na constituição da burguesia como classe dominante e do operariado. O primeiro é o resultado da eliminação do antigo regime, engendrando o Estado nacional moderno como criatura, a partir dos escombros do velho Estado. Por sua vez, esse Estado capitalista, que é o Estado da dominação burguesa, não impede, mas ao contrário, necessita que a classe trabalhadora não apenas exista, mas também seja responsável e parte constituinte da força motriz do modo de produção predominante nesta forma de organização social.

O PT parece preencher, pois os requisitos básicos para reclamar-se legitimamente como um partido da classe trabalhadora, ancorado especificamente numa fração da classe operária brasileira. Sua atuação na conjuntura – e não apenas como um conjunto de trabalhadores definidos estruturalmente – já é parte do processo de re-conhecimento pelas outras classes da própria classe trabalhadora, e especificamente da vértebra operária (Oliveira, 1986: 26).

Mesmo com a base social de sua formação predominantemente sindical, o Partido dos Trabalhadores contou com o apoio de diversos setores: uma parte significativa da intelectualidade que retornava do exílio; os movimentos nascidos no interior das igrejas ligados à teologia da libertação; os movimentos de bairros, contra a carestia; os movimentos dos sem terras e dos sem tetos, e, dentre outros, os parlamentares de esquerda oriundos do antigo MDB,.

Dessa forma, observando a grande variação na composição dos grupos que participaram da formação do partido, constatamos que a presença de cada uma dessas parcelas de representação se deu em maior ou menor grau de relevância, de acordo com a região.

Um exemplo dessa diversidade é encontrado no livro de Marieta de Moraes Ferreira e Alexandre Fortes, *Muitos caminhos, uma estrada: memórias de militantes do PT*, no qual os autores abordam a multiplicidade de experiências relatadas por militantes – antes e depois da formação do partido – e que tinham em comum o fato de serem expressões significativas da diversidade política, social e regional, que é um dos elementos principais da constituição do PT.

Eles chegaram ao partido pela análise crítica das experiências através de militância comunista ou socialista de muitas décadas, do engajamento na luta armada ou dos limites da luta institucional contra a ditadura militar. Conceberam um partido de novo tipo como um instrumento necessário para dar continuidade, em outras frentes, às lutas sociais das quais brotou sua consciência política. Vislumbraram a possibilidade de construção de uma nova sociedade pelo contato com as mais variadas correntes do Marxismo, com a Teologia da Libertação, ou pura e simplesmente por serem

herdeiros e portadores de tradições históricas, nacionais e internacionais, de luta por justiça e igualdade (Ferreira e Fortes, 2008: 14).

No Estado de Goiás, e principalmente na região sudoeste, essa diversidade é bastante reduzida, mas nem por isso menos rica. Nos depoimentos de militantes que participaram da formação do PT, percebemos a importância e o significado daquele momento histórico, seja para o seu impulso inicial na lutas pelas liberdades democráticas, ou ainda para a retomada de suas atividades militantes.

A professora e escritora jataiense Maria Eloá de Souza Lima¹¹⁰, por exemplo, que ingressou nas fileiras do PCB na metade da década de 1940, ainda como estudante na cidade de Rio Verde, viu no PT a possibilidade de retomar a sua militância comunista, depois do difícil período do regime militar.

Durante o regime militar, nós nos afastamos, mas mesmo assim eu já estava afastada porque não eu concordava com certas coisas do PC, eu achava que as coisas estavam muito morosas, eu queria que as coisas fossem mais depressa. Eu militei praticamente só eu estava afastada.(...) a campanha próxima as eleições, na televisão, era uma campanha do PT de São Paulo e como eu sabia que o partido estava se reestruturando aqui, eu resolvi procurar.(...)Eu sempre fui favorável a reforma agrária, na minha opinião, apesar de ser filha de fazendeiros pobres e parente de muitos fazendeiros ricos e por ser nascido e criado na fazenda, a gente via muita injustiça. Aqueles que trabalhavam na terra são os que menos recebiam dela. Então eu sempre coloquei a reforma agrária como algo mais do que justo¹¹¹.

Professora Eloá, como é conhecida na cidade, não participou diretamente da formação do PT em Jataí, seu convite para a participação no partido se deu através de alguns militantes que já estavam engajados na construção da sigla. Um fato que nos chama a atenção em seu depoimento diz respeito à participação de uma pessoa muito conhecida politicamente na cidade de Rio Verde

¹¹⁰ Maria Eloá de Souza Lima, professora, escritora, militante do PCB na década de 1940. Foi presidente do diretório do Partido dos Trabalhadores na cidade de Jataí na década de 1980.

¹¹¹ Depoimento em agosto de 2009.

que havia sido membro da antiga UDN (União Democrática Nacional) e também da ARENA, mas que segundo ela, a sua participação no PT era algo muito estranho.

(...) tem uma coisa que eu não conseguia entender e eu queria colocar aqui pra você, não precisa anotar não. Quando eu fui estudante lá em Rio Verde e era do PC, havia lá um advogado famoso, que política pra ele era a primeira coisa, da direita, um direitista que odiava os comunistas. Eu própria nunca perguntei a ele nem a ninguém, por que, mas quando eu fui procurada pelo pessoal do PT, tinha um pessoal de Rio Verde e esse senhor estava acompanhando o grupo. Ele tinha um cargo no PT.(...) Sim, dentro do PT o tempo todo atuando (...) César Bastos. O César Bastos quando a gente tava trabalhando lá em Rio verde no PC, ele era um horror. (...) fazendo discurso com toda propriedade colocando coisas – sim, porque ele era culto – falando coisa até do PC, coisas da história. (...) me parece que ele ajudou a fundar o PT aqui em Jataí também. (...) os rapazes que estavam com ele, advogados também, estavam aqui para ajudar na reestruturação do diretório. Eu achei muito estranho, mas nunca perguntei o por quê dessa mudança radical, da água pro vinho...¹¹²

Essa estranha participação foi confirmada por outro militante que ajudou a fundar e organizar o PT na região sudeste. Para Nicodemos de Souza Miranda, mais conhecido como Nico Miranda, sua participação no PT de deu a partir do convite “inesperado” de algumas lideranças políticas da região, dentre elas César da Cunha Bastos. Em seu livro Coivaras Nico Miranda menciona a sua participação na construção da comissão provisória do PT na cidade de Serranópolis.

(...) final da década de setenta e. Já no início da década de oitenta aqui mesmo nesta casa da Vila Morangas em Serranópolis – GO, professor Nico, como é chamado na cidade, recebeu a visita do Secretário Nacional do Partido dos Trabalhadores – PT, César da Cunha Bastos e, convidado por este, funda o 2º núcleo do partido do interior do Estado de Goiás¹¹³ (Miranda, 2003: 04).

Ainda segundo Nico Miranda, a sua indicação para construir e compor a comissão provisória do PT em Serranópolis, bem como a visita de César Bastos,

¹¹² Depoimento de Maria Eloá de Souza Lima em agosto de 2009.

¹¹³ Conforme correspondência da Comissão Provisória Estadual do PT e Secretaria de Organização, anexo.

devem-se ao fato da sua prisão durante o regime militar, quando ainda estudante foi denunciado como comunista à polícia devido a publicação no jornal A Voz Nestoriana do grêmio literário Bortoni Mosconi do Colégio Nestório Ribeiro. Neste texto o autor faz um protesto contra o fechamento dos grêmios estudantis na capital do Estado de Goiás e também no interior, a partir do endurecimento do regime militar em 1968 e dos efeitos do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em Goiás¹¹⁴.

Naquela noite, numa tipografia na cidade de Rio Verde onde o jornal estava sendo impresso, ao escrever o artigo, jamais poderia imaginar a extensão do ato, daquele grito de rebeldia e de solidariedade que talvez não fora ouvido, mas com certeza serviu para engrossar minha ficha nos organismos de repressão política. (...) foi justo numa varredura de 1970 imposta pelo Regime Militar e executada pelo Governo do Marechal Emilio Gahastazu Médici que fui atingido...29 de agosto de 1970 (Miranda, s/d: 10)

Preso e acusado de subversão ainda no final da década de 1960, Nico Miranda se tornaria, posteriormente, uma referência - inesperada segundo ele mesmo relata¹¹⁵ - para a formação daquele novo partido.

A explicação para essas indicações foi encontrada em artigo publicado no jornal Diário da Manhã de 19 de junho de 2001, em artigo do ex-deputado do MDB Adhemar Santillo.

No início dos anos 80, com o surgimento de novos partidos políticos, sob o comando do então senador Henrique Santillo, expressivo grupo de lideranças emedebistas fez sua opção pelo Partido dos Trabalhadores, em Goiás. Nossa intenção era a de formar um partido competitivo já para as eleições gerais, marcadas para 1982. No Senado, o Henrique foi o primeiro integrante da bancada petista, enquanto na Câmara Federal nossa bancada, além de mim, contava com Airton Soares (SP), Antonio Carlos de Oliveira (MS), Edson Kahir (RJ) e Luiz Cechinel (SC). Por decisão dos companheiros, assumi a liderança da bancada. O grande problema que enfrentávamos era a reação de grupos internos no partido: Libelu,

¹¹⁴ Sobre a ditadura militar em Goiás ver: SALLES, Pinheiro. A ditadura militar em Goiás: Depoimentos para a história. Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008.

¹¹⁵ Entrevista por telefone em abril de 2010.

Avelu, Convergência Socialista e outros que se opunham às ações parlamentares. Não aceitavam o envolvimento do partido na via congressual. Além de emedebistas, se filiaram ao PT, no Estado, intelectuais, estudantes, líderes sindicais e figuras tradicionais da política goiana como, Onofre Quinan (MDB), César da Cunha Bastos(UDN) e Joaquim Roriz (MDB). Quando fomos para a formação das Comissões Provisórias, procuramos atribuir a líderes da região, a missão da escolha dos novos companheiros. A região de Santa Helena, Maurilândia, Paranaiguara foi entregue a César da Cunha Bastos e Roberto Spadoni (*Diário da Manhã*, 19-6-2001: 8-A).

Outra parcela de grande importância para a construção do PT em Goiás foi a atuação dos CPG, após a reorganização sob direção do professor Niso Prego. Quando o sindicato começou a intensificar as suas mobilizações e manifestações, culminando com a greve de 1979, os resultados da greve, embora não alcançados, serviram para colocar no cenário político uma parcela ainda sem representação no campo político. A possibilidade de um partido que representasse a classe trabalhadora abria um novo caminho.

(...) não tinha no Brasil a concepção de uma central sindical, de um partido que organizasse todo mundo. O PT não organizou as pessoas, o PT enquanto partido teve um papel importante. Era importante que os trabalhadores se organizassem em sindicatos, que os moradores se organizassem em associações de bairros, que as comunidades eclesiais de base, as igrejas tivessem seu papel, mas sempre num papel de lutar pra emancipação os trabalhadores, essa é uma ideologia que o PT criou e espalhou assim como... espalhou muito pelo país essa concepção e era importante que os trabalhadores se organizassem, donas de casa, feirantes... aí criou o movimento dos trabalhadores rurais, criou o movimento – os sem-terra foi se organizando, sem saber que era sem terra – e organizou, o MST, o movimento veio fundar em 1984. Então, como partido foi muito importante a concepção do PT que generalizou e teve uma fertilidade, numa ditadura que tava caindo e num movimento que tava nascendo. Daí em 1979, um movimento muito importante que teve foi a anistia, o reingresso das pessoas com a anistia, a presença e o retorno pro Brasil de pessoas como o Brizola, Arraes, o Julião, Gregório Bezerra, que eram ídolos de algumas pessoas, e em Goiás, algumas lideranças como o Tarzan, Athos Pereira, Athos Magno... a liberdade e a liberação dos direitos políticos dos políticos conservadores da época mas que puderam voltar como Mauro Borges, Iris Rezende Machado e outras lideranças. Essas lideranças tiveram um papel importante e ajudaram, em 79 e 80 já começaram a aparecer com um a perspectiva política. Tinha um senador em

Goiás que teve um papel muito importante na época que era o senador Henrique Santillo. Então teve todo um processo de redemocratização, com surgimento dos sindicatos e enfraquecimento do poder da ditadura militar.¹¹⁶

O partido ia ganhando força através das mobilizações e manifestações dos trabalhadores que estavam acontecendo por todo o Brasil. A ideia e a atuação do sindicato e do partido, muitas vezes se confundiam tamanha era a efervescência daquele período de lutas.

O povo falava CPG é PT na época que eu lecionava né, então eu era sindicalizado no CPG. (...) desde que começou o CPG. (...) inclusive quem criou o PT era o presidente do CPG¹¹⁷ aqui naquela época e a gente conversava com o Magalhães, com o Delúbio, daquele jeito então ingressou no PT.

Essa forte influência é muito recorrente nos relatos, como podemos constatar no depoimento de um dos presidentes do CPG em Jataí:

(...) comecei a trabalhar na Educação na área de Matemática, mesmo sem ter curso específico, devido a carência de pessoas habilitadas, logo me interessei pela luta de valorização da categoria e me alinhei aos militantes do CPG (Sintego), nos contatos com os professores na capital acabei por simpatizar com a organização sindical, neste período a influência do PT nestas agremiações era enorme e acabou por me seduzir, comecei a me inteirar das questões políticas e principalmente da luta de valorização dos trabalhadores em especial aos da educação, logo me tornei presidente do CPG (Regional de Jataí), tendo participado de vários movimentos na década de 80.¹¹⁸

Contudo, a formação do partido na cidade de Jataí, parece muito mais como uma necessidade de ampliação do partido no Estado, para legitimar a sua

¹¹⁶ Depoimento de Delúbio Soares em março de 2010.

¹¹⁷ O primeiro presidente do CPG na regional de Jataí foi o professor José Ferreira da Silva entre os anos de 1982 e 1984.

¹¹⁸ Depoimento de Sebastião Pereira França – ex presidente do CPG (1985-1987), realizado via e-mail em 19 de abril de 2010.

representação, e conquistar, dessa forma, o registro definitivo, como expressa a correspondência da secretaria de organização do PT.

Para o professor Sergio Paulo da Silva, a influência externa – de Goiânia e de lideranças sindicais do CPG.

(...) aquele grupo começou a retomar a discussão: o Delúbio Soares, o Niso Prego... Eles vieram pra Jataí e naquela palestra lá em Rio Verde e convocaram o pessoal do interior, das cidades, que quisessem ajudar a reconstruir o novo sindicato, um sindicato combativo. E naquele momento, aqui em Jataí a gente começou a formar um pequeno núcleo e eles começaram a vir aqui pra Jataí e a fazer palestra e a gente começo a participar dos congressos estaduais e naquele momento surgia também a CUT. A CUT tava em ascensão e assim, aliou a CUT, o Sintego e os partidos políticos como o PT. A partir de 1983, o Sintego passou a dar uma grande sustentação ao Partido dos Trabalhadores dentro do Estado de Goiás, inicialmente não teve a participação de professores, quando foi criado em 1982, mas a partir de 1983 houve uma grande participação não só em Jataí mas em todo o Estado. O PT não, já tinha gente aqui. Em 1982 eles criaram o PT, mas criaram assim, o Fausto Jaime, Jaime Máximo, o Rubens Ottoni, na época ele já participava, Valdi Camarcio. Então eles se candidataram em Goiânia e vieram aqui em Jataí simplesmente pra fundar o partido, e o partido foi criado assim, de qualquer forma, sem estrutura, sem uma discussão maior com a sociedade foi criado o partido. Então pegou três candidatos a vereador, um candidato a prefeito e montou o partido. Sim, na campanha de 1982. Os candidatos, a prefeito naquela época foi o João Pipoqueiro, e foi o Nilson, o Barros Corrêa e o outro eu não me lembro. Nesse período da campanha ainda não, logo que passou as eleições eu fui convidado pra ir para o Partido dos Trabalhadores, porque o Sintego, o antigo CPG, conseguiu se estruturar mais em 1983, né. Foi quando a gente conseguiu participar também do partido político.¹¹⁹

Como não era muito diferente de outras regiões, a formação do PT em Jataí, ou seja, desse novo partido, com aspirações do tamanho das necessidades daqueles que se espera representar, também era muito temido devido a contrapropaganda e até mesmo a indiferença expressa, principalmente, pelos setores mais conservadores da sociedade e da opinião pública, como demonstra a pequena

¹¹⁹ Depoimento de Sergio Paulo da Silva – professor e ex-presidente do PT de Jataí – em maio de 2009.

chamada, publicada na edição de número 7 do jornal Folha do Sudoeste, de março de 1982;

O Presidente do Diretório do Municipal do PT procurou nossa reportagem para informar que foi fundado nesta cidade o Partido dos Trabalhadores e que inclusive já tem mais de 400 filiados. O atual Presidente do Diretoria é o Sr, Célio Gomes Dias, acrescentando que vai passar a Presidência para outro filiado que ainda não sabe quem é para protelar a candidatura de vereador. Quanto ao candidato a prefeito, Célio Gomes disse que ainda não tem definido, mas que até o final do mês divulgará o seu nome à imprensa. (*Folha do Sudoeste*, março de 1982).

As fontes evidenciam, dessa forma, que o partido se apresentava na região como o novo, diferente de todos os outros quanto à sua organização, representação, propostas e objetivos, indicando assim os prováveis caminhos, possibilidades e dilemas que a classe trabalhadora poderia enfrentar no devir.

Não se trata apenas da questão da participação ou não da classe no processo político, ou da via eleitoral como já indicava Przeworski (1991), mas, principalmente, do processo de incorporação de uma parcela ainda ausente no cenário das representações políticas.

Para Francisco de Oliveira (1986), trata-se de reconhecer o assalariado, o operário, trabalhadores em geral, bem como o resto do campesinato existente, como classes sociais em relação a outras classes, mas nunca como classe em si. Isto quer dizer que

(...) é na política que elas se tornam classes sociais¹²⁰: sua inserção na produção é apenas a primeira determinação da natureza de classe, ou como é comum dizer-se, necessária, mas insuficiente. Este “acabamento na política” só se dá quando elas são capazes de estar presente na conjuntura” levando em conta suas existências, e por meio dos movimentos conjunturais elaborarem propostas alternativas que obriguem seus interlocutores,

¹²⁰ Grifos e destaques do autor.

antagônicos ou não, a contra-atacarem de modo qualitativo superior (Oliveira, 1986: 23).

Para Antonio Rago Filho a visão das lideranças sindicais no final da década de 1970 apontavam para a necessidade de uma ferramenta política para os trabalhadores, uma vez que as agremiações políticas de esquerda estavam distanciadas das massas. Assim, através deste instrumento é que os trabalhadores abririam as possibilidades para a mudança do regime político e “numa movimentação de massa, romper a lógica perversa da plataforma econômica assentada na superexploração da força de trabalho” (2004: 154).

Com isso, o novo instrumento político, assim como na parada do velho novo de Bertold Brecht, se apresentava também como um novo com traços problemáticos. Inaugurava, definitivamente, nos trópicos, por um lado, a versão da socialdemocracia europeia do início do século XX, que através da decisão de participar do processo eleitoral ampliava a sua base de representação não apenas entre os trabalhadores, mas principalmente entre a pequena burguesia e setores médios da sociedade. Por outro lado, via a necessidade de incorporar também as questões impostas à nova esquerda, no que tange a diferenciação do modelo stalinista, da rejeição da burocracia soviética. E ainda de compreender a “perspectiva de alternativa de uma equação econômica que, unificando os vários setores do trabalho, pudesse emplacar uma transição parametrada pela lógica onímoda do trabalho” (2004: 154). Assim, a política posta e exercida sobre o entendimento político é incapaz de ver a origem de sua estreiteza e impotência na fonte social que a engendra donde a política é incapaz de senso autocrítico. A política é por natureza conservadora, é a conservação de si pela conservação de seus limites, limites que não podem ser e que devem supor inexistentes, vale dizer, para manter a ilusão de sua potência e universalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de nossa proposta inicial, analisamos os efeitos da modernização conservadora na luta política e sindical no sudoeste de Goiás, sob a influência do golpe de Estado bonapartista de 1964, e a institucionalização do poder autocrático burguês. Como consequência desse processo, notamos a incorporação de um novo sujeito no cenário político, os trabalhadores, mas que, no entanto,

(...) atribui-se a “conquista da democracia” exclusivamente às iniciativas políticas de Geisel e Golbery, elidindo-se por completo o papel das classes sociais, as contradições imanentes da produção e reprodução da vida material, da crise e colapso do “milagre econômico” e o esfacelamento das bases sociais da ditadura militar, a principiar pelas dissensões burguesas. Nada se diz sobre a atuação e resistência das classes subalternas, em especial ao ressurgimento das greves operárias em fins da década de 70, com as multidões ocupando espaços públicos. Apequenando as possibilidades inscritas na luta contra a ditadura militar, retém-se apenas a ação singular e personalizada que encetou a “distensão democrática” como obra projetada por Geisel e completada por Figueiredo, que inibiram uma possível guerra civil, ao alijar o “núcleo duro” dos militares (Rago Filho, 2004, 140)

Diferentemente dos países centrais - onde a incorporação dos trabalhadores no cenário político se deu através de uma prolongada luta para a organização da classe trabalhadora e das lutas para a conquista de direitos que iam desde a possibilidade do voto até a participação e representação na burocracia estatal, em todas as esferas - na chamada periferia, a participação dos trabalhadores sofreu a influência de seus elementos políticos próprios. De modo que, houve a necessidade de vincular e, ao mesmo tempo amortecer, suas contradições internas, mediando os interesses de sua burguesia nacional e os interesses do imperialismo.

É dentro dessa dinâmica de transformação do modo de produção capitalista, com aspectos particulares em Estados periféricos, dentre eles o Brasil, que buscamos o entendimento do processo de organização da luta política e sindical na singularidade do sudoeste goiano.

Verificamos as formas de atuação de um Estado bonapartista e seus mecanismos de dominação e vigilância, e o papel da propaganda, através de dois periódicos existentes durante o período pesquisado. O *Jornal do Sudoeste* (1975-1977) e *O Sudoeste/Folha do Sudoeste*¹²¹ (1981-1982).

Através dessas fontes, foi possível analisar a organização política local e regional, durante o regime bonapartista, assim como as disputas pelo poder político entre os dois partidos institucionais, o MDB e a ARENA. Ambos contavam em seus quadros com figuras de expressão e de tradição, não apenas na cidade de Jataí, mas também em toda região.

Essas lideranças eram (e são ainda hoje), na maioria das vezes, vinculadas às famílias tradicionais que iniciaram a ocupação da região ainda no final do século XIX.

Quando do golpe de Estado em 1964, o partido que concentrava maior força na cidade de Jataí era o Partido Social Democrático (PDS). Por outro lado, a União Democrática Nacional (UDN) em Jataí, também tinha seus representantes de peso. Após a institucionalização do bipartidarismo em 1965, através do Ato Constitucional nº 2, lideranças de ambos os partidos foram acomodadas na ARENA.

Mesmo com as desavenças internas, amenizadas pelo artifício da sublegenda, a ARENA manteve sua hegemonia política até o ano de 1976. Isso não significa apenas a hegemonia política sob o regime bonapartista, mas para muito

¹²¹ O jornal *O Sudoeste*, de propriedade do empresário Jesus Manoel de Assis, periódico mensal que circulou em Jataí e na região sudoeste com esse nome entre setembro e dezembro de 1981. Desde janeiro de 1982 o periódico passou a ser quinzenal e a se chamar *Folha do Sudoeste*.

além deste período: desde, pelo menos, a ascensão dos liberais em 1945, após o regime varguista.

A eleição de Mauro Antônio Bento a prefeito de Jataí pelo MDB foi algo tão surpreendente, tamanha era a força do partido “situacionista”¹²², a ARENA.

Desde então, o MDB, posteriormente Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), se transformou na maior expressão partidária da região.

Contudo, para além da disputa política, nos interessava saber sobre as condições para a organização das lutas políticas dos trabalhadores e suas formas de representação.

Selecionamos, a princípio, quatro sindicatos de trabalhadores, sendo que dois deles, ainda eram remanescentes de um período de grande dependência dessas instituições em relação ao Estado, os chamados sindicatos assistencialistas: O Sindicato dos Empregados de Estabelecimento Bancários (Seeb/Jataí) e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Jataí (STI-Jataí). Ambos demonstraram através dos documentos selecionados como fontes para essa pesquisa – tais como livros de atas, boletins, periódicos da cidade, além de depoimentos – o seu forte laço com as autoridades locais, a característica assistencialista e a rarefeita participação política.

O segundo grupo, que originalmente contaria com o Centro dos Professores de Goiás (CPG) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), sofreu algumas modificações, de acordo com o andamento da análise das fontes ao longo da pesquisa.

¹²² Essa expressão – situacionista - era freqüentemente utilizada no *Jornal do Sudoeste* para denominar a ARENA, mesmo após a derrota no pleito para prefeito em 1976. É que se no plano municipal a derrota na disputa pelo executivo tinha invertido os papéis entre oposição e situação, a condição da ARENA como partido do Governador do Estado e principalmente do Presidente da República, ou como chamavam, o partido da revolução de 1964, garantia a legenda o status de situação.

O CPG se constituiu, segundo a análise documental levantada sobre a entidade, numa das mais importantes expressões dos movimentos grevistas do final da década de 1970. Embora o acesso restrito à documentação da subsede tenha dificultado a fase inicial da pesquisa, a utilização de depoimentos de militantes que participaram dos movimentos grevistas do período, bem como outros recursos documentais, foram de extrema valia.

A atuação do CPG/Sintego demonstrou que, a partir do ano de 1978 e 1979, inicia-se uma série de manifestações e paralisações, e que, neste período, não se falava em greve, conforme a fala de um dos nossos depoentes, “(...) porque greve assustava muito, então a gente falava movimento paredista e criamos um negócio dentro do CPG que chamava MVP (movimento de valorização do professor)”. Essa movimentação dos professores foi importante para a reafirmação de uma categoria que enfrentava (e ainda enfrenta) muitas dificuldades, que iam desde as condições precárias de trabalho, desvalorização profissional, arrocho salarial, e atrasos nos pagamentos – em 1980 os professores ficaram sem receber mais de três meses de salários durante a gestão do governador Ary Valadão.

Contudo, além da luta e o importante avanço da categoria, uma das maiores conquistas dos trabalhadores em educação do Estado de Goiás, foi, a partir dos movimentos grevistas, a ascensão de um novo sujeito coletivo no cenário político¹²³, abrindo caminho para a luta pelos direitos e liberdades políticas e sindicais.

Já o STR foi fundado em abril de 1983, e organizado em Jataí contando com o apoio da Federação dos trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás e ligado à Confederação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura.

¹²³ Conforme SADER (1988), CANESIN (1993).

O STR¹²⁴, embora tenha participado de um importante e até então inédito evento na região, a ocupação de terras consideradas improdutivas¹²⁵, contribuiu para a reestruturação¹²⁶ do Partido dos Trabalhadores na cidade de Jataí. Infelizmente, as fontes disponibilizadas pelo STR, não se enquadraram em nossa proposta de pesquisa e também no chamado recorte temporal. Contudo, no acervo do STR ainda hoje, é mantido um material bastante interessante e documentos que, sem dúvida alguma, demonstram a possibilidade de novos trabalhos sobre os trabalhadores rurais e a luta pela terra na região sudoeste¹²⁷.

Por fim, diante das condições particulares da luta sindical dos trabalhadores em Jataí e na região sudoeste de Goiás, verificamos que a tradição política da região, engendrada desde as oligarquias até a formação de uma burguesia agrária e gestores do capital atrófico dentro dos limites do processo de modernização conservadora, além de uma dependência econômica e política, resultaram também numa carência e dependência representativa para os trabalhadores. Seja através da atuação dos sindicatos, seja através da própria formação e atuação do Partido dos Trabalhadores na região.

O aparecimento, embora bastante modesto, de representantes da classe trabalhadora no cenário político, como nas eleições para prefeito de Jataí em 1982,

¹²⁴ Embora a pesquisa sobre sindicatos e movimentos rurais tenha crescido significativamente, localizamos poucas pesquisas e referências sobre esses movimentos na região sudoeste do Estado de Goiás. Ver LEAL, Cátia. *Arapuca Armada: Ação coletiva e práticas educativas na modernização agrícola do sudoeste goiano*. UFG/FE, 2006.

¹²⁵ A prelazia de Jataí contava com “talvez 50.000 habitantes, dispersos em pequenos arraiais e extensas fazendas”. Havia apenas quatro núcleos de certa importância nas tradicionais vilas de Rio Verde, Jataí, Rio Bonito e Mineiros. “A mais antiga povoação era Rio Verde [...] outra cidadezinha, de data um pouco mais tarde, era Jataí, escolhida talvez por motivo de sua posição mais central para ser a sede da nova prelazia.”

¹²⁶

na qual o PT foi representado pelo vendedor ambulante, “João Pipoqueiro”, demonstra a existência de uma

(...) democracia, sim! Nunca porém uma democracia que seja demasiado porosa às tarefas políticas do proletariado, do movimento sindical independente e de partidos socialistas de orientação firmemente igualitária. Tampouco uma democracia que pudesse corrigir, pela presença direta dos deserdados da terra, as iniquidades econômicas, culturais e políticas do capitalismo selvagem da periferia. (...) as "forças da ordem" equacionam a "sua" *abertura* e ela só é *efetivamente democrática* para os "mais iguais", isto é, para os estratos dominantes da burguesia e para as suas elites (Fernandes, 1980: 6).

Portanto, os estímulos constituintes da luta dos trabalhadores na região do sudoeste goiano são, em grande medida, a interferência dos interesses da burguesia dominante que - mediada por influências exógenas - não correspondem às demandas dos diferentes setores da classe trabalhadora. Tampouco a formação de um partido que buscava a representação dessa categoria social, logrou resultados positivos, uma vez que, segundo a assertiva marxiana, “(...) as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes” (MARX e ENGELS, 1996: 72).

FONTES

Atas e documentos

Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Jataí *- STI*

- Livro ata de registro de eleições (1974 a 1986)
- Livro ata de reuniões e assembléia geral (1974 a 1985)
- Livro de reuniões da diretoria (1974 a 1986)
- Documentos da Federação dos Trabalhadores na Indústria do estado de Goiás e DF.

Sindicatos dos Trabalhadores nos Estabelecimentos Bancários de Jataí

- Trechos de atas da fundação a 1987 (in: Revista Metas, 1991).

Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás

- Trechos de atas da fundação a 1991(in: Revista Metas, 1991).
- Materiais de campanhas salariais (1979 a 1985)

Partido dos Trabalhadores (PT)

- Livro ata de reuniões da comissão provisória e do diretório municipal (1981 a 1992)
- Resoluções de Encontros e congressos (1979 a 1998)

Documentos Centro de Documentação e Informação Arquivística – CIDARQ/UFG

Prontuários do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS/GO Divisão de Informação e Segurança (DISI)

- Doc 25.1 (folhas 63-77)
- Doc. 40
- Doc. n 53
- Doc. n 71
- Doc. n 89 (folhas 01-82)

- Doc. n 189 (folhas 24/85-92)
- Doc. n 204
- Doc. 257.1 - pasta B (folhas 87-122)
- Doc. 257. 2 – pasta B (folhas 200-219)

Periódicos

- Jornal do sudoeste (1975 a 1977) – nº 1 ao nº 80.
- Folha do Sudoeste (1981 a 1986) – nº 1 ao nº 104.
- Revista Metas – Documentário Histórico de Jataí (Dez. 1999).
- Cadernos de opinião nº 1 (1975).
- Ensaios de Opinião/ Celso Furtado - v. 10 (1979).

Entrevistas

- Professor Arioldo Alves da Rocha (Depoimento em 06 de março de 2009).
- Professor Sérgio Paulo da Silva (Depoimento em 19 de Maio de 2009).
- Professora Maria Eloá de Souza Lima (Depoimento em 21 de agosto de 2009).
- Antônio Candido Lima (Depoimento em 29 de outubro de 2009).
- Waldeci Leles Martins (Depoimento em 02 de fevereiro de 2010).
- Delúbio Soares (Depoimento em 16 de março de 2010).
- Sebastião França (Depoimento – *correio eletrônico* – em 19 de abril de 2010).
- Nelson Antônio da Silva (Depoimento – *correio eletrônico* – em 26 de abril de 2010).
- Gênio Eurípedes (Depoimento – *correio eletrônico* – em 03 de maio de 2010).

Sítios na internet:

- www.ibge.gov.br consultado em 13 de maio de 2010 às 21:15.
http://www.jatai.not.br/ consultado em 13 de maio de 2010 às 21:20

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jorge; VIERA, Maria Alice; CANCELLI, Vitória (org.) **Resoluções de encontros e congressos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

AMURRIO, Hugo Ayaviri. **Assim é Jataí**. Jataí, GO: Sudográfica, 1994.

ANDERSON, Perry. **Afinidades Seletivas**. São Paulo: Boitempo, 2002.

BARAN, Paul. E SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**: o conformismo operário no ABC paulista: as greves de 1978-1980. São Paulo: Ensaio. Campinas,SP: Ed. Unicamp, 1988.

_____. **Adeus ao Trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BERTELLI, Antonio Roberto. **Marxismo e transformações capitalistas do Bernstein-Debate à República de Weimar: 1899-1933**. São Paulo: IPSO IAP 2000

_____. **Revisionismo e ortodoxia no marxismo**. São Paulo: IPSO IAP 2003

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRECHT, Bertold. **Poemas**: 1913-1956. 6ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

CANESIN, Maria Tereza. **Um protagonista em busca de interlocução**: um resgate da história do movimento de professores da rede pública de 1º e 2º graus em Goiás, na conjuntura 1979/1989. São Paulo: Tese de Doutorado – PUC/SP, 1993.

CARDIM, C.H. **Formação e perspectivas da social-democracia**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

_____. **A social-democracia Alemã e o Trabalhismo Inglês**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil**: 1945-1964. São Paulo: Difel, 1981.

_____. **Movimento operário no Brasil**: 1964-1984. São Paulo: Difel, 1984.

CÉSAR, Benedito Tadeu. **PT: a contemporaneidade possível – base social e projeto político (1980-1991)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CHASIN, José. **A Miséria Brasileira (1964-1994)**: do golpe militar à crise social. Santo André (SP): estudos e Edições Adhominem, 2000.

_____. Marx: estatuto otológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

COUTO, Cláudio Gonçalves. **O desafio de ser governo: O PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CHARTIER, Roger. **A história cultural - entre práticas e representações**. Lisboa, Difel, 1987.

CLÍMACO, Arlene Carvalho. **Democracia e sindicalismo no Brasil. In: Universidade e Sociedade**. Brasília, v.9, n.19, p.84-88 (maio/ago), 1999.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930 – O silêncio dos Vencidos: Memória, História e Revolução**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DOLES, Dalísia Elizabeth Martins. et al. **Anápolis, Catalão e Jataí**. Arquivos Cartoriais. Goiânia: Ed. UFG, 1984.

ELEY, Geoff. **Forjando a Democracia**. A história da esquerda na Europa, 1850 – 2000. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

FALCON; F. FLAMARION, C.; VAINFAS, R.. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **Brasil: em compasso de espera – pequenos escritos políticos**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Democracia e Desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 1994.

FERREIRA, Denise Paiva. **PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)**. Goiânia:Ed. Alternativa, 2002.

FRANÇA, Basileu Toledo. **Pioneiros: romance histórico da fundação de jataí e contribuição ao estudo do povoamento de Goiaz**. Goiânia: UFG, 1995.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.

GIDDENS, Antony. **A Terceira via**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas** A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWN, E.J. **História do Marxismo. Vol. II e III**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

HOOK, Sidney. **A social democracia nos EUA**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

HUGHES-WARRINGTON, Marie. **50 grandes pensadores da história**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

IASI, M. Luis. **Processo de consciência**. 2ª Ed. São Paulo: CPV, 2001

_____. **O dilema de Hamlet**, Ed. Viramundo, São Paulo, 2002.

_____. **As metamorfoses da consciência de classe**. Expressão Popular. São Paulo, 2006.

JAGUARIBE, H. **A proposta social-democrata**. Rio de Janeiro: José Olimpyo, 1998.

LENIN, V. I. **O trabalho do Partido entre as massas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LIMA, Binômio da Costa Lima. FRANÇA, Almério Barros. **Primeiros fazendeiros do sudoeste goiano e leste mato-grossense: genealogia e história**. Jataí: Sudográfica, 2004.

LIMA, Maria Eloá de Souza. **Ana Prudenciana**. Jataí: Ed. do Autor, 2004.

LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão Chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 1999.

LINCE, Leo. O modo petista de lutar no parlamento. In: SADER, Emir. (Org.). **1994-Idéias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira**. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1993.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**. Porto: Escorpião. 1974.

_____. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 1978.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma social ou Revolução?** 2ª Ed. São Paulo: Global, 1990.

MAIA, Valter Estácio. **Economia de Goiás**. 2ª Ed. Goiânia, 1986.

MAINWARING, S. P. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MARCONI, Maria de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, K. **Miséria da Filosofia**: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: LECH, 1982.

_____. **A Guerra civil na França**. São Paulo: Global, 1986.

_____. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Global, 1986.

_____. **O Capital - Crítica da economia política**. 3ª ed. Nova Cultural São Paulo, 1988.

_____; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. Vol. I, II e III. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.

_____. **A Ideologia Alemã** (Feuerbach). São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

MATOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro** (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELLO, Dorival Carvalho. **Nos porões do passado**: a descoberta de Jataí. Jataí: Sudográfica, s/d.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista: o diálogo do possível*. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: A formação de um partido 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MÉSZÁROS, István, **Filosofia, ideologia e ciências sociais**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Ed. UNB, 1982.

_____. **Los partidos políticos: um estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de La democracia moderna**. 4ª reimp. Argentina: Amorrortu editores, 1991.

MIRANDA, Paulo Roberto. **A Metamorfose Petista: um estudo sobre o PT em Goiás (1980-2002)**. Goiânia: UFG, 2004. (Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Goiás).

MIRANDA, Nico. **Coivaras: morada além da mata**. Jataí-GO: Sudográfica, 2003.

_____. **Por que calarmos? Depoimentos - causos - versos**. Barra do Garças-MT: Gráfica Ivan, s/d.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro 1984.

OLIVEIRA, Aroivaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 4ª Ed. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. **Qual é a do PT?** In: SADER, Emir (org). **E agora PT: caráter e identidade**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PEDROSA, Mario. **Sobre o PT**. São Paulo: CHED, 1980.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983**. 15ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

PRADO JR., Caio. **A Revolução Brasileira: perspectivas em 1977**. 7ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **História Econômica do Brasil**. 48ª reimpressão da 1ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RAGO Filho, A. O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa. **Projeto História**, São Paulo, nº. 29, tomo 1, pp. 139-167, dez. 2004.

REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

RIDENTI, Marcelo. REIS, Daniel Aarão(org). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Iram Jacome. **Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e Sindicatos: escritos de sociologia política**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Partidos, ideologias e composição social: Um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados**. São Paulo: Ed. USP, 2002.

ROEDEL, Hiran et al. **PCB: Oitenta anos de luta**. Rio de Janeiro: Fundação Dilermando Reis, 2002.

ROSSI, Waldemar. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Ed. UNB, 1982.

SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**: interpretação da economia brasileira. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SWEETZ, Paul Marlor. **Capitalismo Moderno**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terá, 1997.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

VIANA, Nildo. **Escritos metodológicos de Marx**. Goiânia: Alternativa, 2007.

VIEIRA, Maria Alice. FORTES, Alexandre. **Partido dos Trabalhadores: Trajetórias**. 2ª Ed. Atualizada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ANEXOS

ANEXO A: DEPOIMENTOS

Depoimento 1

Arioldo Alves da Rocha: Professor, militante do CPG e do PT.

(Gravado em 06 de março de 2009)

Fernando: Podemos começar? Gostaria que você dissesse seu nome e sua origem familiar.

Arioldo: Meu nome é Arioldo Alves da Rocha, sou natural de Jataí, nascido e criado aqui mesmo. Criado na roça, eu só tive a oportunidade de ir a escola com 13 anos de idade. Daí eu fiz o curso primário no ISG, Instituto Samuel Graham e depois o segundo grau no Colégio Estadual Nestório Ribeiro, onde eu passei a lecionar a partir de 1976.

Fernando: Alguma disciplina específica?

Arioldo: Eu lecionava OSPB, Educação Moral e Cívica, que ainda era o tempo de Revolução, Economia e Mercado e Organização e técnica Comercial.

Fernando: E sua Formação?

Arioldo: Segundo Grau, Técnico em Contabilidade. Lecionei no Nestório Ribeiro e passei a freqüentar a vida estudantil como líder estudantil. Na primeira série eu fui eleito secretário do grêmio e depois fui eleito presidente. Aí tinha outra instituição que chamava NIEJ. Desse NIEJ eu fui presidente duas vezes. Foi nessa luta do antigo CPG...

Fernando: Centro dos Professores de Goiás...

Arioldo: ...que eu tive oportunidade de colocar minhas idéias e precisava entender as idéias do próprio Lula como sindicalista.

Fernando: Nesse período, o Movimento Estudantil é o seu primeiro contato com as questões sociais?

Arioldo: Foi, principalmente porque quando teve a Revolução, houve uma intriga muito forte aqui entre o pessoal que era do governo, do antigo governo com o pessoal que assumiu. Era a UDN contra o PSD. Então o primeiro embate que nós tivemos com o governo foi a questão dos salários dos professores. Passou seis meses sem receber e nós organizamos um movimento aí, e conseguimos falar com o Governador, porque ninguém conseguia falar.

Fernando: Pra gente ter uma noção do período, é quando você participa do movimento estudantil, ainda na sua juventude...

Arioldo: Não eu já era casado, tinha três filhos. Eu já estava com trinta e cinco anos, trabalhei mais velho que você (risos).

Fernando: quando participou do Niej

Arioldo: é do Niej

Fernando: Mas antes disso o senhor já militava em algum movimento?

Arioldo: Meu pai era do PCB, aqui em Jataí. Então eu sempre ouvia ele falar sobre o partido comunista mas eu não era muito ligado, mas era ligado aos movimentos sociais das questões de terras. Por exemplo, aqui o patrimônio era da Igreja, né. Quando José Manuel Vilela chegou aqui ele deu pra Igreja mil alqueires de terra, para construir a capela, onde começou a cidade. Houve um movimento de posseiros nas terrenos da igreja. Então eu

passei a participar daquele movimento. Pessoal analfabeto, não sabia ler, vinha uma idéia de São Paulo e do Rio e a gente tinha que ler aquilo. Mas depois eu achei que o PCB tava tendo muita fantasia. Eu participei do movimento aqui do petróleo é nosso...

Fernando: ainda na década de 1950...

Arioldo: ...em 1955 por aí, 54... mas eu fui entrar no PT mesmo em 1986.

Fernando: Um pouco antes ainda, dentro da sua família então já se falava em política?

Arioldo: Sim, meu pai era político... e o PCB tinha uma formação muito boa, ativistas, inteligentes, que sabiam o que queriam... o PT puxou isso do PCB.

Fernando: Você lembra dos nomes das pessoas que militaram no PCB nesse período com o seu pai?

Arioldo: Tinha a Conceição, Valdemar Vicente Ferreira... A Conceição era empregada doméstica, mas muito inteligente. O Valdemar Vicente Ferreira, conhecido como "Valdemar Pachola" era pedreiro também, esse até foi preso, por causa de uma faixa que a ele colocou do "Petróleo é nosso". Aí ele foi preso como comunista, não podia falar que o petróleo era nosso. Tinha o Dr. José Godoy, escritor e advogado, também era militante do PCB. Adelson Moreira, também já morreu, era eletricitista.

Fernando: e o seu pai...

Arioldo: Sim, Sr. Laurentino Rocha.

Fernando: Quando o sr. Fala em Revolução o senhor ta falando do Golpe militar de 1964. Quando do golpe, você não estava filiado em nenhum partido, mas já participava...

Arioldo: Não, mas já participava com idéias, sugestões. E foi justamente em 1964 que eu fui fazer o exame de admissão pra entrar no ginásio. Foi aonde eu fiquei conhecendo o professor Laércio Alves Braga de Melo. Ele tinha as mesmas idéias de meu pai como reforma agrária, a independência do trabalhador, melhor salário, melhor assistência social... ele tinha essas idéias e de vez enquanto vinha discutir essas idéias.

Fernando: Quando veio o golpe militar, quais as diferenças que vocês perceberam, porque vocês já estavam organizados e militavam. Havia alguma forma de intervenção política...

Arioldo: É, foi cerceamento da liberdade, você não podia falar, não podia criticar. Você via as coisas, notava que estava errado e se falasse seria... eu mesmo fui fichado no DOPS por causa disso. Não podia falar a verdade.

Fernando: Com isso você teve problemas nas suas aulas, como veio esse fichamento, essa passagem pelo DOPS?

Arioldo: O problema das aulas as vezes, o pessoal que estava chegando naquela época eles não tinha a mesma visão que a gente tinha do tempo anterior, porque todo mundo já começou a perceber que era melhor ficar calado do que falar, né... então é por isso que acabou as lideranças no Brasil. Só surgiram...de vez em quando aparece um, porque nós tivemos um embate duro com o governo da revolução, estudava naquela época... Eu já conhecia os movimentos estudantis, o pessoal da UNE vinha fazer as reuniões aqui e eu sempre assistia as reuniões aqui...

Fernando: O Senhor chegou a participar desses congressos?

Arioldo: Não. Eu assistia de longe. Porque era aberta aos alunos, mas não tinha muita ligação, mas sempre assistia à passava pela rua parava na esquina fica observando o pessoal trocar idéias, mas só fui mesmo ser convicto em 86, quando ingressei no PT.

Fernando: Antes de falar a do PT, exclusivamente, ai o senhor, no regime militar até quando começa abertura política em jataí, nos tínhamos é como é que o quadro político se configurava?

Arioldo: Bom, antes da Revolução, tinha dois partidos né, UDN e PSD, e depois da Revolução ainda ficou uns dois anos depois da chegada da Revolução ficou UDN e PSD. Depois o governo criou Arena e MDB né, até houve um fato interessante que nessa época eu era estudante eu estava pegando assinatura para encaminhar pra Brasília para construir aqui o colégio polivalente, que eu era presidente do NIEJ na época. Então isso era pro Lage (governador) fazer essa pesquisa, não deu conta ai pediu pro estudantes, fizemos a pesquisa e saiu. Houve um fato interessante que eu fui lá na casa do Doutor Serafim que era presidente do MDB, e eu estava lá esperando ele era médico já atendeu ma senhora, e quando bateu na porta a esposa dele tem foi lá ver era o povo da Arena, chegando para passar para a Arena. Ele falou: mas como que vou passar para Arena se aqui já tem um presidente da Arena né. E o enviado do governador que era o Otávio Lage, Leonino Caiado falou assim: Serafim, o Sidnei tem 450 filiados, você filia 1500 e ganha dele na convenção. E foi dito e feito, fez a convenção e ganhou dele, passou a ser presidente. O que o governo da revolução fez pra não desagradar ninguém, criou Arena I, Arena II, Arena III, Arena IV e Arena V, PMDB I,II,III,IV e V. O tanto que jataí naquela época teve dez candidatos à prefeitos, o MDB de um lado e Arena de outro né. Só que a Arena ai o pessoal do MDB passou tudo para Arena, não perderam a eleição.

Fernando: Quando o senhor começa a ter contato com as pessoas que formaram o PT aqui em jataí e quando mais ou menos?

Arioldo: O povo falava CPG é PT na época que eu lecionava né, então eu era sindicalizado na CPG.

Fernando: Desde quando?

Arioldo: Desde que começou o CPG.

Fernando: Tem mais ou menos, se lembra?

Arioldo: Há deve ser 84, 82 por ai eu era filiado até tenho a carteirinha deles aí, mais então foi ai que eu passei a militar e os pessoal que era do CPG era filiado do PT, o Osmar Magalhães lá de Goiânia, o Delubio, esse pessoal tudo era filiado no PT. Ai em 80 participei sem ter filiado no PT da campanha do Sr. João Pipoqueiro o mesmo candidato à Prefeito do PT, ele ainda mora lá no Zé Bento depois em 86 fui candidato à vereador, voltei em 91 de novo e perdi tudo.

Fernando: E quando o senhor entra no PT efetivamente, mas antes disso já tinha uma proximidade com os militantes do PT?

Arioldo: tinha por causa do CPG.

Fernando: Por causa do CPG?

Arioldo: Porque inclusive quem criou o PT era o presidente do CPG aqui naquela época.

Fernando: Aqui de jataí?

Arioldo: De Jataí

Fernando: Quem era?

Arioldo: Era o Sérgio

Fernando: O Sérgio?

Arioldo: Que inclusive fala por professor Serginho do PT. Até hoje ele tem esse nome.

Fernando: Que está aqui em Jataí?

Arioldo: Ele da aula lá na Estrela D'alva

Fernando: E você lembra de que ele que já era mais velho no PT então?

Arioldo: Ele era um dos fundadores do PT, porque o PT foi criado em 1980.

Fernando: Sim, aqui em Jataí mais ou menos na mesma época?

Arioldo: Na mesma época.

Fernando: Mas o senhor chegou a participar dessas conversas?

Arioldo: Do início não, só depois que eu tava no CPG, e a gente conversava com o Magalhães, com o Delúdio, daquele jeito então ingressou no PT.

Fernando: Ai foram, o professor Serginho e tínhamos outras pessoas, outros professores filiados no CPG?

Arioldo: Tinha, tinha mais gente no PT.

Fernando: Que ainda hoje está no PT?

Arioldo: Não, acho que tem pouca gente, quem tá no PT mesmo, eu sai do PT depois voltou o ano passado.

Fernando: Chegou a se desfiliar?

Arioldo: Cheguei a me desfiliar, porque não concordava com a forma de que ficava sendo conduzindo o partido. Mas até hoje não concordo muita coisa, mais eles me repeita.

Fernando: O senhor lembra mais ou menos quais os setores que estavam envolvidos nessa formação do PT, porque e gente eu percebo pelo que o formado aos poucos, o senhor lembra os setores envolvidos?

Arioldo: Primeiro é educação né, por uma questão de...

Fernando: Pela força do CPG?

Arioldo: Pela força do CPG, e também a dificuldade que o professor tinha, porque ele ganhava muito pouco naquela época né, mais depois foram os trabalhadores rurais, começaram a aparecer os movimentos de invasão de terra.

Fernando: Aqui na região?

Arioldo: Aqui na região. Ai começou a aparecer esse pessoal criaram o sindicato foram crescendo e hoje tai.

Fernando: E o sindicato rural aqui qual era? Era uma associação?

Arioldo: Era, era Associação dos Trabalhadores Rurais, depois é que passou a Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Fernando: E o senhor lembra que era companheiros daquela época?

Arioldo: Há eu lembro muito bem que eles começaram com esse sindicato, com essa associação, lá no Assentamento Rio Paraíso, que foi a invasão e veio gente de fora e formou a associação com o pessoal daqui. Eu lembro muito bem que na época os cabeça forte lá era um tal Corozinho Ferreira que nem daqui não era, mas chegou aqui e criou a influência nos trabalhadores rurais né.

Fernando: E como era visto naquele período, o PT nasce em 1980, 79, 80 e como era visto a formação do partido que a gente podia chamar de esquerda, é como a sociedade via aquilo ali.

Arioldo: Péssimo. Porque nós tivemos, por exemplo em 89 o comitê do Lula era aqui neste ponto. Porque era nosso, não tinha onde por, o povo era pobre demais fundamos o comitê aqui. O pessoal vinha com aquelas bandeirinhas vermelha nas C14 véia, umas Kombi veia, encostava aqui de Goiânia. Inclusive eu tive em atrito sério com uma vizinha. Ela dizia: como é que você traz esses tal de comunistas, esses bandidos. E eu dizia: oh, quando eles tiver lá na porta da sua casa se fala, aqui quem manda é eu. E as difamações que levantaram em cima né. Eu lembro de um tal de Luiz Soria, político de Goiás. Lá perto da Clínica Padre Tiago. Lá naquele comício ele disse: Gente vocês na vota no PT, que os PT mata veio, os PT come criança, os PT bebe sangue, os PT põe fogo, toma sua casa, então quando a gente saia para ir fazer caminhadas, entregar propagandas nas casas, batia na porta. De que partido você é? do PT. Aí o pessoal fechava a porta. E depois foi melhorando já em 91 já foi tudo diferente.

Fernando: Então quando o senhor se filia no Partido dos Trabalhadores tinha uma noção, é você se filia por quais motivos?

Arioldo: Pelas idéias que o Lula pregava, ele precisava valorizar o trabalhador né, precisava fazer uma reforma agrária ampla, precisava de fortalecer as categorias sociais, os sindicatos, dar cursos nas fazendas pra conscientizar o povo eu achava aquilo muito interessante, porque a gente que morou na fazenda e ser analfabeto é duro, se vê, o sujeito alfabetizado ele vale por dez. Então ele tinha aquelas idéias de fazer esse trabalho. Quando montou o Mobral, eu como era estudante coordenei o trabalho do Mobral eu saia de casa em casa pra ver quantos analfabetos tinha, e ficava besta de ver. Tinha casa que tinha catorze pessoas, todas analfabetas, então foi isso que despertou. O fato da assistência médica que não tinha, quen tinha dinheiro tratava, quem não ficava abandonado.

Fernando: Pela origem do Sr., percebo que você já estava um envolvimento político dentro da família já tinha uma manifestação, como seu pai já participar do partido comunista brasileiro você tinha em mente, conhecia o que significava socialismo, o que significava comunismo?

Arioldo: É, eu não concordava com certas coisas do partido comunista, eu sempre tive aquela idéia de que o país tem que ser independente, como o americano dominou o mundo muitos anos, é até chegar naquela campanha que o governo ia acabar com o FMI, ou

considerava aquele negócio de intervenção da Rússia, como aconteceu naquela parte da Europa inteira, eu achava que aquele povo vivia sofrido, eu só concordava com a parte social e até hoje concordo, do partido comunista.

Fernando: O senhor já falou que havia a presença de outros militantes, principalmente do CPG participando na formação do partido aqui, que levam, na verdade, o senhor pro PT...

Arioldo: É inclusive eu não citei pra você, mas tinha um professor do ISG chamado Elder. Ele era esperto, muito inteligente, muito integro. Tinha a professora Eneuzza França, foi prefeita em Passa Quatro, Goiás. Eles eram ativistas mesmo. Era um pessoal que não concordava com o movimento militar não tinha receio de pregar as coisas.

Fernando: E eles participam junto com você, eles entram no PT aqui em Jataí

Arioldo: Não. A professora mudou, o Elder foi preso, ninguém sabe pra onde ele foi, desapareceu. Mas naquele tempo tinha uns padres que participavam “espanhóis”.

Fernando: Aqui em Jataí

Arioldo: Aqui em Jataí. Padre Zé Maria, Antônio Maria. E inclusive, por pouco eles não me pegam numa reunião lá no ISG, um internato, os Padres estavam reunidos com os militantes que gostavam do movimento.

Fernando: E isso foi quando:

Arioldo: Isso foi mais ou menos em 86, 87.

Fernando: E eles chegavam a participar, então, do PT aqui!

Arioldo: Eles participavam. Eles eram ativos. Só quer depois saíram todo mundo daqui. Eles eram espanhóis não podiam ficar aqui.

Fernando: Então você lembra por quais motivos eles saíram daqui da cidade:

Arioldo: Se eu não me engano, eles foram chamados pra sair do País. Mas aí acabou aqui a linha agostiniana, pois o bispo era agostiniano. Mudou de Bispo, mudou por completo a maneira de administrar a igreja. Eles saíram. Foram pra outros lugares, uns deixaram a batina, outros casaram. Ninguém sabe exatamente o que aconteceu.

Fernando: Você estava falando de uma das primeiras participações políticas do PT, quando você falou de João Pipoqueiro, das eleições de 1980... pra prefeito:

Arioldo: Pra, pra prefeito.

Fernando: Ele foi um dos primeiros...

Arioldo: Nesse período era de 5 em 5 anos, depois mudou.

Fernando: E você lembra de quais as dificuldades, como você participou da campanha, quais as maiores dificuldades do partido naquele período:

Arioldo: Não, não havia dificuldades, era uma gozação. As duas forças antagônicas que existia era MDB e Arena é o que aparecesse, ninguém nem discutia a procedência. “O que esse cara tá querendo, o que ele tá pensando da vida, será que vai ter pelo menos o voto

dele”. Então aos poucos o povo vinha notando que as idéias vinham conferindo com a necessidade do povo.

Aí em 86 eu fui sondado pra candidato a prefeito pelo Francisco Arruda. Em Jataí saiu um candidato a deputado federal, Valdinei de Moraes, também, e quase foi eleito. Teve três mil votos naquela época, quase foi eleito, por uma coisinha de nada pra você vê. Aí em 91 veio a Soraia Rodrigues e depois ela de novo, de lá pra cá eu não quis mais ser candidato a prefeito.

Fernando: Depois que você entrou no PT, você participou da Diretoório Municipal?

Arioldo: Participei fui 2 vezes secretário geral do PT.

Fernando: O senhor por ser da área da educação. O senhor lembra se isso existia muito no partido dos trabalhadores, inicialmente, mas s necessidade de trabalhar com a formação política. O PT aqui em Jataí fazia isso?

Arioldo: Faziam aqueles que atuava no magistério. Às vezes fazia debates, professores, por exemplos, que estava na área de OSPB. Faziam debates e agente aproveitava para mostrar os outros partidos. Quais são os outros partidos? Ou outros partidos são os mesmos que tinham anteriormente, e então mostravam a ideologia do PT e prevendo o que poderia acontecer com a eleição do partido

Fernando: E dentro desses debates, quais temas eram tratados?

Arioldo: Um dos temas era Reforma Agrária. Porque foi na época que surgiu o tal do uso capião. Tirou o povão da roça e inchou a periferia da cidade. Aquele que tinha dez anos na posse, era dono. Antes que aconteceu, porque geralmente antes de ser aprovada ela tinha um espaço para ele pode vigorar. Aí é que surgiu aquele Jardim de Liberdade pro outro lado aqui, tem gente que veio da roça, analfabeto.

Fernando: Dentro desse debate, também, além da Reforma Agrária, havia, também, debate sobre Capitalismo, Socialismo...?

Arioldo: O socialismo abria muito essas histórias, porque ainda estava em vigor. aquela visão que agente tinha sobre o “domínio Americano”. Porque tudo que agente tinha aqui não fabricava nada. Era capital estrangeira. O americano roubava dinheiro. Então agente tinha aquela angustia de ver o país fora daquela historia, daquele domínio que abafava tudo. A gente mostrava que tinha necessidade de uma independência total, não era meia independência.

Fernando: E sobre a democracia? Havia esse debate também!

Arioldo: Havia esse debate, também, liberdade do cidadão, principalmente, porque na época você vivia uma situação que muitas coisas as pessoas tinha vontade de falar e não falava, tinha medo, eram poucas pessoas que tinha coragem de falar. Por exemplo: meu cunhado mesmo foi preso pela revolução porque criou o grupo dos onze não sei se você já viu falar nisso?

Fernando: Ainda não. O que é o grupo dos onze?

Arioldo: Os homens eram grupos que, criado pelo Leonel Brizola no Brasil inteiro, que difundiu os mesmo princípios que o PT tinha: Reforma Agrária, construção de casas populares, escolas...

Fernando: O grupo dos onze veio depois formar o PDT?

Arioldo: Isso, mas não era ainda o PDT era o grupo dos onze que depois que surgiu o PDT...

Fernando: Você consegue se lembrar dos principais setores que formaram o PT aqui em Jataí, e quais as pessoas que participaram de cada um desses setores? Os setores que estou falando é educação,...

Arioldo: O principal foi a educação, e depois foram os trabalhadores: os carroceiros, capinador de roça, os serventes de pedreiro. Não houve, assim, alguém de destaque, porque todo mundo tinha medo, medo do PT. Quando alguém falava essa historia de comer crianças, beber sangue e mais não sei o que, afastavam. Até na profissão tinha dificuldades, por exemplo, o pessoal do PT não podia falar em sala de aula. Quando a gente era um dia de folga que a gente não tava na sala de aula, os outros podiam ir lá e... mas o PT não podia fazer isso.

Fernando: Você fala que a igreja participou...

Arioldo: Eram os padres espanhóis. Naquela época os padres espanhóis tiveram participação ativa. Nas idéias, por que os espanhóis têm os princípios mais avançados. Eu não sei se e porque, que naquela época, a igreja foi atingida diretamente. Começou a pegar muitos padres no Brasil inteiro, como revolucionários.

Fernando: E depois das eleições como o partido se comportou? A organização do partido. O partido existia depois?

Arioldo: Existia, sempre existiu. Em pequenos grupos, conduzidos pelos que estavam na educação. Nas ultimas eleições de 91 que foi a ultima eleição que participei, a figura do PT não era mais aquela. Começou a candidata Soraia, professora, inteligente, começou a aparecer candidatos novos ai veio a professora Maria Eusébia, e já foi mostrando que já era diferente daquilo que o povo pensava, apesar de duro nas críticas mas... ai ouve uma diferença porque quem estava aqui no PT inicial, na fundação, era gente que mal podia, vamos dizer assim, olhava o orçamento e dizia: "eu dou dois cruzeiros, já não tinha condições..." mesmo semi-analfabeto...

Fernando: Desses que participaram da formação, então, você pode citar, assim, as pessoas que mais estavam do seu lado ou participaram, junto com você, nesse momento?

Arioldo: Olhe, quem participou aqui foi a Dona Eloá, professora, o Sérgio, professor também, o Valdinei, hoje ele é advogado em Araguaiana, foi candidato a Deputado Estadual, teve três mil votos.

Fernando: Valdinei do que, mesmo? Lembra?

Arioldo: Valdinei Moraes. Depois dessa época. Parece que o candidato naquele tempo eram só cinco candidatos, foi Eloá, foi eu, Sergio...

Fernando: Alguém ligado a igreja nesse período?

Arioldo: Não. Eu era da igreja, mas não tinha apoio da igreja, eles me respeitavam muito, mas... Entrei no cursilho da igreja em 1970, entrei por causa da minha liderança. não foi favorável, o padre que era daqui da paróquia. A gente passava no "butequim" e tomava umas pinga lá e fizemos um movimento muito grande na cidade. Na época da festa de 7 de setembro, 15 de novembro, 3 de maio, que fazia desfile..., 31 de maio, a gente fazia uma limpeza, chamada limpeza de público, e a cidade ficava limpinha nos desfiles. Então, aqui,

aproveito e tenho um título da Câmara Municipal. Nessa época não peguei porque eu nunca fui lá, mas ta guardado lá dentro pelos serviços prestados na época.

Fernando: Uma das lideranças do período no PT de Jataí era..

Arioldo: Era o Sérgio e era presidente do CPG também, então ele movimentava, e tinha as informações. Tava sempre em contato com o pessoal do CPG em Goiânia que também era do PT, a Neide Aparecida, o Delúbio, o Osmar, Pedro Wilson, Rubens Ottoni...

Fernando: E essas figuras vinham até aqui? Participar das reuniões?

Arioldo: Vinham. Sim, quando fizemos uma reunião aqui, eles vieram ficaram no meu quarto. Telefonaram pra mim eu falei: “trás colchões”. Então foi 18 colchões que ficaram na minha casa que não era nem nada, era rebocada nem nada, era só de tijolo e comia, arroz, feijão, macarrão, carne moída...

Depoimento 2

Sergio Paulo da Silva: professor, ex-presidente do CPG e do PT na década de 1980.
(Gravado em 19 de maio de 2009)

Fernando: Gostaria que você falasse seu nome e sua origem familiar.

Sergio Paulo: Meu nome é Sergio Paulo da Silva, sou natural de Caçu, filho de Sebastião Pedro da Silva e Sebastiana Rosa de Freitas, ele lavrador e minha mãe doméstica, semi-analfabetos, pais de onze filhos e sempre moramos na zona rural, até aos dezesseis anos vivia com meus pais. Quando a gente concluiu o primário, naquela época, então eu deixei meus pais na zona rural e vim para a cidade pra estudar, tinha dezesseis anos e comecei a trabalhar. Trabalhei dez anos em fábrica de calçados como sapateiro e nesse período fiz o segundo grau e comecei o meu curso de faculdade.

Fernando: Mas você chegou a trabalhar na roça, foi um trabalhador rural...

Sergio Paulo: Trabalhei na roça como trabalhador rural até os dezessete anos ajudando a família.

Fernando: Me fale então sobre a sua experiência como sapateiro.

Sergio Paulo: Sapateiro foi uma profissão que me ajudou, e me deu uma certa sustentação pra que eu pudesse ficar na cidade e estudar, fazer o segundo grau e quando eu iniciei o curso de faculdade, naquela época havia uma defasagem muito grande de professores qualificados em Jataí e no ano que eu comecei a fazer faculdade eu já comecei a assumir a sala de aula, dando aula de quinta a oitava série e mesmo trabalhando como professor eu trabalhava como professor a noite e trabalhava na fábrica de calçados durante o dia e fazia a faculdade nos finais de semana, era sexta, sábado e domingo. Nessa faculdade a gente fazia a carga horária durante o final de semana.

Fernando: Na fábrica de calçados existia algum movimentos inicial?

Sergio Paulo: Jataí nessa época, por exemplo, os movimentos sindicais e os movimentos estudantis eram quase inexistentes, porque estava no inicio do regime militar e aquela repressão toda que houve, então o povo deu uma retraído. E Jataí até hoje em relação a outras cidades é uma cidade ainda reacionária, uma cidade que esses movimentos são muito pouco desenvolvidos. Até nos nossos dias atuais. A gente vê cidades que os movimentos sindicais e a organização dos trabalhadores ta bem mais avançada que a cidade de Jataí.

Fernando: Você vem de uma origem rural, trabalho familiar e depois vai trabalhar numa fábrica. Você percebe alguma diferença entre o trabalho na roça e a mudança, ter que ir pra cidade trabalhar numa fábrica?

Sergio Paulo: Era diferente. O trabalho com meus pais naquela época, quase tudo produzia na zona rural, a gente tinha pouca ligação com a cidade, comprava ainda pouca coisa na cidade e quase tudo que a gente produzia era pra subsistência da família, né e quando a gente vai pra cidade e começa a trabalhar, a gente vê a diferença, foi uma diferença muito grande. Lá tinha tudo pra sobreviver, aqui a gente dependia de tudo na cidade. Meus pais não vieram e eu tive que muitas vezes procurar amigo porque não tinha condições pra pagar um hotel, ficar numa pensão naquela época, então tinha que procurar um amigo ou parente pra poder acolher a gente, porque senão a gente não teria ficado na cidade.

Fernando: Quando você se depara com esses problemas, você percebe que também há outras pessoas nesta condição? Nesse momento você questiona o que está a sua volta? Havia alguma referência política, alguma pessoa ou situação que tenha colaborado pra isso?

Sergio Paulo: Minha referencia política, porque mesmo meus professores de ginásio e do segundo grau eles não me deram nenhuma abertura, nenhuma visão diferente do mundo. O regime militar daquela época, os professores de história, de geografia, educação física, eles primeiro pra entrar na sala no início do ano tinha que assinar um termo de compromisso de não propagar nenhuma idéia que viesse contra o poder público, o poder governista, né. Mesmo no meu primeiro ano de magistério, que eu trabalhei em sala se aula, todo ano eu tinha que assinar isso. Era um contrato, um contrato que eu pudesse trabalhar na escola, desde que eu não pronunciasse nenhuma idéia para os alunos e nem para meus colegas em sala de aula, para os professores, e muitas vezes a gente era policiado até na cidade...

Fernando: Você tem alguma cópia desse termo de compromisso?

Sergio Paulo: Ah, deve ter, nas escolas. Isso era assinado e arquivado nas escolas.

Fernando: Em quais escolas você trabalhou?

Sergio Paulo: Eu iniciei dando aula no antigo Polivalente, que hoje é escola técnica, depois dei aula no Serafim, no Nestório Ribeiro, ISG, Bom Conselho. Trabalhei também no cursinho Específico.

Fernando: Isso em...

Sergio Paulo: Eu comecei no Polivalente e no Serafim, em 1979.

Fernando: É a faculdade que te dá uma outra visão de mundo, outros elementos?

Sergio Paulo: Olha, a faculdade, quando eu entrei na faculdade, o nosso professor de história começou a mostrar pra gente uma visão diferente, e o deslumbrar de uma nova visão de mundo e praticamente a minha participação nos movimentos sociais, no movimento estudantil, no movimento político e nos partidos políticos de esquerda foi quando a gente assistiu uma palestra do professor Niso Prego, na Faculdade de Filosofia de Rio Verde. Parece que naquela palestra, deu uma nova visão pra gente, mostrou, deu um esclarecimento muito grande pra gente começar a militar, tanto nos movimentos sindicais, nos movimentos sociais e nos partidos políticos. Isso tudo juntou com aquela nova visão de mundo passada pelo professor de história e ajudou a passar pra frente.

Fernando: O que te chamou a atenção na palestra?

Sergio Paulo: O que mais me chamou a atenção foi a questão da exploração que existe sobre os trabalhadores, o mundo capitalista, o patrão explorando o trabalhador, o governo naquela época com os funcionários públicos – porque a gente já tava dentro da educação naquele momento – e mostrando a estrutura e o funcionamento que é né, a exploração da classe dominante sobre a classe dominada. A partir daí a gente passou a conhecer mais sobre aquilo, a estudar o material que tinha. Foi aí que a gente começou a se engajar tanto no movimento sindical quanto nos partidos políticos de esquerda.

Fernando: Quando você fala sobre participação no movimento sindical, como você era professor naquele período, era no CPG?

Sergio Paulo: Era no antigo CPG.

Fernando: Como se dá essa sua participação, algum companheiro naquele período que já filiado, que era sindicalizado?

Sergio Paulo: Não, a partir daquele momento o CPG ainda era atrelado ao governo. Naquele momento Cleovam Siqueira é que era o presidente do CPG antigo, que tinha acabado com toda a estrutura do CPG, de toda a luta do CPG e aí aquele grupo começou a retomar a discussão: o Delúbio Soares, o Niso Prego, teve aquele que foi deputado por Goiás, foi também presidente do Sintego, me esqueci. Eles vieram pra Jataí e naquela palestra lá em Rio Verde e convocaram o pessoal do interior, das cidades, que quisessem ajudar a reconstruir o novo sindicato, um sindicato combativo. E naquele momento, aqui em Jataí a gente começou a formar um pequeno núcleo e eles começaram a vir aqui pra Jataí e a fazer palestra e a gente começo a participar dos congressos estaduais e naquele momento surgia também a CUT. A CUT tava em ascensão e assim, aliou a CUT, o Sintego e os partidos políticos como o PT. A partir de 1983, o Sintego passou a dar uma grande sustentação ao Partido dos Trabalhadores dentro do Estado de Goiás, inicialmente não teve a participação de professores, quando foi criado em 1982, mas a partir de 1983 houve uma grande participação não só em Jataí mas em todo o Estado.

Fernando: Então a idéia do Partido dos trabalhadores chega a você ainda no CPG?

Sergio Paulo: Sim, no CPG.

Fernando: Então o pessoal do CPG de Goiânia, acaba vindo pra cá passam a organizar o PT aqui ou já tinha outras pessoas organizando o PT em Jataí?

Sergio Paulo: O PT não, já tinha gente aqui. Em 1982 eles criaram o PT, mas criaram assim, o Fausto Jaime, Jaime Máximo, o Rubens Ottoni, na época ele já participava, Valdi Camarcio...

Fernando: Aqui em Jataí?

Sergio Paulo: É. Então eles se candidataram em Goiânia e vieram aqui em Jataí simplesmente pra fundar o partido, e o partido foi criado assim, de qualquer forma, sem estrutura, sem uma discussão maior com a sociedade foi criado o partido. Então pegou três candidatos a vereador, um candidato a prefeito e montou o partido...

Fernando: Isso em 1982...

Sergio Paulo: Sim, na campanha de 1982. Os candidatos, a prefeito naquela época foi o João Pipoqueiro, e foi o Nilson, o Barros Corrêa e o outro eu não me lembro...

Fernando: Nesse período da campanha é quando você começa a militância do PT?

Sergio Paulo: Nesse período da campanha ainda não, logo que passou as eleições eu fui convidado pra ir para o Partido dos Trabalhadores, porque o Sintego, o antigo CPG, conseguiu se estruturar mais em 1983, né. Foi quando a gente conseguiu participar também do partido político.

Fernando: Esse período era um período de poucas liberdades, como era a relação do professor com o governo, havia dificuldades nas manifestações? O senhor participou da greve de 1979 do CPG?

Sergio Paulo: Eu participei, desde o movimento estudantil, todas as greves e manifestações eu participei.

Fernando: Existiam dificuldades para se organizar essas manifestações em Jataí, havia repressão aos participantes, companheiros presos...

Sergio Paulo: Teve, teve, naquela época, por exemplo, até hoje eu sou muitas vezes mal visto por alguns diretores devido a minha participação política naquela época. O nosso sindicato passa três, quatro anos hoje sem fazer uma manifestação. Eu me lembro dos movimentos de 1983, 84 e 85 da nossa participação, porque eu sempre estive a frente deles. Fechamos aqui o banco do Estado, a prefeitura, a gente ia pra porta da escola, jogava muitas vezes o carro na porta da escola pra não deixar os alunos entrar, os professores né, colocava três ou quatro pessoas na portaria de uma escola. E então isso trouxe pra gente, tanto financeiramente quanto profissionalmente, uma dificuldade muito grande, pra poder enfrentar essa barreira. Muitas vezes professores entravam pra trabalhar numa escola e o diretor não queria a gente mais naquela escola, muitas vezes quando era pra gente pegar umas aulas naquela escola o pessoal falava: - O Sergio, o Sergio aqui não, ele vai vim fazer movimento aqui, fazer greve dentro da escola, arruma outro pra mim. E assim, o pessoal acaba barrando a gente. Eu me candidatei várias vezes a diretor e muitas vezes o pessoal não deixava, pegavas as urnas, levava pra delegacia, não deixava abrir as urnas quando existia a possibilidade de ganhar a eleição naquela escola. Na associação de moradores, teve vez que até o prefeito ia lá e pedia ao povo pra não votar em mim, que eu era complicado... não podia assumir certas posições.

Fernando: Isso já filiado ao PT...

Sergio Paulo: Filiado ao PT e ao Sintego, eu cheguei a ocupar as duas funções...

Fernando: E ocupou a presidência do PT quando?

Sergio Paulo: Entre 1983 e 1994, quando eu não era o presidente eu era o vice, secretário ou tesoureiro.

Fernando: Você lembra o primeiro cargo que você assumiu no PT?

Sergio Paulo: O primeiro foi a vice-presidência em 1983 e 1984.

Fernando: Em 1983 quando você assumiu a vice-presidência, quem era o presidente?

Sergio Paulo: Era a professora Maria Eloá

Fernando: E já era diretório municipal ou comissão provisória?

Sergio Paulo: Já era diretório em 1983 quando eu assumi a vice-presidência. Foi comissão provisória até 1982. Um dos primeiros presidentes do PT foi o Ailton França.

Fernando: Como era a composição do PT, os professores eram a maioria?

Sergio Paulo: Os primeiros anos não, era bem diversificado. Por exemplo, tinha dois agrônomos, o Semi Martins e O Senezuelo Martins, dois irmãos que tiveram uma grande participação no diretório e na construção do Partido no início.

Fernando: O pessoal da Educação...

Sergio Paulo: Teve a minha participação, do Sebastião França, professor Arioldo já em 1988...

Fernando: Em Goiás a gente sempre teve movimentos de luta pela terra muito forte, Trombas e Formoso é um exemplo. E aqui na região a gente tem um histórico de ocupações e assentamentos, esse pessoal participou do PT em Jataí?

Sergio Paulo: Olha, em 1985 começo a participação do pessoal, inclusive teve um advogado, que era o organizador desse movimento dos sem-terra aqui e do sindicato, que era o Valdinei de Moraes, veio pra cá em 85 e sai candidato a deputado em 86, e teve até uma votação expressiva, foram eleitos dois deputados (pelo partido) e ele foi o sexto mais votado do Estado no partido e ficou na quarta ou quinta suplência.

Fernando: Fora o Valdinei, alguém do movimento permaneceu no partido?

Sergio Paulo: Foi muito pouco, quando o Valdinei praticamente deixa o partido, e esse pessoal, os sindicalistas que eram representados pelo Valdinei também deixam o partido.

Fernando: Então, professores, trabalhadores rurais, basicamente a formação do PT conta com a maioria de professores...

Sergio Paulo: A estruturação do partido sim, praticamente, teve outras pessoas, mas a maioria...

Fernando: Funcionários públicos de outros setores...

Sergio Paulo: Sim, mas muito pouco...

Fernando: Outra coisa, além dessa participação na formação do partido, como foi a participação na primeira campanha eleitoral pelo PT, como foi essa campanha?

Sergio Paulo: Olha, era muito difícil, porque a mídia fazia uma imagem do PT que era aquele bicho papão, aqui em Jataí, teve lugar que a gente chegava pra pedir voto e o povo saía correndo, pegava criança no colo e ia pro fundo do quintal.

Fernando: A mídia que você fala é a televisão?

Sergio Paulo: Sim, mas também o meio de comunicação da cidade era principalmente o rádio, que era muito contra o Partido dos Trabalhadores...

Fernando: Você se lembra de algum episódio contra o PT?

Sergio Paulo: Por exemplo, naquela época, da questão da queda do muro de Berlim, tudo aquilo ali, o comunismo, teve aquele candidato pra governador, presidente, o Afif Domingos, aquele homem fazia a campanha dele inteira contra o PT.

Fernando: Mas, e na campanha primeira campanha, do João Pipoqueiro...

Sergio Paulo: Pois é, na campanha do João Pipoqueiro eu tive uma participação porque ele fez uma reunião, já no final, nos últimos dias que ele entrou... parece que teve uns 27 ou 30 votos, aqui em Jataí, coisa assim insignificativa e os vereadores em média 14 ou 15, não teve nenhum que chegou a 50 votos. O povo assim, de modo geral tinha muito medo do Partido dos Trabalhadores, por causa dessa propaganda, de que pegava os velhos pra fazer sabão, matava as crianças, tudo isso existia, em todo lugar que eu chegava o povo era comentando isso.

Fernando: Por isso era muito difícil chegar às pessoas...

Sergio Paulo: Sim, a gente chegava batia palma e chamava as pessoas e começava a conversar, mas jamais chamava agente pra entrar, sentar e conversar

Fernando: E o partido fazia material?

Sergio Paulo: Fazia, naquela época fazia um jornalzinho que eu me lembro fazia a propaganda desde senador até vereador.

Fernando: Produzido aqui pelo partido?

Sergio Paulo: Não geralmente vinha de Goiânia..

Fernando: Mas você lembra de algum material produzido aqui, não apenas nas eleições, mas em outros períodos, em greves...

Sergio Paulo: Fazia, geralmente fazia uns panfletinhos, mas isso foi bem depois, na candidatura da Soraya que houve um avanço maior desse movimento. Era o seguinte, o Valdinei de Moraes ele era advogado e tinha uma certa estrutura, ele bancou toda a campanha dele, não pelo partido em si, foi ele que fez a campanha, ele foi um candidato que divulgou bem a campanha dele em aqui dentro de Jataí. Naquela época ele teve uns 2.600 votos aqui em Jataí...

Fernando: em 1986...

Sergio Paulo: É em 86, e então naquela época não faltava material de divulgação, porque era uma campanha também junto com o governo do estado, né.

Fernando: Nessa campanha você militou mais...

Sergio Paulo: Essa eu fiz campanha, eu fui até coordenador da campanha dele, me lembro que eu até me afastei dos meus trabalhos pra ficar exclusivo pra campanha e nós fizemos campanha aqui nuns treze municípios no Estado de Goiás. Desde Aragarças até São Simão.

Fernando: E nessas cidades, vocês também ajudavam a organizar as comissões provisórias do PT?

Sergio Paulo: Sim, a gente conseguiu organizar durante a campanha, diretórios em várias cidades aqui da região. No Itajá, por exemplo, nos tivemos que arrumar uns dois cavaletes e umas tábuas com os pedreiros pra gente subir na praça e falar, porque na cidade ninguém quis alugar um caminhão pra gente fazer um palanque, porque todo mundo era contra o Partido dos Trabalhadores. Se alguém na cidade alugasse pra gente e o pessoal da cidade soubesse aí começava a perseguição ferrenha.

Fernando: Quem perseguia?

Sergio Paulo: Eram geralmente os partidos políticos daquela época como o PFL e o PMDB, os partidos que comandavam naquela época.

Fernando: E aqui em Jataí também...

Sergio Paulo: Aqui em Jataí também, por exemplo, o Humberto Machado em sua última campanha do Lula em 2006 ainda era contra, o PMDB inteiro...

Fernando: Durante a ditadura militar, você chegou a ser preso?

Sergio Paulo: Eu cheguei a ser preso uma vez, pela militância no sindicato, eu era o presidente do sindicato...

Fernando: Em que ano?

Sergio Paulo: Foi em... noventa e três...

Fernando: Já em 1993... mas entre 1978 e 1985, você se lembra de algum companheiro que tenha sido preso?

Sergio Paulo: Aqui em Jataí não chegou a ser preso ninguém nesse período, mas havia ameaça, por exemplo, o Ailton França fez um movimento na frente da prefeitura, o pessoal jogou umas pedras nas vidraças, quebrou umas vidraças e o pessoal queria condenar ele, mas ninguém provou nada...

Fernando: E a polícia ficava muito em cima?

Sergio Paulo: Ficava, olha nesse dia que nós fechamos o banco do estado, a polícia ficou em cima e fez um cordão de isolamento na porta do banco.

Fernando: Essa manifestação foi em...

Sergio Paulo: Foi em 1993. E foi o seguinte, quando os professores ficaram mais de três meses sem receber a gente tava em greve e eles não pagavam. Ai nos decretamos de ir até o banco do estado, porque todo mundo podia receber, o banco funcionando, os órgãos estavam arrecadando dinheiro e não pagava os professores, aí nos arrumamos um carro de som e começamos um movimento na avenida Goiás, em frente ao Jockey Club ali, e anunciando que o banco do Estado estava fechado, nós decretamos o fechamento do banco do estado. Quando a gente chegou na esquina do Rio Claro hotel a polícia já estava lá esperando a gente, abordou a gente e prendeu os carros, prendeu o motorista que tava no carro. Aí os policiais foram pra porta do banco e fizeram um cordão, pegaram nas mãos e não deixaram os professores entrar. Aí nós fizemos uns três ou quatro cordões na frente da polícia e não deixamos nenhum cliente entrar também, e ficou o banco fechado por três dias.

Fernando: Era o BEG, não é?

Sergio Paulo: Era o BEG

Fernando: E sua participação no PT após esse período vai até quando?

Sergio Paulo: A minha participação no PT foi até 1994. E depois com a participação da Bia, quando a Bia entra no partido, foi... a Soraya saiu candidata umas duas vezes pelo partido, candidata a prefeita e foi quando o PT teve assim um crescimento e uma participação maior da sociedade, o povo participando. Lembro da primeira campanha dela, ela ficou em segundo lugar naquela época, quase ganhou a eleição, só não ganhou porque o Maguito (Vilela) até ajoelhava em cima do caminhão e pedia pelo amor de deu pra não votar na comunista.

Fernando: E a Soraya entre no partido...

Sergio Paulo: Ela já tinha uma participação no sindicato, no CPG.

Fernando: E como o senhor vê o partido hoje?

Sergio Paulo: Olha, eu vejo com muita tristeza, lamentável a situação, eu não sei se você vai ouvir isso de mais alguém, mas na minha visão, depois que a Bia entrou, tanto no

partido quanto no sindicato, acabou a participação, ela concentrou todos os dois. A minha mudança de Jataí foi muito mais de decepção política com o que estava acontecendo dentro do partido dos trabalhadores. Eu sai em 94, me mudei meu domicilio, fui pro Mato Grosso e transferei meu título. Quando eu voltei, eu fiz umas quatro ou cinco refiliações dentro do Partido dos Trabalhadores e ela engavetava meu pedido e não levava pro cartório. O PT ficou nas mãos dela. Por exemplo, o partido fazia um encontro municipal e lançava um candidato a prefeito né, pelo partido. No outro dia, ela já tinha feito uma coligação sozinha, sem fazer uma reavaliação, uma discussão dentro do partido, e quando via já tava coligado com o outro candidato a prefeito de outro partido e ia tudo por água a baixo. O candidato a prefeito era jogado pra lá, junto com os candidatos a vereador. Pra mim, foi a política mais autoritária que eu já vi dentro de Jataí.

Fernando: Dentro do próprio partido...

Sergio Paulo: Sim, eu levei muita pancada dos adversários, mas quando você leva pancada dos que estão junto de você, que é considerado amigo... Por exemplo, em 1994 quando eu mudei, eu era o presidente do partido. Ela reuniu mais ou menos umas vinte pessoas e formou um diretório não fez nem a convocação, colocou ela mesma como presidente e quem mais ela quis, sem fazer a convocação... deixou a maioria das pessoas fora do partido, deixou eu, o professor Arioldo, que naquela época a gente tinha sido candidato a vereador, o Arioldo o mais candidato mais votado e eu o segundo no partido. Aquelas pessoas que ela achava que poderia ter uma liderança no partido ela deixou de fora. E aí eu fui em Goiânia e recorri. Ela tinha feito uma eleição com vinte ou trinta e poucas pessoas e a gente pegou mais de duzentas assinaturas dos filiados do partido e derrubamos aquele diretório que ela tinha feito e formamos um novo diretório, em 1993. Na campanha da Soraya em 92 ela foi a coordenadora. E quando a Soraya começou a crescer nas pesquisas – ela não quis sair candidata pra vereadora naquela época, o partido era capenga – ninguém pensava em conseguir a eleição, o pessoal tava pensando em construir o partido, e quando ela viu a possibilidade da Soraya ser eleita e a possibilidade da eleição de alguns candidatos a vereador, ela começou a fazer campanha só com a Soraya e jogar os candidatos a vereador fora, trazer pessoas de fora, trazer empresários e etc. Na hora de fazer a apresentação dos candidatos ela tirava os candidatos e fazia a apresentação desse povo tentando mudar a imagem do PT de Jataí. E aí alguns empresários achando que a Soraya ia ganhar já começaram a ir se aproximar dela, como fez o Posto Bandeirantes, uma grande fábrica de confecção e pessoas desse nível. No início, quando a campanha da Soraya começou a crescer, nós pegava uma rua como a Avenida Goiás, saia os candidatos a vereador tudo com ela, a gente tinha 45 candidatos a vereador e ela candidata a prefeita. E a Soraya saía e a gente saía junto com ela, aquela multidão atrás dela fazendo campanha, entregando panfleto pela cidade, chegava no bairro aquilo mostrava a união. Quando a campanha cresceu, ela quis tirar os vereadores da campanha, não queria que elegeesse nenhum vereador.

Fernando: Professor, voltando um pouco ainda antes do PT, do sindicato, em que momento da sua vida você se depara com a necessidade de contestar os problemas sociais. O que te chamou a atenção?

Sergio Paulo: Olha, o que mais me chamou a atenção, quando a gente começou a ler aqueles livros do Marx, de Lênin, que mostram a luta operária e a discriminação do trabalhador ao longo da história e de toda a vida de exploração, de muitos séculos, de milênios, eu acho que tinha que ter alguém assim pra começar a ascender uma luz, e eu comecei a ver assim que até 1964, antes da revolução, havia até uma certa participação dos trabalhadores, uma certa luta e algumas conquistas do movimento e o que nós vimos principalmente com a ditadura militar, que tudo tinha sido derrubado, aquela luta, aquele movimento, aquela construção que já havia antes, aquilo tinha tudo caído por terra. Então

eu via a necessidade de alguém começar a ascender uma luz, e essa luz pudesse se espalhar.

Fernando: E o contato com esses livros, se dá aonde?

Sergio Paulo: Se dá na faculdade e também nos movimentos, quando a gente começa a participar do movimento popular, no sindicato e dentro também do partido político, que naquela época a gente tinha muito curso, estudo, formação, né, congressos...

Fernando: Aqui em Jataí...

Sergio Paulo: Geralmente em Goiânia

Fernando: Isso em...

Sergio Paulo: No começo do partido, em 1982, 83, 84... tinha, com uma certa frequência.

Fernando: Algum organizado aqui no município?

Sergio Paulo: Foi feito, mas um número muito pequeno, poucas horas, mas a gente fez alguns cursos sim...

Fernando: Acho que é isso, muito obrigado.

Depoimento 3

Maria Eloá de Souza Lima: militante do PCB 1945 - 1964 e ex-presidente do PT de Jataí na década de 1980.

(Gravado em 21 de agosto de 2009)

Fernando: Eu gostaria de começar com a senhora dizendo o seu nome e falasse também sobre a sua origem familiar.

Eloá: Eu me chamo Maria Eloá de Souza Lima, sou filha de fazendeiros pobres, meu avô paterno era do Rio Grande do Sul, praticamente o primeiro gaúcho a pisar em terras goianas. A minha infância foi bastante feliz, até certo ponto, mas com certos detalhes, porque a pobreza mesma era um detalhe e a discriminação com os pobres é muito grande, mas também como a pobreza era grande, a família numerosa... e eu tenho na figura da minha mãe uma pessoa muito sábia, porque ela alfabetizou doze filho e todos eles herdaram dela o gosto pela leitura, e a leitura você sabe que ela é importante em todos os lados que a gente imagina, até para ler os livros proibidos, né, naquela época.

Fernando: A gente percebe na sua fala um tom crítico e a preocupação com os problemas sociais. Em que momento a senhora lembra de ter se defrontado com os problemas sociais?

Eloá: Pode ser da infância? Filho, talvez isso não tenha importância para o seu trabalho, mas como você me colocou essa possibilidade... quando eu era menina, eu tinha uns seis anos talvez, e os fazendeiros e as famílias dos fazendeiros tinham por hábito bom de se visitar. Morávamos em fazendas próximas e então o grupo daquela casa ia pra outra fazenda dormir por lá, né, o que a gente diz pousar. Então numa noite, na casa da minha avó materna, eu assisti uma cena que ficou gravada na minha memória... e eu acho que foi naquela época com aquele fato que eu tive o primeiro embate – vamos até chamar assim, depois você tem que trocar as palavras porque essa – que eu me encontrei com a injustiça, com a injustiça. Eu vou te contar em rápidas palavras, o que acontece. Na casa da minha avó, torrava-se café e moía na hora. A minha avó tinha uma neta mestiça e anoitinha eles pediram que ela fizesse um café. E para moer o café tinha um jirau – você sabe o que é um jirau, não é – e o moinho era colocado ali numa daquelas tábuas do jirau e para moer o café tinha que subir num banquinho e havia um outro banquinho que a minha avó gostava de sentar, o tempo todo ali. Quando foi fazer o café, Sebastiana, quando ela soltou a munheca do moinho do café, o braço dela esbarrou numa caçarola de ferro, que estava numa das tábuas e o cabo, que ela não percebeu, o braço dela alcançou a caçarola pesada e caiu na cabeça da minha avó. Minha avó caiu desmaiada com a pancada. Ai as tias pegaram e acudiram a minha avó e a Sebastiana conduzindo a candeia, iluminando o caminho para que minhas tias levassem minha avó pra deitar. E deitada já, elas colocando remédio na cabeça e descansando, uma das tias falou assim: “A Sebastiana fez isso de propósito, foi de propósito que ela fez.” A Sebastiana segurava a candeia e eu via os braços dela assim, sujos do carvão daquelas panelas de ferro que se usava nas fazendas, não havia nada pra areia as panelas e elas ficavam assim cascudas, resistentes... e eu olhei a Sebastiana e via aquelas marcas de carvão, que ela não tinha lavado direito o braço. Eu pensei, elas não deveriam ter falado isso, eu tinha consciência que ela não tinha feito aquilo de propósito e além disso ela era tão trabalhadeira, era uma criança como todos nós naquela época e já vivia aquele cotidiano duro, então ela não teve infância. A Sebastiana só fazia chorar. Aí nesse meio tempo minha avó acordou daquele desmaio, foi recobrando a memória e escutando minhas tias falarem aqui e ela disse: Foi de propósito, Sebastiana queria me matar! Aquele foi um dia que eu nunca esqueci, foi muito cedo na minha vida e eu guardei isso e não comentei isso com ninguém a não ser num livro que eu publiquei, muito anos depois, com meus quase sessenta anos.

Fernando: A essa situação você atribui um despertar contra as injustiças depois?

Eloá: É, eu acho que aquela foi a primeira manifestação, talvez, por que essa menina era criada junto com a gente, embora mais velha, mas a gente saia pra brincar pela fazenda, ela era neta também, mas não saia pra brincar com a gente, fazia as coisas, lavava as coisas, ficava lá e ela não acompanhava a gente. Então diante dessa injustiça com essa neta mestiça, teve alguma influência sim.

Fernando: A senhora entra depois no PCB, durante um período bastante difícil da política brasileira e mundial. Fale um pouco desse período.

Eloá: O ano de 1945, para mim, foi um ano inesquecível. Eu estudava em Rio Verde e acompanhava os acontecimentos da segunda guerra mundial, Rio Verde tinha mandado cinco ou seis rapazes. Então eu participei do momento político quando houve a abertura dos partidos e aí o PCB saiu da ilegalidade e eu morava numa casinha bem pobre, de uma viúva que alugava a sala da frente para o genro que era alfaiate. Acontece que esse genro dela, da viúva que me deu acolhida para que eu pudesse estudar em Rio Verde, era comunista. Então quando o partido pode sair da ilegalidade, fundaram ali logo um comitê. Eu ouvia o pessoal comentando, comunista, comunismo, mas eu não estava interessada nisso, mas quando ele se aproximou de mim, e me fez o convite para ir ao comitê e ver mais de perto o Partido Comunista e quem sabe até me filiar a ele, eu aceitei o convite, por que afinal de contas eu era amiga dele. Bastou, umas duas ou três visitas para que eu assumisse, e assumi sozinha. E eu assumi bastante temerária, foi um ato bastante temerário, uma vez que eu estava longe de meus pais, mas assumi. Me lembro que eu fiz algumas viagens com ele, nós fomos a Anápolis, fomos a Goiânia. Depois dessas viagens eu comecei a ler sobre isso, porque eu não sabia nada...

Fernando: Daquilo que você chamou de leituras proibidas...

Eloá: Sim, as leituras proibidas. Então com esse rapaz, o alfaiate eu arrumava os livros... Aí eu participei ativamente do movimento.

Fernando: Sabendo do início da sua trajetória na militância comunista, eu gostaria de saber como foi essa militância durante o período do golpe militar de 1964 até o surgimento do PT.

Eloá: Durante o regime militar, nós nos afastamos, mas mesmo assim eu já estava afastada porque não eu concordava com certas coisas do PC, eu achava que as coisas estavam muito morosas, eu queria que as coisas fossem mais depressa. Eu militei praticamente só eu estava afastada...

Fernando: Como chega até você a idéia de formação do PT em Jataí?

Eloá: Eu estava afastada de qualquer movimento político, mas dentro de mim existia uma chama que foi reativada e eu tenho esse temperamento de avançar, eu arregacei as mangas e na primeira reunião que eu participei foi para se reestruturação o diretório. Eu aceitei o cargo de secretária.

Fernando: Isso em...

Eloá: Não me pergunte a data. Mas tem uma coisa que eu não conseguia entender e eu queria colocar aqui pra você, não precisa anotar não. Quando eu fui estudante lá em Rio Verde e era do PC, havia lá um advogado famoso, que política pra ele era a primeira coisa, da direita, um direitista que odiava os comunistas. Eu própria nunca perguntei a ele nem a ninguém, por que, mas quando eu fui procurada pelo pessoal do PT, tinha um pessoal de Rio Verde e esse senhor estava acompanhando o grupo. Ele tinha um cargo no PT.

Fernando: Dentro do PT?

Eloá: Sim, dentro do PT o tempo todo atuando.

Fernando: A senhora tem o nome dele?

Eloá: Sim, César Bastos. O César Bastos quando a gente tava trabalhando lá em Rio verde no PC, ele era um horror.

Fernando: Odiava os comunistas e depois vai para o Partido dos Trabalhadores...

Eloá: E fazendo discurso com toda propriedade colocando coisas – sim, porque ele era culto – falando coisa até do PC, coisas da história.

Fernando: No PT de Rio Verde?

Eloá: Sim, mas me parece que ele ajudou a fundar o PT aqui em Jataí também:

Antonio¹²⁸: Ele era Arenista também.

Eloá: E os rapazes que estavam com ele, advogados também, estavam aqui para ajudar na reestruturação do diretório. Eu achei muito estranho, mas nunca perguntei o por quê dessa mudança radical, da água pro vinho...

Fernando: Você falou que o que motivou você a procurar o PT foi a propaganda?

Eloá: Foi a campanha próxima as eleições, na televisão, era uma campanha do PT de São Paulo e como eu sabia que o partido estava se reestruturando aqui, eu resolvi procurar.

Fernando: Pra senhora, militante do PC, como você avalia a necessidade de um partido dos trabalhadores em Jataí?

Eloá: Eu sempre fui favorável a reforma agrária, na minha opinião, apesar de ser filha de fazendeiros pobres e parente de muitos fazendeiros ricos e por ser nascido e criado na fazenda, a gente via muita injustiça. Aqueles que trabalhavam na terra são os que menos recebia dela. Então eu sempre coloquei a reforma agrária como algo mais do que justo.

Fernando: A senhora ingressa no PT...

Eloá: Após a primeira eleição que o PT teve um candidato a prefeito, o João Pipoqueiro.

Fernando: e se afasta...

Eloá: Eu me afastei duas vezes. A primeira vez, eu estava levando adiante um trabalho grande, bom, e um advogado, Valdinei Gomes de Moraes, que era do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ele usou o sindicato pra fazer um trabalho sujo e estragou tudo. Inclusive ele dizia para as pessoas – não vá na conversa dessa mulher – se nós tivermos que entrar na área política nós vamos entrar no MDB. Aí depois passado alguns anos eles entraram e estragaram todo o trabalho que nós estávamos fazendo. Depois ele acabou indo embora, fugido. Passado um tempo, eu retornei para o PT. Mas aí surgiu uma outra pessoa que me atrapalhou o trabalho. Eu não sou capaz de dizer eu sou desse partido, mas eu não

¹²⁸ Antonio Candido de Lima, companheiro da professora Maria Eloá de Souza Lima. Ao longo do trabalho, utilizamos um pequeno trecho de sua fala que trata da disputa política pré-1964 em Jataí e na região.

estou fazendo nada, ou eu milito ou eu vou pra casa. A Soraya Rodrigues seria candidata a vereadora, num golpe dela e de Maria Euzébia, porque nós já tínhamos escolhido o nosso candidato a prefeito...

Fernando: Que era... e isso em...

Eloá: José Divino. Eu me aproximei dele e percebi que ele poderia ser o nosso candidato. Não se tratava de eleger, mas para estruturar o partido a nível de eleição de candidatos e ele aceito consciente de que não podia vencer as eleições, mas estava disposto. Ele teve que viajar durante esse período e fizeram uma reunião as pressas e lançaram a candidatura de Soraya Rodrigues a prefeita.

Fernando: E isso em...

Eloá: Não me pergunte as datas, não sou boa com isso.

Depoimento 4

Waldeci Leles Martins: Bancário e ex-presidente do Seeb/Jataí.

(Gravado em 02 de fevereiro de 2010)

Fernando: Eu gostaria de começar perguntando seu nome e como foi o seu primeiro contato com o sindicato.

Waldeci: Waldeci, Leles Martins. Eu entrei no Banco do Brasil em 1966. Um ano após eu já fazia parte da diretoria do sindicato. Em 1970, eu fui eleito presidente do sindicato. Encontrava-se numa época bastante difícil e apenas existia um cercado. A partir daquela época a gente já começou a fazer uma quadra e o sindicato ampliou, e eu aumentei a nossa condição regional, e aí toda, nós íamos até Piranhas, Altograças, Mineiros. Nós fomos muito felizes, porque se tornou um sindicato muito atuante e graças ao nosso trabalho nos conseguimos criar mais oito sindicatos aqui. Nós tivemos a felicidade de fazer um trabalho a altura e muito bem sustentado pelos demais companheiros da época.

Fernando: Antes de falar sobre a participação na organização de outros sindicatos, eu gostaria de saber o que era participar de um sindicato naquele período?

Waldeci: Na verdade o Banco do Brasil na década de 1960, era uma instituição muito boa e oferecia uma estabilidade para os bancários, no entanto, os banco particulares não ofereciam aquela garantia. Assim, como bancários do Banco do Brasil, nós fazíamos e fizemos um trabalho muito grande na sustentação e nossa diretoria era composta por vinte e quatro diretores. E nos escolhíamos os melhores, com essa condição, nós tínhamos diretores aqui e em toda a região. Nós tornamos o nosso sindicato fértil, e trouxemos muita estabilidade e garantia e sobretudo, conhecimento jurídico para a época.

Fernando: Quando o senhor fala em sindicatos na região, são os sindicatos ligados aos bancários ou outras categorias também?

Waldeci: Estou falando da base territorial do sindicato, criei vários outros, demos os primeiros passos e dizia, nossa cidade é o pólo e nós fizemos tudo para alcançar esse benefício.

Fernando: O que os trabalhadores, os bancários esperavam do sindicato?

Waldeci: Naquela época, nós íamos ou de ônibus ou com os nossos veículos, e como nós tínhamos em cada cidade um representante, nós além de oferecermos a assistência jurídica, nós também criávamos naquela época – e é o que prendia – torneios esportivos com isso a nossa sede cresceu bastante, recebemos muito apoio e demos muito apoio também a região. Foi muito fértil e muito bonito.

Fernando: Em que período você assumi a direção do sindicato?

Waldeci: Em 1977, e trabalhei até 1995, época em que me aposentei.

Fernando: Nesse período inicial, a participação nos sindicatos em alguns setores não era muito fácil. Havia alguma pressão não só do próprio sindicato, mas também pressão externa de governos e da polícia sobre a atuação da entidade?

Waldeci: Eu não fui feliz quando disse 1977, é 1967, época da revolução. E por diversas vezes me via visitado por órgãos federais, por polícia e alguma vezes eu fui até preso. Existia uma pressão muito grande com a revolução de 60, mas nós nos mantivemos firmes, com propósitos firmes e parece que quanto mais eles queriam me cercear, mais eu abria a boca e mais eu trabalhei.

Fernando: Sobre a relação do sindicatos com outros sindicatos de outras categorias, havia algumas atividades em comum?

Waldeci: Sim, além de dar e incentivar todo o grupo, eu criei junto com eles e adequamos o estatuto para a sua realidade da época e quase sem exceção, eu ia todas as reuniões e dava suporte.

Fernando: Você lembra de alguns desses sindicatos?

Waldeci: Todos os sindicatos criados daquele período pra cá, nós ajudamos, como por exemplo o sindicato do comércio, dos trabalhadores rurais, sindicato dos vigilantes, sindicato dos professores, enfim, eu deu um suporte muito grande. Devo ressaltar que eu tinha não apenas a atividade bancária, mas na época eu cheguei a ter lanchonetes e restaurantes, e eu nunca deixei o sindicato para segundo plano, eu abracei a causa. Nunca tinham feito greve em nossa cidade, eu fiz as primeiras greves, mantendo a paz, de certa forma, chegamos lamentavelmente na época a fechar o Banco do Brasil, extinguiu a agência daqui, por causa da minha participação e da minha atuação. E como eu cheguei a ser um dos sindicatos mais participativos, eu cheguei a ter minha prisão decretada várias vezes, fui preso, mas quando eu chegava na delegacia, mas as próprias entidades não deixavam nos prender. Cheguei a ir umas nove vezes.

Fernando: E nesse período que você estava na direção, você fala também sobre as primeiras greves, você conseguiam paralisar os bancos privados também?

Waldeci: Nós fazíamos uma organização e fazíamos os piquetes na porta dos bancos. Era cem por cento funcional. Nós ficávamos vinte e quatro horas dia para manter aquela organização. Nós éramos na época um dos sindicatos mais atuantes e se ficava estabelecido pra fechar a gente conseguia alcançar a meta.

Fernando: Quando das prisões, você chegou a passar por interrogatórios?

Waldeci: Inúmeros, tanto pelo Polícia Federal, que naquela época existia o SNI – um sistema internacional – e eu vivia sob os olhos desse pessoal vinte e quatro horas por dia e nem por isso eu fiquei parado. Pra minha surpresa, eu fiz uma visita ao sindicato ontem e me deparei com o sindicato de certa forma parado, não tem mais aquele movimento, aquelas reuniões, transformou o sindicato num centro de academia, essa não é a função do sindicato. O sindicato tem que mostrar o lado positivo, e dela pra cá não se fez mais nenhuma greve, não estou dizendo que está faltando companheiro ou hombridade, mas não tiveram coragem suficiente para dar o respaldo que precisou. O sindicalismo está no sangue da pessoa e se ele não tiver interesses, obstáculos terão muitos pela frente. E felizmente de 1967 a 1995 eu mantive, com a nossa equipe, um trabalho que deixou lembranças positivas.

Fernando: E sobre o contato do sindicato com outras entidades sindicais não só na região, mas também no Estado e até mesmo em âmbito nacional. Essas greves eram articuladas de que forma?

Waldeci: Eu cheguei a ser diretor da federação e diretor da confederação, eu ia muito a Belo Horizonte e a Brasília e nós fazíamos as reuniões nos centros maiores e nós vímos para as nossas bases e daí fazíamos os manifestos. E como diretor da federação a partir – salvo melhor juízo – de 1975 até 1995, eu fiquei vinte anos também na direção da federação e graças a isso, foi um período de bastante vitória. E na condição de diretor da confederação eu fiz inúmeras reuniões especificamente para o Banco do Brasil e cheguei a fazer acordos em diversas capitais do Brasil e até no exterior quando necessitava para o Banco do Brasil e para a Caixa Econômica.

Fernando: Politicamente nesse período, nós vivíamos a partir do que você chama de revolução de 64, ou seja, um golpe que instituiu uma ditadura militar que tirou as liberdades democráticas. O fato de ter no sindicato, uma entidade atuante na região, isso não chamava atenção para as entidades de outras categoria para a necessidade de organização e também para a participação política na cidade?

Waldeci: Na realidade eu nunca gostei da política partidária. Eu não participei, porque o meu espírito era na verdade de política sindical. Eu não me envolvi com os outros órgãos, mesmo por que eu sempre gostei das coisas corretas, mas honestas e isso eu conseguia na condição sindical. Na política partidária, não querendo fazer uma crítica, criticando, o interesse é muito maior, de interesse econômico e de aparecer. E no sindicato eu fiz um trabalho para o crescimento da instituição e graças a deus conseguimos. Hoje ele existe, mas eu estranhei muito que a diretoria atual, omitiu essas informações, eu elaborei todas as atas sem exceção, estão devidamente registradas estão no escritório da nossa entidade. Isso é omissão, relaxo, é uma tristeza muito grande. Eles tem interesse de ficar de braços cruzados. Sindicalismo não é fazer o está sendo feito, piscinas, massagem, e fazer as pessoas ficarem dentro de uma academia. Sindicalismo é participação e busca. Infelizmente o nosso sindicato cruzou os braços, está muito acomodado. Está faltando homem sério na direção do nosso sindicato.

Fernando: Fica claro a sua posição quanto a participação política, mas o senhor conseguia identificar na direção do sindicato companheiros que participaram e tiveram uma vida política na cidade.

Waldeci: Todos, sem exceção da minha pessoa, fizeram do sindicato uma espécie de trampolim para a política ou o seu bem estar social ou econômico. Eu entrei pobre e sai pobre daqui, mas o meu trabalho dentro do possível foi realizado. Lamentavelmente, isso que eu estou te dizendo, eu constatei e você acaba de me dizer que o sindicato não abriu as portas, não é o objetivo, eu não gostei. Eu não mostre por diversas vezes, inclusive para todos os órgãos no período da revolução eu não me acovardei, abri o peito e fiz o trabalho. Se hoje não está sendo feito, uma crítica para os nossos é preciso abrir, esta é a finalidade do sindicato é buscas em favor da diretoria, busca em favor da entidade e da categoria, salários e conquistas sociais e hoje parece que lamentavelmente todos estão de braços cruzados.

Fernando: Sobre essa luta por melhores condições de trabalho e melhores condições de vida dos trabalhadores – e como você já mencionou colaboração com outros sindicatos – e até mesmo na criação de outros sindicatos. Você conseguiram estabelecer relações com outras entidades?

Waldeci: Sim, modéstia parte eu consegui uma relativa liderança na nossa cidade, de uma liderança sindical e na liderança sindical nos fizemos tudo o que era possível. Eu fazia parte do sindicato goiano na condição de funcionário do Banco do Brasil e também era diretor no Estado na condição de sindicato em Goiás. E deixei inúmeros companheiros, verdadeiros companheiros, fizeram e o sindicato lá fez um trabalho dignificante, que lamentavelmente eu achei que os nossos companheiros daqui desde aquela época até hoje estão liberados e que não estão cumprindo com a sua função social.

Fernando: Mesmo com as dificuldades de mobilização, vocês mobilizaram e criaram as condições para que a sua atuação se estende por toda a região e pelo estado de Goiás e até nacionalmente. Como você analisa aquele período?

Waldeci: Após a revolução de 64, muitas mudanças existiram, eu acho que uma das maiores, no período de Getúlio Vargas foi quando em 1967 criou-se o FGTS, e com isso foi

muito bom por um lado mas foi pior por outro. Nós ficamos vulneráveis para o patrão, ele poderia, como nos manda embora todos os dias. Naquela época, depois de criar a estabilidade, o nosso fim estava garantido com a nossa aposentadoria – se não fizesse nenhum ato ilícito na empresa. Mas naquela época, gritava,urgia que fosse criado esse fundo de garantia e que foi criado em 1967. Eu estava presente tanto em São Paulo como em Brasília e assinei a ata dessa reunião, quando criou-se o FGTS. Embora no regime ditatorial existiram pessoas a altura. Eu participei de inúmeras reuniões junto com o Lula. Lula naquela época no sindicato. Lula ainda menino, bastante atuante e era uma pessoa que fazia ser visto por onde ele estivesse. Ele fazia no termino do seu discurso, ele arrebatava, quebrava, caia, quebrava microfone... enfim, Lula parecia mais um menino de recado. Mas ele deu e mostrou, e é o que é hoje, desde aquela época ele foi um grande representante dos trabalhadores. Na época ele me chamava por nome com todas as letras, quando não me chamava de goiano. Nós estivemos juntos inúmeras vezes – umas cinquenta vezes no mínimo – sentados lado a lado e tantos outros. O objetivo do sindicalismo tem que abrir a mente, e sobretudo, precisa de coragem. O trabalho social a pessoa tem que ter desprendimento e nós estamos muito desamparados na atual conjuntura, nós estamos precisando de homens de coragem e que movimentem-se e apareçam, porque lamentavelmente, no movimento falam em movimento mas não tem resultados.

Fernando: Alguns sindicatos tiveram uma grande importância na região, Bancários, Construção Civil, Professores e Trabalhadores Rurais, houve alguma colaboração entre esses sindicatos?

Waldeci: Na realidade o Sindicato dos Trabalhadores Rurais nada mais foi do que um trampolim político, na época o Dr. Valdir, não me lembro o nome dele, tornou-se representante político como os demais também. O sindicato dos professores fizeram bastante movimento e depois eu não acompanhei, não sei se tem representantes, mas lembro com muitos detalhes a Soraya que é uma cria da época e que tirou proveito muito grande da época. Modéstia a parte, é praticamente – me perdoe – uma cria minha e ela partiu pra um rumo diferente. O meu objetivo era um trabalho sindical, social e conquistas do trabalhador e não conquista política. Então dos professores e do sindicato rural eles abriram categoricamente uma frente política e o sindicato da construção civil, esse por causa... eu não lembro de uma representação política... e conseguiram levar aqui na época, uma área de uma madeireira, nós conseguimos fazer um trabalho muito grande. Eu não me lembro de participação política daquela época e não sei como está hoje. Esse sindicato abraçou a causa na época e fizemos um trabalho social.

Fernando: A importância dessas entidades na cidade, a gente percebe que trabalhadores rurais e professores, principalmente o CPG acabam participando da formação do Partido dos Trabalhadores. Naquele período o PT era uma via de representação dos trabalhadores?

Waldeci: Lamentavelmente acho que lá existia uma facção política e não social. Eu digo com mais detalhes, porque todos na época me chamaram de bundão, porque eu deveria entrar e que eu tinha ou que fazer acertos ou ficar com o dinheiro... e eu nunca entrei com esse propósito. Entrei pobre e sai pobre de Jataí, mas os objetivos ficaram e cumprimos com o nosso recado.

Fernando: Acho que é isso senhor Waldeci, muito obrigado

Depoimento 5

Delúbio Soares: ex-militante do CPG/Sintego, dirigente da CUT e do PT.

(Gravado em 16 de março de 2010)

Fernando: Delúbio, eu gostaria que você dissesse um pouco a sua trajetória pessoal até o seu primeiro contato com o sindicato.

Delúbio Soares: Eu sou natural de Buriti Alegre, nascido em 1955 e vivi em Buriti Alegre até 1972, fui pra Goiânia pra fazer o segundo grau, lá no secundário, muita dificuldade de sobrevivência, uma luta pra manter estudando e trabalhando. Comecei a dar aula no início de 1974, fazendo ainda o segundo ano do segundo grau e dava aula já como professor substituto, no num convênio estadual no Ateneu de Goiânia. Comecei minha vida profissional aí. Em 1976 eu passei no vestibular na Universidade Católica, comecei a lecionar, comecei a militar na anistia, uma militância extremamente natural, ninguém me convidou pra isso. Foi acontecendo e eu via o que estava acontecendo no país, resolvi militar. Depois em 1978, ensaiamos um movimento paredista, que a gente chamava na época, não teve sucesso. Em 1979, nós fizemos a primeira grande greve em Goiás, a greve dos professores, liderada pelo CPG.

Fernando: Nesse período já filiado ao CPG, ou melhor, militando...

Delúbio: Não existia militância no CPG, existia uma instituição e nós fomos criando um movimento de base, e tinha um presidente do CPG, o Niso Prego, que resolveu encampar a luta por melhores condições de salário e melhores condições de trabalho na escola. Então esse movimento virou uma greve de dezessete dias em 1979. Depois essas greves foram se repetindo em 1980, 81, 82... e de lá pra cá que se constituiu todo esse movimento. Nos anos 80, nós tivemos uma militância muito significativa, a respeito da criação do PT e o embrião da Central Única dos Trabalhadores, que nós viemos a começar a militar pra construir uma central sindical no Brasil em 1981 e nós fundamos a CUT em 1983. De lá pra cá todas as outras centrais sindicais aconteceram. Então foi esse o processo de militância nesse período, uma militância muito difícil, porque ainda era ditadura e a gente vivia um processo de liberdade e um grande passo que nos animou muito, que paralelamente que a gente fazia a greve em Goiás, fazia-se as greve no ABC. E começou aparecendo as greves e se cria uma força muito grande, os trabalhadores rurais, naquela época chamava invasão, hoje chama ocupação. Aí começaram a fazer ocupação de terra, começou a resistir. Logo em seguida, depois de uns quatro ou cinco anos das greves dos professores, começa a surgir as greves na Universidade Federal, surge a ANDES nos anos de 82, 83... foi tudo um processo de aprendizado coletivo da classe trabalhadora brasileira, que deu na criação do PT, da CUT e hoje as outras centrais, os partidos de esquerda todos apoiavam – porque ninguém sabia dos partidos clandestinos, o PC, PCdoB, MR-8 – depois nos grandes centros todo mundo sabia quem era quem, mas no Estado de Goiás, ninguém sabia quem era quem, e depois o Estado de Goiás foi muito reprimido por causa da guerrilha do Araguaia.

Fernando: O que significava naquele período fazer parte de um sindicato, levando em consideração que o Brasil vivia uma ditadura militar ou final de uma ditadura militar e início do que eles chamavam de transição. Existiam pressões internas, externas, dos familiares...

Delúbio: A pressão era muito grande. Qual era a pressão? Todo mundo falava que quem mexia com greve, amanhecia e não anoitecia. Isso era um negócio corrente. Segundo, nos locais de trabalho o pessoal até fazia greve, decretava a greve por motivos justos que normalmente era salário, condição de trabalho, plano de carreira... e a gente inventou ou surgiu uma palavra naquela época que foi vitoriosa, a gente vê isso depois de trinta anos que era “lugar de criança era na escola”. Não havia essa preocupação de criança na escola, então essa foi uma das primeiras palavras de ordem que nós botamos. Segundo, que a escola deveria ser pra todos e a escola naquele tempo era muito elitizada. A escola pública

estava em decadência e a escola privada em ascensão, assim, quem tinha dinheiro ia tinha uma boa escola, quem não tinha ia pra escola pública, que era considerada uma péssima escola. Tanto é que no liceu que eu lecionava, no ano de 1978 não passou nenhum aluno no vestibular. Então nós fizemos um S.O.S pra criar juntou um grupo de professores que era pra melhorar a qualidade do ensino pros alunos passar no vestibular. E foi um grande sucesso essas turmas que nós trabalhamos, que em 1981 passou quinze alunos no vestibular sem fazer cursinho. Ou seja, nos anos de 1979, 80, um grupo de professores abnegados, do qual eu fazia parte, e outros colegas também, muito com competência maior do que eu, trabalhamos em equipe nesta direção, pegamos sete professores e demos aula no primeiro segundo e terceiro ano pra qualificar aqueles alunos pra passar no vestibular. Chegamos ao final com trinta alunos e quinze passam no vestibular. Foi um sucesso total que obviamente a imprensa não noticia isso, porque a imprensa na época falava do *Objetivo*, então era, escola particular, escola particular e a escola pública era o patinho feio. Mas nós tivemos uma grande vitória, o que significava isso? Tinha a repressão política, repressão policial, repressão ideológica e o medo das pessoas que tinham parentes desaparecidos políticos pela ditadura e as famílias tinha muito medo. No meu caso, como eu sai de casa muito cedo, e os meus pais eram analfabetos de pai e mãe e parteira, então eles nem sabiam disso e eu também nem contava muito. Quando tinha greve e aparecia no jornal, na rádio e televisão, eles não tinham televisão em casa, rádio de Goiânia não atendia Burity, jornal não adiantava porque eles não sabiam ler, minha família então... meus irmãos todos... depois eles vieram compreender e sempre me apoiaram. Minha mãe não sabe que é mais ela é socialista, já meu pai não, ele é capitalista...

Fernando: Delúbio, como era o convívio com os outros professores, o que significava o sindicato para os trabalhadores?

Delúbio: Na época não era sindicato, era o Centro dos Professores de Goiás, era proibido por lei, só foi ter sindicato para servidores públicos – e educação era considerado serviço público e serviço essencial. Primeiro, era proibido fazer greve; Segundo, era proibido ter uma organização sindical, organizava numa associação chamada Centro dos Professores de Goiás que já existia desde 1959, mas era uma entidade assistencialista publica dos professores e tal. Os professores, no meu caso e de outros colegas, tinham muito respeito por nós, porque os alunos tinham bastante respeito por nós. E quando a gente ia pra assembléia e decretava greve, havia uma aceitação muito grande, por parte dos alunos, dos pais e da comunidade escolar e os professores, aqueles mais conservadores aceitavam a greve. Pra você ter uma idéia como era difícil aquela época, em 1980, nós fundamos o PT em fevereiro de 80, aí surgiu lá, foi divulgado que eu era fundador do PT. Eu dava aula num colégio chamado Liceu de Goiânia, que ainda tinha uns professores – o Liceu de Goiânia era o antigo Liceu de Goiás, quando a capital foi transferida esse colégio veio junto. Era Liceu de Goiás e virou Liceu de Goiânia. O Liceu tinha ainda alguns professores remanescentes que tinha dado aula na década de 1930 e trinta e poucos. Tinha professores de oitenta e poucos anos que ainda dava aula por dedicação, professores abnegados, mas muito conservadores e apoiavam o governo militar... o Figueiredo...

Fernando: e no Estado...

Delúbio: Ary Valadão, um dia eu to lá e eles... a gente tinha feito os movimentos de 1978 – que foi frustrado – 1979 foi um sucesso e 1980 também. Aí eles chegaram pra mim em 1980, agosto mais ou menos, no começo do semestre, ficaram sabendo que a gente tinha criado o PT nacional, criado o PT local, eu era o vice-presidente do PT municipal, e eles chegaram assim e disseram: Olhá, no CPG e na greve a gente apóia tudo o que vocês disserem, mas esse negócio de partido, esse negócio de comunista a gente não vai te apoiar. Então tinha muito essa concepção, no sindicato você podia, política não. Isso reforçava muito mais a tese, que principalmente a pessoa mais importante do PT na época, o Lula, dizia que a classe empresarial admitia sindicato, política pra trabalhador não. A gente

servia pra trabalhar, pra produzir, pra melhorar a situação do trabalho, mas para fazer política os trabalhadores não podiam fazer. Isso reforçou muito essa idéia em nós e eu já tinha essa concepção e reforcei mais essa idéia dentro do nosso grupo de professores que estavam comigo. Esse grupo de uns quatro professores, que tinham mais de sessenta anos, veio me questionar. Eu até falei pra eles que sindicato era sindicato e que partido era partido, e que cada um tem sua concepção ideológica, mas que mesmo assim a gente não ia deixar de ser amigos e trabalhar juntos naquele espaço de convivência, tendo na escola como um espaço de convivência, e cada um têm a sua opção partidária. Eles apoiavam na época, o partido que tinha sido recém criado pela Arena, a oposição era o MDB, PMDB e o PT era um partido que eles achavam inviável.

Fernando: Você fala de uma permissão para a participação sindical e a impedimento dos trabalhadores de participarem das decisões políticas nesse período. Se o partido era a possibilidade de dialogo entre várias categorias de trabalhadores, ainda sem o partido, havia alguma relação entre o CPG e outras entidades de trabalhadores?

Delúbio: Muito pouco. Até os anos 80, não tinha no Brasil a concepção de uma central sindical, de um partido que organizasse todo mundo. O PT não organizou as pessoas, o PT enquanto partido teve um papel importante. Era importante que os trabalhadores se organizassem em sindicatos, que os moradores se organizassem em associações de bairros, que as comunidades eclesiais de base, as igrejas tivesse seu papel, mas sempre num papel de lutar pra emancipação os trabalhadores, essa é uma ideologia que o PT criou e espalhou assim como... espalhou muito pelo país essa concepção e era importante que os trabalhadores se organizassem, donas de casa, feirantes... aí criou o movimento dos trabalhadores rurais, criou o movimento – os sem-terra foi se organizando, sem saber que era sem terra – e organizou, o MST, o movimento veio fundar em 1984. Então, como partido foi muito importante a concepção do PT que generalizou e teve uma fertilidade, numa ditadura que tava caindo e num movimento que tava nascendo. Daí em 1979, um movimento muito importante que teve foi a anistia, o reingresso das pessoas com a anistia, a presença e o retorno pro Brasil de pessoas como o Brizola, Arraes, o Julião, Gregório Bezerra, que eram ídolos de algumas pessoas, e em Goiás, algumas lideranças como o Tarzan, Athos Pereira, Athos Magno... a liberdade e a liberação dos direitos políticos dos políticos conservadores da época mas que puderam voltar como Mauro Borges, Iris Rezende Machado e outras lideranças. Essas lideranças tiveram um papel importante e ajudaram, em 79 e 80 já começaram a aparecer com um a perspectiva política. Tinha um senador em Goiás que teve um papel muito importante na época que era o senador Henrique Santillo. Então teve todo um processo de redemocratização, com surgimento dos sindicatos e enfraquecimento do poder da ditadura militar.

Fernando: Santillo que era do MDB e...

Delúbio: estive na fundação do PT, em Goiás na fundação do PT teve várias pessoas, algumas progressistas pra época e outras bastante conservadoras, o Henrique (Santillo) era um cara progressista e o Adhemar (Santillo) era um cara conservador, eles eram irmãos. Onofre Quinan outro é o Joaquim Roriz, todo esse pessoal participou da fundação do PT. Esse pessoal participou via, esse pessoal era... o Onofre Quinan e o Joaquim Roriz era praticamente as pessoas que financiavam as campanhas do Henrique. Então quando o Henrique veio pra fundação do PT esse pessoal veio junto. Depois, com a lei do voto vinculado, acho que o Henrique nem se elegeria com o voto vinculado, todo mundo saiu do PT e voltou pro já PMDB, liderado pelo Iris Rezende.

Fernando: Delúbio, ainda sobre o CPG, eu gostaria de saber como vocês se articulavam no Estado, quais as formas de contato com as outras regiões do Estado.

Delúbio: Os contatos eram o seguinte, ninguém na época, o CPG era uma associação muito precária, não tinha recursos, tinha uma sede muito precária e aí o que a gente fazia. Na primeira greve que a gente foi decretar, nós falamos vamos fazer um movimento paredista...

Fernando: Que significava...

Delúbio: Greve, porque greve assustava muito, então a gente falava movimento paredista e criamos um negócio dentro do CPG que chamava MVP (movimento de valorização do professor). Então o MVP, a gente... de vez em quando saía no rádio e no jornal e convocava uma assembléia e vinha professores de quase todo o Estado. Era gente influenciada pelos ares da mudança, é bom deixar isso claro, porque ninguém inventou, foi um movimento de sair da ditadura e uma nova classe política, por isso que a ditadura caiu. Vinha gente de todos os lugares e o que a gente fazia, ia lá numa assembléia e tirava o comando, comando de greve, comando de mobilização. Como esse comando fazia? Um tinha o carro – tinha uns quatro professores - e os outros a coragem. Vamos pra tal cidade! A gente ia por exemplo pra Jataí. A gente ia até Acreúna, reunia os professores, a gasolina acabava, os professores fazia uma vaquinha, a gente comia na casa do pessoal... quantas e quantas vezes eu não tirei menino da cama pra dormir na cama de menino. E aí menino ficava com raiva da gente, mas bola pra frente... e fazia isso no Estado inteiro, ficava o mês viajando, saía de Goiânia e as vezes quando a gente ia de ônibus e um professor recebia, a gente ia no colégio pra fazer uma vaquinha, naquela época eram poucos recursos, mas a gente se virava ali, pegava o próximo ônibus e ia. Aquela rota, Rio Verde/Jataí era, Goiânia, Acreúna, Rio Verde, Jataí, Mineiros e Aragarças. Tinha umas cidades que hoje são importantes mas que a gente não ia muito como Serranópolis, Chapadão do Céu, as vezes a gente ia até Caçu, o limite, Caçu e Quirinópolis... era uma região com poucos professores e não tinha ainda o progresso que tem hoje. Essa era um rota. A outra rota era de Goiânia até Itumbiara, outra era de Goiânia a Catalão, uma outra que era o entorno de Brasília. Outra rota ia até o Bico do Papagaio, era a rota mais demorada. Ai você migrava, quando chegava em Gurupi, uma turma ia pra Porto Nacional e fazia São Miguel do Araguaia, tudo isso a gente rodava, movimentava, era importante e a gente dialogava com as lideranças, as lideranças reunia os professores, chamava pelo rádio, boletim, os nossos documentos eram todos rodados em mimeografo nas escolas, a gente conseguia a graxa pra rodar, conseguia uma resma de papel aqui, outra ali e ia fazendo o movimento e articulava. A gente não chamava, mas existia naquela época um negócio chamado rádio peão, que funcionava e funcionava bem, tanto que nós criamos o maior movimento de massa que Goiás já teve, foi a greve de professores de 1979/80/81, foi um grande movimento que levantou muitas pessoas e inclusive impediu que o sucessor do Ary Valadão fosse colocado lá, e elegeram o Iris Rezende.

Fernando: E como o governo, polícia, ministério do trabalho, até mesmo a iniciativa privada, empresários, patrões viam o movimento naquela época, havia alguma interferência?

Delúbio: Duas coisas diferentes, a polícia batia na gente, com força, a polícia militar. Quantas e quantas vezes eu fui preso apanhando da polícia, quantas vezes apanhamos da polícia, repressão, gás lacrimogêneo, cachorro, inúmeras greves, a gente era preso de manhã e solto a tarde, nunca passamos mais que um dia na prisão, todos os presos nas greves, soltava e criava aquele movimento. Já tava no processo de abertura. O ministério do trabalho, nós não éramos regidos pelo ministério do trabalho. Agora o governo demitia, hoje eu to demitido, eu sempre fui demitido. Fazia greve, ficava sem salário, o governo demitia, entreva na justiça, ganhava e recebia corrigido, voltava depois de um ano, aquele ping-pong, vamos chamar assim. Repressão econômica, repressão policial, os superintendentes de escolas, as chamadas delegacias regionais de ensino na época chamava delegacia, os delegados eram muito repressores, eles demitiam quem eram lideranças, eles ocupavam a sala do professor, não tinha eleição pra diretor, jamais poderia ser secretário, era um professor isolado. Mas foi mudando aos poucos, dentro daquela visão que a gente tinha

anteriormente. Havia uma repressão ideológica, repressão política, econômica e policial. O ministério do trabalho, como a educação, não era regida pelo ministério do trabalho, então não tinha interferência. O ministério do trabalho intervinha nas relações privadas e caçava os sindicatos. A gente não tinha como caçar, não tinha sindicato, não tinha imposto sindical, não tinha consignação... o CPG de 1979 até 1985 ficou sem consignação em folha, os outros autorizava descontar, então a gente vivia de vaquinha dos professores. Foi um momento heróico que nós fizemos em Goiás, qualquer professor desta época ai é testemunha disso.

Fernando: Quando você fala de sua trajetória, da sua militância, principalmente no CPG, do histórico de luta pela anistia, da abertura democrática, criação do PT a partir do final da década de 1970, houve algum contato ou influência nessa sua trajetória de outros grupos militantes como o PCB, PCdoB do MR-8, devido ao histórico de lutas como a Guerrilha do Araguaia e a importância da guerrilha no Estado de Goiás...

Delúbio: Em 1976 e 1977, surge em Goiás com muita força o movimento da anistia, que tinha umas vinte pessoas, sou capaz de contar nos dedos essas pessoas. Essas pessoas estudavam, liam, chamavam parentes dos desaparecidos políticos, de pessoas que estavam na cadeia, tinha uma elite, vamos chamar assim, elite de esquerda, que não se chamava de elite na época e militantes que eram bem formados e eu tive oportunidade de conviver com vários deles. Tudo isso me permitiu estar no movimento, por ser muito jovem e nessa época eu era bastante jovem, e com formação num meio assim, as pessoas não identificavam se você era do PC do B nem do Partido Comunista e nessa época a repressão era tão grande que eles devastavam o Estado de Goiás, no Estado de Goiás eles devastaram as principais lideranças. Quando veio a anistia em 1979, que as pessoas cassadas haviam voltado, ninguém mas desses pensava no PCB ou no PCdoB, as células administrativas do PCB e do PCdoB estiveram na fundação do PT, pra você ter uma idéia, no ônibus nós viemos pra fundar o PT, veio Fábio Tokarski, vereador do PCdoB em Goiânia, estava no ônibus com os irmãos deles, Adalberto Monteiro, que hoje é do Comitê Central do PCdoB e foi presidente do PCdoB de Goiás muito anos, dentre outros. Ou seja, todos eles vieram na fundação do PT, vieram do PCdoB. A partir daí, da fundação, começam a criar os movimentos estudantis na universidade por educação, com o trotskismo do pessoal do jornal *O Companheiro*, o PCdoB liderado pelo jornal *Tribuna Operária*, esses eram identificados como pessoal da Tribuna, do Jornal Companheiro, o povo disso o povo daquilo, entendeu, e tinha as pessoas que eram ligadas a igreja. Eu nunca fui ligado a nenhuma organização, nem a Igreja Católica, nem a Protestante, nem ao Partidão. Foi surgindo e eu fui acompanhando, achava interessante, com uma concepção extremamente voluntária, voluntariosa na época inclusive, mas foi dando certo e eu acabei acreditando naquilo, como ajudei a fundar o PT, ajudei a fundar a CUT, construí o movimento dos trabalhadores em Goiás, e paralelamente, como a gente viajava bastante com os professores a gente chamava a comunidade, porque qual foi a novidade da greve de 1979, a gente chamava os pais e alunos, chamava a comunidade e aí começou a dar certo, chamamos os sindicatos rurais, os trabalhadores rurais, alguns sindicatos patronais locais... foi criando um movimento. Quando veio o PT, o PT tinha uma idéia muito firme, uma idéia quase unânime dos trabalhadores, mas não tinha apoio de voto. Em 1982, quando foi a primeira eleição do PT, o PT de Goiás tinha 13 mil filiados e teve 9 mil votos, não significava, por que era o voto vinculado, a idéia que o PT pensava na unidade, de crescer juntos, isso acabou não canalizava votos para o PT, entendeu... Voto propriamente dito. O PT naquela época tinha até candidatos que dizia que voto era o atraso do povo, tinha até o lema: "vote no3 que o resto é burguês" ou "comunista não vota em burguês"... mas foi um processo de aprendizado e hoje o PT é um partido de maior aceitação popular, tem na casa de 25 a 30 por cento aceitação popular em 50 por cento, ou seja, mais de 50 por cento do PT hoje é através dessa aceitação popular, naquela época em preferência partidária devia ser um 5 ou 10 por cento... devido a dificuldade, estrutura...

Fernando: E essas dificuldades para a organização que existiu no CPG e essa base, os professores, que participaram intensamente da organização do PT encontrava dificuldades no Estado de Goiás pra organizar o partido nas cidades...

Delúbio: Os fundadores do PT no Estado eram pessoas de muito pouca renda, quem tinha carro naquela época era considerado rico. Então a gente viajava de ônibus, de carona, de carro, o carro mais assim que a gente tinha era Fusca, eu pelo menos tinha um Fusca... então a gente andava de Fusca – e quando aparecia um carro mais moderno era um Brasília – quem tinha Brasília era top de linha, no nosso meio pouca gente, muito pouca gente. Então foi um movimento com muita dificuldade, não tinha muitos recursos pra fazer campanha, ninguém usava camiseta, ninguém usava papel impresso ou gráfica pra fazer serigrafia, era tudo manual... rodava propaganda em mimeógrafo da escola, entendeu... era uma falta de recurso, uma dificuldade. Pintar muro nem se fala, a gente mesmo que pintava e não era pintura era pichação, era tudo assim, ninguém tinha recurso pra liberar militante... por isso que não tinha voto, a idéia não chegava, já no conflito trabalhista a idéia funcionava. Isso criou um caldo de cultura muito grande que depois permitiu o PT chegar ao governo em 2002, quantos anos depois... 22 anos depois.

Fernando: E nesse conflito tinha certa divulgação e a sociedade entendia...

Delúbio: As pessoas começavam a ver o comportamento, normalmente os professores que eram líderes eram os melhores professores das escolas, essas pessoas eram respeitadas. Eu no meu colégio, quando tinha votação pro conselho eu era o mais votado de todos. Os próprios pais, a gente era respeitavam e fazia respeitar na sociedade. Quantas vezes a gente tava viajando e a polícia militar parava a gente e falava: “ah é o povo da greve? Pode ir embora...” aí mais na frente quando tinha um conflito, batia na gente de novo mas naquela época... mas não era a polícia rodoviária nem a polícia do estado... quantas e quantas vezes a gente chegava na escola pra fazer reunião e a polícia impedia, batia na gente soltava os cachorros, bomba de gás, tinha que conviver com isso, saber que não é bem assim, ninguém quer machucar ninguém, ninguém quer ofender ninguém. A gente tinha um respeito muito grande pelos pais dos alunos e essa aceitação daquele período permitiu chegar onde está.

Fernando: Sobre a CPG e PT, você se lembra de alguma atividade na região sudoeste, principalmente em Jataí na qual a pauta tenha sido a organização do sindicato ou do partido?

Delúbio: Fizemos muitas reuniões, congressos e atividades. Me lembro muito de um liderança que era a professora Eloá, do professor Zé Ferreira, que na época era considerado rico, tinha até uma caminhonete. Era uma pessoa bem situada na cidade, não sei nem que fim levou. Estivemos várias e várias vezes em Jataí. Tinha o Colégio Estadual, que se chamava assim nesse período e que era uma referência. Lá nós fizemos reuniões, várias reuniões na câmara municipal, o Maguito Vilela, que hoje é senador, era vereador naquela época, e teve uma época que ele era da ARENA, ele furou a greve dos professores, deu um buchicho danado... Então tinha um senhor do PT lá chamado José Godoy, que era uma figura importante do PT lá, ele veio a falecer uns quatro cinco anos depois. Era uma pessoa importante e em Jataí tinha aparecido uma pessoa comunista, a gente não sabia quem, mas essas pessoas estavam sempre perto. Depois veio a liderança do Sebastião França, veio a liderança de outros, aí teve um movimento com a menina que foi candidata a prefeita, a Soraya. Soraya teve um papel importante como candidata a prefeita pelo PT. Depois veio a Bia, que é mais jovem. Mauro Bento era um prefeito, de Jataí, relativamente progressista, depois veio o Negão da Arapuca, Nelson Antonio, que também era um cara progressista. Jataí, depois veio uma turma nova.

Fernando: Havia alguma relação entre esse pessoal, uma vez que a tradição se transformou MDB e ARENA como alternativas políticas. E o PT, surgiu como uma novidade...

Delúbio: ...É, mas teve uma dificuldade de implementação. O PT de Jataí ele só veio ter um certo sucesso com a candidatura da Soraya, Depois disso o PT não conseguiu... como é um partido político em uma cidade como Jataí, Rio Verde, qualquer cidade do Brasil? Tem que ter a idéia política e tem que ter uma liderança que expresse seu programa. Quando nós tivemos lá uma vereadora, que foi a Maria Euzébia, foi vereadora por um ou dois períodos, depois ela teve problemas profissionais, foi pra Goiânia, deixou de ser vereadora e foi pra Goiânia. Uma cidade tem um poder constituído, as pessoas só alteram o poder se acreditar na idéia geral e numa liderança, por exemplo, a liderança que o PT tem na região ela não expressa em voto nos candidatos do PT de Jataí, nem em Rio Verde e nem naquela região sudoeste ela não expressa. A votação é um problema tão grande, que o Lula por exemplo, nenhuma liderança da região apoiou o Lula em 2006 e ele foi o mais votado em Jataí. O Humberto não apoiou o Lula, o Fernando da Folha, prefeito na ocasião, não apoiou o Lula e o Lula foi o mais votado. Então, o Lula tem uma liderança tão grande, idéia do PT do Lula por exemplo, mas como você não tem uma liderança local que expressa isso o povo não vota quando ele vai votar pra vereador, pra prefeito, porque isso vale muito a convivência, a amizade das pessoas. Então as pessoas precisam acreditar nisso. Em Jataí nós tivemos lideranças importantes como a Bia, tivemos a Soraya e outras lideranças, como a professora Eloá, entre outros. Mas essas lideranças não transformaram em voto. A sociedade não entendeu que elas eram as alternativas para o anseio daquela comunidade, e isso aconteceu no Brasil inteiro. E o PT acabou sendo um partido de grandes capitais.

Fernando: o PT desde a sua origem nunca foi um partido homogêneo, sendo assim, como você se colocou dentro do partido, como você se identificava?

Delúbio: Na fundação do PT a gente tinha três tipos de gente, os chamados sindicalistas, ao qual eu me identificava, os igrejeiros e o povo das organizações – que são pessoas que vieram da convergência, que era a Convergência Socialista, os Trotskista – você tinha o pessoal remanescente da luta armada, gente que saiu do PCdoB, gente que era do PCBR. Depois se criou dentro do PT as tendências, que foi formalizadas em 1987, em Brasília, onde oficializou as tendência, que já existiam. Aí criou a Articulação e vários movimentos.

Fernando: O direito a tendência...

Delúbio: No congresso de 1987, criou um plano, á nós conseguimos criar um plano, que poderia ter várias tendências, mas que não poderia ter duas camisas, o cara ta no PT e trabalha pra outro partido. Ou era do PT, poderia divergir, mas uma vez votado uma posição, tinha que acatar. Não era bem um centralismo, mas a centralização da posição do partido. Não tem nada a ver com o centralismo, porque nunca teve uma tendência de origem Stalinista. Então eu sempre me identifiquei com a Articulação, depois virou, passou a ser chamado de Campo Majoritário e hoje chama CNB (Construindo um Novo Brasil), eu sempre me identifiquei com essas pessoas com esse agrupamento. Criamos uma convivência democrática, de diversas origens, porque o Brasil é muito grande e as pessoas têm diversas origens, mas o importante é que se respeitem. Qualquer partido tem divergência, ou eleitoral, ou de concepção, e se disputa muita eleição hoje, você tem eleição associação de bairro, centro acadêmico, eleição pra isso e pra aquilo outro, até conselho tutelar disputa. Então hoje a democracia, nós vamos convivendo e o PT, embora tenha suas divergências internas é o partido que mais unifica a política, o importante não é orientar pessoas, é política, porque as pessoas são consequência da política e da unidade. Por isso o partido só cresce quando se tem unidade. Quando não tem unidade no seu candidato, no seu programa, ele não vai pra frente. Assim também foram os sindicatos, como você unifica os sindicatos: quando você convoca greve, faz uma reivindicação, luta por uma bandeira,

precisa ter bandeira pra unificar as pessoas, uma idéia que centralize ali. A mesma coisa é governo, o governo centralizou em duas coisas, porque o governo Lula dá certo, porque centralizou no social, através dos programas sociais e financiamento pra pequena propriedade, pra trabalhador rural, pra Pronaf, casas, e etc... E centralizou no desenvolvimento econômico, vamos pesquisar, vamos descobrir petróleo, vamos dar força pro etanol, vamos dar força pro biodiesel, vamos dar força pra isso, o que permitiu que o empresariado e o trabalhador se unificassem em alguns pontos. E teve muito conflito, mas em alguns pontos teve prioridade para o governo. O governo deu prioridade no desenvolvimento econômico, nas pesquisas ligadas a essa área e a prioridade social. Por isso que o governo dá certo. Se o governo não tivesse prioridade e o governo não entendesse assim, o governo não daria certo.

Fernando: Ainda lá no CPG, a formação política era importante...

Delúbio: Estudava muito, dava muito curso, tanto é que da formação da CUT, logo na formação nos criamos uma entidade para os trabalhadores, chamado Instituto Cajamar, era um centro avançado. A gente chamava o pessoal, dava curso, fazia cartilha, ia nos municípios chamava... a gente já fazia isso. Desde 1975 eu mexo com isso, a gente estudava as cartilhas e tinha um debate danado e via: "oh, isso aqui é uma linha, isso aconteceu no Brasil, isso aconteceu em tal lugar, a gente precisa ver como é eu faz isso aqui..." Se estudava muito, a esquerda brasileira estuda muito, ao contrário do que dizem, tudo bobagem. Estuda, se não estudasse não teria chegado onde chegou... Na época da formação do PT a gente tinha um núcleo, era chamado Paulo Freire, no qual nós lemos todos os livros do Paulo Freire, eu já tinha lido e relia tudo, a gente aprendeu muito. A gente não tinha contato internacional como diziam, isso tudo era bobagem. Foi um movimento muito do Brasil para o Brasil e a CUT e os sindicatos... Pra você ter uma idéia, concluindo, hoje, nós começamos em 1979, só tem quatro sindicatos no Brasil que teve importância significativa e mantém o mesmo corpo diretivo, não as pessoas: 1) Metalúrgicos do ABC; 2) Bancários de São Paulo; 3) CPG/SINTEGO e 4) APEOESP – São Paulo. É o mesmo grupo diretivo, a mesma concepção está desde 1979 até hoje.

Fernando: Nesse período foi mudando as pessoas...

Delúbio: Mas a concepção das pessoas... Qual é a diferença, tem uma diferença dentro da esquerda. Tem o sindicato tradicional, lá no começo, o sindicato de vanguarda e o sindicato de massa. O sindicato de vanguarda a diretoria decide e obriga a massa a seguir, no sindicato de massa, você junto com os trabalhadores de base decidem o que vai fazer. Essa foi a concepção que levou a grande vitória em São Bernardo do Campo e no nosso sindicato também. Nós nunca fomos um sindicato, ninguém da nossa turma de lideranças como Osmar Magalhães, Neide Aparecida, Niso Prego, nós nunca tivemos isso, o partido decide e o sindicato tem que cumprir. A gente nem era da mesmo grupo político. O Osmar veio filiar ao PT em 1988, o Niso só veio em 1982, naquele período era luta demais, era uma agitação muito grande, ninguém dormia mais de 4 ou 5 horas não, ali era política 24 horas por dia.

Fernando: Ter um partido dos trabalhadores naquele período era importante?

Delúbio: Era muito importante, como foi...

Depoimento 6

Sebastião Pereira França: ex- presidente do CPG e militante do PT na década de 1980.
(Encaminhado por correio eletrônico em 19 de abril de 2010)

Fernando: Seu nome e um pouco da sua trajetória pessoal até o contato e militância no CPG?

Sebastião: Meu nome é Sebastião Pereira França, aos 19 anos (tenho 49) comecei a trabalhar na Educação na área de Matemática, mesmo sem ter curso específico, devido a carência de pessoas habilitadas, logo me interessei pela luta de valorização da categoria e me alinhei aos militantes do CPG (Sintego), nos contatos com os professores na capital acabei por simpatizar com a organização sindical, neste período a influência do PT nestas agremiações era enorme e acabou por me seduzir, comecei a me inteirar das questões políticas e principalmente da luta de valorização dos trabalhadores em especial aos da educação, logo me tornei presidente do CPG (Regional de Jataí), tendo participado de vários movimentos na década de 80.

Fernando: Como era militar em um sindicato naquele período, havia pressão da polícia, do governo. E os professores, como viam o sindicato?

Sebastião: Eu não participei pessoalmente de nenhuma manifestação que tenha tido pressão direta da polícia, no entanto tive conhecimento de agressões a professores em passeatas ou manifestações na Assembléia Legislativa, quanto aos professores, analiso que apesar do preconceito sobre o movimento sindical, havia um grande engajamento nas lutas.

Fernando: Você participou de alguma greve?

Sebastião: Sim, paralisamos, fizemos passeatas em nosso município e até comício em praça publica.

Fernando: Como a imprensa (rádio e jornal) reagia ao movimento grevista?

Sebastião: Com discrição, não divulgando muito o movimento, mas com alguns apoios esporádicos.

Fernando: Durante esse período, havia algum movimento ou sindicato em Jataí que apoiava as greves e a organização do CPG?

Sebastião: Tínhamos algum apoio discreto do Sindicato dos Bancários e mais acentuado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, principalmente daqueles que conheciam a CUT.

Fernando: Lembra de nomes dos companheiros de militância do CPG no período?

Sebastião: Alguns, o Professor Ferrerinha, Professora Rosalia, Prof. Manoel, isto em nosso municipio,

Fernando: Como você chega ao PT, você participa da fundação e organização do partido em Jataí?

Sebastião: De acordo com a primeira questão, eu conheci o PT através do movimento sindical e dei apoio logístico a organização do PT em nossa cidade, isto é, como eu me

deslocava a capital para as reuniões do CPG, eu trazia material de informação para o partido.

Fernando: Como os outros partidos, a imprensa (jornal e radio), os sindicatos e as pessoas viam o PT neste período?

Sebastião: Na grande maioria tinham uma visão de que o PT era um partido de ideias comunistas e que pregava a tomada dos bens das pessoas, rrsrs, lembro que ouvi pessoas até dizerem que caso o PT tomasse o poder, quem tinha duas casas teria que dar uma para a comunidade, rrsrs. Quanto a imprensa a visão não era muito diferente e os sindicatos tinham medo de se alinhar muito ao PT e serem rejeitados pela sociedade.

Fernando: Era importante ter um partido da classe trabalhadora?

Sebastião: Por acreditar nisto é que me filiei e militei no partido.

Depoimento 7

Nelson Antônio da Silva: ex-vereador pelo MDB e ex-prefeito pelo PMDB (1983-1988).

(Encaminhado por correio eletrônico em 26 de abril de 2010)

Fernando: Fale um pouco da sua trajetória pessoal e política na cidade de Jataí.

Nelson: Nelson Antônio da Silva, foi Vereador em Jataí pelo MDB de 1973 a 1976, Secretário Geral da Prefeitura de Jataí de 1978 à 1982, administração Mauro Bento, Prefeito de 1983 à 1988. 6 anos prefeito de 1993 à 1996, Deputado Estadual por duas Legislaturas. Presidente do CERNE, Sistema de TV e Rádio do Governo do Estado. Diretor administrativo e financeiro do CRISA – Orgão do Governo, manutenção e construção de estradas e asfalto – Assessor parlamentar da procuradoria geral do Estado, Ex Presidente Estadual do PPS, atualmente é vereador em Jataí.

Fernando: O que significou a eleição de Mauro Bento a Prefeito em 1976, para o partido e para a região sudoeste?

Nelson: O Mauro Bento com o resultado das eleições de 1976, derrotou uma estrutura de zoamos na política e revolucionou o município com métodos moderno de administrar

Fernando: Como a Arena, partido que contava com grande parte dos membros do antigo PSD, recebeu essa derrota?

Nelson: Para a ARENA, esta quebra de tabu, praticamente desarticulou toda estrutura política de Jataí, resultado, surgiu intrigas, perseguição ao ponto de meios escusos tentaram a derrubada do Ex- Prefeito Mauro Bento, via Câmara.

Fernando: Por que, mesmo perdendo o executivo municipal, a Arena conseguiu eleger a maioria na Câmara? Essa maioria representava alguma dificuldade para o Prefeito Mauro Bento na condução de seus projetos políticos? Quais eram esses projetos?

Nelson: A maioria na Câmara aconteceu por que a revolta e o desejo do povo era mudar a administração como os candidatos na época a vereador da Arena era em número maior e poder aquisitivo maior por se tratar de famílias tradicionais acabaram fazendo maioria na Câmara.

Fernando: Qual era a relação dos partidos (ARENA e MDB) nesse período com o Jornal do Sudoeste de propriedade de Wanderley Guimarães?

Nelson: A relação entre os partidos arena e MDB não era das melhores, pois naquela época adversários políticos era também praticamente inimigos.

Fernando: Você consegue identificar diferenças entre os dois partidos naquele período?

Nelson: A diferença entre os dois partidos na época era grande tanto na forma de administrar o bem público, como nos procedimentos políticos.

Fernando: Como o MDB via a possibilidade de reforma política que poderia acabar com o bipartidarismo e a abertura democrática? Isso teria ou teve alguma influência em Jataí?

Nelson: Não houve alteração e nem consequência mais grave em Jataí, tudo foi encarado de forma normal.

Fernando: Fale sobre a fundação e organização do PMDB e do PDS na cidade e suas principais personalidades. Alguma coisa mudou?

Nelson: Com a criação dos novos partidos PMDB e PDS, praticamente as filiações foram apenas transferências dos antigos partidos, ou seja, quem era da Arena, filiou no PDS e quem era do MDB filiou ao PMDB.

Fernando: Como foi conduzida a sucessão de Mauro Bento? Havia disputa interna no partido? E como PDS tinha força para derrotar o PMDB?

Nelson: A sucessão de Mauro Bento se deu com uma grande divisão interna do PMDB, com o direcionamento total do Prefeito Mauro Bento, para o candidato Irani Inácio de Lima, como na época existia sublegenda, ou seja, cada partido poderia lançar até 3 candidatos, houve 3 candidatos do PMDB, 3 do PDS e um do PT, sendo que Nelson Antônio foi eleito com votação superior a soma de votos dos outros candidatos, para um mandato de 6 anos.

Fernando: Como o PMDB avaliou o surgimento do PT e de outros partidos no cenário político de Jataí, alguma coisa mudou?

Nelson: Em Jataí o PT nunca foi partido de expressão política, portanto não houve alteração nos resultados.

Fernando: Sobre a imprensa, qual era a relação de jornal (O Sudoeste/Folha do Sudoeste) e da rádio na cobertura política da cidade? Esses veículos eram imparciais?

Nelson: Jataí, sempre trabalhou com uma imprensa de alto nível, respeitando as diferenças partidárias.

Fernando: Havia participação e pressão popular por mudanças, melhores condições de salário e vida?

Nelson: Esta pressão sempre existiu, principalmente por se tratar da forte categoria do setor educacional em Jataí.

Fernando: Por que o PMDB se tornou hegemônico nesse período em Jataí, na região sudoeste e no Estado de Goiás?

Nelson: São conseqüências do fortalecimento do partido no Estado com grandes e expressivas lideranças dentro do partido por divergência com a cúpula do partido, por não concordar com decisões que foram tomadas a nível de governo.

Fernando: Uma pergunta sobre o período mais recente. Por que você saiu do PMDB?

Nelson: Grato, Nelson Antônio.

Depoimento 8

Gênio Eurípedes: vice-prefeito na Gestão Mauro Bento (1977-1982).

(Encaminhado por correio eletrônico em 03 de maio de 2010)

Fernando: O que significou a eleição de Mauro Bento a Prefeito em 1976, para o partido a para a região do Sudoeste?

Gênio: A eleição de Mauro Bento a Prefeito de Jataí desfez uma hegemonia política que durava no município desde a ascensão de Pedro Ludovico ao Governo de Goiás, em 1930. A partir de então, as lideranças políticas locais ligadas principalmente aos Carvalho e Barros é que decidiam a indicação do nome a prefeito a ser nomeado pelo interventor goiano. Essa situação, por sinal desastrosa ao município, prevaleceu até 1946, quando os prefeitos passaram a ser eleitos em eleições livres. Nesse período de 16 anos a Prefeitura de Jataí esteve nas mãos de 21 prefeitos.

Em 76, o MDB de Jataí era um partido sem expressão política. Além disso, grande parte do Diretório era formada por elementos sem muita representatividade no meio político e social.

Fernando: Como a Arena, partido composto por membros da elite tradicional da cidade, recebeu essa derrota?

Gênio: A vitória inesperada do emergente MDB naquela eleição foi um fato difícil de ser compreendido, metabolizado, pelas lideranças arenistas. A cultura do mandonismo carvalhista, apoiada no velho hábito de nunca perder uma eleição, nem de longe poderia admitir uma derrota arenista naquele momento.

Fernando: Por que, mesmo perdendo o executivo municipal, a Arena conseguiu eleger a maioria na Câmara? Essa maioria representava alguma dificuldade para o Prefeito Mauro Bento na condução de seus projetos políticos? Quais eram esses projetos?

Gênio: Até a eleição de 1976, a ala situacionista era formada por políticos históricos, alguns até considerados ultrapassados e por isso eram rejeitados, mas que insistiam em ter o timão político em seu poder. Os vereadores eleitos para a Câmara faziam parte desse time. Talvez por isso lograram maioria na Câmara.

Segundo entendimento do próprio Prefeito Mauro Bento, em sucessivas declarações publicadas no *O Favo*, órgão oficioso criado por ele, o Legislativo jataiense daquela época se transformou na maior barreira na execução de seu plano de governo, podendo-se destacar aqui a construção do Pronto Socorro Municipal em área de preservação ambiental e local condenado por algumas entidades e por parte população. Na Câmara, discursos e mais discursos foram pronunciados condenando a edificação do Pronto Socorro naquele local.

Fernando: Qual era a relação dos partidos (ARENA e MDB) nesse período com o Jornal do Sudoeste, de propriedade de Wanderley Guimarães?

Gênio: Wanderley Guimarães, editor desse jornal, embora fosse um dos líderes arenista e membro do Diretório, parece nunca ter demonstrado parcialidade na elaboração e escolha das matérias publicadas. Reinava ali a democracia.

Fernando: Você consegue identificar diferenças entre os dois partidos naquele período?

Gênio: Em 1976, o Diretório do MDB contava com menos de 400 membros, ao passo que a Arena tinha acima de 1.800 integrantes cadastrados. O povo na rua, os emedebistas mais apaixonados, diziam que a Arena era um partido só de ricos e com muitos carros para demonstração de força nos desfiles pelas vias públicas e nos comícios.

Fernando: Como o MDB via a possibilidade de reforma política, o fim do bipartidarismo e a abertura democrática? Isso teria ou teve alguma influência em Jataí?

Gênio: O jataiense, de modo geral, acompanhava pelo rádio e discutia o assunto nas rodas. Não temos conhecimento de nenhuma manifestação a respeito do assunto.

Em 24 de março de 1966, durante o período do Regime Militar, congressistas oriundos dos partidos de oposição, unidos pelo propósito comum de restaurar a democracia, decidiram criar o MDB - Movimento Democrático Brasileiro. No entanto, sua extinção se deu em 27 de novembro de 1979, juntamente com o sistema bipartidário que vigorava na época. Logo depois ele foi “refundado”, passando a chamar-se Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A ARENA era a outra agremiação – governista – criada dentro dos mesmos princípios ditados pelo Ato Complementar nº 4, que estabeleceu as condições para a formação dos partidos (MDB e ARENA).

Em 1985, a Emenda Constitucional nº 25 alterou a redação do art. 152 da Constituição de 1967: *“É livre a criação de partidos políticos. Sua organização e funcionamento resguardarão a soberania nacional, o regime democrático, o pluralismo partidário e os direitos fundamentais da pessoa humana”*. Assim, foi decretado o fim do bipartidarismo e abriu espaço para a reorganização de um novo sistema multipartidário no Brasil.

Fernando: O *Sudoeste* e a *Folha do Sudoeste* adotaram uma postura mais isenta na cobertura política do que o *Jornal do Sudoeste*?

Gênio: É difícil afirmar qualquer avaliação. No entanto podemos dizer que cada um teve como norte sua linha editorial própria.

Fernando: Como foi conduzida a sucessão de Mauro Bento? Havia disputa interna no partido? E como o PDS tinha força para derrotar o PMDB?

Gênio: O carro-chefe que conduziu Mauro Antônio Bento a mais uma vitória política, ao eleger seu sucessor, sem dúvida, foi o grande número de obras naquele primeiro mandato, apesar da “guerra” constante com a Câmara de Vereadores.

A sucessão de Mauro foi tranqüila quanto à escolha do candidato. Na verdade não houve disputas que chamassem a atenção. Naquela ocasião, o PDS ainda se refazia da derrota em 76.

Fernando: Sobre a imprensa, qual era a relação de jornal (O Sudoeste/Folha do Sudoeste) e da rádio na cobertura política da cidade? Esses veículos eram imparciais?

Gênio: Imprensa no interior, apesar de os profissionais dessa área quase sempre serem leigos, cada um cumpria seu papel. Todos eles caíam na graça do leitor.

Fernando: Havia participação e pressão popular por mudanças, melhores condições de salário e vida?

Gênio: Por natureza o povo de Jataí é uma gente pacata, parece aceitar o que está aí. Claro que, vez ou outra, acontece uma greve reivindicando melhorias salariais ou condições de trabalho, mas tudo isso sempre foi feito em clima ordeiro.

Fernando: Por que o PMDB se tornou hegemônico nesse período em Jataí e no Estado de Goiás?

Gênio: Pelos registros da nossa história recente, surpreende que o PMDB tenha resistido a tantas pressões de governos ditatoriais, divisões internas, crescimento, e se mantenha como a legenda de maior base no território nacional. A história do PMDB é a história do

Brasil que continuou pulsando a partir de 1964. Manteve-se em movimento, com contradições, abrigou vários tipos de ideologias e tendências políticas, gestou outros partidos, mas se manteve no centro das discussões durante, na queda e após o regime militar. Hoje, para contar um pouco da história do PMDB é preciso não só falar da história do Brasil, mas de praticamente todos os partidos, à sua esquerda, ou à sua direita. Não dá para isolar a história do PMDB.

ANEXO B: FONTES DOCUMENTAIS

Anexo – 1

Chapas dos candidatos a Prefeito de Jataí pela ARENA (sublegendas 1 e 2) com candidatos a vereadores nas eleições de 1976.

Fonte: Museu Histórico de Jataí

Estes candidatos estarão concorrendo em 15 de novembro à cadeira do Executivo e Legislativo



Dr. Dornal de Carvalho
Dr. Gilberto L. Cardoso
Gilberto F. Cabral
Washington Baccaro
Lúcia dos S. Maranhão
Carlos Eduardo Vilela
Evaristo Costa Barros
Eucipides Basarallo
Prof. Aristi H. de Lima
Wladimir Castro
Eliete Aparecida Vieira
Aldo Martins
Sidney Pedrosa
Lindomar de Carvalho
Dr. Luiz Alberto Vilela
Washington França
Márcia Elza Carvalho

Acima de tudo, o VOTO

«Temos que dar o nosso voto. O voto consciente e sério é uma obrigação. Voto positivo. Nem em branco. Pena sobre nós a responsabilidade de escolher pelo nosso voto os homens públicos cuja missão específica é servir. Homens que busquem com todas as forças o bem de toda a comunidade e não apenas de sua família ou de seus amigos, parentes e correligionários. Não importa a cor, o credo religioso ou o partido que representam. Importa sim sua honestidade, sua sinceridade, seu caráter, seu grau de instrução, sua capacidade, sua liderança e seu desprendimento em favor do bem comum.»

(Transcrito)

Paulo Augusto de Castro
Genésio Leal Rezende
Azeiteiro Adelaudio

Eles confeccionaram seus Cartazes de propaganda na sempre moderna

Artes Gráficas Guimarães

Anexo - 2

Carta do vereador Luiz Alberto "Maguito" Vilela (ARENA) solicitando a filiação no PMDB

Fonte: arquivo pessoal de D.C Mello

CÓPIA DO OFÍCIO EM QUE MAGUITO VILELA SOLICITA,
A MAURO BENTO, A SUA FILIAÇÃO AO PMDB:

Jataí, 21 de janeiro de 1980

Ao
Exmo. Sr.
DR. MAURO ANTÔNIO BENTO
DD. Prefeito Municipal de
JATAÍ - GO.

Senhor Prefeito

Os abaixo assinados, LUIZ ALBERTO VILELA, advogado e vereador e ELITA MARIA DE CARVALHO LIMA, professora e vereadora, ambos pela legenda da extinta ARENA de Jataí -Go, considerando que a extinção dos partidos e criação de novas legendas abrem-se oportunidades para outras opções partidárias que venham mais de encontro com a filosofia política de cada um; considerando que, dentre as opções surgidas, a do PMDB é a que mais nos apresenta como séria e de estrutura sólida para quem pretenda fazer uma política que coadune com os anseios e necessidades do povo jataiense e brasileiro; e, a despeito de tudo isto, tendo observado, no transcorrer dos três anos próximos passados, que sua administração tem se patenteado por uma política de trabalho sério e honesto, inteiramente voltada para os interesses sócio-comunitários, queremos manifestar nosso global interesse de integrar o novo partido conduzido por V. Exa. que sabemos, de há muito, será também o partido do povo de Jataí e toda a Região do Sudoeste Goiano.

Sendo aceitos, atestamo-lhe a certeza de que os membros de nossas famílias, fundadoras e tradicionais em Jataí, afetos ao nosso pensamento político-social, assim como os amigos de nosso relacionamento, também virão cerrar fileiras no partido de V. Exa.

Sendo só o que tínhamos a expor no momento, subscrevemo-nos muito
respeitosamente

DR. LUIZ ALBERTO VILELA
PROF. ELITA MARIA DE CARVALHO LIMA

Anexo - 3

Documento do Partido dos Trabalhadores em solidariedade aos atingidos pela Lei de Segurança Nacional.

Fonte: Acervo Fundação Perseu Abramo.

O PT E A SOLIDARIEDADE AOS ATINGIDOS PELA LSN

Brasileiros!

Aproxima-se a data de julgamento de Lula e de outros doze sindicalistas do ABC pela 2ª Auditoria Militar. Os treze sindicalistas são dirigentes e líderes dos Sindicatos de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e de Santo André. Todos eles, depois de terem sido seqüestrados, presos e afastados de seus Sindicatos - hoje sob intervenção - estão sendo processados pela LSN - Lei de Segurança Nacional.

Não são apenas esses os perseguidos pela Lei de Segurança Nacional. Brevemente serão julgados, pela Auditoria Militar de Curitiba, os estudantes catarinenses, da UNE - União Nacional dos Estudantes; e deverá ser ouvido no STF o Deputado Federal João Cunha, cujo mandato poderá ser cassado.

Em todo o País - do Acre ao Rio Grande do Sul - sindicalistas, operários, jornalistas, estudantes, camponeses, professores, bancários, parlamentares - do PT, de outros partidos ou independentes - estão sendo enquadrados, indiciados, processados pela Lei de Segurança Nacional. E, em Minas, condenado pela LSN, está encarcerado o professor David Maximiliano de Souza.

Enquanto isso, continuam impunes os assassinos de operários e camponeses, os autores de atentados fascistas contra entidades democráticas. Como ficaram até agora impunes os autores de tantas torturas, tantos assassinatos, tantos desaparecimentos, vítimas da Ditadura desde 1964

* * * * *

Brasileiros!

Está chegando a hora de dizer BASTA a tudo isso!

O Partido dos Trabalhadores - PT, na fiel obediência ao seu Programa, e cumprindo resolução de sua direção nacional, de 10 a 11 de janeiro, vem conchamar a todos para que manifestem seu mais veemente repúdio a essa situação, demonstrando, de todas as formas possíveis, firme solidariedade aos que lutam por liberdade política e sindical, contra a Lei de Segurança Nacional.

Não haverá nem sombra de Democracia no País enquanto continuar essa Lei de Segurança Nacional, que só traz insegurança a todos os trabalhadores, a todos os setores populares, a todos os brasileiros. A revogação imediata da LSN deve ser a exigência de todos, para que se possa começar a

Continuação anexo - 3

construir, no Brasil, uma Democracia que atenda aos interesses da grande maioria do povo.

É necessário, portanto, que todos se unam para derrubar essa LSN e outras leis opressoras e repressivas, contrárias aos interesses dos trabalhadores e da população, como a Lei dos Estrangeiros, que expulsa arbitrariamente de nosso País os que aqui vieram para aqui se radicar e colaborar com o nosso povo; os dispositivos da CLT e as leis anti-greve, que impedem os trabalhadores de se organizarem livremente e de legitimamente lutarem por seus direitos mínimos; a Lei de Imprensa, que pune os que contam as verdades sobre o regime de exploração econômica e de opressão política em que vivemos; as leis que impedem a livre organização político-partidária, o direito de livre associação e manifestação, o livre acesso aos meios de comunicação para divulgação e debate das idéias e do conhecimento, bem como as eleições livres para os cargos e postos públicos; e tantas outras mais leis anti-democráticas que afastam o povo da política e do poder.

E, sobretudo, é necessário reafirmar a legitimidade das lutas principais dos trabalhadores brasileiros - a luta por aumentos de salários, contra o custo de vida e a inflação; por estabilidade no emprego; por reconhecimento e garantias de atuação aos delegados sindicais e representantes dos empregados livremente eleitos nas fábricas, nos escritórios, nas lojas, nas escolas e nas fazendas; por redução da jornada de trabalho; por acesso democrático à comida, à casa, à roupa, ao transporte, à saúde, à educação, à cultura e ao lazer.

Foram essas as lutas que moveram os metalúrgicos do ABC - Santo André, São Bernardo, São Caetano - nas gloriosas e heróicas jornadas de maio de 1980. E foram essas as lutas que levaram à cadeia, à cassação, e, agora, ao risco da condenação, os sindicalistas que brava e legitimamente representaram a vontade de suas categorias: Lula, Djalma Bom, Osmarzinho, Nelson Campanholo, Alemão, e tantos outros...

Brasileiros!

O Partido dos Trabalhadores - PT está consciente de que o julgamento dos treze sindicalistas do ABC marcado, em princípio, para o dia 16 de fevereiro, não é apenas o julgamento de Lula e de seus companheiros. É um julgamento ao mesmo tempo sindical e político, cujo objetivo é claro: impedir, pelo terror, que os trabalhadores se organizem, reivindiquem, atuem em Sindicatos combativos, façam greve, lutem por melhores condições de vida; e, principalmente, que os trabalhadores tenham vez e voz na política nacional. Da mesma forma que o julgamento de Curitiba não é apenas o julgamento dos estudantes catarinenses, mas o julgamento de toda a UNE.

Por isso é que o PT vem, neste momento, anunciar o lançamento de uma campanha nacional de solidariedade aos que lutam por liberdade polí-

Continuação anexo - 3

tica e sindical, contra a Lei de Segurança Nacional. Nestes próximos quinze dias, e até a data do julgamento, é necessário que todos se unam e organizem, preparando e realizando todas as formas de manifestação de maneira a culminar no dia 15 de fevereiro, no DIA NACIONAL DE SOLIDARIEDADE AOS ATINGIDOS PELA LSN.

Nesse dia, em todo o País, na cidade e no campo, os membros e simpatizantes do PT, os trabalhadores, os demais partidos de oposição, as entidades políticas, os sindicatos, as associações profissionais, as organizações estudantis e populares - todas as forças democráticas, enfim, são conclamadas a realizarem manifestações públicas, com o claro conteúdo de demonstrar: - A Solidariedade aos que lutam por liberdade política e sindical

- O repúdio à LSN (Lei de Segurança Nacional)
- O repúdio às Leis anti-sindicais e anti-greves
- O repúdio à Lei dos Estrangeiros e demais leis repressivas
- A reafirmação da legitimidade dos direitos e da justiça das lutas travadas pelos trabalhadores da cidade e do campo e pelos setores populares.

E Todos - dirigentes sindicais e políticos brasileiros, dirigentes sindicais e políticos estrangeiros que virão ao Brasil especialmente para tal fim, personalidades, parlamentares, participantes de entidades e movimentos populares e democráticos, cidadãos - estão convidados a comparecer e assistir o julgamento, que é público, de Lula e dos 12 sindicalistas do ABC, previsto em princípio para o dia 16 de fevereiro, às 9 horas da manhã, na 2a. Auditoria Militar, Av. Brig. Luís Antônio, 1249, S.PAULO.

Brasileiros!

O Partido dos Trabalhadores está presente e atuante nesta hora grave para os destinos das liberdades sindicais e político partidárias, e para os destinos da própria Democracia Brasileira. O PT espera que todos atendam aos seus apelos.

- *** Viva o ABC, Abaixo a LSN
- *** Viva a UNE, Abaixo a LSN
- *** Libertem David Maximiliano de Souza
- *** Repúdio à Lei dos Estrangeiros
- *** Absolvição para Lula e para os atingidos pela LSN
- *** Todo apoio aos trabalhadores

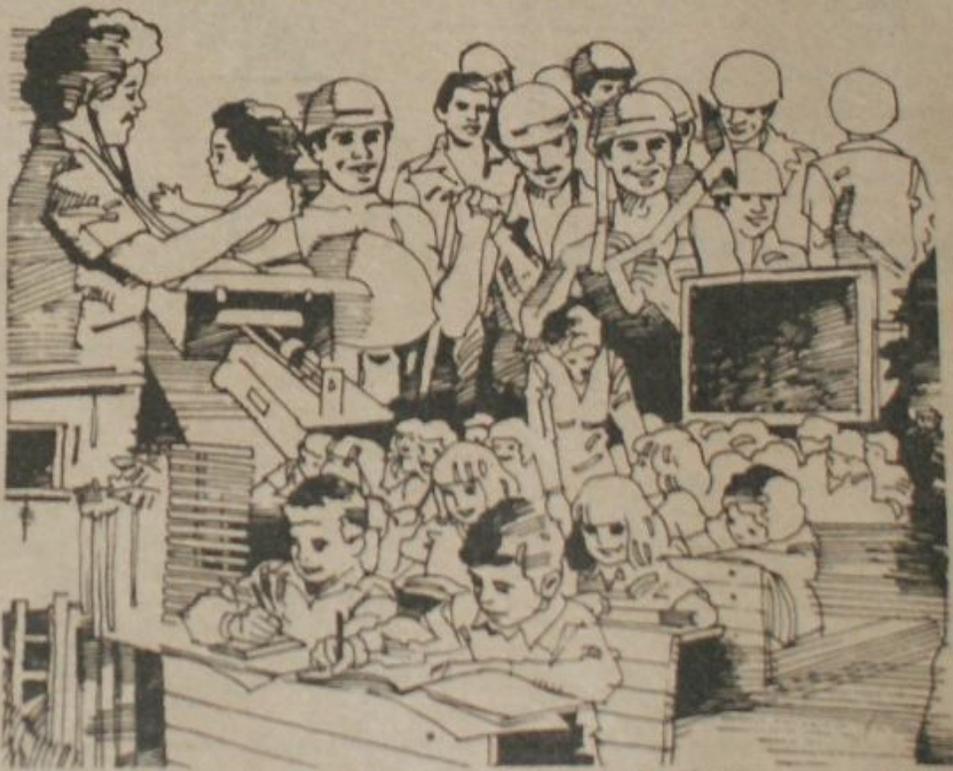
30 de janeiro de 1981
Comissão Diretora Nacional Provisória
Partido dos Trabalhadores - PT

Anexo – 4

Propaganda institucional (governo federal) veiculada no Jornal do Sudoeste

Fonte: acervo Museu Histórico de Jataí

NÃO PODEMOS FICAR DE BRAÇOS CRUZADOS.



"O progresso social, o desenvolvimento do potencial humano, é o objetivo primeiro e último da atividade do Governo. Em países como o nosso, que ainda não atingiu o nível de produção de riquezas alcançado pelas nações permanentemente industrializadas, é ainda mais difícil resolver o grande problema da justiça social. Tudo temho feito, no entanto, para me desincumbir desse encargo, que me traz um estado de preocupação permanente..."

Resolvi, por isso, lançar, de imediato, novo programa de ação na área social, programa que, por seu enorme relevo, por suas implicações marcadamente, está destinado a caracterizar a segunda metade de meu governo. Haverá, portanto, contribuição de todos, ou de quase todos. O produto será distribuído, porém, em benefício das camadas sociais que, por sua baixa renda, necessitam de assistência."

Presidente João Figueiredo

FINSOCIAL. CONTRIBUIÇÃO DOS QUE PRODUZEM PARA O BENEFÍCIO DE TODOS.

Anexo – 5

Jornal do Sindicato dos bancários de Goiás, ligado a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Minas gerais, Goiás e Distrito Federal sobre a negociação de reajuste salarial

Fonte: Arquivos do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS/GO, Divisão de Informação e Segurança - DISI sobre manifestações - Tutela e posse do CIDARQ/UFG.



Anexo - 6

Relatório dos candidatos às eleições pelo Partido dos Trabalhadores em 1982.

Fonte: Arquivos do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS/GO, Divisão de Informação e Segurança - DISI sobre manifestações - Tutela e posse do CIDARQ/UGF

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
Divisão Central de Informações

Data: 29 / 10 / 82

1. ASSUNTO: CANDIDATOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES EM GOIÁS.

2. ORIGEM: DCI/SSE/80.

3. CLASSIFICAÇÃO: -*-

4. DIFUSÃO: CMT/11* EM

5. DIFUSÃO ORIGEM: -*-

6. REFERÊNCIA: JB N° 401 B/82/CMT/11* EM

7. ANEXO: Frontuário n° 646/DCI/SSE/80, Ficha de Qualificação (ANTÔNIO A. DA SILVA), Ficha-Frontuário-Civil (ANTÔNIO FERREIRA ARANTES), Ficha-Frontuário-Civil (MARIANE OTONI SOBRINHO), Ficha-Frontuário-Civil (LEONILAS ARRAUDA DA COSTA), Ficha-Frontuário-Civil (FERNANDO RIBEIRO RABATEL).

* INFORMAÇÃO 148/82-DCI/SSE/80 *

1. PAULO AUGUSTO DE PAULA, natural de Itaperuna/RJ, nascido a 22 mar 40, filho de Paulo Maria e de Maria Maria Guis de Paula.

- Na reunião realizada no auditório da UOL, em 06 set 80, com participação de pessoas defensoras de ideologias esquerdistas, onde foi debatido a maneira de infiltrar e dominar os sindicatos de trabalhadores, o nomeado foi escolhido Delegado de Goiás para participar do Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical - ENTOES, realizado em Nova Iguaçu/RJ.
- Em jan 82, na Pré-convenção do PT/GO, foi apontado como candidato a Senador e representante do partido na convenção Nacional a ser realizada em Brasília/DF.
- Em 14 abr 82, foi coordenador da comitêda prevista pelo PT, no Calçadão da Av. Goiás, em Goiânia/GO, acompanhada por uma Kombi com alto-falante, portando faixas com as seguintes mensagens:

CONFIDENCIAL



Continuação anexo - 6

0/8

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
Divisão Central de Informações

Goiânia/Go. 29 / 10 / 82

* CONTINUAÇÃO DO INFORME Nº 148/82 - DOL/SEP/80 *

"Abaixo a L.S.R.": "Centra a Condenação de Luís"; "Abaixo a Dida
Álvares".

- Juntamente com ANTHOS MAGNO DA COSTA E SILVA (Candidato a Governador/PT/GO, o nominado estaria planejando uma grande invasão na periferia de Goiânia, após às eleições de 15 nov 82.
- 2. NIRO FREGO, natural de Santa Cruz/GO, nascido a 09 ago 34, filho de Gil Godofredo Frego e de Sebastiana Leite Frego.
 - Candidato a Deputado Federal, pelo PT/GO, às próximas eleições.
 - Nesta Divisão, nada consta, sobre o nominado.
- 3. GEOVAN SIQUEIRA ANCHIM, vide doc. em anexo.
- 4. FAUSTO JAIME, casado, médico, natural de Pirenópolis/GO, nascido a 23 fev 48, filho de Agnaldo D'Abadia Jaime e de Irene do Carmo Oliveira Jaime.
 - Candidato a Deputado Estadual, pelo PT/GO, às próximas eleições.
 - Nesta Divisão, nada consta, sobre o nominado.
- 5. ALBERTO GOMES DE OLIVEIRA, natural de Jaraguá/GO, nascido a 02 jul 52, filho de Marcelina José de Oliveira e de Maria Cândida de Oliveira, residente em Itaberaí/GO.
 - Um dos representantes de Goiás no Encontro Nacional das Trabalhadoras em Oposição à Estrutura Sindical - UNTOBS, realizado em Nova Iguaçu/RJ, em 13 e 14 set 80.
 - Ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí/GO, onde é apontado como um dos principais ativistas da Comissão Pastoral da Terra - CPT.
 - Representante do PT/GO na Convenção Nacional, realizada em Brasília/DF.
 - Em jan 82, durante o II Encontro Nacional das Classes Trabalhadoras - ENCLAT, o nominado foi designado membro da Comissão Estadual pró - CPT. Como membro participou do II Congresso Nacio

CONFIDENCIAL

Cont...

Anexo – 7

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Jataí.
Atividades de formação sindical – Instituto para o Desenvolvimento do Sindicalismo
Livre (IADESIL) e Instituto Cultural do Trabalho (ICT)

Fonte: Acervo do STI/Jataí



Anexo – 7

Propaganda do Partido dos Trabalhadores – eleições de 1982

Fonte: Acervo Fundação Perseu Abramo.



Anexo – 8

Transcrição na íntegra do documento elaborado pela Secretaria de Organização da Comissão Estadual do Partido dos Trabalhadores convocando as comissões municipais para efetivação do registro definitivo do partido.

PARTIDO DOS TRABALHADORES – Goiânia, 11 de março de 1981.

DA: Secretaria de Organização

PARA: Comissões Municipais

CONVOCAÇÃO

Considerando a extrema urgência com que se coloca para o PT a grave questão do registro definitivo do partido, a Secretaria de Organização resolveu convocar para os dias 4 e 5 de abril uma reunião ampliada da Comissão Estadual para tratar desta questão.

Esta reunião terá lugar na sede do Partido à Av. Nações Unidas 898, Setor universitário, em Goiânia, a partir das 16 horas do dia 4 de abril.

Esta reunião tratará exclusivamente da legalização, distribuindo o temário em dois pontos:

- a) Balanço
- b) Explicação sobre a constituição dos diretórios municipais.

Pede-se a presença de dois representantes de cada município, sendo que um deles deve ser o Secretário da Comissão Municipal.

Esclarecemos que haverá alimentação e pouso para todos os companheiros do interior.

A presença de dois representantes de cada município é de fundamental importância para o sucesso da reunião e para a legalização do Partido.

PT Saudações,

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO
PARTIDO DOS TRABALHADORES